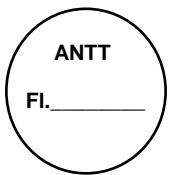


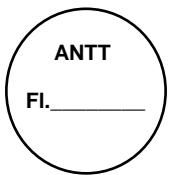
ANTT - AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

RELATÓRIO DE GESTÃO 2006

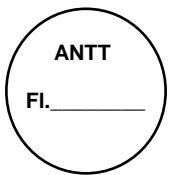


ÍNDICE

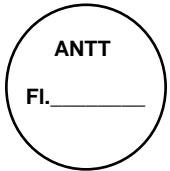
APRESENTAÇÃO.....	9
PARTE A.....	10
1. DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA.....	10
1.1. Nome completo.....	10
1.2. Número do CNPJ	10
1.3. Natureza jurídica	10
1.4. Vinculação ministerial.....	10
1.5. Endereço completo da sede	10
1.6. Endereço da página institucional na Internet	10
1.7. Código e nome do órgão, das unidades gestoras (UGs) e gestões utilizadas no SIAFI	10
1.8. Norma(s) de criação e finalidade	11
1.9. Norma(s) que estabelece(m) a estrutura orgânica no ano de 2006.....	14
1.10. Publicação no DOU do Regimento Interno ou Estatuto.....	15
2. OBJETIVOS E METAS.....	16
2.1. Identificação do programa governamental e/ou das ações administrativas do plano de ação	16
2.2. Descrição do programa, projeto/atividade ou ação administrativa em termos do objetivo geral, dos objetivos específicos e dos beneficiários.....	16
2.3. Indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa, projeto/atividade ou ação administrativa	21
2.4. Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária e/ou pactuadas com o supervisor ministerial para o período sob exame das contas.....	23
3. INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO.....	25
3.1. Nome do indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho do programa	25
3.2. Descrição (o que pretende medir) e tipo de indicador (de Eficácia, de Eficiência ou de Efetividade).....	30
3.3. Forma de cálculo e método de medição	36
3.4. Responsável pelo cálculo/medição	38
4. ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS	39
4.1. Identificação do programa, projeto/atividade ou ação administrativa.....	39
4.2. Indicadores ou parâmetros utilizados na análise.....	51
4.3. Metas físicas e financeiras realizadas (valor alcançado)	52
4.4. Avaliação do resultado, indicando as causas de sucesso e insucesso	55



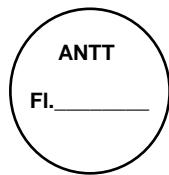
5. MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS	57
6. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS (<i>Convênios e outros meios</i>)	57
7. CONTROLE DAS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA PATROCINADAS	62
8. PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.	62
8.1. Demonstrativos do Fluxo Previsto e do Fluxo Realizado	62
8.2. Avaliação Crítica dos Resultados Alcançados nos Projetos.....	62
9. PROJETOS E INSTITUIÇÕES BENEFICIADOS POR RENÚNCIA FISCAL ...	64
10. AVALIAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DAS OPERAÇÕES DE FUNDOS.....	64
11. GASTOS COM CARTÕES DE CRÉDITO	64
11.1. Total de despesas realizadas e total de saques realizados mediante o uso de cartão de crédito e série histórica.....	64
12. INFORMAÇÕES SOBRE ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO.....	69
13. INFORMAÇÕES SOBRE OS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.....	69
14. CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO TCU.....	69
14.1. Atuação do TCU.....	69
14.2. Julgamento pelo Tribunal de Contas da União de processos de interesse da ANTT – Exercício de 2006	71
14.3. Acórdão nº. 2.710/2003 – TCU - Plenário	77
14.4. Instruções Normativas TCU nº. 27/1998 e 46/2004.....	84
14.5. Auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União	84
15. DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DAS TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS CUJO VALOR SEJA INFERIOR AO ESTABELECIDO PELO TCU.....	84
16. DEMONSTRATIVO DAS TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS EM QUE TENHA OCORRIDO APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	85
17. DEMONSTRATIVO COM INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS OCORRÊNCIAS DE PERDAS, EXTRAVIOS OU OUTRAS IRREGULARIDADES CUJO DANO FORA RESSARCIDO	85
18. DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	86
18.1. Publicidade Institucional.....	86
18.2. Publicidade Legal.....	86
18.3. Publicidade de Utilidade Pública.....	86
19. RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO (Em atendimento ao ANEXO I, item 3.3.3.4 da Norma de Execução n.º 03/2006 da Portaria CGU n.º 555/2006).....	88
19.1. Atuação da SFC/CGU/PR em 2006.....	88



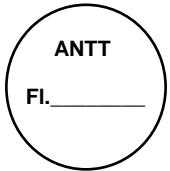
19.2.	Recomendações da Secretaria Federal de Controle Interno.....	89
19.3.	Disponibilização de documentos na internet.	92
19.4.	Portal Transparência Pública.....	92
19.5.	Outras Diligências da SFC/CGU/PR.....	93
20.	APURAÇÃO DE DENÚNCIAS RECEBIDAS (<i>Em atendimento ao ANEXO I, item 3.3.3.4 da Norma de Execução nº. 03/2006 da Portaria CGU n.º 555/2006</i>).....	93
21.	RECURSOS HUMANOS (<i>Em atendimento ao ANEXO I, item 3.3.3.4 da Norma de Execução nº. 03/2006 da Portaria CGU n.º 555/2006</i>).....	94
22.	DIÁRIAS (<i>Em atendimento ao ANEXO I, item 3.3.3.4 da Norma de Execução nº. 03/2006 da Portaria CGU n.º 555/2006</i>).....	95
PARTE B.....		96
1.1.	Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros.....	96
1.1.1.	Fiscalização Técnico Operacional.....	96
1.1.2.	Fiscalização Econômico-Financeira.....	98
1.1.3.	Regulação Técnico-Operacional	99
1.1.3.1.	Delegações para Prestação de Serviço Regular.....	99
1.1.3.2.	Transferências	101
1.1.3.3.	Alteração Operacional de Serviços Regulares.....	101
1.1.3.4.	Disposições Regulamentares	101
1.1.4.	Regulação Econômico-Financeira	103
1.1.4.1.	Operações de Reestruturação Societária	103
1.1.4.2.	Alteração de Estatuto, Contrato Social e Acordo de Acionistas	103
1.1.4.3.	Análise de transferência de permissão de serviço de transporte coletivo rodoviário interestadual e internacional de passageiros.....	104
1.1.4.4.	Apuração de descumprimento às disposições editalícias, contratuais e legais	104
1.1.5.	Reajustes Tarifários de Permissionárias.....	105
1.1.6.	Autorizatórias	106
1.1.7.	Convênios	106
1.1.8.	Treinamento	108
1.1.9.	Estudos	108
1.1.10.	Audiências e Consultas Públicas.....	110
1.2.	Exploração da Infra-Estrutura Rodoviária.....	111
1.2.1.	Fiscalização.....	111
1.2.1.1.	Fiscalização Técnico-Operacional	111
1.2.1.2.	Fiscalização do Transporte Rodoviário de Cargas	112
1.2.1.3.	Fiscalização dos Recursos de Desenvolvimento Tecnológico – RDT	113
1.2.1.4.	Fiscalização do Programa de Seguros das Concessionárias Rodoviárias	115
1.2.1.5.	Solicitação de Uso e Ocupação da Faixa de Domínio.....	116
1.2.1.6.	Fiscalização Econômico-Financeira	116
1.2.2.	Regulação.....	117
1.2.3.	Estudos e Análises	118
1.2.3.1.	2ª Etapa de Concessões Federais.....	118
1.2.3.2.	3ª Etapa de Concessões Federais.....	118
1.2.3.3.	Parceria Público-Privada – BR 324 e BR 116.....	118
1.2.3.4.	Estudos de tráfego	119
1.2.3.5.	Estudos relativos à concessão da rodovia BR – 163 (trecho Nova Mutum/MT – Santarém/PA)	120
1.2.4.	Regulação Econômico-Financeira	120
1.2.4.1.	Operação de Reestruturação Societária	120
1.2.4.2.	Reajustes Tarifários.....	121



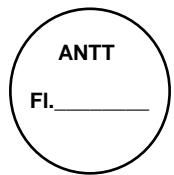
1.2.5. Gestão dos Contratos de Exploração das Rodovias Concedidas	122
1.2.5.1. Revisão dos Programas de Exploração.....	122
1.2.5.2. Acompanhamento dos Cronogramas Físico-Financeiros	122
1.2.5.3. Análise de Projetos Executivos	123
1.2.5.4. Análise e Aprovações dos Planejamentos Anuais	123
1.2.5.5. Sistema de Gestão de Fiscalização das Rodovias.....	123
1.2.5.6. Análise de aspectos técnico-operacionais	124
1.2.5.7. Decretos Expropriatórios.....	124
1.2.6. Convênios	124
1.3. Transporte Rodoviário de Cargas.....	125
1.3.1. Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga – RNTRC	125
1.3.2. Transporte Rodoviário Internacional de Cargas.....	126
1.3.3. Transporte de Produtos Perigosos	128
1.4. Transporte Multimodal.....	128
1.5. Transporte Dutoviário.....	129
1.6. Transporte Ferroviário	129
1.6.1. Usuários Dependentes de Ferrovia.....	129
1.6.2. Direito de Passagem e Tráfego Mútuo.....	129
1.6.3. Trens Turísticos e Culturais	130
1.6.4. Fiscalização das Concessões Ferroviárias.....	132
1.6.4.1. Inspeções Técnico-Operacionais Programadas	132
1.6.4.2. Inspeções Técnico-Operacionais Eventuais	132
1.6.4.3. Inspeção de Ativos Ferroviários.....	139
1.6.4.4. Inspeção de Atendimento a Clientes	143
1.6.4.5. Fiscalização Econômico-Financeira	144
1.6.5. Regulação Técnico Operacional	146
1.6.5.1. Acompanhamento das Metas de Produção e de Redução de Acidentes.....	146
1.6.5.2. Acompanhamento dos Planos Trienais de Investimentos	147
1.6.5.3. Adequação dos Contratos de Concessão de acordo com o art. 50, da Lei nº. 10.233/02 ...	148
1.6.6. Disposições Regulamentares.....	148
1.6.7. Regulação Econômico-Financeira	149
1.6.7.1. Estruturação do Setor Ferroviário	149
1.6.7.2. Operação de Reestruturação Societária	150
1.6.7.3. Alteração de Estatuto, Contrato Social e Acordo de Acionistas	151
1.6.7.4. Apuração de descumprimento às disposições editalícias, contratuais e legais por concessionárias ferroviárias	151
1.6.7.5. Análise de pleitos diversos formulados pelas concessionárias ferroviárias.....	152
1.6.7.6. Operações Financeiras.....	152
1.6.7.7. Reajustes Tarifários.....	153
1.6.7.8. Estudos e elaboração de propostas de resoluções.....	154
1.6.8. Convênios	164
1.6.9. Realização de Audiências e Consultas Públicas	165
1.6.10. Decisões e Acórdãos do Tribunal de Contas da União	166
2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	168
2.1. Considerações Gerais	168
2.2. Proposta Orçamentária - Retrospectiva	170
2.3. Orçamento Aprovado – Lei nº. 11.306, de 16/05/2006.....	170
2.4. Alterações Orçamentárias Solicitadas	170
2.5. Créditos Aprovados	172
2.6. Análise do Desempenho Orçamentário.....	173



3. GESTÃO FINANCEIRA	175
3.1. Receita Própria	175
3.1.1. Receita Patrimonial.....	175
3.1.2. Receita de Serviços	176
3.1.3. Outras Receitas Correntes	177
3.2. Balanço Orçamentário	178
3.3. Situação dos Recursos Disponíveis.....	178
3.4. Recursos Financeiros Realizáveis.....	179
3.5. Recursos Exigíveis.....	179
3.6. Financiamento Externo	179
3.7. Cartão de Pagamento do Governo Federal	181
3.8. Convênios Liberados em 2006	183
4. EXECUÇÃO DE PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS PELO BIRD .	187
4.1. Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Eqüitativo e Sustentável - PACE	187
4.2. Public-Private Infrastructure Advisory Facility - PPIAF.....	189
4.3. Demonstrativo do Fluxo Previsto e do Fluxo Realizado.....	190
4.4. Programa de Redução de Custos Logísticos - SWAp	190
4.5. Resultados Alcançados	192
5. GESTÃO DE ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS.....	193
6. GESTÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E PATRIMÔNIO.....	194
6.1. Processos de Aquisição e Contratação de Serviços	195
6.2. Processos de Pagamento de Despesas.....	195
6.3. Instalações (Estruturação Física e Manutenção)	196
6.4. Patrimônio	197
6.5. Transporte	198
6.6. Aquisição de Passagens	198
6.7. Telefonia	199
6.8. Almoxarifado.....	199
7. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	200
7.1. Provimento e Vacância	200
7.1.1. Curso de Formação	202
7.1.2. Projeto de Novo Concurso Público	202
7.1.3. Admissões, Desligamentos e Aposentadorias	202
7.2. Força de Trabalho	203
7.2.1. Cargos Comissionados.....	203
7.2.2. Servidor Temporário	204
7.2.3. Servidores por Vínculo	204
7.2.4. Servidores por Faixa Etária e Sexo	206



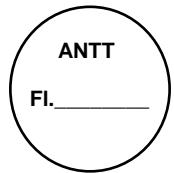
7.3. Gastos com Remuneração	207
7.3.1. Pessoal por Faixa de Remuneração.....	207
7.4. Acompanhamento Funcional	208
7.4.1. Absenteísmo.....	208
7.4.2. Avaliação de Desempenho do Pessoal do Quadro Específico	209
7.4.3. Avaliação de Estágio Probatório.....	210
7.4.4. Avaliação de Desempenho que resultará na Concessão de Gratificações.....	211
7.4.5. Informatização dos Procedimentos para Avaliação de Desempenho	212
7.5. Capacitação	213
7.5.1. Execução Orçamentária da Ação de Capacitação	215
7.5.2. Política de Capacitação	215
7.6. Benefícios	216
7.6.1. Plano de Assistência à Saúde	216
7.6.2 Auxílio Alimentação.....	216
7.6.3. Auxílio Pré-Escolar.....	216
7.6.4. Ajuda de Custo.....	217
7.6.5. Auxílio Transporte	217
7.6.6. Auxílio Moradia.....	217
7.7. Programa Sócio-Educativo	217
7.7.1. Estágio	217
7.7.2. CESAM.....	222
7.8. Serviços Terceirizados	223
7.9. Gestão de Suprimento de Bens e Serviços	224
7.9.1 Aquisições e Contratações	224
8. PROCESSOS DE CONTROLE	226
8.1. Atuação da Auditoria Interna da ANTT	226
8.1.1. Ações junto ao TCU e à SFC.....	226
8.1.2. Ações de Auditoria Interna	226
9. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	231
10. AÇÕES DE COMUNICAÇÃO	232
10.1. Ações de Comunicação em 2006	232
10.1.1 Imprensa.....	232
10.1.2. Relações Públicas.....	232
10.1.3. Atividades Institucionais	233
11. OUVIDORIA	236
11.1. Quantidade manifestações recebidas	236
11.2. Meios de comunicação utilizados.....	236
11.3. Tipos de manifestação	237
11.4. Tratamento das manifestações recebidas	238
11.4.1. Respostas sem consultas a outras áreas da ANTT	239
11.4.2. Respostas com consultas a outras áreas da ANTT	239
11.5. Acontecimentos relevantes em 2006	240
11.5.1. Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTRC.....	241
11.5.2. Reajuste tarifário	241
11.5.3. Estatuto do Idoso.....	241
11.5.4. Concessões rodoviárias	242



12. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	242
12.1. Estudos.....	242
12.2. Convênios e Acordos de Cooperação Técnica	245
12.3. Processos Administrativos Simplificados – PAS	246
12.4. Termo de Ajuste de Conduta – TAC.....	246

Anexos

- I – Organograma
- II – Execução Orçamentária
- III – Quantitativo de Pessoal por Unidade e Área
- IV – Quantitativo de Cargos Comissionados por Unidade e Área
- V – Quantitativo de Pessoal Cedido e Requisitado
- VI – Informações quanto aos Dados Relativos aos Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria, Reforma e Pensão
- VII – Contratos, Termos Aditivos e Apostilamentos
- VIII – Dispensa e Inexigibilidade de Licitação
- IX – Licitações
- X – Diligências e Acórdãos do TCU
- XI – Diárias
- XII – Denúncias



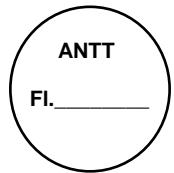
APRESENTAÇÃO

Este Relatório tem por objetivo apresentar as principais atividades desenvolvidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no exercício de 2006.

Atende aos procedimentos relativos à composição dos Processos de Prestação de Contas das Entidades Autárquicas e Fundacionais, estabelecidos pela Instrução Normativa nº. 47/2004 e Decisão Normativa (D.N.) nº. 81/2006, do Tribunal de Contas da União, pela Norma de Execução nº. 03/2006, da Controladoria Geral da União - CGU e à Constituição Federal em seu art. 70, § único.

O presente Relatório divide-se em duas seções, que se apresentam da seguinte forma:

- Parte A – Atende ao ordenamento da I.N. nº 47/2004, da D.N. nº. 81/2006 detalhada pelos Anexos II e X, e pela Portaria CGU nº. 555/2006 que aprova a Norma de Execução nº 3/2006.
- Parte B – Refere-se à memória descritiva das ações desempenhadas por esta Agência.



PARTE A

(Anexos II e X, da D.N. nº. 81/2006, Anexos I e IX da Norma de Execução nº. 03/2006 da Portaria CGU nº. 555/2006)

1. DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA

1.1. Nome completo

Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

1.2. Número do CNPJ

O número constante no cartão CNPJ é 04.898.488/0001-77.

1.3. Natureza jurídica

É entidade integrante da Administração Federal Indireta, está submetida ao regime autárquico especial, é dotada de personalidade jurídica de direito público, independência administrativa, autonomia financeira e funcional.

1.4. Vinculação ministerial

É uma unidade vinculada ao Ministério dos Transportes - MT.

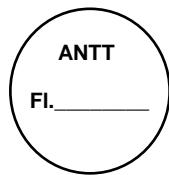
1.5. Endereço completo da sede

Está instalada no endereço SBN – Quadra 2 – Bloco C – Brasília/DF – CEP 70.040-020, serviço fale conosco – 0800-610300.

1.6. Endereço da página institucional na Internet

O endereço eletrônico é “<http://www.antt.gov.br>”.

1.7. Código e nome do órgão, das unidades gestoras (UGs) e gestões utilizadas no SIAFI



Listagem de órgãos, unidades gestoras e gestões, acompanhadas de seus respectivos códigos:

- Código UG: 393001, Gestão: 39250; Sede, Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT;
- Código UG: 393038, Gestão: 39250; URRJ – Unidade Regional do Rio de Janeiro, Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT;
- Código UG: 393043, Gestão: 39250; PPIAF - Implantação de Sistema de Informação Econômico-Financeira de Outorgas;
- Código UG: 393044, Gestão: 39250; PACE - Estudos para Gestão do Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável.

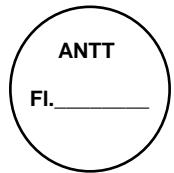
1.8. Norma(s) de criação e finalidade

A Agência foi criada a partir da edição da Lei nº. 10.233 de 05/06/2001 (DOU – 06/06/2001); alterada pela Medida Provisória nº. 2.217-3 de 04/09/2001 (DOU – 05/09/2001) e pelas Leis nº. 10.470 de 25/06/2002 (DOU – 25/06/2002), nº. 10.561 de 13/11/2002 (DOU – 14/11/2002) e nº. 10.871 de 20/05/2004 (DOU – 21/05/2004); e, implantada pelo Decreto nº. 4.130 de 13/02/2002 (DOU – 14/02/2002).

Objetivos

De acordo com a Lei de sua criação, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, a ANTT tem como objetivos:

- Implementar, em sua respectiva esfera de atuação, as políticas formuladas pelo Ministério dos Transportes e pelo Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, segundo os princípios e diretrizes estabelecidos no arcabouço legal mencionado;
- Regular ou supervisionar, em sua respectiva esfera e atribuições, as atividades de prestação de serviços e de exploração da infra-estrutura de transportes, exercidas por terceiros, com vistas a:
 - Garantir a movimentação de pessoas e bens, em cumprimento a padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e tarifas;



- Harmonizar, preservado o interesse público, os objetivos dos usuários, das empresas concessionárias, permissionárias, autorizatárias e arrendatárias, e de entidades delegadas, arbitrando conflitos de interesses e impedindo situações que configurem competição imperfeita ou infração da ordem econômica.

Esfera de Atuação

Constituem a esfera de atuação da ANTT:

- O transporte ferroviário de passageiros e cargas ao longo do Sistema Nacional de Viação;
- A exploração da infra-estrutura ferroviária e o arrendamento dos ativos operacionais correspondentes;
- O transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;
- O transporte rodoviário nacional e internacional de cargas;
- A exploração da infra-estrutura rodoviária federal;
- O transporte multimodal;
- O transporte de cargas especiais e perigosas em rodovias e ferrovias.

A ANTT articular-se-á com as demais Agências, para resolução das interfaces do transporte terrestre com os outros meios de transporte, visando à movimentação intermodal mais econômica e segura de pessoas e bens.

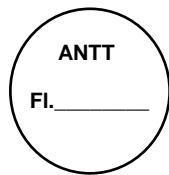
A ANTT harmonizará sua esfera de atuação com a de órgãos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios encarregados do gerenciamento de seus sistemas viários e das operações de transporte intermunicipal e urbano.

A ANTT articular-se-á com entidades operadoras do transporte dutoviário, para resolução de interfaces intermodais e organização de cadastro do sistema de dutovias do Brasil.

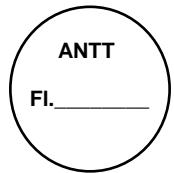
Atribuições Gerais

A ANTT, em sua esfera de atuação, possui as seguintes atribuições gerais:

- I – promover pesquisas e estudos específicos de tráfego e de demanda de serviços de transporte;



- II – promover estudos aplicados às definições de tarifas, preços e fretes, em confronto com os custos e os benefícios econômicos transferidos aos usuários pelos investimentos realizados;
- III – propor ao Ministério dos Transportes os planos de outorgas, instruídos por estudos específicos de viabilidade técnica e econômica, para exploração da infra-estrutura e a prestação de serviços de transporte terrestre;
- IV – elaborar e editar normas e regulamentos relativos à exploração de vias e terminais, garantindo isonomia no seu acesso e uso, bem como à prestação de serviços de transporte, mantendo os itinerários outorgados e fomentando a competição;
- V – editar atos de outorga e de extinção de direito de exploração de infra-estrutura e de prestação de serviços de transporte terrestre, celebrando e gerindo os respectivos contratos e demais instrumentos administrativos;
- VI – reunir, sob sua administração, os instrumentos de outorga para exploração de infra-estrutura e prestação de serviços de transporte terrestre celebrados antes da vigência da Lei nº. 10.233, resguardando os direitos das partes e o equilíbrio econômico-financeiro dos respectivos contratos;
- VII – proceder à revisão e ao reajuste de tarifas dos serviços prestados, segundo as disposições contratuais, após prévia comunicação ao Ministério da Fazenda;
- VIII – fiscalizar a prestação dos serviços e a manutenção dos bens arrendados, cumprindo e fazendo cumprir as cláusulas e condições avençadas nas outorgas e aplicando penalidades pelo seu descumprimento;
- IX – autorizar projetos e investimentos no âmbito das outorgas estabelecidas, encaminhando ao Ministro de Estado dos Transportes, se for o caso, propostas de declaração de utilidade pública para o



cumprimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Medida Provisória nº. 2.217-3, de 04/09/2001;

X – adotar procedimentos para a incorporação ou desincorporação de bens, no âmbito dos arrendamentos contratados;

XI – promover estudos sobre a logística do transporte intermodal, ao longo de eixos ou fluxos de produção;

XII – habilitar o Operador do Transporte Multimodal, em articulação com as demais agências reguladoras de transportes;

XIII – promover levantamentos e organizar cadastro relativos ao sistema de dutovias do Brasil e às empresas proprietárias de equipamentos e instalações de transporte dutoviário;

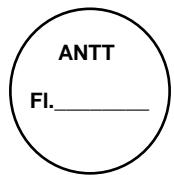
XIV – estabelecer padrões e normas técnicas complementares relativas às operações de transporte terrestre de cargas especiais e perigosas;

XV – elaborar o seu orçamento e proceder à respectiva execução financeira.

1.9. Norma(s) que estabelece(m) a estrutura orgânica no ano de 2006

A Deliberação nº. 137/2006, de 25/05/2006, objetivou redefinir as competências das Unidades Regionais da ANTT, precipuamente definidas como órgãos de representação e de operação local, a organização funcional e as atribuições do Coordenador-Geral, do Coordenador Técnico e do Coordenador Administrativo, cargos de mais alta hierarquia nas Unidades Regionais.

Emitida pelo Diretor-Geral da Agência, a Portaria DG nº. 155, de 07/06/2006, estabelece que os Postos de Fiscalização passem a denominar-se Postos de Fiscalização/Atendimento e que estejam subordinados umas às Unidades Regionais da Agência e, outras, à Superintendência de Serviços de Transportes de Passageiros. Determina, ainda, que as equipes de pesagem alocadas às balanças fixas ou móveis fiquem subordinadas a seus respectivos Postos de Fiscalização/Atendimento.



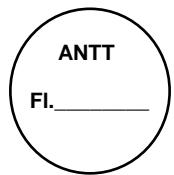
A Resolução nº. 1.613, de 05/09/2006, alterou o Regimento Interno da Agência, mudando a estrutura de duas Superintendências, a de Logística e Transporte Multimodal bem como a de Exploração da Infra-estrutura, por meio da transferência de determinadas competências entre unidades organizacionais.

Estrutura Organizacional

Para cumprimento de suas atribuições e de acordo com o Regimento Interno a Agência está organizada conforme o organograma apresentado no Anexo I deste Relatório.

1.10. Publicação no DOU do Regimento Interno ou Estatuto

Com sede e foro no Distrito Federal, o Regimento Interno foi aprovado por intermédio da Resolução nº. 001 de 20/02/2002 (DOU – 20/03/2002) e alterado conforme as Resoluções nº. 104 de 17/10/2002 (DOU – 23/10/2002), nº. 240 de 03/07/2003 (DOU – 18/07/2003), nº. 399 de 08/01/2004 (DOU – 14/01/2004), nº. 432 de 12/02/2004 (DOU – 04/03/2004), nº. 756 de 29/09/2004 (DOU – 11/10/2004) e nº. 1.613 de 05/09/2006 (DOU 08/09/2006).



2. OBJETIVOS E METAS

2.1. Identificação do programa governamental e/ou das ações administrativas do plano de ação

Programa 0224: Exploração da Infra-estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário

- Ação 6213 – Concessão e Regulação de Ferrovias Federais
- Ação 6266 – Concessão e Regulação de Rodovias Federais
- Ação 2348 – Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infra-Estrutura Ferroviária
- Ação 2907 – Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura Rodoviária

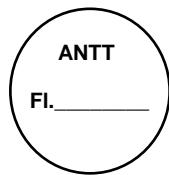
Programa 0225: Gestão da Política de Transportes

- Ação 2B98 – Estudos para Gestão do Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Eqüitativo e Sustentável – PACE
- Ação 7732 – Implantação de Sistema de Informações Econômico-Financeiras de Outorgas

Programa 0227: Serviço de Transporte Rodoviário

- Ação 4922 – Concessão e Regulação dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas Interestadual e Internacional de Passageiros
- Ação 2347 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas
- Ação 2346 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros

2.2. Descrição do programa, projeto/atividade ou ação administrativa em termos do objetivo geral, dos objetivos específicos e dos beneficiários



Programa 0224: Exploração da Infra-estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário

Objetivo geral

Fiscalizar a prestação do serviço de exploração das infra-estruturas rodoviária e ferroviária bem como de suas vias permanentes, a fim de garantir as normas de segurança para prestação do serviço, operação e manutenção dos bens ativos a ela vinculados bem como do determinado nos contratos de concessão. Desenvolver estudos com o objetivo de aumentar a participação da iniciativa privada na operação do serviço público de transporte. Fomentar a pesquisa, o investimento, a restauração e a conservação, melhorando a capacidade da prestação do serviço público de transporte. Estabelecer marcos regulatórios que possam garantir a eficiência no serviço de transporte rodoviário e ferroviário.

Objetivos específicos

Melhorar as condições de tráfego das rodovias e ferrovias federais mediante sua concessão à iniciativa privada ou pela transferência de sua administração aos Estados. Fomentar o desenvolvimento do mercado de transportes otimizando a logística de escoamento de mercadorias tanto para o mercado interno como externo. Oferecer segurança, rapidez e redução de custos, com a manutenção da infra-estrutura da malha ferroviária e rodoviária.

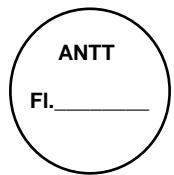
Beneficiários

Usuários e concessionários.

- Ação 6213 – Concessão e Regulação de Ferrovias Federais

Estratégia de implementação

Consiste no desenvolvimento de estudos de viabilidade econômico-financeira, de fluxos e de impactos ambientais, entre outros, de forma a estabelecer marcos regulatórios e a subsidiar as ações regulatórias quanto à exploração da infra-estrutura e do serviço de transporte ferroviário.



- Ação 6266 – Concessão e Regulação de Rodovias Federais

Estratégia de implementação

Desenvolver estudos de viabilidade econômico-financeira, de fluxos e de impactos ambientais, entre outros, de forma a estabelecer marcos regulatórios e a subsidiar as ações regulatórias para a exploração da infra-estrutura rodoviária.

- Ação 2348 – Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura Ferroviária

Estratégia de implementação

Trata-se de fiscalizar o cumprimento das cláusulas contratuais e dos editais previstos nos contratos de concessão com o intuito de assegurar aos usuários qualidade e segurança na prestação dos serviços ferroviários de cargas e passageiros.

- Ação 2907 – Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura Rodoviária

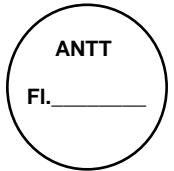
Estratégia de implementação

Consiste em fiscalizar o cumprimento das metas e disposições contratuais celebrados com concessionárias do serviço e exploração da infra-estrutura das rodovias federais e dos convênios de delegação com os estados da Federação, com o intuito de assegurar rodovias em boas condições de trafegabilidade aos usuários.

Programa 0225: Gestão da Política de Transportes

Objetivo geral

Formular a Política Nacional dos Transportes visando o incentivo à modificação da estrutura de produção interna de transporte para redução dos custos logísticos; estímulo à multimodalidade, face ao privilégio às modalidades de melhor rendimento operacional (hidroviária interior e ferroviária); promoção de integração continental por meio de interligação viária com os países limítrofes; apoio ao



desenvolvimento do comércio exterior (rotas estratégicas aos principais portos) e favorecimento à integração intra e inter-regional.

Objetivos específicos

Aprimoramento do setor de transportes, nos seus subsetores: Rodoviário, Hidroviário, Ferroviário e Portuário.

Beneficiários

Usuários dos diversos modais de infra-estrutura, os quais participarão mediante mecanismos de controles sociais, como Audiências Públicas, Consultas Públicas, reuniões com interessados; indústria, comércio, turismo, produtores rurais que dependem da infra-estrutura multimodal; Governos dos Estados e Municípios, mediante cooperação junto ao Ministério dos Transportes.

- Ação 2B98 – Estudos para Gestão do Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Eqüitativo e Sustentável – PACE

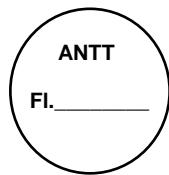
Estratégia de implementação

O PACE implementa ações visando o fortalecimento da capacidade institucional da Agência e a melhoria dos marcos regulatório na exploração das infra-estruturas rodoviária e ferroviária e dos serviços rodoviário e ferroviário de transporte interestadual e internacional de passageiros.

- Ação 7732 – Implantação de Sistema de Informações Econômico-Financeiras de Outorgas

Estratégia de implementação

Financiado com recursos provenientes de doação do PPIAF – BIRD, a Ação visa o desenvolvimento de um Plano de Contas padronizado e o desenho conceitual do sistema de informação para a ANTT e envolve as empresas de concessões e permissões de transportes terrestres afetos à Agência.



Programa 0227: Serviço de Transporte Rodoviário

Objetivo geral

Fiscalizar a prestação do serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, transporte rodoviário internacional de cargas, transporte rodoviário de produtos perigosos e de cargas especiais a fim de garantir a segurança e o determinado nos acordos operacionais. Desenvolvimento de estudos de demanda de serviços de movimentação de cargas e passageiros, estudos de fluxos, estudos e pesquisas de satisfação de usuários, acompanhamento de impacto ambiental decorrente desta atividade, bem como estabelecer marcos regulatórios que possam garantir a eficiência no serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e transporte rodoviário de cargas.

Objetivos específicos

Assegurar a qualidade e a segurança no serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e garantir o cumprimento dos acordos internacionais de transporte rodoviário de carga, por meio de parcerias com a iniciativa privada e convênios com universidades e órgãos públicos.

Beneficiários

Usuários, permissionários e autorizatários.

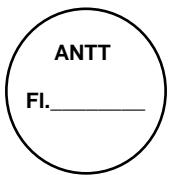
- Ação 4922 – Concessão e Regulação dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas Interestadual e Internacional de Passageiros

Estratégia de implementação

Compõe-se por desenvolver estudos para estabelecer marcos regulatórios e subsidiar ações regulatórias para o serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e para o Transporte Rodoviário de Cargas.

- Ação 2347 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas

Estratégia de implementação



Fundamenta-se em fiscalizar o cumprimento das normas técnicas constantes da legislação em vigor com o intuito de assegurar a qualidade e segurança nos serviços de transporte rodoviário de cargas, especiais, de produtos perigosos e internacionais.

- Ação 2346 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros

Estratégia de implementação

Consiste em fiscalizar o cumprimento das normas técnicas constantes da legislação em vigor com o intuito de assegurar a qualidade e segurança nos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

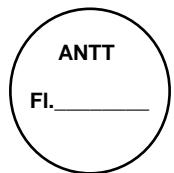
A seguir é apresentado um quadro analítico que identifica, por programa e ação orçamentária, as despesas executadas no exercício de 2006 (em atendimento ao ANEXO IX da Portaria CGU nº. 555/2006):

		Desempenho Físico			Desempenho Financeiro	
Programa	Ação	Meta Física Prevista na LOA	Meta Física Corrigida	Meta Física Executada	Meta Financeira Prevista na LOA	Meta Financeira Executada
0224	6213	4	6	3	2.000.000,00	1.260.023,00
	6266	8	8	5	2.156.000,00	618.211,00
	2348	12	12	12	3.220.000,00	1.232.991,00
	2907	8	6	6	13.670.000,00	8.325.220,00
0225	2B98	1	1	7	2.735.073,00	2.116.152,00
	7732	4	5	1	830.000,00	830.000,00
0227	4922	4	7	5	2.000.000,00	1.062.694,00
	2347	50	4.800.000	8.355.687	6.043.074,00	2.426.579,00
	2346	150	156.392	173.289	13.546.420,00	8.036.623,00
		TOTAL		46.200.567,00	25.908.493,00	

2.3. Indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa, projeto/atividade ou ação administrativa

Programa 0224: Exploração da Infra-estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário

- Ação 6213 – Concessão e Regulação de Ferrovias Federais



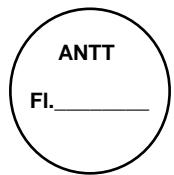
- Outorga concedida
- Ação 6266 – Concessão e Regulação de Rodovias Federais
 - Outorga concedida
- Ação 2348 – Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura Ferroviária
 - Concessionária fiscalizada
- Ação 2907 – Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura Rodoviária (aberta em 8 subtítulos correspondentes a 6 concessões rodoviárias)
 - Concessionária fiscalizada (aberto em 8 subtítulos)

Programa 0225: Gestão da Política de Transportes

- Ação 2B98 – Estudos para Gestão do Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável – PACE
 - Estudo realizado
- Ação 7732 – Implantação de Sistema de Informações Econômico-Financeiras de Outorgas
 - Sistema Implantado

Programa 0227: Serviço de Transporte Rodoviário

- Ação 4922 – Concessão e Regulação dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas Interestadual e Internacional de Passageiros
 - Outorga concedida
- Ação 2347 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas
 - Empresa fiscalizada



- Ação 2346 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros
 - Empresa fiscalizada

2.4. Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária e/ou pactuadas com o supervisor ministerial para o período sob exame das contas

Programa 0224: Exploração da Infra-estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário

- Ação 6213 – Concessão e Regulação de Ferrovias Federais

Meta física:

- Previsão para o período (outorga concedida, em unidades): 4;

Meta financeira:

- Montante previsto na LOA: R\$2.000.000,00.

- Ação 6266 – Concessão e Regulação de Rodovias Federais

Meta física:

- Previsão para o período (outorga concedida, em unidades): 8;

Meta financeira:

- Montante previsto na LOA: R\$2.156.000,00.

- Ação 2348 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Ferroviário

Meta física:

- Previsão para o período (concessionária fiscalizada, em unidades): 12;

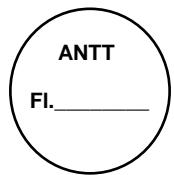
Meta financeira:

- Montante previsto na LOA: R\$3.220.000,00.

- Ação 2907 – Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura Rodoviária

Meta física:

- Previsão para o período (concessionária fiscalizada, em unidades): 8;



Meta financeira:

- Montante previsto na LOA: R\$13.670.000,00 (distribuído em 8 subtítulos).

Programa 0225: Gestão da Política de Transportes

- Ação 2B98 – Estudos para Gestão do Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Eqüitativo e Sustentável – PACE

Meta física:

- Previsão para o período (estudo realizado, unidade): 1;

Meta financeira:

- Montante previsto na LOA: R\$ 2.735.073,00.

- Ação 7732 – Implantação de Sistema de Informações Econômico-Financeiras de Outorgas

Meta física:

- Previsão para o período (sistema implantado, % da execução física): 4;

Meta financeira:

- Montante previsto na LOA: R\$ 830.000,00.

Programa 0227: Serviço de Transporte Rodoviário

- Ação 4922 – Concessão e Regulação dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas Interestadual e Internacional de Passageiros

Meta física:

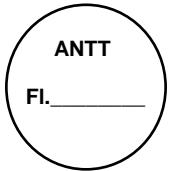
- Previsão para o período (outorga concedida, em unidades): 4;

Meta financeira:

- Montante previsto na LOA: R\$ 2.000.000,00.

- Ação 2347 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas

Meta física:



- Previsão para o período (empresa fiscalizada, em unidades): 50;

Meta financeira:

- Montante previsto na LOA: R\$ 6.043.074,00.

- Ação 2346 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros

Meta física:

- Previsão para o período (empresa fiscalizada, em unidades): 150;

Meta financeira:

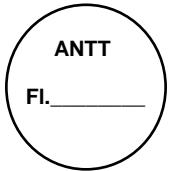
- Montante previsto na LOA: R\$ 13.546.420,00.

3. INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

3.1. Nome do indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho do programa

No relatório de gestão referente ao exercício de 2005, a ANTT relatou todo o histórico de seus esforços no sentido de adequar a estrutura programática do orçamento anual à expressão de suas reais atividades e aos correspondentes produtos esperados, no sentido de proporcionar à sociedade e aos órgãos de controle uma leitura precisa para a avaliação do desempenho de suas competências legais retratadas nos resultados alcançados para as metas anuais estabelecidas a cada uma dessas perspectivas de atuação esperada da Agência no uso dos escassos recursos públicos.

A legitimidade desta Agência neste projeto de racionalização da estrutura do seu orçamento para o alcance da transparência em suas atividades voltadas ao cumprimento dos objetivos de sua existência recebeu o reconhecimento do mérito e da real necessidade de sua completa implementação, no relatório de auditoria nº. 175457, da Controladoria-Geral da União, referente à Prestação de Contas Anual do exercício de 2005, em que recomenda: “*Com o intuito de que as distorções apresentadas nos indicadores sejam definitivamente sanadas, recomendamos à*



ANTT que promova novas gestões junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no que se refere aos ajustes necessários das Ações concernentes à Agência, em conformidade com as alternativas descritas no seu próprio Relatório de Prestação Anual de Contas de 2005.”.

Em 2006, ainda que apoiada com o parecer favorável da Controladoria-Geral da União, mais uma vez a Agência não alcançou a sensibilização para que se acatasse a proposta mais ampla nas negociações das fases qualitativa e quantitativa da elaboração do orçamento anual para 2007 e da revisão do PPA 2004-2007 com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, com a interveniência do Ministério dos Transportes – MT.

Entretanto por ocasião do envio da peça orçamentária da União para apreciação do Congresso Nacional constatou-se sucesso no alcance das alterações propostas para as seguintes ações:

2346 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros

Produto esperado: de Empresa Fiscalizada para **Veículo Fiscalizado**

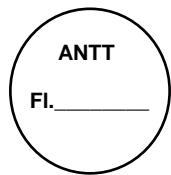
2347 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas

Produto esperado: de Empresa Fiscalizada para **Veículo Fiscalizado**

Para o exercício de 2006 foi aprovada a migração da Ação “*Fiscalização dos Serviços de Transporte Ferroviário*” para o Programa 0224 – “*Exploração da Infra-estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário*”. Foi adotado o nome “Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura Ferroviária”, uma vez que contribui mais fortemente para a consecução dos objetivos do Programa 0224.

Outra mudança verificada no ano de 2006 foi em relação à ação 10WN “Assistência Técnica para Gestão do Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Eqüitativo e Sustentável”, visto que esta foi alterada tanto em seu título como no produto esperado. Passou a chamar-se “Estudos para Gestão do Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Eqüitativo e Sustentável”, identificada pelo código 2B98 e seu produto “agenda implantada” foi substituído por “estudo realizado”.

No que tange às ações “Concessão e Regulação de Ferrovias Federais” e “Concessão e Regulação de Rodovias Federais”, integrantes do Programa “*Exploração da Infra-estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário*”, e à ação

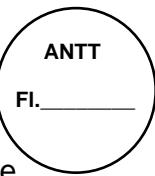


"Concessão e Regulação dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas Interestadual e Internacional de Passageiros", integrante do Programa "Serviços de Transporte Rodoviário", foi solicitada mais uma vez a exclusão dessas Ações dos respectivos Programas. De forma complementar, pleiteou-se a introdução de ações para substituí-las, quais sejam, "Estudos para Regulação da Concessão de Ferrovias Federais", "Estudos para Regulação da Concessão de Rodovias Federais" e "Estudos para Regulação dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros e para o Transporte Rodoviário de Cargas". O produto gerado a partir de cada uma das ações é "estudo realizado".

Ademais, propôs-se a alteração da localização dos gastos dos subtítulos da ação "Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura Rodoviária", também inserida no programa "Exploração da Infra-estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário", de "regional" para "nacional", pois se constituem em eixos de integração nacional, desempenhando importante papel logístico na cadeia produtiva e fazendo com que seus benefícios atinjam indistintamente todo o País. A fiscalização, quer por suas características, quer pela situação geográfica das concessões, é realizada abrangendo duas ou mais concessionárias numa mesma atividade. Assim, a divisão das despesas de fiscalização das concessões rodoviárias por subtítulo torna-se de difícil execução dado que demandaria controles extremamente complexos de apropriação de horas trabalhadas. Desta forma, considera-se que a avaliação das despesas realizadas deverá ocorrer pela agregação dos subtítulos em Nacional. Deve-se ressaltar também que a sistemática atual induz a entendimento equivocado quanto ao número de concessionárias fiscalizadas, exemplificado pela separação em três subtítulos as rodovias que compõem a concessão do Pólo de Pelotas, e portanto acrescendo em 2 o número total das concessões atuais.

Situação das alterações na estrutura do orçamento da ANTT.

SITUAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA DO ORÇAMENTO DA ANTT				
Programa/ Ação	Título Produto Esperado	Item a ser adequado	Alteração Proposta	Situação
0224	Exploração da Infra-estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário			
6213	Concessão e Regulação da Concessão de Ferrovias Federais Outorgas Concedidas	Título e Produto Esperado	Estudos para Regulação da Concessão de Ferrovias Federais Estudo Realizado	Pendente
6266	Concessão e Regulação da Concessão de Rodovias Federais Outorgas Concedidas	Título e Produto Esperado	Estudos para Regulação da Concessão de Rodovias Federais Estudo Realizado	Pendente
2907	Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura Rodoviária Concessionária Fiscalizada (vários sub-títulos)	Subtítulos	Agregação dos subtítulos em nacional	Pendente
0225	Gestão da Política de Transportes			
10WN	Assistência Técnica para Gestão do Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável – PACE Agenda implantada (%)	Título e Produto Esperado	Estudos para Gestão do Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável – PACE Estudo Realizado (unidade)	Implementada LOA 2006
0226	Serviços de Transporte Ferroviário			
2348	Fiscalização dos Serviços de Transporte Ferroviário	Programa de Trabalho	Transferência para o Programa 0224 Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura Ferroviária	Implementada LOA 2006
0227	Serviços de Transporte Rodoviário			
4922	Concessão e Regulação dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros e para o Transporte Rodoviário de Cargas Outorga Concedida	Título e Produto Esperado	Estudos para Regulação dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros e para o Transporte Rodoviário de Cargas Estudo Realizado	Pendente
2347	Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas Empresa Fiscalizada	Produto Esperado	Veículo Fiscalizado	Implementada LOA 2007
2346	Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros Empresa Fiscalizada	Produto Esperado	Veículo Fiscalizado	Implementada LOA 2007



A ANTT continuará registrando no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan do MP os indicadores efetivos para cada ação ainda pendente, conjuntamente ao estabelecimento de metas reais de desempenho e que traduzem a correta identificação das atividades efetivamente realizadas.

Com base em Programas, Ações e montantes de recursos geridos pela Agência, identificou-se os seguintes indicadores para avaliar o desempenho das atividades desenvolvidas em 2006:

- Ação 6213 – Concessão e Regulação de Ferrovias Federais.
 - Indicadores utilizados: estudos realizados e execução orçamentária.
- Ação 6266 – Concessão e Regulação de Rodovias Federais
 - Indicadores utilizados: estudos realizados e execução orçamentária.
- Ação 2348 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Ferroviário
 - Indicadores selecionados: concessionárias fiscalizadas e execução orçamentária.
- Ação 2907 – Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura Rodoviária
 - Indicadores selecionados: concessionárias fiscalizadas e execução orçamentária.
- Ação 2B98 – Estudos para Gestão do Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Eqüitativo e Sustentável – PACE
 - Indicadores selecionados: estudos realizados e execução orçamentária.
- Ação 7732 – Implantação de Sistema de Informações Econômico-Financeiras de Outorgas
 - Indicadores selecionados: sistemas implantados e execução orçamentária.

- Ação 4922 – Concessão e Regulação dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas Interestadual e Internacional de Passageiros
 - Indicadores selecionados: estudos realizados e execução orçamentária.
- Ação 2347 – Fiscalização do Serviço de Transporte Rodoviário de Cargas
 - Indicadores selecionados: veículos fiscalizados e execução orçamentária.
- Ação 2346 – Fiscalização do Serviço de Transporte Interestadual e Internacional de Passageiros
 - Indicadores selecionados: veículos fiscalizados e execução orçamentária.

3.2. Descrição (o que pretende medir) e tipo de indicador (de Eficácia, de Eficiência ou de Efetividade)

Programa 0224: Exploração da Infra-estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário

Dentro deste Programa temos as ações a seguir:

- Ação 6213 – Concessão e Regulação de Ferrovias Federais.

Indicadores selecionados:

- Quantidade de Estudos Realizados para a Regulação da Concessão de Ferrovias Federais
 - Descrição: total de estudos realizados para suporte à regulamentação das concessões da infra-estrutura ferroviária e de sua operação em comparação com a meta para o período.
 - Tipo de indicador: de eficácia, devido à análise basear-se na quantidade de estudos realizados ou em desenvolvimento em relação à meta estabelecida para o período.
- Execução Orçamentária no Desenvolvimento dos Estudos

- Descrição: montante da despesa realizada no desenvolvimento desses estudos em comparação com a dotação do período.
 - Tipo de indicador: de eficiência, visto que o parâmetro de análise é uma razão entre os valores executados e aqueles estimados inicialmente.
- Ação 6266 – Concessão e Regulação de Rodovias Federais

Indicadores selecionados:

- Quantidade de Estudos Realizados para a Regulação da Concessão de Rodovias Federais
 - Descrição: total de estudos realizados para suporte à regulamentação das concessões da infra-estrutura rodoviária em comparação com a meta para o período.
 - Tipo de indicador: de eficácia, devido à análise basear-se na quantidade de estudos realizados ou em desenvolvimento em relação à meta estabelecida para o período.
 - Execução Orçamentária no Desenvolvimento dos Estudos
 - Descrição: montante da despesa realizada no desenvolvimento desses estudos em comparação com a dotação do período.
 - Tipo de indicador: de eficiência, visto que o parâmetro de análise é uma razão entre os valores executados e aqueles estimados inicialmente.
- Ação 2348 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Ferroviário

Indicadores selecionados:

- Quantidade de Concessionárias Ferroviárias Fiscalizadas
 - Descrição: total de concessionárias fiscalizadas em relação ao conjunto de concessionárias.
 - Tipo de indicador: de eficácia, pois a avaliação fundamenta-se no total das concessões fiscalizadas em comparação à meta de fiscalização estipulada previamente para o período.

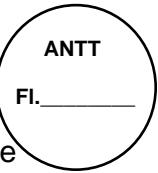
- Execução Orçamentária no Exercício da Fiscalização
 - Descrição: montante da despesa realizada no desenvolvimento das ações de fiscalização quer diretamente ou por intermédio das Unidades Regionais e dos Postos de Fiscalização/Atendimento em comparação com a dotação do período.
 - Tipo de indicador: de eficiência, visto que o parâmetro de análise é uma razão entre os valores executados e aqueles determinados inicialmente.
- Ação 2907 – Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura Rodoviária

Indicadores selecionados:

- Quantidade de Concessionárias Rodoviárias Fiscalizadas
 - Descrição: total de concessionárias fiscalizadas em relação ao conjunto de concessionárias.
 - Tipo de indicador: de eficácia, pois a avaliação fundamenta-se no total das concessões fiscalizadas em comparação à meta de fiscalização estipulada previamente para o período.
- Execução Orçamentária no Exercício da Fiscalização
 - Descrição: montante da despesa realizada no desenvolvimento das ações de fiscalização executadas diretamente, por intermédio das Unidades Regionais e dos Postos de Fiscalização/Atendimento em comparação com a dotação do período .
 - Tipo de indicador: de eficiência, visto que o parâmetro de análise é uma razão entre os valores executados e aqueles estimados inicialmente.

Programa 0225: Gestão da Política de Transportes

Dentro deste Programa temos:



- Ação 2B98 – Estudos para Gestão do Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Eqüitativo e Sustentável – PACE

Indicadores selecionados:

- Quantidade de Estudos Realizados
 - Descrição: total dos estudos realizados no atendimento à Agenda em comparação com a meta para o período.
 - Tipo de indicador: de eficácia, pois a avaliação fundamenta-se no total dos estudos realizados em comparação à meta de estipulada previamente para o período.
 - Execução Orçamentária no Exercício da Fiscalização
 - Descrição: montante da despesa realizada no desenvolvimento desses estudos em comparação com a dotação do período.
 - Tipo de indicador: de eficiência, visto que o parâmetro de análise é uma razão entre os valores executados e aqueles determinados inicialmente.
- Ação 7732 – Implantação de Sistema de Informações Econômico-Financeiras de Outorgas

Indicadores selecionados:

- Quantidade de Sistemas Implantados
 - Descrição: total dos sistemas implantados em comparação com a meta para o período.
 - Tipo de indicador: de eficácia, pois a avaliação fundamenta-se no total dos sistemas realizados em comparação à meta estipulada previamente para o período.
- Execução Orçamentária no Exercício da Fiscalização
 - Descrição: montante da despesa realizada no desenvolvimento desses sistemas em comparação com a dotação do período.

- Tipo de indicador: de eficiência, visto que o parâmetro de análise é uma razão entre os valores executados e aqueles determinados inicialmente.

Programa 0227: Serviço de Transporte Rodoviário

Dentro deste Programa temos as ações a seguir:

- Ação 4922 – Concessão e Regulação dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas Interestadual e Internacional de Passageiros

Indicadores selecionados:

- Quantidade de Estudos Realizados para a Regulação dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros e para o Transporte Rodoviário de Cargas
 - Descrição: total de estudos realizados para suporte à regulação do transporte de passageiros e para a análise do transporte de cargas e seu mercado em comparação com a meta para o período.
 - Tipo de indicador: de eficácia, devido à análise basear-se na quantidade de estudos desenvolvidos em função do total estabelecido como meta a ser alcançada durante o período.
- Execução Orçamentária no Desenvolvimento dos Estudos
 - Descrição: montante da despesa realizada no desenvolvimento desses estudos em comparação com a dotação do período.
 - Tipo de indicador: de eficiência, visto que o parâmetro de análise é uma razão entre os valores executados e aqueles estimados inicialmente.
- Ação 2347 – Fiscalização do Serviço de Transporte Rodoviário de Cargas

Indicadores selecionados:

- Quantidade de Veículos Fiscalizados

- Descrição: total de veículos fiscalizados com relação à provisão do Vale Pedágio, ao Excesso de Peso ao Registro Nacional do Transportador Rodoviário de Cargas (RNTRC) e ao Transporte Rodoviário Internacional de Cargas (TRIC), pertencentes ao universo de transportadores de cargas, em comparação com a meta para o período.
- Tipo de indicador: de eficácia, pois a avaliação fundamenta-se no total de veículos fiscalizados em comparação com metas de fiscalizações estimadas para o período.
- Execução Orçamentária no Exercício da Fiscalização
 - Descrição: montante da despesa realizada no desenvolvimento das ações de fiscalização efetuadas diretamente, por intermédio das Unidades Regionais ou dos Postos de Fiscalização/Atendimento em comparação com a dotação do período.
 - Tipo de indicador: de eficiência, visto que o parâmetro de análise é uma razão entre os valores executados e aqueles determinados inicialmente.
- Ação 2346 – Fiscalização do Serviço de Transporte Interestadual e Internacional de Passageiros

Indicadores selecionados:

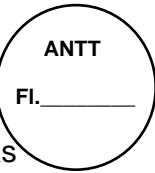
- Quantidade de Veículos Fiscalizados
 - Descrição: total de veículos fiscalizados pertencente ao universo de permissionárias do transporte de passageiros quer diretamente, por intermédio das Unidades Regionais, Postos de Fiscalização/Atendimento nos terminais rodoviários ou nas rodovias, em comparação com a meta para o período.
 - Tipo de indicador: de eficácia, pois a avaliação fundamenta-se no total de veículos fiscalizados em comparação com metas de fiscalizações estimadas para o período.

- Execução Orçamentária no Exercício da Fiscalização
 - Descrição: montante da despesa realizada no desenvolvimento das ações de fiscalização feitas diretamente por intermédio das Unidades Regionais ou dos Postos de Fiscalização/Atendimento em comparação com a dotação do período.
 - Tipo de indicador: de eficiência, visto que o parâmetro de análise é uma razão entre os valores executados e aqueles determinados inicialmente.

3.3. Forma de cálculo e método de medição

Programa 0224: Exploração da Infra-estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário

- Ação 6213 – Concessão e Regulação de Ferrovias Federais
 - Forma de cálculo: levantamento do total de estudos relativos ao assunto desenvolvidos durante o ano de 2006.
 - Método de medição: direto.
- Ação 6266 – Concessão e Regulação de Rodovias Federais
 - Forma de cálculo: levantamento do total de estudos relativos ao assunto desenvolvidos durante o ano de 2006.
 - Método de medição: direto.
- Ação 2348 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Ferroviário
 - Forma de cálculo: aferição do total de concessionárias fiscalizadas em relação ao conjunto de concessionárias para as quais foi transferido o direito de exploração da infra-estrutura e prestação do serviço de transporte ferroviário conforme o previsto para o ano-base.
 - Método de medição: direto.
- Ação 2907 – Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura Rodoviária



- Forma de cálculo: aferição do total de concessionárias fiscalizadas em relação ao conjunto de concessionárias para as quais foi transferido o direito de exploração da infra-estrutura rodoviária conforme o previsto para o ano-base.
- Método de medição: direto.

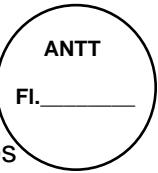
Programa 0225: Gestão da Política de Transportes

Dentro deste Programa temos:

- Ação 2B98 – Estudos para Gestão do Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Eqüitativo e Sustentável – PACE
 - Forma de cálculo: levantamento do total de estudos relativos ao assunto desenvolvidos durante o ano de 2006.
 - Método de medição: direto.
- Ação 7732 – Implantação de Sistema de Informações Econômico-Financeiras de Outorgas
 - Forma de cálculo: levantamento do total de sistemas vinculados às outorgas implantados durante o período em questão.
 - Método de medição: direto.

Programa 0227: Serviço de Transporte Rodoviário

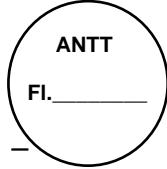
- Ação 4922 – Concessão e Regulação dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas Interestadual e Internacional de Passageiros
 - Forma de cálculo: total de estudos realizados para a permissão do transporte de passageiros e para a autorização do transporte de cargas à iniciativa privada em relação ao número previsto para o período.
 - Método de medição: direto.
- Ação 2347 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas



- Forma de cálculo: aferição do total de veículos fiscalizados pertencente ao universo de transportadores de cargas conforme o previsto para período.
 - Método de medição: direto.
- Ação 2346 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros
- Forma de cálculo: aferição do total de veículos fiscalizados pertencente ao universo de permissionárias do transporte de passageiros conforme o previsto para período.
 - Método de medição: direto.

3.4. Responsável pelo cálculo/medição

- Ação 6213 – Concessão e Regulação de Ferrovias Federais
 - Responsável: Superintendência de Estudos de Mercado – SUEME/ANTT.
- Ação 6266 – Concessão e Regulação de Rodovias Federais
 - Responsável: Superintendência de Estudos de Mercado – SUEME/ANTT.
- Ação 2348 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Ferroviário
 - Responsável: Superintendência de Serviços de Transporte de Cargas – SUCAR/ANTT.
- Ação 2907 – Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura Rodoviária
 - Responsável: Superintendência de Exploração de Infra-estrutura – SUINF/ANTT.
- Ação 2B98 – Estudos para Gestão do Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável – PACE



- Responsável: Superintendência de Estudos de Mercado – SUEME/ANTT.

- Ação 7732 – Implantação de Sistema de Informações Econômico-Financeiras de Outorgas
 - Responsável: Superintendência de Estudos de Mercado – SUEME/ANTT.

- Ação 4922 – Concessão e Regulação dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas Interestadual e Internacional de Passageiros
 - Responsável: Superintendência de Estudos de Mercado – SUEME/ANTT.

- Ação 2347 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas
 - Responsáveis: Superintendência de Logística e Transporte Multimodal – SULOG/ANTT.

- Ação 2346 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário de Interestadual e Internacional de Passageiros
 - Responsável: Superintendência de Serviço de Transporte de Passageiros – SUPAS/ANTT.

4. ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

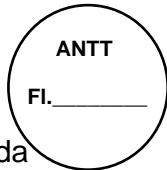
4.1. Identificação do programa, projeto/atividade ou ação administrativa

Programa 0224: Exploração da Infra-estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário

- Ação 6213 – Concessão e Regulação de Ferrovias Federais

- Ação 6266 – Concessão e Regulação de Rodovias Federais

- Ação 2348 – Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura Ferroviária



- Ação 2907 – Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura Rodoviária

Programa 0225: Gestão da Política de Transportes

- Ação 2B98 – Estudos para Gestão do Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável – PACE
- Ação 7732 – Implantação de Sistema de Informações Econômico-Financeiras de Outorgas

Programa 0227: Serviço de Transporte Rodoviário

- Ação 4922 – Concessão e Regulação dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas Interestadual e Internacional de Passageiros
- Ação 2347 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas
- Ação 2346 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros

4.1.1. Programas e Ações de Maior Materialidade (Em atendimento ao ANEXO IX da Norma de Execução n.º 03/2006 da Portaria CGU nº. 555/2006)

Dentre os programas e as ações cujos recursos são geridos pela Agência, seis ações específicas apresentam maior materialidade, uma vez que são responsáveis por 90% do volume financeiro movimentado em 2006.

Programa 0224: Exploração da Infra-estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário

Público alvo

Usuários e concessionários.

Ação 6266 – Concessão e Regulação de Rodovias Federais

Objetivo Geral

Desenvolver estudos de viabilidade econômico-financeira, de fluxos e de impactos ambientais e estabelecer marcos regulatórios para a exploração da infra-estrutura rodoviária.

Objetivos Específicos

Desenvolver estudos que forneçam suporte à regulamentação, concessão e operação das atividades demandadas. Estudos de viabilidade econômico-financeira, fluxo e impactos ambientais, objetivando revisar e ampliar o atual programa de concessão de rodovias federais, preservar o patrimônio público concedido e a qualidade dos serviços, bem como a manutenção da modicidade das tarifas de pedágio.

Funcionograma

Estratégia de Implementação

Desenvolvimento de estudos de viabilidade econômico-financeira, de fluxos e de impactos ambientais, entre outros, de forma a estabelecer marcos regulatórios e a subsidiar as ações regulatórias para a exploração da infra-estrutura rodoviária.

Monitoramento

Por meio de sistemas gerenciais para avaliação técnico-operacional e econômico-financeira das atuais e das futuras concessionárias e desenvolvimento de novos sistemas de monitoração, de modo a garantir a preservação do patrimônio público concedido e a qualidade dos serviços, bem como a manutenção da modicidade das tarifas de pedágio em níveis equilibrados. Realização de programas de exploração rodoviária de trechos selecionados para concessão, identificando a necessidade de estudos de tráfego, de capacidade e de viabilidade

econômico-financeira, para selecionar, na malha viária nacional, novos trechos passíveis de concessão.

Implementação da Ação

Desenvolvimento de estudos que forneçam suporte à regulamentação, concessão e operação das atividades demandadas, por intermédio da ação direta em razão da celebração de convênios com universidades e órgãos públicos, bem como contratos com entidades privadas consideradas aptas a desenvolver os estudos pertinentes.

Envolve estudos de viabilidade econômico-financeira, fluxo e impactos ambientais, objetivando revisar e ampliar o atual programa de concessão de rodovias federais de modo a aumentar a participação da iniciativa privada na operação de trechos com alta densidade de tráfego. Assim, o Tesouro Nacional fica desonerado da obrigação de prover recursos para restauração, conservação, manutenção, melhoramento e ampliação da capacidade das rodovias, levando as concessionárias a assumirem o custo de obras e serviços.

Desempenho Físico		Desempenho Financeiro	
LOA	Encaminhado à Setorial	LOA	Encaminhado à Setorial (com limites)
8	8	2.156.000	2.200.000,00

Ação 2348 – Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura Ferroviária

Objetivo Geral

Fiscalizar o cumprimento das cláusulas contratuais e dos editais previstos nos contratos de concessão com o intuito de assegurar aos usuários qualidade e segurança na prestação dos serviços ferroviários de cargas e passageiros.

Objetivos Específicos

Fiscalizar o cumprimento das cláusulas contratuais e acompanhar o desempenho econômico-financeiro e operacional frente às exigências estabelecidas nos contratos.

Funcionograma

Estratégia de Implementação

Fiscalização do cumprimento das cláusulas contratuais e dos editais previstos nos contratos de concessão com o intuito de assegurar aos usuários qualidade e segurança na prestação dos serviços ferroviários de carga e passageiros. As fiscalizações são realizadas nas concessionárias e em campo.

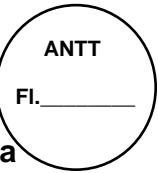
Monitoramento

Planejamento, programação e realização de fiscalizações econômico-financeira e técnico-operacional nas concessionárias e em campo, avaliação da situação encontrada e recomendações, acompanhamento do desempenho econômico-financeiro e operacional das concessionárias frente às metas e demais exigências estabelecidas nos contratos, pesquisa do nível de satisfação do usuário do serviço e aplicação do critério de desempenho operacional.

Implementação da Ação

Fiscalização por intermédio da ação direta da ANTT nas ferrovias e concessionárias, implantando e mantendo unidades operacionais ou por meio da celebração de convênios com órgãos considerados aptos a controlar ou apoiar a fiscalização dos serviços de transporte ferroviário.

Desempenho Físico		Desempenho Financeiro	
LOA	Encaminhado à Setorial	LOA	Encaminhado à Setorial (com limites)
12	12	3.220.000	3.340.000,00



Ação 2907 – Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura Rodoviária

Objetivo Geral

Fiscalizar o cumprimento das metas e disposições contratuais celebrados com concessionárias do serviço e exploração da infra-estrutura das rodovias federais.

Objetivos Específicos

Fiscalizar o cumprimento dos contratos de concessão e monitorar os aspectos relativos da rodovia. Planejar, programar e realizar fiscalizações econômico-financeiras e técnico-operacional.

Funcionograma

Estratégia de Implementação

Fiscalização do cumprimento das metas e disposições contratuais celebrados com concessionárias do serviço e exploração da infra-estrutura das rodovias federais e dos convênios de delegação com os estados da Federação com o intuito de assegurar rodovias em boas condições de trafegabilidade aos usuários, implantando e mantendo unidades operacionais nas rodovias.

Monitoramento

Verificação dos encargos previstos em contratos e convênios; controle por resultados, com ênfase na observância das especificações dos parâmetros e dos padrões de qualidade estabelecidos; homologação de reajustes e revisão de tarifas de pedágio; expansão da capacidade das rodovias; modernização; e, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e das instalações vinculadas às rodovias.

Implementação da Ação

Fiscalização por intermédio da ação direta da ANTT nas rodovias e nas empresas concessionárias, implantando e mantendo unidades operacionais ou por meio da celebração de convênios com órgãos ou empresas consideradas aptas a

realizar análise econômico-financeira, de custos, de gerenciamento de rodovias “pedagiadas” e fiscalização do desempenho das concessões

Desempenho Físico		Desempenho Financeiro	
LOA	Encaminhado à Setorial	LOA	Encaminhado à Setorial (com limites)
8	8	13.670.000	13.790.000,00

Programa 0225: Gestão da Política de Transportes

Público alvo

Usuários dos diversos modais de infra-estrutura, os quais participarão mediante mecanismos de controles sociais, como Audiências Públicas, Consultas Públicas, reuniões com interessados; indústria, comércio, turismo, produtores rurais que dependem da infra-estrutura multimodal; Governos dos Estados e Municípios, mediante cooperação junto ao Ministério dos Transportes.

- Ação 2B98 – Estudos para Gestão do Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Eqüitativo e Sustentável – PACE**

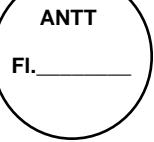
Objetivo Geral

Implementar ações visando o fortalecimento da capacidade institucional da Agência e a melhoria dos marcos regulatórios no setor de transportes terrestres.

Funcionograma

Estratégia de Implementação

Desenvolvimento de estudos, pesquisas e projetos que possam fortalecer a instituição e contribuir para o aperfeiçoamento das ações regulatórias na exploração das infra-estruturas rodoviária e ferroviária e dos serviços rodoviário e ferroviário de transporte interestadual e internacional de passageiros.



Monitoramento

Dar continuidade aos projetos de consultoria que vinham sendo financiados no âmbito do projeto de Restauração e Descentralização de Rodovias Federais, bem como iniciar novos projetos para a Organização de Arquivos e Gestão Documental e produção de material institucional para treinamento de novos servidores.

Implementação da Ação

O desenvolvimento dos estudos, pesquisas e projetos por meio de contratação de consultorias ou celebração de convênios.

Desempenho Físico		Desempenho Financeiro	
LOA	Encaminhado à Setorial	LOA	Encaminhado à Setorial (com limites)
1	1	2.735.073	2.735.073,00

Programa 0227: Serviço de Transporte Rodoviário

Público alvo

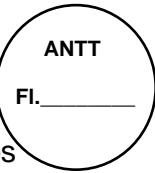
Usuários, permissionários e autorizatários.

- Ação 2347 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas**

Objetivo Geral

Fiscalizar o cumprimento das normas técnicas constantes da legislação em vigor com o intuito de assegurar a qualidade e segurança nos serviços de transporte rodoviário de cargas.

Objetivos Específicos



Fiscalizar nas rodovias o transporte de cargas, as especiais e de produtos perigosos, o excesso de peso e vale-pedágio com o intuito de coibir o transporte irregular e zelar pela qualidade do serviço prestado.

Funcionograma

Estratégia de Implementação

Fiscalização do cumprimento das normas com o intuito de assegurar a qualidade e segurança nos serviços de transporte rodoviário nacional e internacional de cargas, RNTRC, cargas especiais, de produtos perigosos, do excesso de peso e vale-pedágio.

Monitoramento

Atuação de forma permanente no controle de velocidade e do excesso de peso nas rodovias federais, fiscalização do vale-pedágio e do transporte de cargas especiais e de produtos perigosos, com o intuito de coibir o transporte irregular e zelar pela qualidade do serviço prestado.

Implementação da Ação

Fiscalização por ação direta da ANTT nas rodovias, implantando e mantendo unidades operacionais ou por celebração de convênios com órgãos considerados aptos a realizar, controlar ou apoiar a fiscalização dos serviços de transporte rodoviário de cargas especiais e de produtos perigosos.

Desempenho Físico		Desempenho Financeiro	
LOA	Encaminhado à Setorial	LOA	Encaminhado à Setorial (com limites)
50	50	6.043.074	6.083.074,00

- Ação 2346 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros**

Objetivo Geral

Fiscalizar o cumprimento das normas técnicas constantes da legislação em vigor com o intuito de assegurar a qualidade e segurança nos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

Objetivos Específicos

Fiscalizar o transporte nas rodovias federais, bem como fiscalizar diretamente as empresas permissionárias e nos principais terminais rodoviários do País. Fiscalizar a regularidade para a prestação de serviço de fretamento do transporte de passageiros.

Funcionograma

Estratégia de Implementação

Fiscalização do cumprimento das normas técnicas constantes da legislação em vigor executando o acompanhamento econômico-financeiro das empresas permissionárias, bem como técnico-operacional o com o intuito de assegurar a qualidade e segurança nos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros. Fiscalização do transporte autorizado de passageiros para coibir o transporte clandestino.

Monitoramento

Atuação de forma permanente na fiscalização do transporte interestadual de passageiros nas rodovias federais, estaduais e municipais com o intuito de coibir o transporte irregular e zelar pela qualidade do serviço prestado.

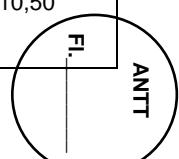
Implementação da Ação

Fiscalização do transporte nas rodovias federais, por ação direta e por convênio com a Polícia Rodoviária Federal, ou nas rodovias estaduais ou municipais, por intermédio de convênios com Agências Reguladoras e órgãos afins nessas esferas de atuação. Atua-se, também, na fiscalização direta nas empresas permissionárias e nos principais terminais rodoviários do País.

Desempenho Físico		Desempenho Financeiro	
LOA	Encaminhado à Setorial	LOA	Encaminhado à Setorial (com limites)
150	150	13.546.420	13.814.212,00

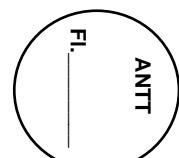
QUADROS DEMONSTRATIVOS DETALHANDO OS 10 MAIORES CONTRATOS/CONVÊNIOS DOS PROGRAMAS DE MAIOR MATERIALIDADE

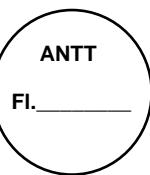
NÚMERO	ELEMENTO DE DESPESA	BENEFICIÁRIO	OBJETO DO CONVÊNIO	TOTAL PACTUADO	LIBERADO EM 2006
005/ANTT/2006	339039	Fundação universidade de Brasília	Desenvolvimento de instrumentos de gestão operacional e institucional do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros	2.995.747,30	1.497.873,66
002/ANTT/2006	339039	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Apoio à fiscalização dos contratos de concessão de rodovias federais na região sudeste	2.266.875,24	341.297,94
003/ANTT/2006	339039	Fundação universidade de Brasília	Apoio e extensão ao monitoramento do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros no âmbito da SUPAS	2.030.251,39	1.522.688,55
012/ANTT/2006	339039	Universidade Federal do Espírito Santo	Monitoramento permanente dos serviços de transporte de passageiros no terminal rodoviário de Vitória	293.267,00	73.316,75
001/ANTT/2006	339039	CEFET – MG	Implantação do plano de ação de fiscalização do transporte de passageiros. Monitoramento do terminal rodoviário de Belo Horizonte – MG	249.548,00	187.161,00
011/ANTT/2006	339039	Universidade Federal de Pernambuco	Implantação do plano de ação de fiscalização do transporte de passageiros, Monitoramento do terminal rodoviário de Recife – PE	227.041,05	65.760,27
008/ANTT/2006	339039	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Implantação do plano de ação de fiscalização do transporte de passageiros. Monitoramento do terminal rodoviário de Porto Alegre - RS	224.000,00	65.000,00
009/ANTT/2006	339039	Universidade Federal de Ouro Preto	Implantação do plano de ação de fiscalização do transporte de passageiros. Monitoramento do terminal rodoviário de Ouro Preto - MG	220.442,00	55.110,50



CONTRATOS REALIZADOS POR CONCORRÊNCIA

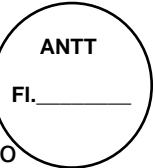
NÚMERO	ELEMENTO DE DESPESA	BENEFICIÁRIO	OBJETO DO CONTRATO	TOTAL PACTUADO	LIQUIDADO EM 2006
20/2006	339035	POLIEDRO – Informática, Consultoria e Serviços Ltda	Organização de Arquivo e Gestão Documental	1.239.806,74	371.942,10
17/2006	339039	DPC Filmes Ltda	Produção de Vídeo, de Cunho Institucional, para Ambientação e Treinamento dos Novos Servidores da ANTT	235.489,88	235.489,88



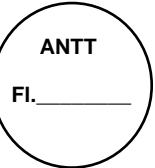


4.2. Indicadores ou parâmetros utilizados na análise

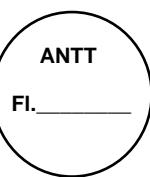
- Ação 6213 – Concessão e Regulação de Ferrovias Federais
 - Indicadores utilizados: estudos realizados e execução orçamentária.
- Ação 6266 – Concessão e Regulação de Rodovias Federais
 - Indicadores utilizados: estudos realizados e execução orçamentária.
- Ação 2348 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Ferroviário
 - Indicadores selecionados: concessionárias fiscalizadas e execução orçamentária.
- Ação 2907 – Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura Rodoviária
 - Indicadores selecionados: concessionárias fiscalizadas e execução orçamentária.
- Ação 2B98 – Estudos para Gestão do Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável – PACE
 - Indicadores selecionados: estudos realizados e execução orçamentária.
- Ação 7732 – Implantação de Sistema de Informações Econômico-Financeiras de Outorgas
 - Indicadores selecionados: sistemas implantados e execução orçamentária.
- Ação 4922 – Concessão e Regulação dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas Interestadual e Internacional de Passageiros
 - Indicadores selecionados: estudos realizados e execução orçamentária.
- Ação 2347 – Fiscalização do Serviço de Transporte Rodoviário de Cargas



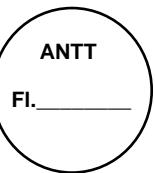
- Indicadores selecionados: veículos fiscalizados e execução orçamentária.
- Ação 2346 – Fiscalização do Serviço de Transporte Interestadual e Internacional de Passageiros
 - Indicadores selecionados: veículos fiscalizados e execução orçamentária.
- 4.3. Metas físicas e financeiras realizadas (valor alcançado)**
 - Ação 6213 – Concessão e Regulação de Ferrovias Federais
 - Metas físicas (corrigidas):
 - Previsão para o período (estudos realizados, em unidades): 6;
 - Execução no período: 3;
 - Percentual executado: 50%.
 - Metas financeiras:
 - Montante previsto na LOA: R\$ 2.000.000,00;
 - Montante liquidado: R\$ 1.260.023,00;
 - Percentual liquidado: 63,00%.
 - Ação 6266 – Concessão e Regulação de Rodovias Federais
 - Metas físicas (corrigidas):
 - Previsão para o período (estudos realizados, em unidades): 8;
 - Execução no período: 5;
 - Percentual executado: 62,50%.
 - Metas financeiras:
 - Montante previsto na LOA: R\$ 2.156.000,00;
 - Montante liquidado: R\$ 618.211,00;
 - Percentual liquidado: 28,67%.
 - Ação 2348 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Ferroviário



- Metas físicas:
 - Previsão para o período (concessionárias fiscalizadas, em unidades): 12;
 - Execução no período: 12;
 - Percentual executado: 100%.
 - Metas financeiras:
 - Montante previsto na LOA: R\$ 3.220.000,00;
 - Montante liquidado: R\$ 1.232.991,00;
 - Percentual liquidado: 38,29%.
- Ação 2907 – Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura Rodoviária
- Metas físicas (corrigidas):
 - Previsão para o período (concessionárias fiscalizadas, em unidades): 6;
 - Execução no período: 6;
 - Percentual executado: 100%.
 - Metas financeiras:
 - Montante previsto na LOA: R\$ 13.670.000,00;
 - Montante liquidado: R\$ 8.325.220,00;
 - Percentual liquidado: 60,90%.
- Ação 2B98 – Estudos para Gestão do Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável – PACE
- Metas físicas:
 - Previsão para o período (estudos realizados, em unidades): 1;
 - Execução no período: 7;
 - Percentual executado: 700%.



- Metas financeiras:
 - Montante previsto na LOA: R\$ 3.063.273,00;
 - Montante liquidado: R\$ 2.116.152,00;
 - Percentual liquidado: 69,08%.
- Ação 7732 – Implantação de Sistema de Informações Econômico-Financeiras de Outorgas
 - Metas físicas (corrigidas):
 - Previsão para o período (sistema implantado, em unidades): 5;
 - Execução no período: 1;
 - Percentual executado: 20,00%.
 - Metas financeiras:
 - Montante previsto na LOA: R\$ 830.000,00;
 - Montante liquidado: R\$ 830.000,00;
 - Percentual liquidado: 100,00%.
- Ação 4922 – Concessão e Regulação dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas Interestadual e Internacional de Passageiros
 - Metas físicas (corrigidas):
 - Previsão para o período (estudos realizados, em unidades): 7;
 - Execução no período: 5;
 - Percentual executado: 71,43%.
 - Metas financeiras:
 - Montante previsto na LOA: R\$ 2.000.000,00;
 - Montante liquidado: R\$ 1.062.694,00;
 - Percentual liquidado: 53,13%.
- Ação 2347 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas



- Metas físicas (corrigidas):
 - Previsão para o período (veículos fiscalizados, em unidades): 4.800.000;
 - Execução no período: 8.355.687;
 - Percentual executado: 174,08%.

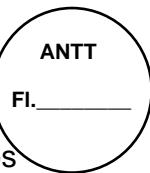
- Metas financeiras:
 - Montante previsto na LOA: R\$ 6.043.074,00;
 - Montante liquidado: R\$ 2.426.579,00;
 - Percentual liquidado: 40,15%.

- Ação 2346 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros
 - Metas físicas (corrigidas):
 - Previsão para o período (veículos fiscalizados, em unidades): 156.392;
 - Execução no período: 173.289;
 - Percentual executado: 110,80%.

 - Metas financeiras:
 - Montante previsto na LOA: R\$ 13.218.220,00;
 - Montante liquidado: R\$ 8.036. 623,00;
 - Percentual liquidado: 60,80%.

4.4. Avaliação do resultado, indicando as causas de sucesso e insucesso

Em 2006 a ANTT registrou um desempenho semelhante ao do ano anterior, alcançando níveis superiores aos previstos e, em alguns casos, incrementais em relação ao ano de 2005. As metas estipuladas de cinco ações orçamentárias para o ano de 2006, em relação ao conjunto de nove ações orçamentárias vinculadas ao PPA, foram igualadas ou superadas quanto ao alcance do desempenho físico esperado.



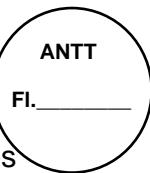
Assim como em outros exercícios, o contingenciamento de recursos financeiros para as despesas com fontes do Tesouro Nacional e para aquelas com fonte de recursos próprios impossibilitaram o pleno alcance das metas físicas de certas ações finalísticas bem como a concretização de novas atividades, visto que somente 56,08% do montante previsto na LOA puderam ser efetivamente empregados no desenvolvimento das atividades de fiscalização e de produção de estudos. No caso das ações finalísticas, o impacto do contingenciamento é mais representativo, uma vez que estes dispêndios não fazem parte das despesas de custeio da ANTT, o que delas retira a prioridade nas decisões de alocação de recursos.

A realidade de contingenciamento orçamentário, apesar de influenciar todos os órgãos e as unidades jurisdicionadas da Administração Pública, impede que se consiga atingir plenamente as metas fixadas para todas as ações da Agência, em especial nos projetos vinculados ao desenvolvimento de estudos.

Priorizou-se a alocação das dotações disponíveis às atividades de fiscalização, tanto aquelas exercidas pelas equipes das unidades organizacionais da sede, pelas Unidades Regionais e pelos Postos de Fiscalização/Atendimento, quanto as desempenhadas por meio de convênios de delegação de competência formalizados junto a órgãos dos demais níveis da administração pública, mais especializados no desenvolvimento de atividades específicas ligadas às inspeções realizadas nas rodovias e ferrovias concedidas.

O desempenho das fiscalizações dos contratos de concessão ferroviária e rodoviária foi plenamente satisfatório, assim como foram superadas as metas em relação à fiscalização dos serviços de transporte rodoviário de passageiros e de cargas.

Novamente as ações vinculadas a estudos, atividades e projetos foram as mais atingidas pelo contingenciamento. Houve grande variabilidade em relação aos resultados logrados, pois foram registrados casos de aderência às metas entre cem por cento e vinte por cento. Os demais estudos variaram de setenta a vinte por cento do previsto. Cabe ressaltar que a resposta às graduais expansões do limites das dotações disponíveis pelos estudos é lenta tendo em vista que os processos de contratação envolvem várias etapas para a escolha da executora. No



projeto relativo ao PACE foi desenvolvido um conjunto de sete estudos, atividades e projetos, em atendimento ao previsto no contrato com o Banco Mundial.

Assim como no ano de 2005, deve-se ressaltar a contribuição aferida por meio da agilização dos processos de contratação e de celebração de convênios, uma vez que estes partiram de anteprojetos previamente elaborados para o alcance mesmo parcial das metas, cooperando para a celeridade de conclusão desses processos.

Por meio do estabelecimento de indicadores aderentes às atividades desenvolvidas pela ANTT, pode-se constatar a dimensão e a efetividade da presença exercida em todas as fiscalizações modais bem como a contribuição dos estudos desenvolvidos para o embasamento técnico dos atos regulatórios emitidos por esta Agência.

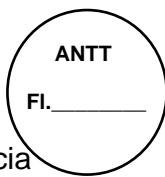
5. MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS

Não foram identificadas disfunções.

6. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS (Convênios e outros meios)

A Agência, objetivando desempenhar suas atribuições legais, estabelece diferentes relacionamentos com órgãos da Administração Pública, o que envolve cessão ou recebimento de recursos para aplicação em programas, projetos, ações ou operações especiais.

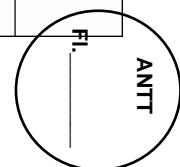
A tabela a seguir apresenta os dados organizados por tipo de transferência (convênio, acordo, ajuste, parceria, subvenção, auxílio ou contribuição), código SIAFI/SIASG, identificação do termo inicial ou aditivos, objeto da avença, data de publicação no DOU, valor total pactuado, valor total recebido ou transferido no exercício, contrapartidas envolvidas, beneficiário e situação da avença.



Quanto aos saldos das contas de convênios, não foi registrada a existência de valores a liberar, de saldos a aprovar e nem de saldos a comprovar para qualquer dos convênios com vigência expirada.

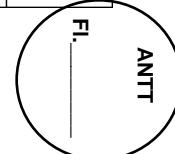
O quadro a seguir mostra o saldo das contas de convênio (em atendimento ao ANEXO IX da Norma de Execução nº. 03/2006 da Portaria CGU nº. 555/2006):

TIPO*	Nº SIAFI	Nº ORIGINAL	BENEFICIÁRIO	CNPJ	Nº PROCESSO	OBJETO DO CONVÉNIO	TOTAL PACTUADO	LIBERADO EM 2006	DATA ASSINATURA	PRAZO DE VIGÊNCIA	DATA PUBL. D.O.U.	SITUAÇÃO
1	514655	022/ANTT/2004	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SC	83.899.526/0001-82	50500.208182/2004-20	Conceber um banco de informações técnicas de transp. Terrestres, objetivando a caracterização do setor no Brasil.	1.945.804,05	291.870,61	20/12/2004	21/12/2004 a 20/06/2006	22/12/2004	ADIMPLENTE
1	523839	006/ANTT/2005	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	00.038.174/0001-43	50500.052433/2005-09	Desenvolvimento de atividades de monitoramento para fiscalização do transp. Rod. Intern. e Interest. de Passageiros, no âmbito da SUPAS.	1.800.133,76	450.033,44	9/6/2005	15/06/2005 a 14/06/2006	15/6/2005	ADIMPLENTE
1	525196	007/ANTT/2005	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	00.038.174/0001-43	50500.059528/2005-45	Desenvolvimento de metodologia de avaliação da qualidade da informação da base de dados do RNTRC, no âmbito da SULOG	333.912,88	83.478,22	4/8/2005	05/08/2005 a 04/04/2006	5/8/2005	ADIMPLENTE
1	524419	009/ANTT/2005	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	00.038.174/0001-43	50500.056928/2005-07	Realização de atividades de ordenamento organizacional e procedimentos de apoio à fiscalização do transp. Rodoviário Internacional e interestadual de passageiros	2.625.300,60	875.100,20	20/7/2005	25/07/2005 a 24/07/2006	25/7/2005	ADIMPLENTE
1	525947	010/ANTT/2005	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	28.523.215/0001-06	50500.207955/2004-05	Cooperação técnico-científica para avaliação dos impactos socioeconômicos da Ponte Rio-Niterói.	299.100,00	187.270,00	24/8/2005	24/08/2005 a 23/05/2006	14/9/2005	ADIMPLENTE
1	525697	011/ANTT/2005	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SC	83.899.526/0001-82	50500.047296/2005-82	Desenvolvimento do sistema de acompanhamento e fiscalização do transporte ferroviário.	1.593.789,00	956.274,00	1/9/2005	01/09/2005 a 31/08/2007	5/9/2005	ADIMPLENTE
1	526914	013/ANTT/2005	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RS	92.969.856/0001-98	50500.071215/2005-65	Implantação do Plano de Ação de Fiscalização nos serviços de transp. de passageiros. Monitoramento no terminal rodoviário de Porto Alegre/RS	224.000,00	159.000,00	4/10/2005	11/10/2005 a 10/10/2006	11/10/2005	ADIMPLENTE
1	537464	014/ANTT/2005	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	00.038.174/0001-43	50500.043665/2005-68	Ident. de entraves burocráticos e exigências legais e tributárias, bem como recomendações de ações de racionalização para o desenv. da multimodalidade no país.	353.018,15	88.254,54	9/11/2005	11/11/2005 a 11/07/2006	11/11/2005	ADIMPLENTE
1	530079	016/ANTT/2005	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	28.523.215/0001-06	50500.076651/2005-21	Desenvolvimento de estudos e pesquisas de natureza técnica na área ferroviária.	517.800,00	344.400,00	9/11/2005	16/11/2005 a 14/03/2007	16/11/2005	ADIMPLENTE
1	530094	017/ANTT/2005	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	28.523.215/0001-06	50500.034409/2005-58	Desenvolvimento de metodologia para o estabelecimento dos valores a serem cobrados pela utilização das faixas de domínio.	200.000,00	160.000,00	18/11/2005	23/11/2005 a 18/08/2006	22/11/2005	ADIMPLENTE



Relatório de Gestão 2006 - ANTT

TIPO*	Nº SIAFI	Nº ORIGINAL	BENEFICIÁRIO	CNPJ	Nº PROCESSO	OBJETO DO CONVÉNIO	TOTAL PACTUADO	LIBERADO EM 2006	DATA ASSINATURA	PRAZO DE VIGÊNCIA	DATA PUBL. D.O.U.	SITUAÇÃO
1	533262	018/ANTT/2005	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ES	32.479.123/0001-43	50500.040688/2005-74	Monitoramento permanente dos serviços de transporte de passageiros no terminal rodoviário de vitória/ES.	288.354,00	216.265,50	14/12/2005	16/12/2005 a 15/12/2006	16/12/2005	ADIMPLENTE
1	534561	019/ANTT/2005	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SC	83.899.526/0001-82	50500.071909/2005-01	Implantação do plano de ação de fiscalização do transporte de passageiros, visando o monitoramento do terminal rodoviário de Florianópolis/SC.	232.200,00	174.150,00	21/12/2005	22/12/2005 a 22/12/2006	22/12/2005	ADIMPLENTE
1	539519	020/ANTT/2005	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SC	83.899.526/0001-82	50500.075033/2005-63	Estudos e análises de cenários logísticos em corredores de transportes; análise dos modelos de financiamento e estudos inerentes ao cálculo de coeficientes no transporte semi-urbano de passageiros.	2.312.736,00	1.272.004,00	23/12/2005	23/12/2005 a 22/06/2008	29/12/2005	ADIMPLENTE
1	542639	021/ANTT/2005	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	00.038.174/0001-43	50500.070076/2005-52	Aprimoramento dos processos de gestão e fiscalização dos contratos de concessões rodoviárias federais.	2.199.725,00	1.843.104,16	23/12/2005	24/12/2005 a 23/03/2007	3/1/2006	ADIMPLENTE
1	554889	022/ANTT/2005	INSPETORIA SÃO JOÃO BOSCO	33.583.592/0048-34	50500.076146/2005-86	Disponibilização de menores aprendizes de auxiliar de serviços administrativos. Programa de aprendizagem.	890.772,90	376.375,45	28/12/2005	28/12/2005 a 28/12/2007	9/1/2006	ADIMPLENTE
1	557823	001/ANTT/2006	CEFET - MG	17.220.203/0001-96	50500.071630/2005-19	Implantação do plano de ação de fiscalização do transporte de passageiros. Monitoramento do terminal rodoviário de Belo Horizonte/MG.	249.548,00	187.161,00	13/4/2006	25/04/2006 a 24/04/2007	25/4/2006	ADIMPLENTE
1	559169	002/ANTT/2006	UNIVERSIDADE FED. DO RIO DE JANEIRO	33.663.683/0001-16	50500.032810/2006-66	Apoio à fiscalização dos contratos de concessão de rodovias federais na região sudeste.	2.266.875,24	341.297,94	6/6/2006	06/06/2006 a 05/07/2007	8/6/2006	ADIMPLENTE
1	562602	003/ANTT/2006	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	00.038.174/0001-43	50500.038914/2006-84	Apoio e extensão ao monitoramento do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, no âmbito da SUPAS	2.030.251,39	1.522.688,55	28/6/2006	30/06/2006 a 29/06/2007	30/6/2006	ADIMPLENTE
1	564100	005/ANTT/2006	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	00.038.174/0001-43	50500.044114/2006-01	Desenvolvimento de instrumentos de gestão operacional e institucional do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.	2.995.747,30	1.497.873,66	21/7/2006	25/07/2006 a 24/07/2007	25/7/2006	ADIMPLENTE
1	571212	008/ANTT/2006	UNIV. FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	92.969.856/0001-98	50500.036847/2006-63	Implantação do plano de ação de fiscalização do transporte de passageiros. Monitoramento do terminal rodoviário de Porto Alegre/RS.	224.000,00	65.000,00	16/10/2006	18/10/2006 a 17/10/2007	18/10/2006	ADIMPLENTE



TIPO*	Nº SIAFI	Nº ORIGINAL	BENEFICIÁRIO	CNPJ	Nº PROCESSO	OBJETO DO CONVÉNIO	TOTAL PACTUADO	LIBERADO EM 2006	DATA ASSINATURA	PRAZO DE VIGÊNCIA	DATA PUBL. D.O.U.	SITUAÇÃO
1	572721	009/ANTT/2006	UNIVERSIDADE FED. DE OURO PRETO	23.070.659/0001-10	50500.007201/2006-79	Implantação do plano de ação de fiscalização do transporte de passageiros. Monitoramento do terminal rodoviário de Ouro Preto/MG.	220.442,00	55.110,50	31/10/2006	08/11/2006 a 07/11/2007	8/11/2006	ADIMPLENTE
1	574935	011/ANTT/2006	UNIVERSIDADE FED. DE PERNAMBUCO	24.134.488/0001-08	50500.033713/2006-91	Implantação do plano de ação de fiscalização do transporte de passageiros. Monitoramento do terminal rodoviário de Recife/PE.	227.041,05	65.760,27	30/11/2006	05/12/2006 a 04/12/2007	5/12/2006	ADIMPLENTE
1	577195	012/ANTT/2006	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ES	32.479.123/0001-43	50500.056063/2006-51	Monitoramento permanente dos serviços de transporte de passageiros no terminal rodoviário de Vitória/ES.	293.267,00	73.316,75	4/12/2006	18/12/2006 a 17/12/2007	18/12/2006	ADIMPLENTE

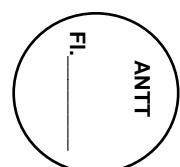
* Tipo: 1 - Convênio

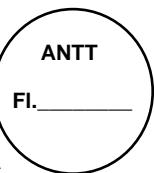
Obs.1: Todos os convênios acima não possuem contrapartida;

Obs.2: Não houve Tomada de Contas Especial no exercício de 2006;

Obs.3: As prestações de contas estão dentro do prazo previsto para apresentação;

Obs.4: Os objetivos e metas estão sendo cumpridos de acordo com a área responsável pelo acompanhamento da execução dos referidos convênios.





7. CONTROLE DAS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA PATROCINADAS

A ANTT não é patrocinadora de entidade de Previdência Privada Patrocinada.

8. PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

8.1. Demonstrativos do Fluxo Previsto e do Fluxo Realizado

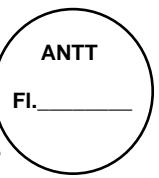
Discriminação (Código do projeto, descrição, finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)	Contrapartida Nacional	Valor das transferências de recursos**			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa **	
				Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
7732 - Implantação de Sistema de Informações Econômico Financeiras de Outorgas - PPIAF	R\$ 830.000	R\$ 672.000 (*)	R\$ 158.000					
Custeio								
Fonte 195		(*)			R\$ 672.000			
Fonte 5111			R\$ 158.000		R\$ 158.000			
2B98 - Assistencia Técnica para Gestão do Pograma de Apoio a Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável - PACE	R\$ 3.063.273	R\$ 2.593.777	R\$ 469.496					
Custeio								
Fonte 148		R\$ 1.777.432			R\$ 1.777.432			
Fonte 1111			R\$ 338.720		R\$ 338.720			

* Doação - PPIAF

** Não se aplica

8.2. Avaliação Crítica dos Resultados Alcançados nos Projetos

A assinatura do contrato de Empréstimo nº. 7.253 -BR para o Projeto de Assistência Técnica para o Crescimento Eqüitativo e Equilibrado (PACE), em 4/10/2005, possibilitou a continuidade do apoio técnico e financeiro do Banco Mundial no fortalecimento institucional da ANTT, no aprimoramento dos novos planos de outorga no setor de transporte terrestre e das normas de regulação e fiscalização dos serviços concedidos.



Com o apoio financeiro do PACE, foram atendidas prioridades nas diversas áreas de atuação da ANTT, sendo uma delas a contratação de estudos na área de transporte ferroviário de cargas no Brasil, para a realização de pesquisa da demanda reprimida (atual) e da potencial (futura), buscando o desenvolvimento de um sistema de informações, baseado em indicadores de crescimento.

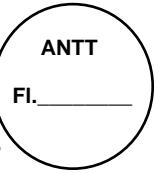
Na área de transportes de produtos perigosos está sendo organizada a montagem de um programa de treinamento, em nível nacional, visando o aprimoramento do processo de fiscalização dos agentes envolvidos neste tipo de operação.

No tocante ao setor de exploração da infra-estrutura rodoviária e ferroviária e de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, foi feita a regulamentação relativa à cláusula do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrados pela ANTT, que contempla um programa de treinamento para os profissionais envolvidos nas atividades apoiadas pelos sistemas a serem desenvolvidos com vistas ao aprimoramento do modelo de aferição das concessões e valoração de outorgas.

Em 2006, foi concluída a elaboração de um sistema gerencial para monitoramento dos serviços de fiscalização das rodovias concedidas – SIGFIS, especificamente, dos trabalhos de intervenção e de operação das vias, com sistemática de controle, utilizando base de dados.

Objetivando divulgar a ANTT ao público usuário do transporte terrestre, à sociedade em geral sobre o papel da Agência como órgão regulador e fiscalizador e ainda, informar aos novos servidores quanto à missão, estrutura, áreas de atuação e principais metas, foram contratados serviços de consultoria para a produção de vídeo institucional e de material impresso, com a publicação de mil exemplares do código de ética, legislação básica, resoluções regulatórias e do relatório anual de atividades.

Para a organização de arquivo e gestão de documentos da Agência e Unidades Regionais, foi contratada uma empresa especializada para a realização dos serviços técnicos e administrativos, com o repasse de conhecimento do processo para servidores concursados da ANTT.



Com os recursos de doação do PPIAF, foi desenvolvido um plano de contas e desenho conceitual do sistema de informações para a ANTT, englobando as concessionárias rodoviárias e ferroviárias, bem como as empresas permissionárias de transporte interestadual e internacional de passageiros.

Para o atendimento das atividades de elaboração de planos de outorgas de rodovias e transporte internacional e interestadual de passageiros, está em fase de elaboração o Convênio com a União, por intermédio da ANTT, objetivando a operacionalização dos recursos necessários à implementação do Programa de Redução de Custos Logísticos – SWAp, contemplando a parcela relativa à Agência no valor de US\$ 5 milhões.

9. PROJETOS E INSTITUIÇÕES BENEFICIADOS POR RENÚNCIA FISCAL

Este item não se aplica à ANTT.

10. AVALIAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DAS OPERAÇÕES DE FUNDOS

Este item não se aplica à ANTT.

11. GASTOS COM CARTÕES DE CRÉDITO

11.1. Total de despesas realizadas e total de saques realizados mediante o uso de cartão de crédito e série histórica

A fim de dar cumprimento ao que estabelece o Decreto nº. 5.355, de 25/01/2005, que dispõe sobre a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, foram realizados os seguintes gastos com o referido cartão:

QUADRO – SAQUES COM CARTÃO

FATURAS EMITIDAS/PAGAS		SAQUES EFETUADOS	
2005	2006	2005	2006
R\$ 16.219,12	R\$ 42.720,78	R\$ 14.639,00	R\$ 56.421,00

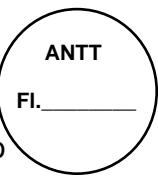
A Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, para fins de dar cumprimento às suas atribuições regimentais, mantém Unidades Regionais nas Capitais do Rio Grande Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Ceará e Maranhão.

Além das Unidades Regionais, foram criados até o final do exercício de 2006, sessenta Postos de Fiscalização/Atendimento nas Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte do Brasil, localizados em sua grande maioria, em cidades do interior dos Estados, com reduzida infra-estrutura comercial.

Face à localização dos referidos Postos e, a fim de dotá-los de condições capazes de atender às suas demandas, os gastos necessários para manutenção estão sendo realizados por meio de suprimento de fundos – Cartão de Pagamento do Governo Federal, para aquelas despesas não atendidas por meio do processamento normal da despesa, isto é: empenho, liquidação e pagamento.

Os gastos realizados por meio de suprimento de fundos, com a utilização de saque, tanto na Sede da Agência quanto nas suas Unidades Regionais e Postos de Fiscalização/Atendimento foram para atender despesas de pequeno valor tais como: pagamento de vale-pedágio, cópias xerográficas juntos aos Tribunais de Justiça, consertos de viaturas realizados durante viagens de fiscalização, serviços de pequeno vulto, material de limpeza e higiene, pequenos reparos para manutenção e conservação dos Postos de Fiscalização/Atendimento, material de expediente, para os casos em que não havia estoque no Almoxarifado, e, o estabelecimento comercial não trabalhava com o Cartão de Pagamento ou a despesa não se enquadrava para utilização de Cartão face o seu valor.

Para o exercício de 2007, estaremos orientando os detentores de suprimento de fundos para procurar realizar seus gastos nos estabelecimentos comerciais que trabalham com o Cartão de Pagamento do Governo Federal,



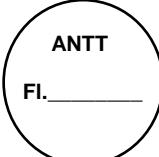
evitando assim a realização de saques, cumprindo dessa forma, a finalidade do Cartão de Pagamento.

JUSTIFICATIVA DE SAQUES REALIZADOS PELOS SUPRIDOS EM 2006 (Em atendimento ao ANEXO IX da Norma de Execução n.º 03/2006 da Portaria CGU nº. 555/2006)

SUPRIDO	UR	VALOR	JUSTIFICATIVAS
Adão Formiga	SEDE	R\$ 23.550,00	Os gastos realizados por meio de suprimento de fundos, com a utilização de saque, tanto na Sede da Agência quanto nas suas Unidades Regionais e Postos de Fiscalização/Atendimento foram para atender despesas de pequeno valor tais como: pagamento de vale-pedágio, cópias xerográficas juntos aos Tribunais de Justiça, consertos de viaturas realizados durante viagens de fiscalização, serviços de pequeno vulto, material de limpeza e higiene, pequenos reparos para manutenção e conservação dos Postos de Fiscalização/Atendimento, material de expediente, para os casos em que não havia estoque no Almoxarifado, e, o estabelecimento comercial não trabalhava com o Cartão de Pagamento ou a despesa não se enquadrava para utilização de Cartão face o seu valor.
Alberto Sergio Modesto Leal	URCE	R\$ 1.150,00	
Armando Arruda de Oliveira	SEDE	R\$ 1.300,00	
Clarisse Mendes Lajes Ribeiro	URSP	R\$ 857,00	
Cleópas Coelho Cunha	GEADM	R\$ 72,00	
Deize Marina Alves Castanheiras	URMG	R\$ 1.691,00	
Ewerton Laranjo Mendonça	URMG	R\$ 4.486,00	
Fabio Antônio da Silva Bronzato	URSP	R\$ 90,00	
Florêncio Ferreira Soares	URMG	R\$ 30,00	
Francisca Verônica de Morais Romcy	URCE	R\$ 1.964,00	
Frederico Augusto Ledesma Contarteze	URSP	R\$ 79,00	
Gustavo Ângelo Vieira	URMG	R\$ 10,00	
Gustavo José Barbosa Ferreira de Mendonça	URCE	R\$ 15,00	
Heitor José Cerqueira	URMG	R\$ 150,00	
João Paulo de Souza	URSP	R\$ 90,00	
Jorge Pereira Gomes	URCE	R\$ 60,00	
José Mario Cendretti	URSP	R\$ 225,00	
José Renato Braga Werneck	URMG	R\$ 90,00	
Júlio César Rodrigues	URMG	R\$ 123,00	
Júlio José dos Santos Neto	URRS	R\$ 24,00	
Leonardo de Moura Nitzke	URRS	R\$ 172,00	

Livino Clementino Pereira	URCE	R\$ 245,00	Os gastos realizados por meio de suprimento de fundos, com a utilização de saque, tanto na Sede da Agência quanto nas suas Unidades Regionais e Postos de Fiscalização/Atendimento foram para atender despesas de pequeno valor tais como: pagamento de vale-pedágio, cópias xerográficas juntos aos Tribunais de Justiça, consertos de viaturas realizados durante viagens de fiscalização, serviços de pequeno vulto, material de limpeza e higiene, pequenos reparos para manutenção e conservação dos Postos de Fiscalização/Atendimento, material de expediente, para os casos em que não havia estoque no Almoxarifado, e, o estabelecimento comercial não trabalhava com o Cartão de Pagamento ou a despesa não se enquadrava para utilização de Cartão face o seu valor.
Luciana Téssia Moraes Melo	URCE	R\$ 30,00	
Luciano Nendza Dias	URSP	R\$ 68,00	
Luiz Matsumura	URSP	R\$ 1.731,00	
Manoel Matias da Silva Neto	URCE	R\$ 315,00	
Marcelo Puchetti	URSP	R\$ 11.595,00	
Marcos Pinheiro dos Santos	URCE	R\$ 580,00	
Michael Soares Hollanda Cavalcanti	URMG	R\$ 20,00	
Ney Alexandre Alencar Moreira	URSP	R\$ 33,00	
Noel Marquardt Pereira	URRS	R\$ 180,00	
Orlando Vieira	URRS	R\$ 156,00	
Pablo dos Santos Carvalho Lima	URCE	R\$ 30,00	
Queli Tatiana da Silva Rosa	URRS	R\$ 2.993,00	
Samuel José Guizo	URSP	R\$ 120,00	
Sergio Renato F. Almeida	URRS	R\$ 497,00	
Tarso Dias Pinheiro	URCE	R\$ 10,00	
Walderez D`Ávila Garcez	URRS	R\$ 1.540,00	
Wolfram Nery Amorim	GEADM	R\$ 50,00	

TOTAL GERAL DOS SAQUES: R\$ 56.421,00



12. INFORMAÇÕES SOBRE ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO

A declaração consta do ANEXO VI.

13. INFORMAÇÕES SOBRE OS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO

A declaração consta do ANEXO VI.

14. CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO TCU

14.1. Atuação do TCU

A Auditoria Interna da ANTT, nos termos da Deliberação nº. 72/2002, vem acompanhando as demandas originárias do Tribunal de Contas da União e o seu atendimento pelas diversas áreas da Agência. No quadro a seguir estão relacionadas as Diligências recebidas do Tribunal de Contas da União – TCU, no exercício de 2006, no total de 13 (treze), sendo 2 (duas) da Secretaria de Fiscalização de Pessoa I- SEFIP; 2 (duas) da 1ª Secretaria de Controle Externo - 1ª Secex; e 9 (nove) da Secretaria de Fiscalização de Desestatização - SEFID, bem como os respectivos Ofícios de atendimento, mediante os quais foram encaminhados aquele Tribunal as informações e/ou dados solicitados. Os detalhamentos das Diligências constam do ANEXO X:

Diligências e Audiências do TCU – 2006

TC nº	Ofício		Síntese	Atendimento ANTT - Ofício	
	Data	Nº		Data	Nº
S/nº	18/04/2006	1029	Solicita informações acerca do Processo Administrativo Disciplinar nº 50500.073033/2005-29, suas eventuais conclusões e previsão de encerramento do referido processo.(SEFIP)	16/05/2006	260
	22/11/2006	3613	Solicita informações quanto a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 50500.073033/2005-29. (SEFIP)	14/12/2006	696

000.530-2006-6	1/02/2006	122	Solicita informações sobre o Edital de Concorrência Pública nº 05/2005 – ANTT, tendo em vista Representação promovida pela SPL Construtora e Pavimentadora Ltda. (1ª SECEX)	10/02/2006	85
001.046/2003-9	16/02/2006	22	Solicita informações sobre a situação dos trabalhos procedidos com vistas ao cumprimento do Acórdão nº 1.933/2004-TCU-Plenário, alterado pelo Acórdão nº 2.045/2004-TCU-Plenário, e, no caso de ainda não terem sido concluídos, informar a data prevista para o seu término – Complexo Rodoviário Metropolitano/RS. (SEFID)	21/03/2006	153
002.811/2006-6	02/10/2006	3106	Solicita informações acerca de veículos que partem da cidade do Rio de Janeiro com destino à cidade de São Paulo, e vice-versa, para os anos de 2002, 2003, 2004 e 2005, o número de veículos equivalentes e o número de veículos de passeio (automóveis leves), de ônibus e de caminhões, por praça de pedágio e por sentido na Rodovia Presidente Dutra, bem como a respectiva tabela de equivalência com a descrição do veículo, categoria e o respectivo multiplicador. Acompanhamento da licitação para concessão de outorga de transporte de passageiros por meio de Trem de Alta Velocidade, conduzido pela VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (SEFID)	10/10/2006	586
003.183/2006-1	3/03/2006	37	Representação: proposição de revisão da metodologia e da data-base do reajuste tarifário do Setor de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros para percursos superiores a 75 km e à definição da periodicidade de procedimentos de revisão. Solicita encaminhar cópia do relatório final da Audiência Pública nº. 33/2006 realizada em 30/01/2006 e dos processos de reajuste tarifário do Setor de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros relativos a julho de 2004 e julho de 2005, acompanhados das respectivas planilhas de custo em meio magnético desbloqueado. (SEFID)	6/04/2006	182
	15/08/2006	176	Solicita encaminhar cópia de notas fiscais de combustível, pneus e ônibus, planilha tarifária e relatórios com diversas informações acerca da matéria constante da Nota Técnica nº. 01/2006/AP-033/ANTT, de 10/01/2006, referente à proposição de revisão da metodologia e da data-base do reajuste tarifário do setor de transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros, para percursos superiores a 75 km e à definição da periodicidade de procedimentos de revisão. (SEFID)	15/08/2006 20/09/2006	497 549
	13/11/2006	3136	Solicita manifestação quanto ao reajuste tarifário base julho/2004 - junho/2005, aprovado pela Resolução ANTT nº. 1.008, de 28/06/2005 e quanto ao reajuste tarifário base julho/2005 - junho/2006, aprovado pela Resolução ANTT nº. 1.508, de 5/07/2006. (SEFID)	7/12/2006	674

006.947/2006-2	15/05/2006	546	Representação acerca de possíveis irregularidades e prejuízos referentes ao Termo Aditivo 4 ao Contrato de Arrendamento firmado entre a RFFSA e a MRS Logística S/A. - Solicita manifestação sobre itens constantes do Termo Aditivo. (1ª SECEX)	13/06/2006	324
008.237/2004-0	21/06/2006	3013	Auditória para verificação da gestão das receitas de arrendamento da Rede Ferroviária Federal S.A-RFFSA. (SEFID)	4/07/2006	372
008.896/2005-2	15/08/2006	3063	Acompanhamento da 2ª etapa do Programa de Concessão de Rodovias Federais - Encaminhar a avaliação da Agência sobre as recomendações constantes das fls. 17/19 do documento intitulado "Recomendação nº. 01/2006-ANTT", bem como sobre as conclusões dos Relatórios Técnicos Ortiz 2 e 10, que tratam de traçados alternativos às rodovias, e o posicionamento da Agência quanto à adoção de tais recomendações, com justificativa para tal. (SEFID)	31/08/2006	502
22.096/2005-9	18/07/2006	3051	Solicita apresentar os estudos que fundamentam a homologação pela Agência, da tabela de referência de tarifa para os produtos a serem transportados na Ferrovia Norte-Sul em valores superiores ao considerado no projeto de viabilidade econômico-financeiro da subconcessão da Ferrovia Norte-Sul, no trecho de Açaílândia (MA) e Palmas (TO) (SEFID)	28/07/2006	425
	27/09/2006	3099	Solicita encaminhar informações quanto ao Edital nº. 01/2006 da VALEC. (SEFID)	4/10/2006	580

14.2.Julgamento pelo Tribunal de Contas da União de processos de interesse da ANTT – Exercício de 2006

O Tribunal de Contas da União, no exercício de 2006, procedeu aos seguintes julgamentos, nos processos de interesse da ANTT. Os detalhamentos dos Acórdãos e ações adotadas constam do ANEXO X:

TC nº	Acórdão		Síntese	Observações
	Data	Nº		
000.530/2006-6	8/11/2006	2213	Representação da SPL Construtora e Pavimentadora Ltda, em face do Edital de Concorrência Pública ANTT nº 05/2005.	Foi encaminhado à 1ª SECEX/TCU, pelo Ofício nº. 85/DG, de 10.02.2006, cópia do Parecer/ANTT/PRG/CMB nº. 0068-2.1.2/2006, com as informações acerca do processo licitatório, tendo a ANTT acolhido a proposta do critério de julgamento Menor Preço e adoção de novo Edital de Licitação. O processo foi arquivado sem julgamento de mérito, pela perda do objeto da Representação, tendo em vista as medidas anunciadas pela ANTT.
001.064/2003-7	15/02/2006	150	Acompanhamento de procedimentos adotados para concessão do sistema rodoviário da BR-470, no Estado de Santa Catarina – Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí – ECOVALE – Pedido de Reexame em face do Acórdão nº. 150/2006-TCU-Plenário.	Não houve determinação para a ANTT.
	19/04/2006	554	O TCU conheceu e negou provimento aos Embargos de Declaração interpostos pela Ecovale S.A. em face do Acórdão nº. 150/2006-TCU-Plenário.	Não houve determinação para a ANTT.
002.500/2006-6	14/02/2006	251	Possíveis irregularidades na prestação de serviços de transportes rodoviários interestadual de passageiros em linhas concedidas à EUCATUR - Empresa União Cascavel de Transporte e Turismo de Curitiba.	Enviado à SEFID/TCU, pelo Ofício nº 323/DG, de 13.6.2006, a Nota Técnica nº 1.724/GECOP/ SUPAS/ANTT/2006, contendo as providências adotadas pela ANTT para o atendimento do Acórdão nº 251/TCU-1ªCâmara.
	5/09/2006	2464		Determina o arquivamento do processo em face do cumprimento do objetivo, não havendo determinações para a ANTT.

3.121/2003-4	8/11/2006	2188	Pedido de Reexame interposto pela ANTT contra o Acórdão nº. 297/2004 - Plenário, por meio do qual foram feitas determinações à Agência visando à correção de procedimentos administrativos na entidade, à promoção de licitação para outorga de serviço de transporte ferroviário de passageiros com finalidade turístico-cultural - trecho entre São João Del Rei e Tiradentes - e à efetivação de ajuste entre a empresa prestadora desse serviço e a Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), para definição de responsabilidades sobre os bens móveis e imóveis de propriedade desta no referido trecho.	O TCU conheceu do Pedido de Reexame e, dando provimento parcial, alterou a redação dos subitens 9.1.1.9 e 9.1.2.2, do Acórdão nº 297/2004 – Plenário, que tratam, respectivamente, do levantamento das multas e providências para cobrança e punição das empresas que não efetuarem os pagamentos; e da exigência da apresentação dos documentos listados na Resolução ANTT nº 1.166/2005 e sua inserção nos processos. Também tornou insubstinentes os subitens 9.1.5.1 e 9.1.5.2 do mesmo Acórdão, que tratava da licitação para concessão do trecho ferroviário São João Del Rey – Tiradentes, e do Termo de Ajuste entre a ANTT, a FCA e a RFFSA, estabelecendo as responsabilidades sobre os bens móveis e imóveis da RFFSA, do citado trecho, mantendo inalterados os demais subitens não mencionados no Acórdão nº 2.188-TCU-Plenário.
005.132/2004-5	19/04/2006	567	Representação formulada pelo Procurador da República em São José dos Campos, acerca de possível inobservância, por parte da ANTT, de determinação proferida nos autos do TC 014.824/2000-8 (Decisão nº 1.648/2002) – Implementação do Termo de Compromisso NovaDutra e Prefeitura Municipal de Jacareí (obras incluídas no item “6.4- Outros Melhoramentos da Rodovia”).	Pelo Ofício nº 371/DG, de 04.07.2006, foi encaminhada à SEFID/TCU a Nota Técnica nº 60/SUINF/2006, de 30.06.2006, relacionando as providências adotadas para o cumprimento do Acórdão e as providências em andamento (inspeção na rodovia; avaliação da pertinência da manutenção das obras realizadas no PER; estudos sobre as obras que devem compor o item “6.4-Outros Melhoramentos da Rodovia”).
006.493/2003-3	21/06/2006	977	Monitoramento empreendido pela SECOB/TCU, com a finalidade de verificar o cumprimento dos Acórdãos do Plenário nºs 511/2004 e 1.531/2004 - Arrendamento da faixa de domínio das rodovias federais.	O processo de metodologia de precificação do uso da faixa de domínio envolve o DNIT, a ANTT, a ANATEL e a ANEEL. Foram criados Grupos de Trabalho no DNIT. A ANTT firmou convênio com a Universidade Federal Fluminense. Após os resultados do DNIT, será elaborada proposta de Resolução sobre a matéria.

008.392/2004-8	22/03/2006	353	Auditória operacional para examinar a atuação do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, do Departamento Nacional de Trânsito – CONATRAN e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF, na promoção da Segurança no Trânsito, e na fiscalização e patrulhamento nas rodovias federais.	O TCU recomendou ao DENATRAN que agilize a concessão de acesso às bases de dados do Renavam e do Renach para a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT de forma viabilizar a verificação da fidedignidade das informações declaradas pelos transportadores rodoviárias de cargas e a operacionalização da cobrança das multas aplicadas das rodovias desestatizadas.
008.896/2005-2	22/02/2006	188-A	Acompanhamento da 2ª etapa do Programa de Concessão de Rodovias Federais (Pedido de Reexame interposto pela ANTT, em face do Acórdão nº. 2.299/2005-TCU-Plenário).	O TCU não conheceu do recurso interposto pela ANTT, alegando a ocorrência de preclusão lógica, em virtude de informações constantes do site da Agência, na internet.
	19/04/2006	533	Acompanhamento da 2ª etapa do Programa de Concessão de Rodovias Federais. (Embargos de Declaração interpostos pela ANTT em face do Acórdão 188-A/2006-TCU-Plenário).	O TCU conheceu dos Embargos de Declaração interposto pela ANTT, dando-lhes provimento e tornando insubstancial o Acórdão 188-A/2006 - Plenário – TCU e alertou a ANTT quanto ao entendimento de que o efeito suspensivo dos pedidos de reconsideração e de reexame, bem como dos embargos de declaração, impetrados contra as Decisões do Tribunal, susta provisoriamente os seus efeitos até o julgamento do recurso, mas não autoriza o recorrente a, antes do pronunciamento do Tribunal sobre o mérito da apelação, praticar qualquer ato ou adotar qualquer providência que direta ou indiretamente contrarie o teor da decisão atacada.

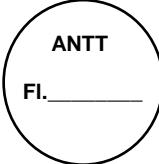
	8/11/2006	2047	Acompanhamento da 2ª etapa do Programa de Concessão de Rodovias Federais. (Pedido de Reexame interposto pela ANTT, em face do Acórdão nº. 2.299/2005-TCU-Plenário)	O TCU conheceu do Pedido de Reexame da ANTT, deu-lhe provimento parcial e conferiu nova redação aos itens 9.2 e seguintes do Acórdão 2.299/2005-Plenário, bem como autorizou a publicação dos Editais de Licitação relativos à 2ª Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias, condicionada ao saneamento das falhas e inconsistências de orçamento dos custos atribuídos às futuras concessionárias nos respectivos estudos de viabilidade, indicadas no relatório.
009.063/2006-0	17/05/2006	747	Representação encaminhada ao TCU pela empresa CAST Informática S.A- possíveis irregularidades na concorrência nº. 002/2005 da ANTT	O TCU conheceu da Representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, arquivando o processo.
009.352/2004-7	24/01/2006	04	Tomada de Contas de 2003-Acórdão nº. 4/2006-1ªCâmara - Determina a Gerência de Administração de Pessoal de Órgãos Extintos no DF, a adoção de medidas necessárias à reposição ao Erário, com relação aos servidores do extinto DNER.	Tendo em vista que os servidores foram redistribuídos para a ANTT, o MOG enviou o Ofício nº. 962/2006/GERAP-DF/DENOP/SRH/MR, de 20.09.2006, para os efetivos descontos na folha. A ANTT, em 05/10/2006, interpôs Recurso de Reconsideração junto ao TCU, o qual ainda não foi julgado, estando aquela determinação sob efeito suspensivo. A Associação dos servidores federais em transportes - ASDNER ingressou na Justiça, obtendo liminar para que a ANTT não efetue os descontos.
010.136/2004-5	8/03/2006	413	Prestação de Contas da ANTT relativa ao exercício de 2003.	O TCU julgou as contas regulares com ressalva, dar quitação ao(s) responsável (eis) e determinou à ANTT para atentar para as condições estabelecidas em convênios e proceder o levantamento orçamentário em pelo menos dois fornecedores do ramo pertinente ao objeto licitado ou estabelecer o valor referencial da licitação registrada nas atas vigentes no Sistema de Registro de Preços, estando em observação pela área competente.

				Também determinou ao Ministério dos Transportes para que promova a análise e aprovação dos Planos de Outorga para exploração da infra-estrutura e a prestação de serviços de transporte terrestre, elaborados pela ANTT, a fim de que os mesmos possam ser implementados.
012.524/1999-9	7/06/2006	843	Relatório da Auditoria realizada no setor de transporte rodoviário Interestadual de passageiros da Secretaria de Transportes Terrestres do Ministério dos Transportes - STT/MT. (Recurso apresentado pela empresa Helios Coletivos e Cargas Ltda. em face do Acórdão nº. 1.918/2003 – Plenário).	O TCU não conheceu do recurso, em razão da ausência de legitimidade e de interesse em recorrer da empresa Helios Coletivos e Cargas Ltda. Quanto ao Acórdão nº. 1.918/2004-TCU-Plenário, a ANTT, pela Deliberação nº. 008, de 13.1.2004, instituiu Grupo de Trabalho para verificar as providências necessárias. Após, pela Portaria nº. 192, de 19/07/2004, instituiu Comissão Especial, que vem analisando os processos.
012.586/2003-0	9/08/2006	1369	Auditoria na ANTT para avaliar a Regulação dos Serviços Públicos de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (Recurso interposto pela ANTT, ABRATTI, Viação Catarinense Ltda e Viação Cometa S/A contra o Acórdão nº. 1926/2004).	O TCU conheceu dos recursos tornando insubstinentes os itens 9.7.4 e 9.7.5 e deu provimento parcial aos recursos interpostos pela ANTT e pela ABRATTI, tornando insubstinentes os subitens 9.6.2 e 9.6.10. Deu nova redação ao item 9.6 e aos subitens 9.6.1, 9.6.1.1 e 9.6.1.2 e efetuou determinações à ANTT para futuras licitações. Também transformou em recomendações as determinações contidas nos subitens 9.6.3, 9.6.4 e 9.6.9. Todos os itens citados são do Acórdão nº 1.926/2004-TCU-Plenário.
014.088/2001-0	21/06/2006	965	Representação formulada pelo DNER (em extinção) para exame, pelo TCU, de alteração no Contrato de Concessão da Rodovia Presidente Dutra consistente na instalação e funcionamento de cabines avançadas de pedágio próximas à Praça de Viúva Graça (Pedido de Reexame interposto pela NovaDutra contra os subitens "8.2" e "8.4" da Decisão n. 1.654/2002-TCU-Plenário).	Os itens 8.2 da Decisão nº. 1.654/2002-TCU-Plenário, de 04/12/2002, referem-se ao encaminhamento, da solicitação da NovaDutra, pelo TCU à ANTT, para análise com base em norma a ser elaborada para disciplinamento da matéria, conforme determinação constante do TC. 014.824/2000-8. Entretanto, tal determinação foi objeto de recurso junto ao TCU e ainda não foi julgado. Pelo item 8.4, da citada Decisão, o TCU determinou que a

				ANTT rejeite propostas das concessionárias de alocar no fluxo de caixa incrementos ou supressões de qualquer natureza, enquanto não estiver devidamente autorizada a implementação das alterações que lhe derem causa.
014.908/2004-2	4/10/2006	1848	Representação da Câmara dos Deputados. Assinatura de convênios de delegação de atividades previstas no código brasileiro de trânsito. Situação irregular dos órgãos estaduais de trânsito quanto à quitação de débitos com a união. Legalidade do repasse de valores.	O TCU conheceu da representação para, no mérito, considerá-la improcedente. Decidiu, ainda, informar aos órgãos federais de trânsito que a IN/STN nº. 1/97, o art. 116 da Lei nº. 8.666/93 e o Decreto nº. 93.872/86 devem ser aplicados apenas de maneira subsidiária aos convênios de delegação firmados com os órgãos estaduais de trânsito.
16.613/2003-7	15/02/2006	140	Acompanhamento dos Procedimentos administrativos adotados pela ANTT para autorização de transferências de participações acionárias na referida Empresa. Pedidos de Reexame interpostos contra Acórdão que, entre outras medidas, determinou à Agência que reavaliasse a situação do Contrato nº. 013/00-MT.	O TCU conheceu do Pedido de Reexame para, no mérito, dar-lhe provimento e tornar insubstinentes os subitens 9.2, 9.3 e 9.4 do Acórdão 1.003/2005 - Plenário;
017.453/2006-0	5/09/2006	2459/2006-TCU- 1ª Câmara	Admissão de Pessoal	O TCU considerou legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal, relacionados constantes dos autos.
017.454/2006-8	29/08/2006	2379/2006-TCU- 1ª Câmara	Admissão de Pessoal	O TCU considerou legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal, relacionados constantes dos autos.
017.455/2006-5	29/08/2006	2379/2006-TCU- 1ª Câmara	Admissão de Pessoal	O TCU considerou legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal, relacionados constantes dos autos.

14.3. Acórdão nº. 2.710/2003 – TCU - Plenário

A Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União no Rio Grande do Norte enviou o Ofício nº. 743/2003-SECEX-Rn, de 26/11/2003, encaminhando cópia do Acórdão nº. 2.710/2003-TCU-Plenário, adotado no TC nº.



017.882/2002-1. As informações requeridas do citado Acórdão, relativas ao exercício de 2006, são as descritas a seguir:

Item 2.1.1 - *Adote providências possíveis no sentido de implantar onde inexistir e aperfeiçoar a fiscalização do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, em cumprimento ao inciso VII do art. 26 da Lei nº 10.233, de 05/06/2001, tendo em vista, a exemplo do Estado do Rio Grande do Norte, essa atividade vir sendo executada com muita precariedade.*

Sobre o assunto informamos que no exercício de 2006, com a criação da Unidade Regional do Ceará – URCE, no final de 2005, a região nordeste passou a contar com uma estrutura administrativa e técnica com sede na localidade de Fortaleza/CE, que assumiu a gestão administrativa e técnica dos trabalhos na região.

Com essa distribuição de responsabilidades e a admissão dos servidores do concurso público, a partir de Maio/2006, após treinamento adequado dos novos fiscais, incrementou-se o cronograma de atividades de comandos em rodovias com operações semanais, fiscalizações quinzenais em terminais sem postos da ANTT e aumento nas atividades de fiscalização de rotina nos terminais onde existiam servidores lotados, bem como um maior atendimento nas apurações de denúncias.

Esse crescimento resultou em 29 operações em rodovias na região nordeste, a partir de maio de 2006, sendo fiscalizados 915 veículos, aplicadas 316 autuações totalizando R\$ 791.000,00, somente nessa modalidade de fiscalização. Nos terminais da região foram fiscalizados 10.389 veículos e aplicados 542 autos de infração, e na modalidade de Fiscalização Especial, na apuração de denúncias de irregularidades foram executadas 46 operações, fiscalizando-se 208 veículos, com 232 autos aplicados.

Além das ações próprias da ANTT, foram realizadas operações com o Departamento de Polícia Rodoviária Federal tanto na região nordeste, quanto em rodovias que dão acesso aos estados da região com o principal objetivo de coibir o transporte irregular de passageiros.

Item 2.1.2 – *Informe no relatório de gestão de suas próximas contas se efetivamente está ocorrendo a fiscalização dos serviços de transporte rodoviário*

interestadual e internacional de passageiros, tanto nas rodovias, como nos terminais rodoviários; qual a quantidade de fiscais em cada estado da Federação; Quais os principais problemas existentes quanto à execução da fiscalização.

No transcorrer de 2006, a ANTT deu cumprimento aos cronogramas de trabalho na área de fiscalização do transporte interestadual e internacional de passageiros, desenvolvendo verias operações de comandos em rodovias em todas as Unidades Regionais, fiscalizações em terminais onde não existe equipe lotada, fiscalização de rotina nos terminais com servidores, realizando também inspeções em garagens de empresas permissionárias e fiscalizações especiais para apuração de denúncias, atingindo-se assim a meta prevista para o exercício.

Nas Ações de Fiscalização foram atingidos os seguintes resultados:

Operações Efetuadas: 898

Veículos Fiscalizados: 177.555

Multas Aplicadas: 13.800

Veículos Transbordados: 433

Quanto aos servidores, após a posse dos novos servidores admitidos pelo processo seletivo, foram reforçadas as equipes nas Unidades Regionais e abertos novos postos de fiscalização, ficando assim distribuída a nova força de trabalho :

Administração Central (30)	Amazonas (3)	Manaus (3)
	Distrito Federal (15)	Brasília (15)
	Goiás (5)	Goiânia (5)
	Mato Grosso (3)	Cuiabá (3)
	Rondônia (3)	Pimenta Bueno (1)
		Porto Velho (2)
	Roraima (1)	Boa Vista (1)
Unidade Regional do Ceará (34)	Alagoas (2)	Maceió (2)
	Ceará (8)	Fortaleza (6) Sobral (1)

Unidade Regional do Ceará (34)	Ceará (8)	Juazeiro do Norte (1)
	Paraíba (2)	João Pessoa (2)
	Pernambuco (11)	Caruaru (2) Petrolina (3) Recife (5) Salgueiro (1)
	Piauí (4)	Parnaíba (2) Teresina (2)
	Rio Grande do Norte (4)	Mossoró (2) Natal (2)
	Sergipe (3)	Aracaju (3)
Unidade Regional do Maranhão (17)	Maranhão (11)	Peritoró (1) Caxias (1) Imperatriz (1) São Luiz (6) Timon (2)
	Pará (6)	Belém (5) Itaituba (1)
Unidade Regional de Minas Gerais (57)	Bahia (10)	Eunápolis (1) Feira de Santana (1) Juazeiro (2) Salvador (3) Teixeira de Freitas (1) Vitória da Conquista (2)
	Espírito Santo (5)	Cachoeira do Itapemirim (2) São Mateus (1) Vitória (2)
	Minas Gerais (42)	Além Paraíba (1) Belo Horizonte (18) Governador Valadares (1) Juiz de Fora (4) Leopoldina (1)

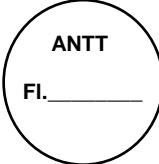
Unidade Regional de Minas Gerais (57)	Minas Gerais (42)	Oliveira (3) Passos (1) Poços de Caldas (1) Pouso Alegre (2) Pirapora (1) Prata (1) Teófilo Otoni (2) Uberaba (3) Uberlândia (3)
Unidade Regional do Rio de Janeiro (30)	Rio de Janeiro (30)	Barra Mansa (2) Campo dos Goytacazes (1) Niterói (3) Petrópolis (3) Resende (4) Rio de Janeiro (13) Três Rios (2) Volta Redonda (2)
Unidade Regional do Rio Grande do Sul (33)	Paraná (15)	Cascavel (1) Curitiba (5) Foz do Iguaçu (4) Londrina (5)
	Rio Grande do Sul (7)	Porto Alegre (6) Soledade (1)
	Santa Catarina (11)	Bal.Camboriú (1) Chapecó (2) Florianópolis (5) Joinville (1) Lages (2)
Unidade Regional de São Paulo (41)	Mato Grosso do Sul (3)	Campo Grande (2) Corumbá (1)
	São Paulo (38)	Atibaia (2) Campinas (3)

Unidade Regional de São Paulo (41)	São Paulo (38)	São Paulo (22)
		Franca (1) Lins (1) Presidente Prudente (2) Ribeirão Preto (3) São José do Rio Preto (2) São José dos Campos (1) Santos (1)

Item 2.1.3 – Adote as providências cabíveis no sentido de remeter para inscrição na Dívida Ativa da União, atendidos os procedimentos legais, as multas não pagas, aplicadas sobre os serviços de transporte internacional e interestadual de passageiros no Estado do Rio Grande do Norte e nas demais Unidades da Federação, tendo em vista atualmente prevalecer o entendimento de que as multas aplicadas na vigência do Código Civil de 1.916 têm prazo prescricional de 20(vinte) anos, conforme Parecer da então Procuradoria-Geral do DNER.

Em 2005, quanto à inscrição dos processos administrativos do extinto DNER na Dívida Ativa da União – DAU, pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, informamos que a documentação enviada a PGFN, em atendimento ao ofício no 031/2005/PGA/CDA no 016/2005, foi apreciada pela NOTA/PGFN/CDA no 727/2005 e encaminhada por meio do ofício no 3697/2005/PGFN/PGA/CDA, de 28/11/2005. Em atendimento ao solicitado no item 12 da NOTA/PGFN/CDA no 016/2005, foi encaminhado por meio do ofício no 4037/2006/GECOP/SUPAS/ANTT, de 28/07/2006 e respondido pelo ofício 2382/2006/PGFN/PGA/CDA, contendo a NOTA/PGFN/CDA no 818/2006 na qual se verificou que as irregularidades foram sanadas sendo proposto o encaminhamento dos processos originais e completos para as unidades da Procuradoria da Fazenda Nacional, de acordo com o disposto na NOTA/PGFN/CDA no 016/2005.

Todo o procedimento acima descrito, por solicitação da PGFN, foi executado durante o exercício de 2006, afim de definir padrão de encaminhamento aquele órgão, que no final do exercício encaminhou ofício comunicando que, após



definido como os documentos deveriam ser encaminhados, autorizou o início do envio dos processos o que está sendo efetuado no início do exercício de 2007.

Item 2.1.4 – D.Ê andamento a todos os processos de multas aplicadas pelo então DNER, na fiscalização dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, os quais, a exemplo dos relativos ao Rio Grande do Norte, encontram-se paralisados, em cumprimento ao inciso VII, do art. 26 da Lei no 10.233, de 05/06/2001.

Com referência à cobrança de valores, visando cumprir determinação do Acórdão TCU no 2.710/2003 – Plenário, comunicamos que todos os processos recebidos por esta ANTT foram catalogados, ou seja, foram retirados das bolsas, sacolas, caixas e embrulhos, devidamente registrados em planilha EXCEL, colocados em caixas novas e etiquetados, independentemente do prazo prescricional e que ainda estão em procedimento de análise e cadastramento. Dos 81.528 processos catalogados, 79.011 foram cadastrados, restando 2.517 a cadastrar no sistema de multas.

No exercício anterior, foram arrecadados R\$ 93.598,72 com o pagamento de autos de infração do extinto DNER, sendo que no segundo semestre do exercício de 2006, foi concedida liminar às associadas da ABRATI, suspendendo a exigibilidade das multas emitidas com base no Decreto 2.521/98, o que representa quase a totalidade dos processos.

Item 2.1.5 – Tome as providências necessárias a dotar suas unidades de pessoal suficiente, quantitativa e qualitativamente, a desempenhar as tarefas legalmente atribuídas à ANTT, sob pena de não cumprir a missão para a qual foi criada, prevista na Lei no 10.233, de 05/06/2001.

Após a realização do concurso público a ANTT reforçou as equipes de fiscalização nos terminais rodoviários já existentes, criou as Unidades Regionais e implantou novos Postos de Fiscalização de acordo com o efetivo de novos servidores distribuídos a cada localidade.

Item 2.1.6 – Alimente o sistema informatizado de multas, de forma que retrate a real situação dos processos de auto de infração

O SISMULTAS está sendo alimentado, tendo sido catalogados 81.528 processos e analisados e cadastrados 79.011, conforme descrito no item 2.1.4.

O sistema de multas está sendo alimentado diariamente, ocorrendo digitação dos processos de multas da ANTT, extinto DNER, e todos os órgãos conveniados.

14.4. Instruções Normativas TCU nº. 27/1998 e 46/2004.

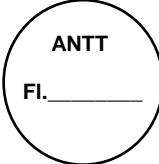
Em observância às disposições contidas nas Instruções Normativas nº. 27/1998 e nº. 46/2004, a ANTT encaminhou ao Tribunal de Contas da União, durante o ano de 2006, 42 ofícios, objetivando a comunicação e/ou envio de cópia de documentos relacionados a celebração de contratos, transferências de linhas, alteração na participação societária, ações judiciais, e outros, relativos às empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos regulados pela ANTT.

14.5. Auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União

Conforme Ofício nº. 1.141/2006-TCU-SECEX-1, de 11/12/2006, da 1ª Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, foram realizados os trabalhos de levantamento na ANTT, com o objetivo de coletar dados para subsidiar a análise da Prestação de Contas da ANTT, do exercício de 2004, objeto do TC. 010.178/2005-3. O processo encontra-se em exame pelo TCU.

15. DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DAS TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS CUJO VALOR SEJA INFERIOR AO ESTABELECIDO PELO TCU

No exercício de 2006 não houve instauração de Tomada de Contas Especial.



16. DEMONSTRATIVO DAS TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS EM QUE TENHA OCORRIDO APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

No exercício de 2006 não houve instauração de Tomada de Contas Especial.

17. DEMONSTRATIVO COM INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS OCORRÊNCIAS DE PERDAS, EXTRAVIOS OU OUTRAS IRREGULARIDADES CUJO DANO FORA RESSARCIDO

Houve um caso de dano que fora imediatamente resarcido sem a caracterização de má-fé.

Processo nº.: 50500.014801/2006-93

Assunto: Desaparecimento de equipamentos

Relação dos bens desaparecidos:

- Câmera fotográfica digital, n.º patrimônio: 2689455;
- Câmera fotográfica digital, n.º patrimônio: 2689454;
- Câmera filmadora digital, n.º patrimônio: 2678284.

Providências da área: Informação sobre o desaparecimento dos bens em 23/03/2006, através do MEMO 45/2006/SUINF.

Responsável: Superintendente da Superintendência de Exploração da Infra-estrutura.

Reposição: Em 07/12/2006, pela Empresa de vigilância – Patrimonial Segurança Integrada LTDA – Contrato Administrativo n.º 30/2003.

18. DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

As ações são previstas e executadas em conformidade com o Plano Anual de Comunicação - PAC e informadas à Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República - SECOM, de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa nº. 1, de 27/04/1993. Não existe no âmbito da ANTT publicidade mercadológica nem patrocínios.

18.1. Publicidade Institucional

- Ações Promocionais Próprias - Não houve;
- Ações Dirigidas ao PÚblico Interno – Não houve;
- Ações de Patrocínio – Não houve.

18.2. Publicidade Legal

Foram publicadas 54 matérias legais sendo:

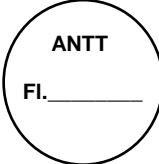
- 29 referentes a Audiências Públicas/Consultas Públicas;
- 19 referentes a licitações;
- 03 Avisos de Rádio;
- 03 Outros (Manifestação de Interesse/Comunicado).

Importando no valor de R\$ 1.218.317,21(hum milhão, duzentos e dezoito mil, trezentos e dezessete reais e vinte e um centavos) gastos até 31 de dezembro.

18.3. Publicidade de Utilidade Pública

Foram previstas no PAC, mas não realizadas as ações:

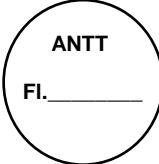
- Vale-Pedágio Nacional** – campanha de divulgação aos donos de carga e/ou embarcadores sobre a obrigatoriedade de arcar com os custos do pedágio.



- Fiscalização do Excesso de Peso nas Rodovias Federais Concedidas** – divulgar em conjunto com as concessionárias as ações de fiscalização do excesso de peso.
- Habilitação do Operador de Transporte Multimodal – OTM** – campanha de divulgação para informar sobre as facilidades e oportunidades que esta nova função proporciona ao operador do transporte multimodal.
- Transporte Rodoviário de Carga** – campanha de divulgação voltada ao transportador para o cumprimento das leis e regras estabelecidas para o transporte de carga.
- Registro Nacional dos Transportadores Rodoviários de Carga – RNTRC** – informar aos transportadores autônomos sobre as alterações ocorridas na Resolução nº. 437/2004 que entram em vigor em fevereiro de 2007.
- Transporte Clandestino** – campanha educativa de combate ao transporte clandestino, visando informar à população sobre os riscos da utilização desse tipo de transporte.
- Novas Permissões** – informar à população quanto às novas linhas interestaduais.
- Transporte Ferroviário** – campanha para divulgar o Plano Nacional de Revitalização e o Plano de Segurança no Transporte Ferroviário.
- Concessões Rodoviárias** – campanha para divulgação das novas concessões rodoviárias e a implantação de tarifa de pedágio nesses trechos.

Previsão orçamentária de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) - não houve gastos em 2006.

Como a realização dessas ações só pode se dar por meio de agência de propaganda (Decreto nº. 4.799/2003, art. 9º) e a ANTT não possui contrato, a execução, em 2006, ficou prejudicada. Ressalte-se a tentativa de viabilização das mesmas por meio da agência de propaganda que atende ao Ministério dos Transportes, ao qual a ANTT é vinculada e que, segundo orientações da SECOM e com base na Súmula CONED nº. 4/2004, a viabilização pode se dar por descentralização de recursos.



As campanhas “Combate ao Transporte Clandestino” e “RNTRC – alterações na Resolução nº. 437/2004” chegaram a ser elaboradas, porém não houve tempo hábil para formalização do convênio com o Ministério, conforme determinação da Procuradoria Geral (NOTA/ANTT/PRG/VVD/1155-2.2.1.3/2006).

Ainda no segmento Atividades Institucionais, a ASCOM em 2006 executou:

- Briefing do Manual de Identidade Visual;
- Edição Legislação Básica;
- Edição Resoluções Regulatórias;
- Produção de folderes, folhetos, cartazes, cartões, banners.

19. RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO (Em atendimento ao ANEXO I, item 3.3.3.4 da Norma de Execução n.º 03/2006 da Portaria CGU n.º 555/2006)

19.1. Atuação da SFC/CGU/PR em 2006.

O Relatório de Gestão da ANTT, do exercício de 2005, foi aprovado pela Diretoria mediante a Deliberação nº. 066/06, de 15/03/2006, e o respectivo Processo de Prestação de Contas, de nº. 50500.008512/2006-55, foi encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno pelo Ofício nº. 137/DG, de 15/03/2006.

A Secretaria Federal de Controle Interno, pelo Ofício nº. 7478/DITRA/DI/SFCGU-PR, de 17/3/2006, apresentou a equipe de auditoria para a realização da Auditoria de Avaliação da Gestão – Prestação de Contas, do exercício de 2005, a qual foi feita nos meses de março e abril de 2006, sendo elaborado o Relatório de Auditoria nº. 175457.

Pelo Ofício nº. 19.582/DITRA/DI/SFC/CGU-PR, de 22/06/2006, a SFC encaminhou a 2ª via do Processo de Prestação de Contas, do exercício de 2005, juntamente com o Relatório de Auditoria nº. 175457, o respectivo Certificado e o Parecer do Dirigente do Controle Interno.

O Certificado de Auditoria emitido pelo Órgão de Controle Interno foi pela REGULARIDADE da contas.

19.2. Recomendações da Secretaria Federal de Controle Interno.

Os Planos de Providências relativos às Recomendações formuladas pela Equipe de Auditoria da SFC/CGU, e constantes do Relatório de Auditoria SFC/CGU nº. 175.457, foram encaminhados pela SFC/CGU à ANTT mediante o Ofício nº. 23.198/DITRA/DI/SFC/CGU-PR, de 25/07/2006, contendo 4 (quatro) recomendações.

Referidos Planos foram restituídos à SFC/CGU pelo Ofício nº. 490/DG, de 24/08/2006, com as informações das respectivas áreas e as providências adotadas para o atendimento daquelas recomendações.

As Recomendações e as providências adotadas pelas Unidades da ANTT estão detalhadas a seguir:

RECOMENDAÇÕES DA SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO E PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELAS ÁREAS DA ANTT, CONSTANTES DOS PLANOS DE PROVIDÊNCIAS

Relatório nº.: 175457 – Auditoria de Avaliação da Gestão – Exercício de 2005.

a) Item do Relatório de Auditoria: 3.1.1.1

Recomendação:

“Com o intuito de que as distorções apresentadas nos indicadores sejam definitivamente sanadas, recomendamos à ANTT que promova novas gestões junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no que se refere aos ajustes necessários das Ações concernentes à Agência, em conformidade com as alternativas descritas no seu próprio Relatório de Prestação Anual de Contas de 2005”.

Providências Implementadas:

“A ANTT em ação continuada tem feito gestões junto a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento-SPO do Ministério dos Transportes para que os ajustes necessários às Ações do orçamento desta Agência se efetivem para o exercício de 2007. Com a fase Qualitativa da Revisão do PPA 2004-2007

submetemos novamente nosso pleito com todas as suas justificativas e mais a recomendação da SFCI, a essa Subsecretaria, órgão interface de negociações com as Secretarias de Planejamento e Investimento-SPI e Secretaria de Orçamento Federal-SOF do Ministério do Planejamento-MP. Participamos de reunião com essas Secretarias no próprio MP para defesa de nossos argumentos não alcançando sucesso. A ANTT continuará apresentando no SIGPLAN o seu real desempenho baseado no entendimento de que estes indicadores refletem a eficiência e efetividade de sua atuação.”

b) Item do Relatório de Auditoria: 7.2.1.1

Recomendação:

“Recomenda-se anexar declaração de não acumulação de pensões por parte do beneficiário; e retificar a portaria de concessão de pensão para incluir na fundamentação legal o art. 40, § 7º da CF com redação dada pela EC nº. 41/2003, regulamentado pelo art.3º da Lei nº. 10.887/2004”.

Providências Implementadas:

“Foram adotadas as recomendações sugeridas pela Secretaria Federal de Controle – SFC no Relatório de Auditoria, tendo sido retificada a portaria de concessão de pensão ao Senhor José Ricardo de Oliveira Ferreira, e anexada declaração ao processo. Seguem anexas cópias do Diário Oficial da União, contendo a portaria retificada de concessão de pensão, bem como a declaração de não acumulação de pensões por parte do beneficiário.”

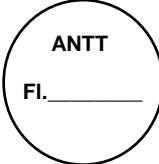
c) Item do Relatório de Auditoria: 7.3.1.1

Recomendação:

“a) Informar com maior clareza o deslocamento, período a período, dos servidores que se ausentam da Unidade, no Sistema SIAFI, com objetivo de facilitar a análise; e

 b) As referidas prestações de contas deverão discriminar os valores referentes aos cancelamentos e devoluções de diárias não utilizadas.”

Providências Implementadas:



“Em relação à Recomendação da alínea a), as informações complementares solicitadas já vem sendo inseridas desde 11/07/06 nas Ordens Bancárias, no campo ali disponível para comentários.

No que se refere à Recomendação da alínea b), salientamos que tais valores constam, em ambas as situações, em campos próprios existentes nas prestações de contas para essa finalidade, conforme evidenciado nas APVs 3899/2005 (LUIZ NEY DA ROCHA CARDOSO) e 2793/2005 (JOSE GLAUCO APOLIANO ANDRADE DIAS), ambas objeto de análise por parte da SFC, e cujas cópias estão sendo anexadas.”

c) Item do Relatório de Auditoria: 7.3.2.1

Recomendação:

“Destacamos a organização dos processos de Ajuda de Custo da ANTT, no entanto, recomendamos a inclusão dos documentos descritos nos Processos mencionados neste item.”

d) Providências Implementadas:

“Nos quatro processos citados pela equipe de Auditoria, observou-se a existência de portaria de nomeação/exoneração, bem como a condição de que nenhum dos servidores interessados possui dependentes, o que dispensa a necessidade de constar nos processos a documentação que comprove a situação de dependência. Quanto ao interessado do processo 50500.078715/2005-28, Marco Certini, não utilizou passagens aéreas quando da efetivação da sua transferência. Nos processos 50500.047523/2005-70 (José Ricardo Marar), 50500.042156/2005-18 (Paulo César Sardinha) e 50500.009096/2005-45 (Antonio Fabrício Menezes Santos), inseriu-se a documentação relativa às passagens aéreas utilizadas, conforme demonstrado em anexo. O único processo que estava sem o contracheque do mês de publicação do documento referente ao deslocamento foi o do servidor Antonio Fabrício Menezes Santos, cuja inclusão no processo já foi regularizada.”

OBSERVAÇÃO: As informações acima são as constantes dos Planos de Providências encaminhados à Secretaria Federal de Controle Interno, pelo Ofício

nº. 490/DG, de 24/08/2006, onde se verifica que as Recomendações efetuadas por aquela Secretaria foram todas atendidas, já naquela ocasião, observando-se que a implementação da Recomendação do item 3.1.1.1, qual seja, que a ANTT “promova novas gestões junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão” também foi atendida, tendo em vista as constantes gestões, nesse sentido, registrando apenas que os resultados dessas gestões independe exclusivamente da ANTT, mas sim daquele Ministério.

Sobre a matéria, anote que já para a Proposta Orçamentária de 2007, a Secretaria de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão já acatou duas solicitações desta Agência para alteração do “produto esperado”, quais sejam:

a) 26.125.0227.2347 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros.

Veículo fiscalizado (unidade) 120.000

b) 26.125.0227.2347 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas

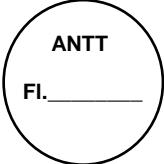
Veículo fiscalizado (unidade) 3.000.000

19.3. Disponibilização de documentos na internet.

Pelo Ofício nº. 004/2006/AECI/MT, de 14/06/2006, o Sr. Assessor Especial de Controle Interno encaminhou as orientações sobre a disponibilização do Relatório de Gestão e demais documentos que compõem o processo de Prestação de Contas Anual, em observância a Portaria CGU nº. 262, de 30/08/2005, e do artigo 20-B do Decreto nº. 3.591, de 06/09/2000, acrescido pelo Decreto nº. 5.481, de 30/06/2005.

O Relatório de Gestão da ANTT, o Relatório de Auditoria, o Certificado de Auditoria e o Parecer do Controle Interno, além do Pronunciamento Ministerial, e demais informações, todos do exercício de 2005, encontram-se disponibilizados no sitio da ANTT, na Internet, www.antt.gov.br, no link “Processos de Contas Anuais”.

19.4. Portal Transparência Pública



Estabelece o Art. 1º do Decreto nº. 5.482, de 30/06/2005, que “O Portal da Transparência do Poder Executivo Federal, sítio eletrônico à disposição na Rede Mundial de Computadores - Internet tem por finalidade veicular dados e informações detalhados sobre a execução orçamentária e financeira da União...”

De acordo com o § 2º, “Os órgãos e entidades da administração pública federal deverão fornecer à Controladoria-Geral da União, até o décimo quinto dia do mês subsequente ao da execução orçamentária, os dados necessários para a plena consecução dos objetivos do Portal da Transparência.”

E no art. 2º deste Diploma ficou estabelecido que “Os órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta, deverão manter em seus respectivos sítios eletrônicos, na Rede Mundial de Computadores - Internet, página denominada Transparência Pública, para divulgação, de dados e informações relativas à sua execução orçamentária e financeira, compreendendo, entre outras, matérias relativas a licitações, contratos e convênios.”

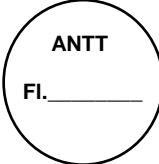
A ANTT, em atendimento à legislação acima, criou e mantém em seu sítio, na internet, o link “Transparência Pública”, para a disponibilização dos dados exigidos.

19.5. Outras Diligências da SFC/CGU/PR

Pelo Ofício nº. 11.939/DPPES/DF/SFC/CGU/PR, de 24/04/2006, a SFC solicitou documentos relativos ao concurso público realizado pelo ANTT, sendo atendido pelo Ofício nº. 124/2006-SUADM, de 29/05/2006.

20. APURAÇÃO DE DENÚNCIAS RECEBIDAS (Em atendimento ao ANEXO I, item 3.3.3.4 da Norma de Execução nº. 03/2006 da Portaria CGU n.º 555/2006)

Abaixo quadro demonstrativo, por Superintendência, das denúncias recebidas na ANTT, no exercício 2006, cujo detalhamento encontra-se no ANEXO XII.



Superintendência	Em análise	Arquivados	Apensados	Sobreestado	Total
SUPAS	386	560	246	1	1.193
SULOG	1	0	0	0	1
SUREF	3	1	0	0	4
SUINF	0	1	0	0	1
TOTAL	390	562	246	1	1.199

Observa-se que as denúncias estão, praticamente, concentradas na área da Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros. Esse fato é decorrente da atuação da ANTT junto a esse segmento, com a divulgação do número “0800” em todos os pontos de vendas das empresas permissionárias do serviço de transporte de passageiros, em todo o país, bem como nos próprios ônibus utilizados no transporte.

As denúncias recebidas da SUPAS envolve, em sua grande maioria, a má qualidade na prestação dos serviços, o transporte irregular de passageiros, a seção irregular, o transporte clandestino, atrasos em horários, alteração do esquema operacional, bilhete fora de especificações, entre outros.

21. RECURSOS HUMANOS (Em atendimento ao ANEXO I, item 3.3.3.4 da

Norma de Execução nº. 03/2006 da Portaria CGU n.º 555/2006)

Quantitativo de pessoal discriminado por unidade central/unidades descentralizadas consta no ANEXO III.

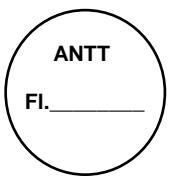
Quantidade de cargos comissionados distribuídos por unidade central/unidades descentralizadas consta no ANEXO IV.

Quantitativo de pessoal cedido e requisitado, com o detalhamento dos valores pendentes de ressarcimento e providências adotadas consta no ANEXO V.

Informação sobre o encaminhamento ao órgão de controle interno das informações sobre os atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, admissão e desligamento relativo ao exercício a que se referem as contas, nos termos do art. 8º da IN/TCU nº. 44/2002, consta no ANEXO VI.

22. DIÁRIAS (Em atendimento ao ANEXO I, item 3.3.3.4 da Norma de Execução nº. 03/2006 da Portaria CGU n.º 555/2006)

As informações relativas a valores pagos em diárias iniciadas no final de semana (incluindo a sexta-feira e excluindo o domingo) ou feriado, com o detalhamento de beneficiário, local de destino, objetivos, motivação e resultados da viagem encontram-se no Anexo XI do presente Relatório.



PARTE B

(Memória Descritiva das ações da ANTT)

1. ATIVIDADES FINALÍSTICAS

1.1. Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros

1.1.1. Fiscalização Técnico Operacional

No exercício de 2006, a ANTT executou variados programas de fiscalização na área de transporte rodoviário de passageiros. Com essa finalidade, empreendeu operações em terminais rodoviários, garagens de empresas, tendo também realizado inspeções especiais e na forma de comandos.

Foram os seguintes os resultados das ações mencionadas:

- Fiscalização de Empresas: 7.365¹
- Veículos Vistoriados: 173.289²
- Veículos Transbordados: 324
- Termos de Recomendação Expedidos: 47
- Recomendações Emitidas: 99
- Terminais Fiscalizados: 13
- Denúncias Apuradas: 574
- Comandos de Fiscalização: 261

Como consequência das ações acima descritas, foram realizadas 15.664 autuações pela ANTT e pelos órgãos conveniados.

As operações conjuntas de fiscalização da Agência com outros órgãos federais em 2006 aconteceram em vários pontos do país. A operação “Fronteira Blindada” em Foz do Iguaçu (PR) foi desenvolvida em conjunto com o Departamento de Polícia Federal – DPF, Departamento de Polícia

¹ Uma mesma empresa pode ser fiscalizada várias vezes

² Um mesmo veículo pode ser fiscalizado várias vezes

Rodoviária Federal – DPRF e Secretaria da Receita Federal – SRF, fiscalizou os veículos que entraram e saíram do país no mês de fevereiro, impedindo 62 veículos irregulares de ingressar em território nacional. Na fiscalização, 4.714 veículos foram vistoriados e 34 multas aplicadas, num total de US\$ 6.800,00.

No período do carnaval realizou uma operação para fiscalizar o transporte de passageiros na Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo. Os mais de 30 fiscais envolvidos na operação trabalharam coibindo o transporte clandestino, com vistas a reduzir os acidentes que aumentam nesse período do ano.

Em maio teve lugar a “Operação Boa Viagem VIII” em parceria com a Coordenação Geral de Operações da Polícia Rodoviária Federal, Departamento de Polícia Rodoviária Federal de Goiás e Receita Federal sendo a fiscalização ininterrupta do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros nos estados da Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Tocantins e no Distrito Federal, com mais de 60 homens. Neste mesmo mês, iniciou-se junto com a Superintendência de Polícia Rodoviária Federal de Goiás, operação na localidade de Urucu-GO, com o objetivo de combater o transporte irregular de passageiros muito intenso na região, estendendo-se até o mês de agosto. Nessa operação, a ANTT junto com o DPRF, em uma das abordagens encontrou veículo de transporte de passageiros sendo utilizado para o transporte irregular de trabalhadores, acionando o Ministério Público Federal do Trabalho e a Polícia Federal, para as medidas legais cabíveis.

Em julho foi realizada a “Operação Boa Viagem IX” em parceria com a Coordenação Geral de Operações da Polícia Rodoviária Federal, Departamento de Polícia Rodoviária Federal do Espírito Santo/ES, e agentes da PRF dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Espírito Santo e Piauí.

Em outubro realizou-se a “Operação Boa Viagem X” em parceria com a Coordenação Geral de Operações da Polícia Rodoviária Federal, Departamento de Polícia Rodoviária Federal da Paraíba, e agentes da PRF dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Em novembro/dezembro empreendeu-se a “Operação Boa Viagem XI” em parceria com a Coordenação Geral de Operações da Polícia Rodoviária Federal, Departamento de Polícia Rodoviária Federal do Paraná, Receita Federal e agentes da PRF dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Recife.

1.1.2. Fiscalização Econômico-Financeira

Em 2006, um universo de 258 empresas operando 1.748 linhas base, segundo o Relatório de Serviços Ativos do TRANSP - Sistema de Transportes Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros, com dados do dia 28 de dezembro de 2006, foi submetido a acompanhamento e controle de obrigações editalícias, contratuais e regulatórias das empresas que exploram o Serviço Público de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros. Ressalte-se o acompanhamento e o controle do cumprimento das Resoluções ANTT nº. 59, de 15/08/2002, nº. 207, de 14/05/2003 e nº. 248 de 09/07/2003.

Nas fiscalizações são verificadas “in loco” as condições de conformidade dos aspectos legais, contratuais e econômico-financeiros da empresa e, ainda, por intermédio do confronto da documentação pertinente disponibilizada pela respectiva empresa para o ato da fiscalização com as informações já disponíveis na ANTT. Visa, também, controlar o desempenho econômico e financeiro das Concessionárias Ferroviárias, como estabelecido no Contrato de Concessão.

Conforme Cronograma de Fiscalização Econômico-Financeira para 2006, aprovado em 18/01/2006 pela Diretoria Geral da ANTT, as fiscalizações tiveram o seu início previsto para o dia 06/03/2006.

Das 49 missões previstas originalmente, em decorrência de outras necessidades eventuais ocorridas durante o ano, foram acrescidas mais cinco empresas, totalizando 54 fiscalizações programadas. No entanto, devido a ajustes em função de novas demandas e da adequação do quadro de servidores, foram canceladas 23 missões, sendo realizado durante o ano um total de 31 fiscalizações.

Em decorrência do processo de fiscalização, foram abertos quatro processos administrativos e aplicadas sete multas no montante total de R\$ 23.982,75.

Quanto à fiscalização eventual, cuja função é atender demandas externas e internas tais como, TCU, MPU, CVM, OUVIDORIA entre outros, a fim de esclarecer pendências econômico-financeiras, não foi realizada nenhuma fiscalização no período.

Foi elaborado um Manual de Contabilidade específico para o transporte interestadual e internacional de passageiros, cuja finalidade é padronizar as informações contábeis e fornecer dados detalhados sobre as atividades das empresas reguladas, aprimorando o acompanhamento do desempenho econômico financeiro de cada uma delas. A adoção desse Manual de Contabilidade, integrado por um Plano de Contas específico vem suprir uma lacuna regulatória de décadas em relação a outros setores regulados.

1.1.3. Regulação Técnico-Operacional

1.1.3.1. Delegações para Prestação de Serviço Regular

No quadro seguinte está apresentada a situação contratual das linhas de serviços regular até o final de 2006. Além desses contratos assinados, a Diretoria autorizou a celebração de 68 contratos de serviços básicos.

Discriminação	31/12/2006
Contratos Firmados	766
<i>Decreto nº 952/93</i>	<i>249</i>
Serviços Básicos	247
Serviços Complementares	2
<i>Decreto nº 2.521/98</i>	<i>285</i>
Serviços Básicos	242
Serviços Complementares	43
<i>Lei nº 10.233/01 (ANTT) -</i>	<i>232</i>
Serviços básicos ³	232

³ Inclui no contrato do serviço básico os serviços complementares existentes derivados.

Na tabela seguinte está apresentada a situação contratual considerando somente os serviços básicos, aqueles que detêm outorga, sob permissão, anterior à Constituição de 1988, ou que foram licitados após a Constituição ou, ainda, autorizados por medida judicial em decisão final.

Discriminação	31/12/2006
Quantidade de Serviços Básicos	1734
Contratos	766
Decreto nº 952/93	249
Decreto nº 2.521/98	285
Lei nº 10.233/01 (ANTT)	232
<i>Ratificação</i>	78
<i>Novos</i>	154

Na tabela seguinte é apresentada, de forma sintetizada, a quantidade de empresas permissionárias e de serviços regulares por tipo:

Discriminação	31/12/2006
Empresas Permissionárias⁴	258
Serviços Regulares Ativos⁵	2707
Básicos ⁶	1734
Complementares ⁷	542
Diferenciados	431

Foram feitas análises e expedição/renovação de 27 licenças complementares e originárias em reconhecimento às outorgas dadas às empresas estrangeiras pelas autoridades de seu país de origem em serviços relativos ao transporte internacional coletivo de passageiros de acordo com o decreto nº. 99.704/90 - Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre – ATIT.

⁴ Inclui empresas prestadoras de serviços regulares por autorização judicial.

⁵ Inclui serviços autorizados por decisão judicial.

⁶ Serviços inicialmente outorgados, permissões.

⁷ Serviços autorizados, a partir de um serviço básico, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, com base no Regulamento em vigor, Decreto nº 92.353/86, posteriormente revogado pelo Decreto nº 952/93. Os serviços existentes até a publicação do Decreto nº 96.756/88, foram, por este, transformados em básicos, no regime de permissão.

1.1.3.2. Transferências

Foram transferidos em 2006, 17 serviços regulares e foi autorizada a transferência de 13 serviços básicos.

A ANTT também foi instada a pronunciar-se, no tocante aos aspectos concorrenciais, sobre operações de transferência de permissão de linhas de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

1.1.3.3. Alteração Operacional de Serviços Regulares

No ano de 2006, foi analisado e alterado um total de 2.777 pleitos relativos a: ampliação de freqüência e modificação de horários de partida com expedição de quadro; implantação de serviços diferenciados com expedição do quadro de tarifas e de freqüência e horários; implantação/paralisação de viagens direta e semi-direta; modificação de esquema operacional em decorrência de alteração de pontos de parada ou de apoio; autorização da prática de tarifa promocional / cancelamento tarifa promocional; e, supressão de serviços diferenciados.

Quanto à redução da freqüência mínima, a Agência analisou 178 processos, sendo que 120 solicitações foram deferidas e 58 indeferidas.

1.1.3.4. Disposições Regulamentares

Dentre as publicações de resoluções deste modal, destacam-se as seguintes:

A Resolução n.º 1.383/2006 dispõe sobre direitos e deveres de permissionárias e usuários dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e dá outras providências. Assim, foi lançada a cartilha educativa de “Direitos e Deveres dos Passageiros”, destinada aos usuários do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros com o objetivo de informar sobre seus direitos e deveres. Distribuída nos

terminais rodoviários, com objetivo de informar os direitos e deveres dos passageiros de forma acessível em todos os municípios do País.

A ANTT aprovou a Resolução n.º 1.432/2006, que disciplina o transporte de bagagens e encomendas nos ônibus utilizados nos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, bem como a sistemática de vinculação dos proprietários a seus pertences e definição das condições de indenizações para os casos de danos ou extravio.

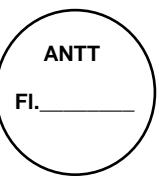
A ANTT autorizou o reajuste do valor do seguro de responsabilidade civil para os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

Definiu os critérios e procedimentos para a transferência de permissão e do controle societário de empresa permissionária de serviço regular de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, por meio da Resolução nº. 1.445/2006.

A ANTT aprovou a nova metodologia para cálculo do reajuste tarifário do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros para percursos superiores a 75 km. Trata-se de reajustar as tarifas utilizando-se fórmula paramétrica, tornando dessa forma o cálculo mais transparente, já que os índices de preço dos itens de custo da fórmula são de domínio público, como combustível, lubrificantes, pneus, mão-de-obra, peças e acessórios. Trata-se da Resolução n.º 1.627/2006.

ANTT dispôs regulamentação para aplicação do Estatuto do Idoso por meio da Resolução n.º 1.692/06, que definiu os procedimentos a serem adotados na aplicação do Estatuto do Idoso no âmbito dos serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros, considerando o previsto no Decreto nº. 5.934, de 18 de outubro de 2006.

O Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros foi instituído em 13/12/2006 pela Resolução n.º 1.771/06. Esse manual deverá ser utilizado como padrão de contabilização por todas as empresas Permissionárias do Serviço Público de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de



Passageiros reguladas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

As Deliberações emitidas em 2006 pela ANTT, específicas e referentes à prestação dos serviços regulares perfizeram um total de 49. Quanto às instaurações de processos administrativos para a apuração de irregularidades ou dos atos de outorga, totalizaram 97 processos.

1.1.4. Regulação Econômico-Financeira

1.1.4.1. Operações de Reestruturação Societária

Consiste em analisar se a operação é viável sob os aspectos editálicos, contratuais e concorrenciais e verificar se há concentração de mercado que comprometa a prestação dos serviços. Cabe à Agência opinar favorável ou desfavoravelmente pela aprovação.

Assim, em 2006, foram encaminhadas 12 solicitações de transferências acionárias e operações de reestruturação societária. Dentre os assuntos abordados pode-se citar transferências: acionárias, de controle acionário, de quotas e de controle societário, além de incorporação de empresas. A tabela a seguir identifica as informações quanto à situação em que se encontram os processos:

Situação	Quantidade de Processos
Em análise	10
Aprovado	02
TOTAL	12

1.1.4.2. Alteração de Estatuto, Contrato Social e Acordo de Acionistas

Consiste em opinar favorável ou desfavoravelmente pela operação, analisando se a operação é viável sob os aspectos editálicos, contratuais e concorrenciais e verificando as possíveis implicações econômico-financeiras..

Em 2006, 23 processos versando sobre alterações de capital social, de contrato social e de estatuto social foram submetidos à análise da ANTT. A seguir, uma tabela que resume as informações da situação dos referidos processos:

Situação	Quantidade de Processos
Em análise	07
Não aprovado	03
Aprovado	13
TOTAL	23

1.1.4.3. Análise de transferência de permissão de serviço de transporte coletivo rodoviário interestadual e internacional de passageiros

Cabe à ANTT analisar se a operação é viável sob os aspectos editalícios, contratuais e concorrenciais, verificando se há concentração de mercado que comprometa a prestação dos serviços e opinando favorável ou desfavoravelmente pela aprovação.

Em 2006, um total de sete processos foi analisado. A tabela a seguir identifica as informações quanto à situação em que se encontram os processos:

Situação	Quantidade de Processos
Em análise	02
Não aprovado	05
TOTAL	07

1.1.4.4. Apuração de descumprimento às disposições editalícias, contratuais e legais

Em atendimento a sua atribuição legal, cabe à Agência verificar se houve descumprimento às disposições normativas ou contratuais, com possível aplicação de penalidade.

A ANTT averiguou a conduta das permissionárias em três casos durante o ano de 2005, sendo que dois foram ligados a denúncias e o restante identificado em fiscalização, o que suscitou a abertura de processos administrativos para apuração de infrações. Os assuntos versavam quanto ao cumprimento de normas editalícias e/ou contratuais, bem como outras regulamentações. Em nenhum dos casos analisados houve aplicação de penalidades às permissionárias. Na tabela abaixo, uma listagem da situação dos processos:

Situação	Quantidade de Processos
Em análise	00
Concluído	03
TOTAL	03

1.1.5. Reajustes Tarifários de Permissionárias

A Agência autorizou um reajuste de 6,15% para as tarifas de ônibus do transporte semi-urbano. O reajuste se refere às linhas de ônibus que percorrem uma distância de até 75 km entre dois estados ou entre estado e país vizinho. O percentual de reajuste foi impulsionado pelo aumento dos preços unitários dos diversos insumos que compõem a planilha de custos das empresas operadoras. No ano passado o índice havia sido de 11,9%.

A ABRATI solicitou que fossem desenvolvidos os estudos técnicos necessários à efetivação do reajuste tarifário. A Procuradoria manifestou-se no sentido de inexistir óbice de natureza legal para que a Diretoria desta Agência aprovasse o reajuste pleiteado. Emitiu-se a Resolução nº. 1.509, de 05 de julho de 2006, em que a Agência autorizou um reajuste de 4,65% e, a título de revisão da planilha tarifária, objeto da Audiência Pública nº. 041/2006, mais 4,43%. A revisão da planilha tarifária passará a ser de quatro em quatro anos e tem como objetivo reequilibrar os contratos de prestação do serviço regular de transporte de passageiros.

Foi realizada análise da planilha tarifária com relação à atualização dos preços dos insumos constantes da planilha, seguindo determinação da Lei nº. 9.069, Lei do Real, para a definição de percentual de reajuste anual para o setor.

Assim, por meio da Resolução nº. 1627/06, a Agência aprovou a nova metodologia para cálculo do reajuste tarifário do Transporte Rodoviário

Interestadual e Internacional de Passageiros para percursos superiores a 75 km. Trata-se de reajustar as tarifas utilizando-se fórmula paramétrica, a exemplo de como é feito hoje para as rodovias federais concedidas.

Anteriormente, os reajustes eram calculados com base em planilhas de custos, obtidos por meio de pesquisas internas de coleta de preços de insumos. A partir de agora, esse cálculo ficou mais transparente, já que os índices de preço dos itens de custo da fórmula são de domínio público, como combustível, lubrificantes, rodagem, mão-de-obra, peças e acessórios. Desde a criação da agência, os reajustes concedidos ficaram abaixo dos reajustes do salário mínimo.

1.1.6. Autorizatárias

O total de empresas cadastradas detentoras de Certificado de Registro para Fretamento é de 4.667 e a frota cadastrada é de 32.699 veículos, dados referentes ao dia 31/12/2006.

Foi feita a análise de 6.448 processos contendo documentação das empresas de fretamento visando o cadastro e habilitação da mesma e desses, foram emitidos 3.041 certificados.

O sistema de autorização de viagem, que substituiu os procedimentos que eram realizados manualmente, permitiu às empresas de fretamento a emissão da autorização de viagem de qualquer terminal de computador com acesso à internet, totalizando neste exercício 255.013 autorizações.

1.1.7. Convênios

Foram firmados novos convênios de delegação de competência para fiscalização e mantidos os anteriores, estando atualmente a ANTT conveniada com as seguintes instituições:

- Polícia Rodoviária Federal – DPRF;
- Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos/GO – AGR;

- Secretaria da Infra-Estrutura do Estado do Piauí – SEINFRA/PI;
- Agência Reguladora do Mato Grosso – AGER/MT;
- Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul/MS – AGEPLAN;
- Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo/SP – ARTESP;
- Secretaria de Infra-Estrutura do estado do Piauí – SEINFRA/PI
- Secretaria da Infra-Estrutura do Estado do Tocantins – SEINF/TO
- Departamento de Transporte e Terminais de Santa Catarina – DETER/SC;
- Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia – AGERBA;
- Secretaria de Transportes do Distrito Federal – SETRAN/DF.

Foram realizados, também, convênios de monitoramento, destinados ao acompanhamento direto da prestação do serviço de transporte rodoviário de passageiros, bem como à orientação e suporte ao usuário. As instituições participantes deste monitoramento são as seguintes:

- Universidade de Brasília/DF;
- Universidade Federal de Pernambuco/PE;
- Universidade Federal do Espírito Santo/ES;
- Universidade Federal de Ouro Preto/MG;
- Centro Federal de Educação Tecnológica/MG;
- Universidade Federal de Santa Catarina/SC;
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul/RS.

Foi firmado acordo de cooperação técnica e operacional com o Departamento de Polícia Federal, com vistas a aprimorar os procedimento de controle e fiscalização do transporte interestadual e internacional sob regime de fretamento eventual ou turístico.

Por fim, foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Administrativa n.º 11/2002-MT, com o Ministério dos Transportes, para possibilitar que a ANTT desenvolva ações relativas ao processamento, à cobrança administrativa e à arrecadação de multas aplicadas com fundamento em outros Regulamentos de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros, além do Decreto nº. 2.521/1998, até a edição do Decreto nº. 4.130/2002.

1.1.8. Treinamento

No primeiro trimestre a Agência treinou mais de 200 servidores para atuarem na fiscalização do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros. Esse programa teve o objetivo de capacitar os novos servidores da ANTT, bem como reciclar os mais antigos, os Policiais Rodoviários Federais e os fiscais dos órgãos conveniados nos estados, para fornecer conhecimento de todas as normas vigentes, posturas e demais condições para a fiscalização do transporte de passageiros. Os treinamentos foram feitos em Minas Gerais, Ceará, Bahia e Rio Grande do Sul com o apoio e participação da Polícia Rodoviária Federal de cada região.

1.1.9. Estudos

- Estudos sobre o Reajuste Tarifário do Sistema de Transporte Semi-Urbano

Foram concluídos os estudos destinados ao reajuste do coeficiente tarifário do transporte rodoviário interestadual/internacional semi-urbano de passageiros no Brasil – 2006.

O desenvolvimento das atividades contemplou a coleta de dados administrativo-financeiros e de dados operacionais junto às empresas e posterior aferição destas informações. Além disso, realizou-se, também, a

necessária pesquisa de preços dos insumos e o cálculo dos coeficientes básicos.

Tais atividades culminaram na publicação da Resolução Nº. 1533, de 19/07/2006, que autorizou o reajuste de 6.15% a ser aplicado sobre o coeficiente tarifário vigente no serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros – serviço semi-urbano.

Paralelamente, desenvolveram-se estudos necessários à sistematização destes procedimentos, projeto este denominado Sistema de Coeficiente Tarifário – SCT que objetiva, dentre outros aspectos, subsidiar a obtenção do coeficiente tarifário por empresa e do coeficiente tarifário para o sistema.

Os estudos continuam em andamento.

Estudos destinados à elaboração de Planos de Outorga

Em 11/01/2006, foi editada pelo Ministério dos Transportes a Portaria nº. 11, que disciplina o conteúdo e a sistemática de apresentação do conjunto de documentos que compõem os planos de outorgas. A referida Portaria determina que os planos encaminhados antes da data de edição da mesma deverão ser reapresentados ao Ministério em duas etapas.

Assim, em 2006, o desenvolvimento dos estudos subsidiou a adequação da Etapa 1 dos 2º, 4º, 6º, 7º, 8º e 10º Planos de Outorga à Portaria que foram encaminhados ao Ministério dos Transportes.

O 1º e o 3º Planos de Outorga foram parcialmente substituídos pelo 10º Plano de Outorga.

Foram elaborados, ainda, mais dois planos, um composto de linhas semi-urbanas do entorno do DF (9º Plano de Outorga) e outro de linhas internacionais (12º Plano de Outorga).

O Ministério dos Transportes aprovou a Etapa 1 do 7º Plano de Outorgas, cuja Etapa 2 (pesquisa de modelos e formatação final para lançamento do Edital) vem sendo desenvolvida.

- Diagnóstico das Linhas do Setor de Transporte Semi-Urbano de Passageiros do Entorno do Distrito Federal

As atividades necessárias ao diagnóstico envolveram o levantamento de dados, ou seja, a elaboração dos itinerários gráficos e dos respectivos memoriais descritivos das linhas operadas pelo sistema de transporte semi-urbano do Entorno do Distrito Federal.

Assim, o trabalho contemplou a medição dos itinerários, bem como a representação gráfica dessas informações com a utilização de metodologia apropriada.

Esta ação propiciou subsídios para o atendimento a demandas internas e externas específicas a respeito do assunto. Além disso, contribuiu para a composição de um banco de dados com informações sobre o sistema semi-urbano.

1.1.10. Audiências e Consultas Públicas

Foram realizadas as seguintes audiências públicas em 2006:

Audiência	Período	Assunto
<u>045/2006</u>	02 a 19 de outubro	Manual de Contabilidade a ser aplicado às Permissionárias do Serviço de Transporte Interestadual e Internacional de Passageiros, com a finalidade de padronizar os procedimentos contábeis dos agentes regulados.
<u>044/2006</u>	04 a 22 de setembro	Altera a redação dos artigos 4º, inciso VII, 39, inciso VI e 43, da Resolução nº 1166, de 5 de outubro de 2005, que dispõe sobre a regulamentação da prestação do serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de fretamento.
<u>043/2006</u>	18 de julho a 1º de agosto	Estabelece procedimentos para que as empresas permissionárias e autorizatárias cadastrem dados e implementem instrumento de acompanhamento da jornada de trabalho dos motoristas.
<u>042/2006</u>	18 de julho a 1º de agosto	Dispõe sobre as tarifas promocionais oferecidas no serviço de transporte regular interestadual e internacional de passageiros, e dá outras providências.
<u>041/2006</u>	13 a 23 de junho	Revisão da Planilha Tarifária de que trata o Título IV da Resolução nº 18, de 23/5/2002.
<u>039/2006</u>	03 a 18 de maio	Altera a redação do art. 34 da Resolução nº 1.166, de 5 de outubro de 2005, que dispõe sobre a regulamentação da prestação do serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de fretamento.

<u>033/2006</u>	18 a 26 de janeiro	Proposta de metodologia para cálculo do reajuste tarifário do setor de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros – Percursos superiores a 75 Km.
<u>030/2006</u>	04 a 18 de janeiro	Fixa procedimentos relativos à utilização de um único ônibus para a operação simultânea de serviços de uma mesma permissionária nas condições que especifica.

1.2. Exploração da Infra-Estrutura Rodoviária

1.2.1. Fiscalização

1.2.1.1. Fiscalização Técnico-Operacional

A fiscalização dos Contratos de Concessão das 6 (seis) rodovias federais sob responsabilidade da ANTT foi realizada conforme estabelecido no Plano de Fiscalização das Rodovias Federais Concedidas aprovado pela Diretoria da ANTT e em conformidade com o Planejamento Anual das concessionárias, nos quais constam as obras e serviços a serem realizados ao longo do ano. O Plano de Fiscalização definiu as atribuições das equipes de campo, de apoio e de gestão/fiscalização, assim como a periodicidade de inspeção na rodovia de cada equipe e definiu os modelos de relatórios a serem apresentados.

Para fiscalização dos serviços executados pelas concessionárias, consideraram-se os Relatórios Técnico-Operacionais e Físico-Financeiros – RETOFF's, os relatórios de monitoração dos diversos elementos da rodovia, apresentados pelas concessionárias, bem como os relatórios mensais elaborados pelas Unidades Regionais e as inspeções realizadas nas rodovias.

Ao longo do ano de 2006, analisaram-se os RETOFF's apresentados pelas concessionárias. Foram recebidos 26 (vinte e seis) relatórios de monitoração da Concessionária Ponte S/A, 24 (vinte e quatro) da CRT, 5 (cinco) da NovaDutra, 11 (onze) da Concer, 6 (seis) da Concepa e outros 8 (oito) da Concessionária Ecosul.

Como resultado das atividades de fiscalização técnico-operacional, foram emitidos 461 Termos de Registros de Ocorrência – TROs, relativos à defeitos e inconformidades verificados nas rodovias, os quais originaram a

abertura de processos administrativos para apuração de penalidades por descumprimento contratual. Foram emitidas 29 (vinte e nove) Notificações de Infração, sendo 18 (dezoito) à Concessionária NovaDutra, 4 (quatro) para a Concer, 4 (quatro) para a CRT, 1 (uma) para a Ponte, 1 (uma) para a Concepá e 1 (uma) notificação para a Concessionária Ecosul.

1.2.1.2. Fiscalização do Transporte Rodoviário de Cargas

Excesso de Peso

Com o objetivo de fiscalizar, autuar, aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis, relativas a infrações por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos, em 2006, foram fiscalizados 8.335.920 veículos em fiscalização seletiva. A fiscalização seletiva aplica-se a veículos que passam a uma velocidade máxima de 60 Km/h. Caso a fiscalização seletiva identifique excesso de peso, procede-se a pesagem em balança de precisão. Confirmando a infração, procede-se a lavratura do auto. Em 2006, 2.032.283 veículos foram fiscalizados em balanças de precisão e emitidos de 7.952 autos de infração, sendo arrecadado um total de R\$ 1.589.155,21.

RNTRC

Foram fiscalizados por técnicos da ANTT 8.480 veículos de transportadores rodoviários nacionais de cargas, com a emissão de 1.300 autos de infração. Destes autos, foi arrecadado um total de R\$ 9.300,00.

As fiscalizações também foram realizadas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF por meio dos Convênios 002/05 e 004/06. No âmbito destes Convênios com o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, 935 empresas foram autuadas por infrações ao RNTRC.

Transporte Internacional

As ações de fiscalização têm sido realizadas pelo Departamento de Polícia Rodoviário Federal - DPRF e Secretaria da Receita Federal - SRF por meio de Convênios de Cooperação com a ANTT.

No âmbito do Convênio com o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, 12 empresas foram autuadas por infrações ao transporte Internacional rodoviário de cargas, no período.

A ANTT recebeu 14 representações formuladas pela Receita Federal, 1 representação do INSS, 4 do Ministério Público Federal e 1 denúncia de terceiro, envolvendo empresas de transporte internacional, convertidas em processos cuja análise está sendo realizada pelas comissões internas de processos administrativos.

Vale Pedágio

A Lei n.º 10.209, de 23/03/2001, instituiu o Vale Pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de cargas nas rodovias brasileiras concedidas.

Durante o período, foram autuados 11.287 infratores em decorrência da não antecipação do Vale Pedágio obrigatório, sendo pagos 5.340 autos de infração, arrecadando um total de R\$ 5.332.998,23.

1.2.1.3. Fiscalização dos Recursos de Desenvolvimento Tecnológico – RDT

Em atendimento a Resolução n.º 483/2004, as concessionárias submeteram à consideração da ANTT os projetos e pesquisas a serem desenvolvidos com os recursos de desenvolvimento tecnológico. Sendo assim, as concessionárias encaminharam os projetos relacionados abaixo, os quais foram analisados, no que tange aos aspectos técnicos, financeiros, bem como sua aplicabilidade na engenharia rodoviária.

a) CONCEPA

- Avaliação do comportamento de uma estrutura de pavimento de elevado desempenho empregando ensaios acelerados;

- Estudo do comportamento mecânico e funcional da mistura asfáltica modificada por borracha reciclada de pneu pelo processo úmido;
- Levantamento da condição estrutural do pavimento do trecho compreendido entre os km 112,3 (BR 290) km 301,52 (BR 116);
- Avaliação do EVERCALC 5.0 na retro análise de pavimentos do Rio Grande do Sul – Estudo de Caso na BR – 116/RS (km 291 + 500 ao km 301 + 500);
- Calibração de modelos de previsão de desempenho para os pavimentos da BR-290 (Free Way) através do SGP CONCEPA.

b) NOVADUTRA

- Avaliação do Comportamento dos concretos de alta resistência, nas primeiras idades, sujeitos as vibrações induzidas pelo tráfego, e seu emprego na recuperação de OAE'S. – continuação;
- Continuação do projeto “Avaliação do comportamento de diversos tipos de revestimentos betuminosos, projetados pelos métodos Marshall e Superpave, sob ação de tráfego simulado em modo acelerado por Heavy Vehicle Simulator- HVS”. – continuação;
- Proposição de um método de dimensionamento de camadas de reforço de pavimento de alto desempenho a partir de estudos de misturas asfálticas de elevado módulo;
- Estudo comparativo do comportamento de fadiga de misturas betuminosas com diferentes teores de asfalto;
- Critério de Otimização de Projetos de Ponte a partir de espectros de acelerações induzidas por veículos nos tabuleiros;
- Estudo da sensibilidade do teor de ligante em misturas asfálticas na formação de trilhas de roda.

c) CRT

- ❑ Monitoramento das condições climáticas associadas às condições geológicas – geotécnicas da Rodovia BR-116/RJ e seu entorno.

d) PONTE

- ❑ Execução dos estudos complementares para definição de tecnologias para recuperação, proteção e manutenção das fissuras do pavimento de concreto do vão central;
- ❑ Estudo de alternativa operacionais para melhorias de tráfego na praça de pedágio da ponte Rio – Niterói.

e) CONCER

- ❑ Avaliação da pesagem dinâmica de veículos CVC – combinação de veículos de carga, de sete eixos, tipo bi-trem.

No dia 03/05/2006 foi realizado o II Workshop “Desenvolvimento Tecnológico nas Concessões Rodoviárias: Soluções Técnicas e Aplicadas”. Este evento teve o objetivo de tornar público, especialmente junto à comunidade científica, órgãos governamentais e empresas privadas, os projetos que foram desenvolvidos pelas concessionárias na área de engenharia rodoviária no ano de 2005. Fizeram parte do evento, como avaliadores dos projetos, professores doutores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, da Universidade Estadual Paulista – UNESP, do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA e da Universidade de Brasília – UnB.

1.2.1.4. Fiscalização do Programa de Seguros das Concessionárias Rodoviárias

Foi efetuada análise e fiscalização dos seguros e garantias, referentes ao ano de 2006, das 6 (seis) concessionárias de rodoviárias federais objetivando avaliar a adequação dos programas de seguros apresentados pelas concessionárias com o exigido pelos contratos de concessão.

1.2.1.5. Solicitação de Uso e Ocupação da Faixa de Domínio

Quanto à análise de solicitações de acessos, de ocupações das faixas de domínio e áreas "non aedificandi", foram autuados 58 processos de solicitação de uso e ocupação da faixa de domínio. Foram deliberados pela Diretoria da ANTT 50 autorizações de uso e ocupação da faixa de domínio.

1.2.1.6. Fiscalização Econômico-Financeira

Em 2006, todas as concessionárias rodoviárias foram submetidas a acompanhamento e controle de obrigações editalícias, contratuais e regulatórias das empresas que exploram o Serviço Público de Exploração da Infra-estrutura Rodoviária Federal Concedida. Ressalte-se o acompanhamento e o controle do cumprimento das Resoluções ANTT nº. 59, de 15/08/2002, nº. 207, de 14/05/2003 e nº. 248 de 09/07/2003.

Houve, ainda, o pagamento das parcelas contratuais das Concessionárias Rodoviárias, com base na apuração dos valores nos Contratos de Concessão, o que gerou 72 Guias de Recolhimento Único - GRU referente à verba de fiscalização devida mensalmente por cada uma das seis concessionárias, totalizando R\$ 27.040.886,87.

Com o intuito de controlar o desempenho econômico e financeiro das Concessionárias Rodoviárias, como estabelecido no Contrato de Concessão, foram verificadas "in loco" as condições de conformidade dos aspectos legais, contratuais e econômico-financeiros das empresas e, ainda, por intermédio do confronto da documentação pertinente disponibilizada pela respectiva empresa para o ato da fiscalização com as informações já disponíveis na ANTT.

Conforme Cronograma de Fiscalização Econômico-Financeira para 2006, aprovado em 18/01/2006 pela Diretoria Geral da ANTT, as fiscalizações tiveram o seu início previsto para o dia 05/06/2006.

Concessionárias de Rodovia	Previsto		Realizado	
	Início	Fim	Início	Fim
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra – NovaDutra	05/06/2006	07/06/2006	05/06/2006	9/6/2006
Concessionária da Ponte Rio-Niterói – PONTE	05/06/2006	07/06/2006	05/06/2006	9/6/2006
Cia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio – CONCER	10/07/2006	12/07/2006	10/07/2006	14/7/2006
Concessionária Rio Teresópolis S.A. – CRT	31/07/2006	02/08/2006	31/07/2006	4/8/2006
Concessionária da Rodovia Osório Porto Alegre – CONCEPA	11/09/2006	13/09/2006	11/09/2006	15/9/2006
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul – ECOSUL	23/10/2006	25/10/2006	06/11/2006	10/11/2006
Rodovias DELEGADAS do Rio Grande do Sul (7 empresas)	06/03/2006	17/03/2006	Não realizada	

Quanto à fiscalização eventual, cuja função é atender demandas externas e internas tais como, TCU, MPU, CVM, OVIDORIA entre outros, a fim de esclarecer pendências econômico-financeiras, não foi realizada nenhuma fiscalização no período.

Foi elaborado um Manual de Contabilidade específico para o setor de concessões rodoviárias, cuja finalidade é padronizar as informações contábeis e fornecer dados detalhados sobre as atividades das empresas reguladas, aprimorando o acompanhamento do desempenho econômico financeiro de cada uma delas. A adoção desse Manual de Contabilidade, integrado por um Plano de Contas específico vem suprir uma lacuna regulatória de décadas que o setor apresenta em relação a outros setores regulados.

1.2.2. Regulação

Foi publicada a Resolução nº. 1.713/2006, que disciplina o transporte de produtos perigosos na ponte Rio-Niterói, após amplo estudo do caso, realização de audiência pública e análise das contribuições recebidas.

Aprofundaram-se os estudos visando à elaboração da resolução que objetiva regulamentar o Termo de Registro de Ocorrência – TRO e o auto de infração para serem utilizados na fiscalização das rodovias concedidas. Esse processo encontra-se em fase final de redação da minuta e deve ser levado à audiência pública em breve.

Estão em processo de elaboração resoluções relativas aos seguintes assuntos: seguros; acessos às rodovias; alterações de projetos; comissão tripartite; restrição do horário de passagem de veículos pesados de carga na

ponte Rio-Niterói; custos de novas obras e/ou serviços; cobrança eletrônica; rodovias; receitas extraordinárias; e uso da faixa de domínio. Estas duas últimas resoluções citadas, que visam disciplinar os valores cobrados e as normas de engenharia das ocupações nas faixas de domínio das rodovias Federais concedidas, encontram-se em fase mais adiantada de desenvolvimento.

1.2.3. Estudos e Análises

1.2.3.1. 2ª Etapa de Concessões Federais

Foram realizados trabalhos, juntamente com a Superintendência de Regulação Econômica e Fiscalização Financeira – SUREF, envolvendo as questões técnico-operacionais dos sete lotes rodoviários que compõem a 2ª etapa de concessões de rodovias federais. Além disso, realizou-se a análise dos contratos e editais da segunda etapa do programa de concessão de rodovias federais. Foram elaboradas respostas aos questionamentos e às contribuições recebidas nas audiências públicas realizadas em Brasília e nas capitais dos Estados por onde os trechos rodoviários pertinentes passam, além de todas as contribuições recebidas pela Ouvidoria.

1.2.3.2. 3ª Etapa de Concessões Federais

Participou-se do grupo de trabalho, juntamente com outras superintendências, para a elaboração do termo de referência visando à contratação da empresa que realizará os estudos de tráfego e viabilidade econômica de trechos rodoviários a serem analisados na terceira etapa de concessões rodoviárias.

1.2.3.3. Parceria Público-Privada – BR 324 e BR 116

Em relação à Parceria Público-Privada (PPP) da BR 324 e BR 116 na Bahia, a SUINF participou da força tarefa, coordenada pelo Ministério do

Planejamento, que tratou dos estudos técnicos, econômico-financeiros e jurídicos. Entre as atividades, foram respondidos questionamentos sobre o edital e contrato, lançados nas quatro audiências públicas realizadas (Jequié – BA, Vitória da Conquista – BA, Salvador – BA e São Paulo – SP), além de todas as contribuições recebidas pela Ouvidoria. Após as audiências, foram analisadas as contribuições de competência desta ANTT. As respostas foram encaminhadas ao MPOG, para análise do Comitê Gestor de Parceria Público-Privada Federal – CGP.

Ainda, foi realizado um trabalho de análise comparativa entre os editais e contrato da PPP e os da segunda etapa do programa de concessões de rodovias federais, visando o aperfeiçoamento de ambos os documentos. O resultado dessas atividades está relatado na Nota Técnica nº. 003 SUINF/SUREF, encaminhado ao Comitê Gestor de Parceria Público-Privada Federal – CGP.

1.2.3.4. Estudos de tráfego

Nas questões de tráfego foram realizadas várias atividades buscando subsidiar as decisões da Superintendência relativas às demandas das praças de pedágio de Três Córregos (CRT) e de Xerém (Concer). A condução do processo relativo à Praça de Três Córregos compreendeu a participação em reuniões de trabalho e elaboração de notas técnicas referente ao sistema de identificação do usuário da via alternativa à cobrança de pedágio no local de estudo.

As atividades realizadas relativas à Praça de Xerém englobaram: a definição da metodologia de pesquisa com os entes envolvidos no processo; acompanhamento de campo da pesquisa de Origem/Destino (O/D) de placas realizada para subsidiar o processo de tomada de decisão relativo à alteração da configuração da praça de pedágio; auditoria dos resultados apresentados no “Estudo de Movimentação de Veículos da BR-040”; elaboração de Notas Técnicas referentes ao processo de auditoria dos resultados do estudo e ao processo de alteração na configuração da praça de pedágio; e condução do respectivo processo administrativo.

Realizaram-se simulações computacionais para adequação dos volumes de tráfego dos estudos do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro, estes estudos foram apresentados para a Casa Civil e, no momento, é aguardada decisão superior que definirá a modelagem contratual do projeto.

1.2.3.5. Estudos relativos à concessão da rodovia BR – 163 (trecho Nova Mutum/MT – Santarém/PA)

Esta ação contemplou realização de estudos, análises e a participação dos técnicos da Superintendência em reuniões de interação, internas e externas, com os atores envolvidos, inclusive consultores, destinadas à discussão dos vários aspectos relacionados aos procedimentos licitatórios, à modelagem, aos aspectos ambientais, sociais e econômicos, e à regularização ambiental do trecho em questão.

1.2.4. Regulação Econômico-Financeira

1.2.4.1. Operação de Reestruturação Societária

Trata-se de analisar se a operação é viável sob os aspectos editalícios, contratuais e concorrenciais e verificar se há concentração de mercado que comprometa a prestação dos serviços. Por fim, cabe à Agência opinar favorável ou desfavoravelmente pela aprovação.

Ao todo foram encaminhadas seis solicitações de transferências acionárias e operações de reestruturação societária. A tabela a seguir identifica as informações quanto à situação em que se encontram os processos:

Situação	Quantidade de Processos
Em análise	01
Aprovado	05
TOTAL	06

1.2.4.2. Reajustes Tarifários

Com base na análise da execução do Programa de Exploração Rodoviária (PER), procede-se a avaliação de seu eventual impacto na tarifa com vistas às revisões tarifárias. Por intermédio do fluxo de caixa apresentado na proposta de tarifa e suas atualizações, promove-se o reequilíbrio econômico-financeiro, pela manutenção da Taxa Interna de Retorno original, como determina o contrato de concessão. Os reajustes tarifários são definidos contratualmente por intermédio de aplicação de fórmula paramétrica de reajustes, de periodicidade anual, que se utiliza de índices de preços setoriais, calculados e publicados pela FGV.

Rodovia Presidente Dutra S/A – Nova Dutra

A Resolução nº. 1544, de 26/07/2006, aprovou a Revisão nº. 11 do Programa de Exploração da Rodovia – PER e da Tarifa Básica de Pedágio – TBP da Rodovia Presidente Dutra, atualizando o valor da tarifa de pedágio em 4,84%.

Ponte Rio Niterói S/A

A Resolução nº. 1542, de 26/07/2006, aprovou a Revisão nº. 12 do Programa de Exploração da Ponte – PEP e da Tarifa Básica de Pedágio – TBP da Ponte Presidente Costa e Silva (Rio-Niterói), atualizando o valor da tarifa de pedágio em 4,13%.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio de Janeiro S/A – CONCER

Após análise da situação da concessionária e após procederem-se os cálculos, o processo foi remetido à Procuradoria e Diretoria para aprovação e consequente publicação de resolução pela Agência.

Concessionária Rio - Teresópolis S/A – CRT

A Resolução nº. 1607, de 29/08/2006, aprovou a Revisão nº. 14 do Programa de Exploração da Rodovia – PER e da Tarifa Básica de Pedágio –

TBP da Rodovia Rio - Teresópolis S.A., atualizando o valor da tarifa de pedágio em 4,56%.

Concessionária da Rodovia Osório Porto Alegre S/A – CONCEPA

A Resolução nº. 1689, de 24/10/2006, aprovou a Revisão nº. 16 do Programa de Exploração da Rodovia – PER e da Tarifa Básica de Pedágio – TBP de trecho da rodovia BR-290/RS, explorado pela Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. - CONCEPA. As tarifas foram acrescidas em 3,78% de seus valores vigentes anteriormente.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S/A – ECOSUL

A Resolução nº. 1774/06 autorizou o reajuste tarifário correspondente ao exercício 2006. O novo valor é resultado do reajuste e da revisão da tarifa básica de pedágio, acrescido de 8% decorrente do Termo Aditivo firmado entre o Ministério dos Transportes e a Ecosul em 07/07/2000.

1.2.5. Gestão dos Contratos de Exploração das Rodovias Concedidas

1.2.5.1. Revisão dos Programas de Exploração

Foram propostas e aprovadas pela Diretoria da ANTT revisões do PER das concessionárias NOVADUTRA, CONCER, CRT e CONCEPA e do PEP da concessionária Ponte S/A. Foram concluídos parcialmente as análises e os estudos para proposição da revisão do PER da concessionária ECOSUL, o que deverá ocorrer no mês de janeiro/2007. Essas revisões propiciaram a adaptação dos cronogramas físico-financeiros ao efetivamente realizado e às atuais necessidades e prioridades das rodovias.

1.2.5.2. Acompanhamento dos Cronogramas Físico-Financeiros

A verificação do cumprimento das obrigações contratuais e dos cronogramas físico-financeiros das concessionárias relativas ao ano de 2006 foi realizada, durante todo o ano, por meio do acompanhamento da execução

das obras e serviços estabelecidos nos planejamentos anuais relativos ao ano 2006. Esse trabalho teve por referência a análise dos Relatórios Técnico-Operacionais Físico-Financeiros e das programações mensais apresentadas pelas concessionárias, os relatórios de fiscalização elaborados pelas Unidades Regionais e as inspeções realizadas ao longo das rodovias.

1.2.5.3. Análise de Projetos Executivos

Foram analisados 108 (cento e oito) projetos executivos de obras de infra-estrutura que foram encaminhados pelas concessionárias de rodovias federais, dos quais 50 (cinquenta) receberam pareceres técnicos favoráveis, foram aceitos e obtiveram autorização para execução, sempre buscando a otimização dos serviços previstos, de modo a minimizar seus impactos nas tarifas de pedágio. Os demais foram objeto de correção pelas concessionárias e se encontram ainda em análise.

1.2.5.4. Análise e Aprovações dos Planejamentos Anuais

Foram analisados e aprovados os planejamentos anuais das obras e serviços propostos pelas 6 (seis) concessionárias de rodovias federais para o ano 2007, tendo por objetivo facilitar o processo de fiscalização e verificação do cumprimento das obrigações previstas nos PERs, no PEP e nos contratos de concessão.

1.2.5.5. Sistema de Gestão de Fiscalização das Rodovias

Encontra-se em fase final de desenvolvimento, de implementação de melhorias e de implantação o Sistema de Gestão de Fiscalização das Rodovias Concedidas - SIGFIS, previsto no contrato nº. 35/2004 firmado entre a ANTT e a Technology and Management LTD – TNM. O produto do contrato tem por objetivo automatizar os processos de fiscalização e gestão dos contratos de concessão das rodovias federais, possibilitando um melhor acompanhamento e controle dessas atividades.

No desenvolvimento do SIGFIS foram elaborados 4 (quatro) relatórios, sendo o primeiro, em julho de 2005, com a definição do escopo inicial do projeto; o segundo, em outubro de 2005, com a definição da especificação das funcionalidades do projeto; o terceiro, em julho de 2006, concluindo uma versão do sistema para testes; e o quarto, em agosto de 2006, entregando a versão final do sistema e a sua documentação. O último relatório foi aceito, dando início às providências para o pagamento da 5^a e última parcela do contrato.

1.2.5.6. Análise de aspectos técnico-operacionais

Foram analisados aspectos técnico-operacionais relativos à infraestrutura da malha rodoviária concedida e aos contratos de concessão, tendo sido emitidas as respectivas notas técnicas, que possibilitaram a fundamentação de respostas a questionamentos ou solicitações de informações formuladas pelo Tribunal de Contas da União, Ministério Público Federal, Ministérios Públicos Estaduais, Poder Judiciário e Poderes Executivo e Legislativo federais, estaduais e municipais.

1.2.5.7. Decretos Expropriatórios

Foram encaminhadas à Diretoria da ANTT proposições de decretos expropriatórios, versando sobre a desapropriação de áreas no km 85,7 e no km 131 da Rodovia BR-116/RJ, sob responsabilidade da concessionária CRT, tendo por objetivo a execução de obra de contenção de encosta e a implantação de projeto de balança fixa, respectivamente.

1.2.6. Convênios

Foi celebrado um único convênio no ano de 2006, como detalhado a seguir:

O convênio 002/2006 – ANTT/UFRJ foi celebrado em 06/06/2006 e tem como objeto a cooperação técnica e administrativa entre as entidades, visando o apoio à fiscalização dos contratos de concessão de rodovias federais na região sudeste. Os trechos rodoviários incluídos nos programa são: BR116/RJ/SP – Rodovia Presidente Dutra; BR 101/RJ – Ponte Presidente Costa e Silva (Rio-Niterói); BR 040/RJ/MG – Trecho Rio-Juiz de Fora; e BR 116/RJ – Trecho Além Paraíba – Terosópolis – Entr. BR 040/RJ. O convênio possui ênfase na monitoração dos elementos físicos e gerenciais das rodovias, baseados em seus respectivos Programas de Exploração e nas regulamentações vigentes.

1.3. Transporte Rodoviário de Cargas

1.3.1. Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga – RNTRC

Em março de 2006, a ANTT apresentou o primeiro diagnóstico do setor de Transporte Rodoviário de Cargas. São os primeiros resultados obtidos desde a implantação do Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga – RNTRC, em 16/06/2004. Neste primeiro relatório foi possível identificar, entre outras informações, a distribuição espacial da frota de caminhões nas diversas regiões do País, a área de atuação dos operadores, a idade média da frota e sua composição por tipo de veículo. No momento da apresentação do relatório, a distribuição espacial da frota pelo território brasileiro foi a seguinte: 47% dos veículos estão localizados na Região Sudeste, 31% na Região Sul, 11% na Nordeste, 8% na Centro Oeste e 3% na Região Norte. A idade média dos veículos de carga chegou a 14,7 anos, sendo que a média de idade dos veículos de autônomos (que representam 56,6% do total de veículos) está em 19 anos, os veículos das empresas (que representam 42,9% do total de veículos) estão com 9 anos, e os veículos das cooperativas (que representam 0,5% da frota total) com 11 anos. Trata-se dos primeiros resultados obtidos desde a implantação do Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga – RNTRC, em 16/06/2004.

Durante todo o ano de 2006, deu-se continuidade à análise dos processos de registro do RNTRC, com a inscrição de 97.375 transportadores autônomos e 131.678 veículos; 19.630 empresas e 93.486 veículos e 118 cooperativas com 1.173 de veículos.

Transportadores e Frota de Veículos em 31 dez 2006			
Tipo do Transportador	Registros Emitidos	Veículos	Veículos / Transportador
Autônomo	701.347	897.134	1,3
Empresa	129.891	675.608	5,2
Cooperativa	634	8.056	12,7
Totais	831.872	1.580.798	1,9

Foi aprovada a Resolução ANTT nº. 1.737, de 21/11/2006 com a vigência após 60 dias, estabelecendo novos procedimentos de registro e fiscalização, instituindo infrações e sanções referentes ao Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga – RNTRC, e dá outras providências.

1.3.2. Transporte Rodoviário Internacional de Cargas

Analisaram-se pleitos das empresas de transporte rodoviário de cargas, interessadas em operar no segmento do transporte rodoviário internacional.

Outorgas emitidas:

- Foram emitidas 141 licenças originárias;
- Foram emitidas 110 licenças complementares;
- Para viagens ocasionais de empresas estrangeiras foram emitidas 277 autorizações;
- Para viagens ocasionais de empresas nacionais foram emitidas 1303 autorizações;
- Para modificações do quadro de frota (exclusões e inclusões de veículos no sistema) foram emitidas 4609 autorizações para

empresas nacionais e 1568 autorizações para empresas estrangeiras;

Origem	Habilitadas	
	Empresas	Frota
Brasileiras	575	50.186
Estrangeiras	1.306	28.284
Empresas Brasileiras Habilitadas		
País Destino	Empresas	Frota
Argentina	455	43.885
Bolívia	65	8.878
Chile	249	27.653
Paraguai	166	26.045
Peru	17	2.570
Uruguai	180	22.903
Venezuela	20	1.241
Empresas Estrangeiras Habilitadas		
País de Origem	Empresas	Frota
Argentina	522	13.515
Bolívia	37	1.142
Chile	525	7.178
Paraguai	84	3.475
Peru	2	25
Uruguai	132	2.595
Venezuela	4	354

Foi aprovada a Resolução ANTT nº. 1.474, de 31/05/2006, que dispõe sobre os procedimentos relativos à expedição de Licença Originária, de Autorização de Viagem de Caráter Ocasional e de Licença Complementar para a realização de transporte internacional de empresas brasileiras e estrangeiras.

1.3.3. Transporte de Produtos Perigosos

Em 2006, tiveram continuidade as atividades de acompanhamento, levantamento e análise de normas e regulamentos internacionais, com as quais se pretende manter a regulamentação desse setor permanentemente atualizada. Entre as quais destaca-se a autorização de tradução da 14^a edição do Regulamento Modelo da ONU, documento básico de referência para a próxima revisão.

Com vistas à adequação da regulamentação dessa atividade foram concluídos os trabalhos para atualização do Regulamento do Transporte de Produtos Perigosos no âmbito do Mercosul e editadas disposições adequando a Resolução ANTT nº. 420, de 12/02/2004, à evolução técnica, tecnológica e operacional do setor, através da Resolução ANTT n.º 1.644, de 26/09/2006.

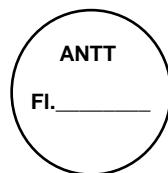
Em decorrência dessas revisões, está sendo elaborado um “Manual para Multiplicadores do Treinamento de Agentes de Fiscalização”, concebido no âmbito de um programa de treinamento de agentes de fiscalização do transporte de produtos perigosos, a ser desenvolvido com vistas ao aperfeiçoamento da fiscalização do transporte desse tipo de carga.

Em 2006, foi concluída a concepção e montagem do primeiro módulo de um sistema de informações do transporte de produtos perigosos, que possibilitará consultas automáticas aos instrumentos legais que disciplinam essa atividade, bem como congregar informações pertinentes ao desenvolvimento dessa atividade. Este sistema encontra-se em fase de validação.

1.4. Transporte Multimodal

Com base na Resolução ANTT nº. 794, de 22/11/2004, que dispõe sobre a habilitação do Operador de Transporte Multimodal – OTM, foram habilitadas, no ano de 2006, 41 empresas.

Até 31/12/2006, a ANTT já habilitou um total de 220 empresas.



1.5. Transporte Dutoviário

Com relação ao Cadastro do Sistema de Dutovias do Brasil, o desenvolvimento do sistema de informações georreferenciadas foi concluído, sendo o SISDUT homologado e colocado em produção.

Como nova fase da implementação do cadastro, faz-se necessário a integração do SISDUT ao sistema corporativo da ANTT e alimentação do seu banco de dados.

1.6. Transporte Ferroviário

1.6.1. Usuários Dependentes de Ferrovia

Na aplicação do marco regulatório referente à Resolução do Usuário Dependente do Transporte Ferroviário foram analisados diversos pleitos de interessados, resultando na caracterização, no registro e no tratamento de usuário com elevado grau de dependência do serviço público de transporte ferroviário de cargas.

A tabela abaixo especifica os pleitos submetidos à Agência em 2006:

Processos de registro	Quantidade
Solicitações de registro concedidas pela ANTT	02
Solicitações de registro indeferidas pela ANTT	01
Solicitações de registro arquivadas pela ANTT	01
Solicitações de registro protocoladas e em fase de análise	14
TOTAL	18

1.6.2. Direito de Passagem e Tráfego Mútuo

Importante fixar as definições de Direito de Passagem e Tráfego Mútuo, conforme disposto no Art. 2º da Resolução ANTT nº. 433, de 17/02/2004:

- Direito de Passagem: é a operação em que uma concessionária, mediante remuneração ou compensação financeira, permite a outra trafegar na sua malha para dar prosseguimento, complementar ou encerrar uma prestação de serviço público de transporte ferroviário, utilizando a sua via permanente e o seu respectivo sistema de licenciamento de trens.
- Tráfego Mútuo: é a operação em que uma concessionária, necessitando ultrapassar os limites geográficos de sua malha para complementar uma prestação de serviço público de transporte ferroviário, compartilha recursos operacionais, tais como material rodante, via permanente, pessoal, serviços e equipamentos, com a concessionária em cuja malha se dará o prosseguimento ou encerramento da prestação de serviço, mediante remuneração ou compensação financeira.

Desta forma, no ano de 2006, por meio da Portaria n.^º 059, de 08/02/2006, e em observância ao disposto no Art. 3^º da Resolução ANTT n.^º 1.250, de 21/12/2006, foi constituída comissão para concluir estudos com vistas a estabelecer, em caráter definitivo, a tarifa e as condições para a operação de direito de passagens dos trens da Estrada de Ferro Carajás – EFC, da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, nas vias de acesso ao Porto de Itaqui, pertencentes à Malha Nordeste e concedida à Companhia Ferroviária do Nordeste – CFN.

1.6.3. Trens Turísticos e Culturais

Em 2006, com a plena aplicação da Resolução ANTT nº. 359/2003, que estabeleceu um marco regulatório importante para a sociedade, dispondo sobre os procedimentos relativos à prestação não regular e eventual de serviços de transporte ferroviário de passageiros com finalidade turística, histórico-cultural e comemorativa, abriu-se espaço para o crescimento de atividade multiplicadora de serviços na área de turismo, por meio da utilização compartilhada da infra-estrutura para a realização de viagens de trens de

passageiros com finalidade de lazer. No decorrer de 2006 foram autorizados pela ANTT os seguintes serviços de trens turísticos e comemorativos:

Autorização de trem turístico:

- Brás/Moóca (Associação Brasileira de Preservação Ferroviária - ABPF)
- Ouro Preto/Mariana (Ferrovia Centro-Atlântica S.A. - FCA)
- Campinas/Jaguariúna (ABPF)
- Morretes/Antonina; (ABPF)
- Rio Negrinho/Rio Natal; (ABPF)
- Prolongamento Campinas/Jaguariúna (ABPF)
- Piratuba/Marcelino Ramos; (ABPF)

Autorização de trem comemorativo:

- I. Trem do Frevo – Pátio Edgard Werneck/Praça do Marco Zero (Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU/Superintendência de Trens Urbanos de Recife – STU/REC);
- II. Trem do Forró – Campina Grande – Galante (Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU/Superintendência de Trens Urbanos de João Pessoa – STU/JOP)
- III. Trem do Forró – Pátio Edgard Werneck/Praça do Marco Zero (CBTU/STU-REC);
- IV.Trem do Matuto – Pátio Edgard Werneck/Praça do Marco Zero (CBTU/STU-REC);
- V. Trem da Fenavodka – Guarapuava/Distrito de Jordão;
- VI. Trem da Criança – Marco Zero/Cidade de Cabo de Sto. Agostinho.

Atualmente estão sendo finalizados cinco pedidos de outorga para operação de trem turístico em diversas regiões do País e, há também, outros sete pedidos que se encontram em fase de entrega de documentação.

1.6.4. Fiscalização das Concessões Ferroviárias

No exercício de 2006 foram realizadas inspeções técnico-operacionais, inspeções de ativos operacionais e inspeções de atendimento a clientes, para verificar o cumprimento dos contratos de concessão e dos regulamentos pertinentes, bem como determinar a necessária regularização das situações detectadas que perturbem a qualidade da prestação dos serviços.

1.6.4.1. Inspeções Técnico-Operacionais Programadas

No ano de 2006 foram efetivadas inspeções programadas nas concessionárias. A seguir, o cronograma das inspeções efetivamente realizadas pela Agência em 2006, de acordo com variáveis como tamanho e estado de conservação da malha, dificuldades de acesso, condições climáticas encontradas na época da inspeção, dentre outras.

N.º	Concessionária	Período
01	Companhia Ferroviária do Nordeste – CFN	Março
02	Ferroviás Bandeirantes – FERROBAN	Abril
03	América Latina Logística do Brasil S.A. – ALL	Maio
04	Ferrovia Paraná S.A. – FERROPAR	Junho
05	Ferroviás Norte Brasil S.A. – FERRONORTE	Julho
06	Ferrovia Novoeste S.A. – NOVOESTE	Agosto
07	Ferrovia Centro-Atlântica S.A. – FCA	
08	Estrada de Ferro Vitória a Minas S.A.	Setembro
09	Ferrovia Tereza Cristina S.A.	Outubro
10	MRS Logística – S.A.	
11	Estrada de Ferro Carajás – EFC	Novembro
12	Ferrovia Norte-Sul – FNS	Dezembro

1.6.4.2. Inspeções Técnico-Operacionais Eventuais

No ano de 2006 foram efetivadas as seguintes inspeções eventuais:

N.º	Concessionária	Período	Objetivo
01	ALL	02/01 a 04/01/2006	visando atender a solicitação do Ministério Público Federal - Procuradoria da República de Santa Rosa - Santa Rosa/RS - foi notificada a concessionária América Latina Logística do Brasil S.A. - ALL, para realização de serviços no perímetro urbano de Santa Maria.
02		30/01 a 03/02/2006	nos trechos Presidente Prudente/Presidente Epitácio, Ourinhos/Rubião Junior, Marques dos Reis/ Jaguariaíva, Raul de Mesquita/ Jaguariaíva/Pisa, para verificação de trechos com baixa densidade de tráfego ou com tráfego suspenso
03		13 a 17/02/2006	nos trechos São Borja/ Santiago e Livramento/ Entroncamento, para verificação de trechos com baixa densidade de tráfego ou com tráfego suspenso
04		15/03/2006	no perímetro urbano de Bernardino de Campos, para verificação de trechos com baixa densidade de tráfego ou com tráfego suspenso
05		22/06 e 23/06/2006	inspeção técnico-operacional eventual no Ramal de Antonina/PR (Morretes – Antonina).
06		12/07 e 13/07/2006	Inspeção Técnica Eventual no Terminal Intermodal de Presidente Epitácio/SP e reunião na Procuradoria da República em Presidente.

07	ALL	17/08 e 18/08/2006	Inspeção Técnica Eventual no trecho ferroviário entre Presidente Prudente/SP e Presidente Epitácio/SP, realizada com a presença do Procurador da República em Presidente Prudente, para acompanhamento do cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta – TAC, de 28/04/2005. Foi notificada pelo Ofício nº 499/GEFIC/SUCAR, de 23/08/2006, para que a Concessionária efetue serviços no sentido de regularizar as deficiências apontadas na referida inspeção.
08		06/11 a 10/11/2006	Inspeção Técnica Eventual nos trechos Marcelino Ramos/ Passo Fundo, Passo Fundo/ Cruz Alta e Cruz Alta/Santa Cruz.
09		20/11 a 24/11/2006	Inspeção Técnica Eventual nos trechos Marcelino Ramos/ Caçador, Caçador/Felipe Shmidt e Felipe Shmidt/ Mafra.
10		27/11 a 01/12/2006	Inspeção Técnica Eventual nos trechos Santo Ângelo/ Santiago, Santiago/Cacequi e Cacequi/Uruguiana.
11		04/12 a 07/12/2006	Inspeção Técnica Eventual nos trechos Pátio Industrial/Rio Pardo, Rio Pardo/Dilermando Aguiar e Dilermando Aguiar/ Entroncamento.
12	CFN	24/01 a 26/01/2006	verificação do cumprimento no disposto no artigo 6º da Resolução ANTT nº 1.250, de 21/12/2005 no Centro de Controle Operacional - CCO da Companhia Ferroviária do Nordeste - CFN, Ramal de Mucuripe, ramais de Fortaleza e Ramal de Itaqui.
13		28/06 a 30/06/2006	Inspeção Técnica Eventual no pátio de Teresina e na via permanente do trecho Teresina/ Codó.
14		30/10 a 02/11/2006	Inspeção Técnica Eventual nos trechos Cabo/Catende e Patos /Souza/Arrojado.

15	CFN	06/11 a 10/11/2006	Inspeção Técnica Eventual nos trechos Fortaleza/Sobral, Sobral/Crateús e Crateús/Teresina.
16	EFC	26/01 a 27/01/2006	verificação do cumprimento do disposto no artigo 6º da Resolução nº 1.250, de 21/12/2005, no CCO da Estrada de Ferro Carajás - EFC e Ramal de Itaqui.
17	NOVOESTE	25/01 a 27/01/2006	Visando levantamento de informação sobre a causa do acidente grave ocorrido em 24/01/2006, no trecho Ribas do Rio Pardo/Três Lagoas
18		06/03 a 07/03/2006	no trecho Corumbá/Porto Esperança, para autorização de tráfego do Trem do Pantanal.
19		14/03/2006	no perímetro urbano e Pátio de Pirajuí, para inspeção em trechos subutilizados ou com tráfego descontinuado.
20		17/04 a 20/04/2006	nos trechos Lagoa Rica/Bálsmo, Bálsmo/Arapuã e Guararapes/Araçatuba, com o objetivo de verificar a realização dos serviços constantes no Termo de Ajuste de Conduta - TAC, celebrado em 28/04/2005.
21		19 a 20/06/2006	no trecho Corumbá/Porto Esperança, para autorização de tráfego do Trem do Pantanal.
22		06/12 a 08/12/2006	Inspeção Técnica Eventual para acompanhamento dos serviços realizados pela Concessionária em cumprimento ao TAC nos trechos Bauru/Araçatuba e Araçatuba/Arapuá.
23	MRS	30/01 a 01/02/2006	Reunião na Unidade Regional de São Paulo - URSP/ANTT, visando tratar do cumprimento da Resolução nº 945, de 04/05/05, com representantes da MRS e da Ferrovia Bandeirantes - FERROBAN, referente ao acesso ao Porto de Santos
24		25/04 a 27/04/2006	Reunião com a MRS sobre alteração em layout de pátio da linha centro e ramal de São Paulo e participação em Audiência.

25	MRS	04/12/2006	Inspeção Técnica Eventual nas vias da MRS no acesso ao Porto de Santos.
26		06/02 a 10/02/2006	inspeção de trechos com baixa densidade de tráfego ou com tráfego suspenso, nos trechos São Bento/Japeri/Barão de Angra, Recreio/Campos, Paripe/Mapele e Riachuelo/ Própria.
27		03/04 a 05/04/2006	nos trechos Ribeirão Preto/ Passagem, Itaú/Ribeirão Preto e Poços de Caldas/Aguaiá, para inspeção de trechos subutilizados ou com tráfego descontinuado
28	FCA	29/05 a 01/06/2006	para verificação do cumprimento da notificação nº 579/GEFIC/SUCAR, de 22/12/2005 e do Ofício nº 143/GEFIC/SUCAR, de 10/03/2006.
29		19/06 a 21/06/2006	inspeção técnica-operacional na via permanente do trecho Miguel Burnier/Barão de Camargos.
30		10/07 a 12/07/2006	Inspeção Técnica Eventual nos trechos Paripe/Mapele e Mapele/Simões Filho, para fornecimento de subsídios a audiência realizada na Promotoria de Justiça de Simões Filho/BA.
31		19 a 21/09/2006	Inspeção Técnica Eventual no trecho ferroviário de Vista Alegre a Barão de Camargos.
32	FERROPAR	21/01 a 24/02/2006	inspeção de trechos subutilizados ou com tráfego descontinuado, no trecho Guarapuava/Cascavel.
33	FERROBAN	06/03 a 09/03/2006	nos trechos Varginha/ Evangelista de Souza, Samaritá/Miracatu e Miracatu/ Cajati, para verificação de trecho subutilizados ou com tráfego descontinuado.

34		07/03 a 09/03/2006	no trecho Dois Córregos/Jaú, para subsidiar informações a serem prestadas em Audiência Pública de conciliação no Ministério Público em Bauru/SP. Foi notificada pelo Ofício nº 172/GEFIC/SUCAR, de 16/03/2006, para que a concessionária realize os serviços relacionados na notificação.
35		15/03 a 17/03/2006	reunião na URSP/ANTT visando tratar sobre cumprimento da Resolução ANTT nº 945, de 04/05/2005, com representantes da MRS Logística e FERROBAN.
36		20/03 a 21/03/2006	inspeção em local de acidente ferroviário em São José do Rio Preto.
37	FERROBAN	22/03 a 23/03/2006	inspeção no trecho Jundiaí/ Boa Vista Velha, e reunião na URSP/ANTT, sobre o cumprimento da Resolução ANTT nº 945, de 04/05/2005, com representantes da MRS e FERROBAN. No trecho Jundiaí /Boa Vista Velha a FERROBAN foi notificada pelo Ofício nº 202/GEFIC/SUCAR, de 30/03/06, para que a concessionária realize os serviços relacionados na notificação.
38		30/03/2006	para inspeção em local de acidente ferroviário em Brotas/SP.
39		06/04 a 07/04/2006	no trecho Piracicaba – Recanto para inspeção em trechos subutilizados ou com tráfego descontinuado.
40		10/05 a 12/05/2006	reunião na URSP/ANTT com a MRS e FERROBAN, referente ao cumprimento da Resolução 945/ANTT, no que se refere aos Contratos Operacionais Específicos. Reunião com a FERROBAN e NOVOESTE sobre o cumprimento dos TAC's.

41	FERROBAN	17/05 a 18/05/2006	inspeção técnico-operacional no contorno ferroviário de Barretos/SP. Foi notificada pelo Ofício nº 334/GEFIC/ SUCAR, de 07/06/2006, comunicando a suspensão de tráfego de trens de cargas no Contorno Ferroviário de Barretos, em função de fortes chuvas ocorridas na região, o que agravou a situação da infra e superestrutura. Fica o tráfego suspenso até que a Concessionária, após a conclusão dos reparos necessários, avise a ANTT para que seja realizada nova inspeção no citado trecho.
42		07/06 a 09/06/2006	no trecho Jundiaí – Boa Vista Velha, para verificação do cumprimento da Resolução nº 945/2005, da ANTT.
43		20/06 a 22/06/2006	inspeção técnico-operacional no perímetro urbano de São Carlos/SP.
44		03/07 a 05/07/2006	Inspeção Técnico-Operacional na via permanente do trecho Jundiaí/Boa Vista Velha, em atendimento à Resolução nº 945/2005 e no trecho Boa Vista Velha/Americana, referente ao acidente no perímetro urbano de Nova Odessa e Americana.
45		15/08 e 16/08/2006	Inspeção Técnica Eventual no trecho ferroviário de Dois Córregos/SP, em cumprimento à determinação da 1º Vara do Tribunal Regional Federal da 3º Região em Jaú. Foi notificada pelo Ofício nº 496/GEFIC/SUCAR, de 23/08/2006, para que a Concessionária efetue os serviços no sentido de solucionar as deficiências constatadas na referida inspeção.
46		30/10 a 01/11/2006	Inspeção Técnica Eventual no trecho São José do Rio Preto/ Santa Fé do Sul, São José do Rio Preto/Araraquara/Itirapina.

47	FERROBAN	20/11 a 24/11/2006	Inspeção Técnica Eventual para acompanhamento dos serviços realizados pela Concessionária, em cumprimento ao TAC, nos trechos Bauru/Itirapina, Tamoio /Boa Vista e Boa Vista/ Evangelista de Souza.
48		30/11 a 01/12/2006	Inspeção Técnica Eventual no Trecho Jundiaí/Boa Vista Velha.
49		05/12/2006	Inspeção Técnica Eventual no trecho Tupã/Bauru, visando o acompanhamento dos serviços executados, em virtude do TAC, pela Concessionária.

1.6.4.3. Inspeção de Ativos Ferroviários

Inspeção de Ativos Ferroviários Programada

Foram realizadas, no decorrer do ano de 2006, as seguintes inspeções:

Concessionária	Período	Local
ALL	27/03 a 30/03	Inspeção Técnica dos ativos arrendados no Pátio de Iguaçu, oficina de vagões de Ponta Grossa, pátios de Uvaranas, Cara-Cara e Desvio de Ribas, oficina de locomotivas de Curitiba;
	03/04 a 07/04	Inspeção Técnica dos ativos arrendados nos trechos: Presidente Epitácio - Presidente Prudente; Presidente Prudente/Ourinhos; Ourinhos/Rubião Júnior; Ourinhos/Joaquim Távora;
	17/04 a 20/04	Inspeção Técnica dos ativos arrendados nos trechos: Iguaçu / Paranaguá; Iguaçu / Engº Bley / Mafra; oficina de vagões de Mafra; Trecho Mafra / São Francisco do Sul;
	8/05 a 12/05/06	Inspeção técnica dos ativos arrendados nos trechos: Santa Maria/RS – Cruz Alta/RS – Santo Ângelo/RS; Santa Maria – Bagé – Rio Grande. Inspeções nos Ativos operacionais da oficina de vagões de Rio Grande

ALL	22/05 a 26/05	Inspeção dos ativos arrendados nos trechos: Santa Maria - Argemiro Dorneles; General Luz – Roca Sales; Inspeção no Trem Turístico de Rio Pardo a Cachoeira do Sul
	20/06 a 23/06	Inspeção dos ativos arrendados nos trechos: Alegrete – Uruguaiana/RS; Inspeções nos ativos ferroviários do pátio de Uruguaiana/RS.
NOVOESTE	20/03 a 24/03	Inspeção Técnica dos ativos arrendados de material rodante nos pátios e Oficina de Bauru, e trechos Bauru/Araçatuba, Araçatuba/ Três Lagoas, Araçatuba/Campo Grande
	03/04 a 06/04	Inspeção técnica dos ativos arrendados nos pátios, material rodante nos trechos Corumbá/ Miranda; Miranda/Campo Grande;
FCA	15/05 a 19/05	Inspeção técnica dos ativos arrendados nos trechos Divinópolis/ Belo Horizonte; Inspeção no pátio e oficina de Sete Lagoas e no trecho Sete Lagoas – Belo Horizonte
	22/05 a 23/05	Inspeção técnica dos ativos arrendados no trecho Divinópolis a Lavras
	29/05 a 2/06/06	Inspeção técnica dos ativos arrendados nos trechos Aracajú/ Propriá; Aracajú/Rio Real; Rio Real/ Alagoinhas; Alagoinhas/ Salvador.
	23/10 – 27/10	Inspeção Técnica dos ativos arrendados no trecho Boa Vista – SP/Araguari-MG
	27/12/2006	Inspeção Técnica no trem turístico de Paraíba do Sul
MRS	10/07 – 14/07	Inspeção Técnica dos ativos arrendados nos trechos Juiz de Fora/Três Rios; Juiz de Fora/ Conselheiro Lafaiete; e Conselheiro Lafaiete/Belo Horizonte.
	17/07 – 21/07	Inspeção Técnica dos ativos arrendados no trecho Bom Jardim/ Volta Redonda e nos pátios de Jeceaba (P1-7), Barra do Piraí, Itaguaí, Japeri e Arará.
	07/08 – 11/08	Inspeção Técnica dos ativos arrendados nos trechos Barra Mansa/Cruzeiro; Cruzeiro/ São José dos Campos; e São José dos Campos /Manoel Feio.

MRS	15/08 – 18/08 15/08 – 18/08	Inspeção Técnica dos ativos arrendados nos Pátios de Santos, Ipiranga, Moóca, Lapa e Jundiaí e nos trechos Raiz da Serra/ Rio Grande da Serra; Cruzeiro/ São José dos Campos; e São José dos Campos /Manoel Feio.
Ferrovia Tereza Cristina	21/08 a 24/08	Inspeção Técnica dos ativos arrendados, bem como no Trem Turístico nos trechos Imbituba/ Pinheiro e Urussunga/Siderópolis, no Estado de Santo Catarina.
EFC	25/09 – 26/09	Inspeção Técnica no trem de passageiros da Estrada de Ferro Carajás
CFN	11/09 – 15/09	Inspeção Técnica dos ativos arrendados no Pátio e Oficina de Demóstenes Rockert, ramal de Mucuripe e no trecho Sobral/ Fortaleza.
	18/09 – 22/09	Inspeção Técnica dos ativos arrendados nos trechos Vila das Flores/Baturité, Capistrano/ Acopiara, Iguatu/Juazeiro do Norte, Juazeiro do Norte/Crato.
	02/10 – 06/10	Inspeção Técnica dos ativos arrendados nos trechos Crateús/Teresina, Teresina/Coroatá, Coroatá/São Luis e nos Ramais de Itaqui, Petrobrás e Alcoa.
	16/10 – 20/10	Inspeção Técnica dos ativos arrendados nos Pátios de Cinco Pontas e Edgard Werneck, Lourenço de Albuquerque e Jaraguá e nos trechos Recife/Itabaiana, Recife/São José da Lage, União dos Palmares/Palmares dos Índios.
	23/10 – 27/10	Inspeção Técnica dos ativos arrendados nos trechos Baixio/Patos, Patos/Campina Grande, Campina Grande/Santa Rita e nos Pátios da Cimapar em João Pessoa e Cabedelo.
ALL	03/07 a 04/07	Inspeção Técnica no Trem Turístico – trecho Rio Negrinho – Rio Natal – ABPF
ABPF	12/07 a 14/07	Inspeção Técnica nos Trens Turísticos trechos Passa Quatro/ Cel. Fulgêncio e São Lourenço/ Soledade de Minas

FCA	04/09 – 06/09	Inspeção Técnica nas instalações e equipamentos do trem turístico São João Del Rei – Tiradentes
ALL	13/09 – 14/09	Inspeção técnica no Trem Turístico, trecho Bento Gonçalves/ Carlos Barbosa e Bento Gonçalves/ Jaboticaba – Giordani
ABPF	12/09 – 13/09	Inspeção técnica no trem turístico do trecho Campinas/Jaguaruána

Inspeção de Ativos Ferroviários Eventual

Concessionária	Período	Local
CFN	24/01 a 25/01	Inspeção no trecho para realização do “Trem do Frevo”, Pátio Edgard Werneck/Praça do Marco Zero.
	13/02 a 14/02	Inspeção no trecho para realização do “Trem do Frevo”, Pátio das Oficinas de Edgard Werneck/Praça do Marco Zero-PE.
	17/02	Inspeção no trecho para realização do “Trem do Frevo”, Pátio das Oficinas de Edgard Werneck/Praça do Marco Zero-PE.
	10/05	Inspeção técnica para avaliação das condições da via permanente no trecho Pátio Edgard Werneck/Praça do Marco Zero – Recife para o festejo junino do “Trem do Forró”.
	11/05	Inspeção técnica para avaliação das condições da via permanente no trecho Campina Grande/Galante/PB para o festejo junino do “Trem do Forró”
	25/05	Inspeção técnica para avaliação das condições da via permanente no trecho Praça do Marco Zero/Cabo de Santo Agostinho/PE para o festejo junino do “Trem do Forró”.
	08/06 a 09/06	Inspeção técnica para avaliação das condições da via permanente no trecho Cabo de Santo Agostinho/ Praça do Marco Zero para o festejo junino do “Trem do Matuto”.
NOVOESTE	06/03 a 07/03	Inspeção técnica objetivando verificar as condições na via permanente, desempenho operacional da composição, e

NOVOESTE	06/03 a 07/03	adequada segurança para a circulação de trem de passageiros com finalidade turística, denominado "Trem do Pantanal" no trecho Corumbá/Agente Inocêncio/Porto Esperança.
ALL	22/03 a 24/03	Inspeção técnica objetivando verificar a infra e a superestrutura da via permanente, bem como o material rodante utilizado no trem turístico do trecho Porto União/União da Vitória/ Marcelino Ramos – ABPF
	28/11 a 01/12/2006	Inspeção técnica objetivando verificar a via permanente na ALL e FERROPAR nos trechos: Desvio Ribas/Guarapuava – ALL e Guarapuava/Cascavel - FERROPAR. Oficina de Guarapuava e pátios da Agrária e Cascavel.
FERROPAR	28/11 a 01/12/2006	Inspeção técnica objetivando verificar a via permanente na ALL e FERROPAR nos trechos: Desvio Ribas/Guarapuava e Guarapuava/Cascavel. Oficina de Guarapuava e pátios da Agrária e Cascavel.
FCA	27/03 a 29/03	Inspeção técnica na Concessionária objetivando verificar infra e superestrutura da via permanente, bem como o material rodante e imóveis utilizado no trem turístico do trecho Ouro Preto/Mariana.
ABPF	16/07 e 17/07	Inspeção técnica no Trem Turístico no trecho Campinas/Jaguariúna.
ABPF	17/08 a 18/08	Inspeção técnica no Trem Turístico do trecho Brás/Moóca.
ALL	30/08 a 01/09	Inspeção técnica no Trem Turístico de Porto União Vitória, no trecho compreendido entre a Estação União em União da Vitória e a Estação Engenheiro Mello em Porto União.
FCA	16/11/2006	Inspeção técnica nos trens turísticos nos trechos Passa Quatro/ Cel. Fulgêncio e São Lourenço/ Soledade de Minas.

1.6.4.4. Inspeção de Atendimento a Clientes

A inspeção de atendimento a clientes tem como objetivo a avaliação do grau de satisfação de usuários junto às concessionárias para subsidiar a implantação de regulamentos com a finalidade de melhoria na qualidade e segurança do transporte ferroviário de cargas.

Inspeção de Atendimentos a Clientes, Programada

Não foram realizadas inspeções programadas no decorrer do ano de 2006.

Inspeção de Atendimento a Clientes, Eventual

Foram realizadas 10 inspeções de atendimento a clientes eventual.

1.6.4.5. Fiscalização Econômico-Financeira

Em 2006, todas as concessionárias ferroviárias foram submetidas a acompanhamento e controle de obrigações editalícias, contratuais e regulatórias das empresas que exploram o Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas e Passageiros. Ressalte-se o acompanhamento e o controle do cumprimento das Resoluções ANTT nº. 59, de 15/08/2002, nº. 207, de 14 de maio de 2003 e nº. 248 de 09/07/2003.

Foi promovida gestão junto a Companhia Vale do Rio Doce com vistas à renovação dos Termos de Compromisso que estabelecem a elaboração de demonstrações financeiras para as Estradas de Ferro Carajás - EFC e Vitória a Minas - EFVM, assim como os critérios de definição dos preços de transferência do minério. O termo atual vencia em agosto de 2006 e poderia ser renovado por mais cinco anos. Foi editada Deliberação nº. 425/2006, de 09/11/2006, aprovando a renovação por mais cinco anos.

Foram pagas as parcelas contratuais das Concessionárias Ferroviárias, em face à apuração dos valores com base nos Contratos de Concessão, o que gerou 28 Guias de Recolhimento Único - GRU referente à parcela de concessão devida trimestralmente por cada uma das sete Concessionárias de Ferrovia oriundas das Malhas da RFFSA, totalizando R\$ 20.511.334,35. No caso específico da NOVOESTE, considerando que a empresa está amparada

por liminar no juízo da 16ª Vara Cível, foram efetuados depósitos judiciais, no montante de R\$ 1.063.142,47, reduzindo o valor total arrecadado para R\$ 19.448.191,88. A responsabilidade quanto ao acompanhamento e controle dos pagamentos das parcelas de Arrendamento das concessões ferroviárias é da RFFSA.

Nas fiscalizações são verificadas “in loco” as condições de conformidade dos aspectos legais, contratuais e econômico-financeiros da empresa e, ainda, por intermédio do confronto da documentação pertinente disponibilizada pela respectiva empresa para o ato da fiscalização com as informações já disponíveis na ANTT. Visa, também, controlar o desempenho econômico e financeiro das Concessionárias Ferroviárias, como estabelecido no Contrato de Concessão.

Conforme Cronograma de Fiscalização Econômico-Financeira para 2006, aprovado em 18/01/2006 pela Diretoria Geral da ANTT, as fiscalizações tiveram o seu início previsto para o dia 24/04/2006.

Concessionárias de Ferrovia	Previsto		Realizado	
	Início	Fim	Início	Fim
MRS Logística S.A	24/04/2006	26/04/2006	26/04/2006	28/4/2006
Companhia Ferroviária do Nordeste – CFN	08/05/2006	10/05/2006	19/06/2006	23/6/2006
Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. – FERROPAR	16/05/2006	18/05/2006	29/05/2006	2/6/2006
América Latina Logística do Brasil S/A – ALL	19/06/2006	21/06/2006	10/07/2006	14/7/2006
Estrada de Ferro Carajás – EFC	10/07/2006	14/07/2006	17/07/2006	21/7/2006
Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM	10/07/2006	14/07/2006	17/07/2006	21/7/2006
Ferrovia Centro-Atlântica S/A – FCA	07/08/2006	09/08/2006	21/08/2006	25/8/2006
Ferroviás Bandeirantes S/A – FERROBAN	18/09/2006	22/09/2006	04/12/2006	8/12/2006
Ferrovia Novoeste S/A – NOVOESTE	18/09/2006	22/09/2006	04/12/2006	8/12/2006
Ferroviás Norte Brasil – FERRONORTE	18/09/2006	22/09/2006	04/12/2006	8/12/2006
Ferrovia Tereza Cristina S/A – FTC	09/10/2006	11/10/2006	06/11/2006	10/11/2006
VALEC / S.A. - Ferrovia Norte Sul	27/11/2006	29/11/2006		não realizada

Quanto à fiscalização eventual, cuja função é atender demandas externas e internas tais como, TCU, MPU, CVM, OUVIDORIA entre outros, a fim de esclarecer pendências econômico-financeiras, não foi realizada nenhuma fiscalização no período.

Foi elaborado um Manual de Contabilidade específico para o setor ferroviário, cuja finalidade é padronizar as informações contábeis e fornecer dados detalhados sobre as atividades das empresas reguladas, aprimorando

o acompanhamento do desempenho econômico financeiro de cada uma delas. A adoção desse Manual de Contabilidade, integrado por um Plano de Contas específico vem suprir uma lacuna regulatória de décadas que o setor ferroviário apresenta em relação a outros setores regulados.

No período de janeiro a dezembro de 2005, foram expedidas notificações para solucionar as deficiências constatadas nas inspeções técnico-operacionais, conforme descrição abaixo:

Concessionárias/Autorizatárias	Quantidade
FERROPAR	1
Companhia Ferroviária do Nordeste – CFN	7
MRS Logística S.A.	4
América Latina Logística do Brasil S.A. – ALL	17
Ferrovia Tereza Cristina S.A. – FTC	3
Ferrovia Centro-Atlântica S.A. – FCA	9
Ferrovias Bandeirantes S.A. – FERROBAN	9
FERRONORTE	2
Ferrovia Novoeste S.A. – NOVOESTE	9
FERROESTE	1
Giordani Turismo	1
ABPF	4
TOTAL	67

1.6.5. Regulação Técnico Operacional

1.6.5.1. Acompanhamento das Metas de Produção e de Redução de Acidentes

O processo de desestatização do setor ferroviário foi iniciado em 10/03/92, a partir da inclusão da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA no Programa Nacional de Desestatização – PND (Lei nº. 8.031/90), pelo Decreto nº. 473/92. A formalização dos contratos deu-se entre o Ministério dos Transportes e cada concessionária em particular, sendo previstas revisões periódicas nas metas de produção, redução de acidentes e de elaboração e cumprimento, pela Concessionária, do Plano Trienal de Investimentos.

Em 2003, seis concessionárias tiveram suas metas pactuadas junto à Agência para o quinquênio 2003-2007, Ferrovia Centro Atlântica S.A. – FCA, América Latina Logística do Brasil S.A. – ALL, Ferrovia Tereza Cristina S.A. –

FTC, MRS Logística S.A., Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM e Estrada de Ferro Carajás – EFC.

No ano de 2005, as três concessionárias faltantes tiveram suas metas pactuadas junto à Agência, para o quinquênio 2005-2009, através da assinatura de Termo de Ajuste de Conduta – TAC, são elas FERROBAN – Ferrovias Bandeirantes S.A., Ferrovia Novoeste S.A. e Companhia Ferroviária do Nordeste.

Em 2006 a Agência deu continuidade às fiscalizações das Concessionárias e, acompanhou o cumprimento das metas estabelecidas de produção, redução de acidentes e aplicação do Plano Trienal de Investimentos, com a finalidade precípua de regular a atuação destas na prestação do transporte público ferroviário.

1.6.5.2. Acompanhamento dos Planos Trienais de Investimentos

As concessionárias de transportes ferroviário de cargas enviaram à ANTT, no ano de 2006, os Planos Trienais de Investimentos para os anos de 2006/2008, de acordo com art. 4º, do Título X da Resolução nº. 44, de 04/07/2002.

DISCRIMINAÇÃO	Total por Concessionária			TRIÊNIO
	2006	2007	2008	
Ferrovia Novoeste	34.433,90	55.294,90	58.059,50	147.788,30
Ferrovia Centro-Atlântica S.A	205.880,00	152.699,00	152.699,00	511.278,00
MRS Logística S.A	607.396,00	566.736,00	609.908,00	1.784.040,00
Ferrovia Tereza Cristina S.A	5.826,00	8.317,00	9.692,00	23.835,00
ALL - América Latina Logística do Brasil S.A	222.463,10	377.019,80	313.607,80	913.090,70
Companhia Ferroviária do Nordeste	284.994,00	1.516.571,00	1.096.804,00	2.898.369,00
Estrada de Ferro Vitória a Minas	682.368,00	1.217.335,00	441.157,00	2.340.860,00
Estrada de Ferro Carajás	954.015,00	681.279,00	915.130,00	2.550.424,00
Ferrovias Bandeirantes S.A	36.332,40	37.240,80	39.102,90	112.676,10
Ferrovia Paraná S.A	4.829,00	9.227,00	11.967,00	26.023,00
FERRONORTE S.A - Ferrovias Norte Brasil	106.810,30	25.430,50	26.702,30	158.943,10
TOTAL	3.145.347,70	4.647.150,00	3.674.829,50	11.467.327,20

1.6.5.3. Adequação dos Contratos de Concessão de acordo com o art. 50, da Lei nº. 10.233/02

Elaboração de um novo instrumento de outorga, ratificando o Contrato de Concessão, em conformidade com o art. 50 da Lei nº 10.233, de 05/06/2001, e introduzindo todas as alterações necessárias.

1.6.6. Disposições Regulamentares

Houve durante o ano de 2006 a publicação de Resoluções regulatórias e de Registro de Usuário com Elevado Grau de Dependência no modal de transporte ferroviário, conforme se segue:

Resolução nº. 1.431/2006, de 26/04/2006, que estabelece procedimentos para comunicação de acidentes ferroviários à ANTT pelas concessionárias e autorizatárias de prestação de serviço público de transporte ferroviário.

Resolução nº. 1.603/2006, de 29/08/2006, que estabelece critérios e procedimentos para o acompanhamento do treinamento do pessoal operacional e administrativo, próprio ou de terceiros, das concessionárias de serviço público de transporte ferroviário de cargas e de passageiros.

Resolução nº. 1.646/2006, de 06/10/2006, que registra a empresa Mineração Corumbaense Reunida S.A. – MCR como usuário com elevado grau de dependência do serviço público de transporte ferroviário de cargas, prestado pela Ferrovia Novoeste S.A.

Resolução nº. 1733/2006, de 21/11/2006, que estabeleceu, em caráter definitivo, da tarifa e das condições para o exercício do direito de passagem pela Estrada de Ferro Carajás – EFC, da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD nos ramais ferroviários de acesso ao Porto de Itaqui (MA), integrantes da malha da Companhia Ferroviária do Nordeste – CFN.

Resolução nº. 1.777/2006, de 22/12/2006, que registra a empresa Votorantim Celulose e Papel S.A como usuário com elevado grau de

dependência do serviço público de transporte ferroviário de cargas, prestado pela MRS Logística S.A.

1.6.7. Regulação Econômico-Financeira

1.6.7.1. Estruturação do Setor Ferroviário

Projeto de Construção da Nova Transnordestina

A autorização para elaboração do projeto oficializada por meio da Resolução nº. 1.210/2005. Após ser feito um levantamento das pendências da CFN e uma análise preliminar da TRANSNORDESTINA, foi elaborado um ofício dirigido à CFN com questionamentos. Em 15/05/2006 foi remetida uma nova comunicação solicitando informações e documentos a respeito do projeto nos seguintes âmbitos: análise da operação, avaliação da idoneidade financeira, regularidades jurídica e fiscal, processo de Reajuste Tarifário e sobre o financiamento e avaliação econômica do projeto.

Os documentos foram apensados a um processo administrativo, uma vez que ambos os conteúdos são vinculados ao projeto da NOVA TRANSNORDESTINA.

Projeto de expansão da Ferrovia Norte-Sul

Foram analisados os estudos de viabilidade econômico-financeira do projeto de expansão da Ferrovia Norte-Sul, elaborados pela Corporação Andina de Fomento - CAF.

Em 16/10/2006 foi recebido, o conteúdo referente a: estudos de subconcessão - relatório mestre; estudos de demanda; estudos de adequações operacionais; avaliação econômica financeira e fluxo de caixa revisado; e, estudos ambientais.

Em 26/10/2006 foi recebida uma nota informativa com a análise do Estudo de Avaliação Econômica da Ferrovia Norte-Sul, na parte relativa às tarifas de referência adotadas.

Estudo de Viabilidade do FERROANEL de São Paulo

Foram produzidas notas informativas com os resultados de simulações das Projeções Econômico-Financeiras do projeto. Em 09/11/2006 foi realizada uma reunião na Casa Civil, com a participação de representantes dos Ministérios dos Transportes, Planejamento, Fazenda (STN e SEAE), Casa Civil, ANTT, BNDES e FIA - Fundação Instituto de Administração, esta última contratada pelo BNDES para elaboração dos Estudos dos Principais Gargalos do Setor de Transporte de Cargas do Estado de São Paulo. Tais estudos se desenvolverão em duas fases: mapeamento de gargalos; e, projeto do Ferroanel, tendo um cronograma de 6 meses a partir da data da reunião.

Cisão FERROBAN em Prol da FCA

Em 11/10/2006 foi realizada uma reunião com representantes da RFFSA, FCA e FERROBAN. A ANTT entregou aos participantes a minuta da nova redação do Contrato de Concessão da Malha Centro-Leste, com base no art. 50 da Lei 10.233/01, contemplando a incorporação dos trechos cindidos da FERROBAN.

A ANTT encaminhou às Concessionárias a minuta do Contrato de Concessão proposta, para análise de seus departamentos jurídicos. Em 29/11/2006 foi recebido um e-mail contendo a minuta de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da FCA, enviado pela concessionária. Seu conteúdo continua em análise.

1.6.7.2. Operação de Reestruturação Societária

Analisa-se a operação é viável sob os aspectos editalícios, contratuais e concorrenciais, verificar se há concentração de mercado que comprometa a prestação dos serviços e, por fim, opinar favorável ou desfavoravelmente pela aprovação.

Ao todo foram encaminhadas 11 solicitações de processos de reestruturação societária no ano de 2006. Os assuntos abordados eram análises de transferência acionária, estruturação societária, dentre outros. A tabela abaixo apresenta informações quanto à situação dos processos:

Situação	Quantidade de Processos
Em análise	09
Não aprovado	01
Aprovado	01
TOTAL	11

1.6.7.3. Alteração de Estatuto, Contrato Social e Acordo de Acionistas

A ANTT verifica as possíveis implicações econômico-financeiras e analisa se a operação proposta é viável sob os aspectos editalícios, contratuais e concorrenciais, cabendo a tarefa de opinar favorável ou desfavoravelmente pela aprovação.

Ao longo de 2006, um total de 14 processos referentes a alteração de estatuto, contrato social e acordo de acionistas foi submetido à análise da ANTT. A seguir, um resumo das informações de situação dos referidos processos:

Situação	Quantidade de Processos
Em análise	11
Aprovado	03
TOTAL	14

1.6.7.4. Apuração de descumprimento às disposições editalícias, contratuais e legais por concessionárias ferroviárias

A Agência objetiva apurar e, conforme a situação, sugerir a aplicação de penalidade ou o arquivamento de averiguação preliminar/processo administrativo sem penalidade em virtude de descumprimento às disposições editalícias, contratuais e legais por concessionárias ferroviárias.

Em todo o ano de 2006, houve a aplicação de penalidades às empresas em dois casos do total de dez processos analisados. A seguir, uma situação consolidada dos processos analisados:

Situação	Quantidade de Processos
Em análise	05
Concluído	05
TOTAL	10

1.6.7.5. Análise de pleitos diversos formulados pelas concessionárias ferroviárias

A Agência aprecia pleitos diversos formulados por concessionárias ferroviárias e deve emitir uma manifestação quanto ao mérito da consulta. Busca-se verificar as possíveis implicações econômico-financeiras da aprovação do projeto proposto, sendo possível propor modificações e agregar informações.

A tabela abaixo apresenta a situação do total de sete pleitos submetidos à análise da ANTT:

Situação	Quantidade de Processos
Em análise	02
Concluído	05
TOTAL	07

OBS: Os arquivos concluídos não são classificáveis em aprovado ou não aprovado.

1.6.7.6. Operações Financeiras

A ALL protocolou na CVM, pedido de registro de debêntures não conversíveis. A ALL encaminhou documentação solicitando anuênciam da ANTT quanto à operação e recebeu a Carta ALL nº. 26, em que a concessionária reitera a solicitação de anuênciam da emissão e se compromete a destinar integralmente à ALL do BRASIL o montante de captação, para fins exclusivos de investimentos da concessionária conforme Plano de investimentos. Foi declarada a regularização das certidões da ALL e a não existênciam de óbices para a continuidade do processo, bem como o conhecimento do Plano de Investimentos entregue pela ALL. Para findar o processo, emitiu-se a Deliberação nº. 238, de 26/07/2006.

1.6.7.7. Reajustes Tarifários

A ação da Agência consiste em promover os reajustes para restaurar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão ferroviários, quebrados em razão de alteração do poder aquisitivo da moeda, aplicando-se a variação do IGP-DI, publicado pela FGV, para o período analisado por concessionária, como determina o contrato de concessão.

Ferrovia Novoeste S/A

A concessionária continua inadimplente, constando a existência de certidões vencidas. Dessa forma, o processo de concessão do reajuste tarifário continua suspenso.

Ferrovia Centro Atlântica S/A – FCA

O reajuste tarifário da Concessionária Ferrovia Centro-Atlântica S.A., referente ao período de 01/09/2005 a 31/08/2006 foi definido na Resolução nº. 1.720 de 09/11/2006 no percentual de 2,78%.

Ferrovia Tereza Cristina S/A – FTC

O Reajuste Tarifário da Ferrovia Tereza Cristina S.A. – FTC, concernente ao período de 01/02/2004 a 31/01/2005 continua sobrestado até resolução de pendências.

Companhia Ferroviária do Nordeste – CFN

O reajuste tarifário da Companhia Ferroviária do Nordeste, referente ao período de 01 de janeiro de 2005 a 31/01/2005, foi avaliado e definido na Resolução nº. 1.567, de 10/08/2006 no percentual de 1,22%.

MRS Logística S/A

O reajuste tarifário da Concessionária MRS Logística S.A., referente ao período de 01/12/2004 a 30/11/2005 foi definido na Resolução nº. 1.265 de 10/01/2006 no percentual de 1,68%.

América Latina Logística do Brasil S/A – ALL

Procedeu-se a atualizações de certidões negativas, confirmando a regularidade fiscal e tributária nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal onde a Concessionária esteja sujeita à tributação. Foram levantadas dúvidas quanto à adimplência da concessionária junto à prefeitura de Ponta Grossa. Até o final de dezembro de 2006 não havia sido divulgada qualquer resolução estabelecendo o percentual de reajuste tarifário.

□ Estrada de Ferro Vitória Minas e Estrada de Ferro Carajás

Em função de pendências quanto a certidões apresentadas pela Estrada de Ferro Carajás, o reajuste das duas ferrovias foi dado separadamente. Em 06/10/2006, a Resolução nº. 1655 aprovou o reajuste das tarifas da EFVM em 0,98%, referente à variação do IGP-DI entre 01/07/2005 e 30/07/2006. Satisfeitas as pendências, a Resolução nº. 1.717, de 13/11/2006, estendeu o reajuste nas mesmas condições à EFC.

□ Ferrovia Paraná S/A – FERROPAR

Devido à situação de inadimplência da subconcessionária, o reajuste tarifário não foi aprovado e o processo foi encerrado. Em dezembro de 2006 a Justiça do Paraná decretou a falência da Ferropar.

□ Ferrovia Bandeirantes S/A

A FERROBAN comunicou à ANTT a regularização da dívida de arrendamento e encaminhou a documentação comprobatória. Verificou-se, ainda que a concessionária continua inadimplente em relação a algumas certidões com prazo de validade vencido, assim como pendências referentes ao não-envio das planilhas de fluxo de janeiro a setembro/2006. O processo de concessão do reajuste tarifário continua suspenso.

1.6.7.8. Estudos e elaboração de propostas de resoluções

□ Regulação das Receitas Alternativas de Concessionárias Ferroviárias:

- Elaboração de minuta de Resolução que dispõe sobre a exploração de atividades associadas à prestação do serviço de transporte ferroviário de cargas, com o objetivo de estabelecer conceitos e definir diretrizes para a realização, pelas concessionárias, de receitas auferidas independentes do serviço de transporte, tais como: exploração comercial nos imóveis operacionais, da faixa de domínio, prestação de serviço de consultoria, etc.;
- Elaboração do Manual de Fiscalização contendo a padronização dos procedimentos a serem adotados no acompanhamento das Concessionárias de Serviços Públicos de Transporte Ferroviário, visando permitir a atuação preventiva e corretiva, quanto ao cumprimento dos contratos de concessão e da legislação vigente e subsidiar o RIF – Registro de Informações de Fiscalização e os procedimentos para lançamento de dados da fiscalização;
- Elaboração de minuta de Resolução de Monocondução devido a necessidade de regulamentação específica para as operações em regime de monocondução, praticadas pelas Concessionárias de Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas e Passageiros, com exigência de condições materiais e humanas que assegurem a segurança operacional;
- Elaboração de minuta de Resolução para execução de obras que visa definir os procedimentos a serem adotados na análise técnica dos projetos de travessia, sob e sobre a via férrea, das Concessionárias de transporte ferroviário de cargas, inclusive daqueles que proporcionarão receita alternativa correspondente ao pagamento para ocupação da faixa de domínio;
- Elaboração de minuta de Resolução para regulamentação da Faixa de Domínio, estabelecendo critérios e procedimentos para manter as condições de segurança operacional das ferrovias e promover a proteção das suas faixas de domínio, especialmente acerca de seu uso por ocupação e travessia;
- Elaboração de minuta de Resolução do Investidor Dependente que institui normas gerais para a contratação de arrendamento de bens operacionais ferroviários pelas Concessionárias, junto a terceiros

investidores, que possam contribuir para o incremento ou substituição de meios, viabilizando a melhoria e o aumento da capacidade do transporte ferroviário de cargas e de passageiros;

- Elaboração de minuta de Resolução para procedimentos a serem adotados pelas concessionárias de serviços públicos de transporte ferroviário de cargas para apresentação do Plano Trienal de Investimentos;
- Elaboração de nova minuta de Resolução sobre os procedimentos a serem adotados pelas concessionárias de serviços públicos de transporte ferroviário de cargas, no transporte de produtos perigosos, nos trechos da malha ferroviária;
- Preparação da minuta de alteração da Resolução nº. 359, de 26/11/2003, que dispõe sobre o transporte ferroviário de passageiros com finalidades turísticas para incluir a obrigatoriedade da autorizatária manter apólice de seguro de viagem;
- Elaboração de minuta de Resolução sobre os procedimentos a serem adotados para a fiscalização de transporte ferroviário de passageiros;

□ Relatório de Acompanhamento das Concessões Ferroviárias

Preparação das planilhas de produção, investimentos e acidentes que farão parte do Relatório Anual de Acompanhamento das Concessões Ferroviárias 2006.

□ Projeto da Variante Ferroviária Litorânea Sul

A ANTT autorizou o projeto da variante ferroviária Litorânea Sul, pela Ferrovia Centro Atlântica - FCA. O investimento, de aproximadamente R\$ 684 milhões, será realizado pela Companhia Vale do Rio Doce, controladora da FCA, e pelo Governo do Estado do Espírito Santo, e trará como benefícios a supressão da circulação de trens de carga na zona urbana dos municípios da região metropolitana de Vitória e a minimização dos riscos de acidentes impostos a essas comunidades, além de ganhos operacionais e redução de custos para a ferrovia.

O traçado da Variante Litorânea Sul inicia-se na Estrada de Ferro Vitória Minas - EFVM, em Flexal (Município de Cariacica/ES), passa em Viana/ES onde se dá a interligação com as linhas da Ferrovia Centro Atlântica - FCA, segue até um ponto próximo a Maguariba, em Anchieta/ES onde será construído um ramal para o Porto de Ubu e segue para Cachoeiro de Itapemirim/ES cuja interligação as linhas da FCA ocorre no pátio de Cobiça. Os principais benefícios do projeto são:

- A melhoria do transporte permitirá o desenvolvimento industrial da região de Ubu;
- Substituirá o traçado atual com rampas acentuadas de até 3% e raios de 79m, que limita a capacidade de transporte a 0,6 milhões de t/ano;
- Eliminará conflitos na área urbana de Vila Velha;
- Melhorará o acesso ao Porto de Vitória;
- Terá capacidade para 6 milhões de t/ano, e
- Reduzirá o tempo de percurso de 12 para 6 horas.

O Investimento é estimado em R\$ 400 milhões, estando o projeto ainda em elaboração pela FCA. Sua extensão total de linha corrida é de 158,15 km assim delimitados:

Trecho Flexal (EFVM) – Viana	19,60 km
Trecho Viana – Ubu	70,40 km
Trecho Ubu - Cachoeiro de Itapemirim	68,15 km

Projeto de capacitação da Estrada de Ferro Carajás

Análise e aprovação do programa de investimentos da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD visando capacitar a Estrada de Ferro Carajás – EFC para o transporte de 100×10^6 TU/ano, a partir da formação de trens com 3 locomotivas e 312 vagões, incluindo projeto de ampliação de 48 postos de

cruzamento, novas linhas de carregamento em Carajás, terminais em Marabá e Porto da Madeira.

Projeto de capacitação do terminal de Tubarão e de Vila Velha da Estrada de Ferro Vitória Minas - EFVM

Análise e aprovação de diversos projetos referentes a adequações do pátio de Tubarão e implantação da 6^a linha no pátio do terminal de produtos siderúrgicos, bem como a instalação de um terminal exportador de álcool em Vila Velha.

Ferroanel de São Paulo - MRS

Trata-se da interligação direta com 65,585 km entre os pátios de Engenheiro Manoel Feio e de Campo Limpo Paulista, localizados nas linhas operadas pela MRS, possibilitando acesso direto do interior paulista ao porto de Santos por fora da região metropolitana de São Paulo.

Em uma primeira etapa deve-se considerar a necessidade de pequenos investimentos para promover segregação de tráfego carga x passageiro tendo em vista o atendimento de alguns terminais na Região Metropolitana de São Paulo que serão preservados mesmo após a conclusão do Ferroanel.

Posteriormente, como o principal objetivo do projeto integral do Ferroanel é atender as demandas potenciais por transporte de carga para exportação com a eliminação de janelas de tráfego na Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM para a passagem dos cargueiros da MRS, deve-se implantar o Tramo Norte que seria a segunda etapa mais importante da solução.

Estudo de demanda projetada para o Ferroanel Tramo Norte indica potencial de 23,2 milhões de toneladas/ano, inviabilizados atualmente pelo gargalo da transposição da cidade de São Paulo, além de 13,8 milhões com passagem nas segregações de linhas da CPTM e 6,1 milhões com o uso compartilhado de linhas da CPTM.

O grande desafio à implantação do tramo Norte diz respeito à própria região a ser atravessada pelo seu traçado. São regiões antropizadas, várzeas da Área de Proteção Ambiental - APA do Rio Tietê, interferências com as rodovias Presidente Dutra, Airton Senna e Fernão Dias além de elevada densidade de rodovias locais e vicinais, região interferente com o sistema Cantareira de abastecimento de água para São Paulo e topografia acidentada denominada “mar de morros” característica do norte da cidade.

Esta situação impôs ao projetista solução dispendiosa de engenharia, ora se vendo obrigado a alterar a diretriz de seu traçado em planta e perfil causando desequilíbrios na compensação de volumes de cortes e aterros, ora se vendo obrigado a prever extensas OAE's e túneis.

Investimentos estimados em R\$ 624 milhões (US\$ 370 milhões) e extensão de 65,585 km. Os estudos iniciais precisam ser complementados e detalhados. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES contratou estudos para avaliação do empreendimento em out/2006.

Ferrovia Transnordestina - CFN

A concepção do atual projeto da Transnordestina utiliza-se da Linha Tronco Centro do Recife e da Linha Tronco Sul de Fortaleza, integrando-as na cidade de Salgueiro/PE, de onde, por extensão, atinge a cidade de Eliseu Martins no sudoeste do Piauí, através de uma nova linha a ser construída.

Em 29/11/2005 a Resolução nº. 1.210 da ANTT autorizou a elaboração de projetos visando à construção, alargamento, remodelação e modernização de ramais pela Cia. Ferroviária do Nordeste – CFN. Já em 17/04/2006 a Resolução nº. 1.400 da ANTT aprovou o Projeto Final de Engenharia do trecho Missão Velha – Salgueiro, com 100,014 km de extensão, que foi objeto de atualização pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

Uma vez aprovado o projeto Missão Velha – Salgueiro, a CFN já deu início às suas obras, nos termos do contrato de concessão, conforme a autorização expressa da ANTT publicada pela Resolução nº. 1.451 de 12/05/2006.

Com o desenvolvimento dos trabalhos de projeto deverão surgir adequações das rotas, basicamente em função da necessidade de ser atingido o Porto de SUAPE transpondo a mancha urbana de Recife, a correção geométrica de traçado entre Serrita e Arcoverde por variante, o acesso ao Porto do PECEM e a necessidade de segregações dos arruamentos urbanos ao longo de todos os municípios atingidos pela linha atual.

Como estimativas preliminares, apontam-se as seguintes extensões das obras:

Alargamento, remodelação e modernização das linhas atuais

Linhas	Trecho	Extensão (km)
Linha Tronco Sul Fortaleza	Fortaleza – Arrojado	478
Ramal Pecém	Fortaleza – Porto de Pecém	57
Ramal do Crato (parcial)	Missão Velha – Arrojado	33
Linha Tronco Centro Recife	Salgueiro – Cabo	600

Construção de Novos Ramais

Linhas	Trecho	Extensão (km)
Ramal do Gesso	Salgueiro – Araripina	195
Ramal Salgueiro	Missão Velha – Salgueiro	100
Ramal da Soja	Araripina – Eliseu Martins	428

As intervenções totalizam extensão de 1.891 km e R\$ 4,58 bilhões de investimentos.

□ Trem de Alta Velocidade entre Rio de Janeiro e São Paulo.

O Ministério dos Transportes criou Grupo de Trabalho - GT por meio da Portaria nº. 260, de 24/06/2004, com o objetivo de avaliar os andamentos dos estudos do projeto de ligação ferroviária por Trem de Alta Velocidade - TAV entre as cidades de Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro.

A análise do processo de desenvolvimento do Corredor Rio – São Paulo mostrou a necessidade de uma reestruturação da infra-estrutura de transporte na região, uma vez que sua área de influência apresenta-se densamente povoada, com elevada concentração industrial, enormes conflitos e congestionamentos de tráfego de passageiros e cargas e sistemas de comunicação deficientes.

O equacionamento global dessas ineficiências, aliados à melhoria das condições ambientais, representa o principal objetivo a ser alcançado por meio de programas e projetos a serem implementados nesta região na busca de ganhos de eficiência e competitividade.

A implantação de um projeto de ligação ferroviária entre os dois maiores centros industrial, comercial e financeiro do País (Rio de Janeiro e São Paulo), por meio de Trem de Alta Velocidade para passageiros, representa um enorme avanço na reestruturação dos transportes no Corredor e contribui para alcançar os objetivos de maior eficiência e competitividade.

Em virtude do alto grau de complexidade tecnológica e dos elevados investimentos requeridos para implantação e operação de projetos deste tipo (acima de 9 bilhões de dólares), seus efeitos multiplicadores na economia serão importantes e decisivos para o crescimento do PIB brasileiro.

A avaliação macro-econômica dos impactos que projetos dessa natureza trarão à economia brasileira demonstrou as seguintes externalidades positivas à decisão de sua implementação:

- Geração de empregos na fase de construção (cerca de 140.000 diretos e indiretos) e na fase operacional (cerca de 1.700 diretos);
- Transferência e absorção de novas tecnologias de transporte ferroviário de passageiros;
- Impactos diretos no setor industrial (siderurgia, cimento, energia) e de serviços, já que 80% do investimento na infra-estrutura da ferrovia serão realizados em moeda local;
- Geração de elevada massa de tributos a serem arrecadados pelos Governos (estima-se em US\$ 73,7 bilhões ao longo do período de concessão);
- Melhoria nas condições ambientais, por se tratar de um projeto de menor impacto face o rodoviário.

Pode-se considerar, portanto, como sendo de elevado interesse público o apoio governamental à implantação do projeto, visto seus impactos para a Economia do País. Observa-se, assim, que há indicações de viabilidade da

implantação do projeto sem a concorrência de recursos públicos, o que é de todo desejável para o País.

O Grupo de Trabalho, considerando a relevância do projeto para o País e (i) o elevado impacto do projeto nos níveis de emprego, renda, atividade industrial e de serviço; (ii) o aumento da eficiência e competitividade dos transportes no Corredor Rio – São Paulo; (iii) as indicações de possibilidade da implantação do projeto sem alocação de recursos públicos, e (iv) os níveis de demanda prospectada e projetada indicam a possibilidade de procura por transportes não atendida em futuro próximo, impactando o desenvolvimento do País, estabeleceu como Conclusão que, do ponto de vista do Governo, o projeto de ligação ferroviária para o transporte de passageiros por trem de alta velocidade entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo atende aos preceitos de importância, oportunidade, indicação de viabilidade e apoio governamental, recomendando implementar as medidas institucionais necessárias à implantação de uma ligação ferroviária para transporte de passageiros por trem de alta velocidade entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

Variante Guarapuava - Ipiranga

O novo ramal Guarapuava – Ipiranga, com extensão estimada de 130 km, irá substituir a atual ligação Guarapuava – Desvio Ribas, com cerca de 257 km, que apresenta um traçado com características muito adversas, com rampas acentuadas (2,7% no sentido importação e 2,2% no sentido exportação) e raios de curvas severos (raio mínimo de 86,0 m), com cerca de 67% da extensão total da linha em curvas, que se traduzem em custos operacionais extremamente elevados e restrição de capacidade, impactando negativamente nas operações ferroviárias, como a obtenção de baixas velocidades de percurso e necessidade de tração múltipla.

A América Latina Logística do Brasil S.A. – ALL opera nos dois extremos dessa ligação, que são trechos integrantes da Malha Sul.

Considerando que a região oeste do Paraná, cortada pelas vias da E. F. Paraná Oeste – Ferroeste, produz cerca de 10 milhões de toneladas de grãos, e que metade desta produção pode ser escoada por ferrovia, para as

indústrias esmagadoras de grãos situadas em Ponta Grossa e Araucária, bem como para exportação pelos portos de Paranaguá e São Francisco do Sul, verifica-se que o traçado atual, Guarapuava – Desvio Ribas, caracteriza-se como um gargalo operacional, prejudicando sensivelmente o escoamento dessa crescente produção de grãos.

Quanto ao sistema ferroviário futuro, o trecho Guarapuava – Ipiranga, depois de construído, deverá integrar a malha sul, cuja outorga de concessão pertence a América Latina Logística do Brasil S.A. – ALL.

Quanto ao trecho Guarapuava – Desvio Ribas, o mesmo pode ter utilização no transporte de passageiros, com finalidades turísticas, tendo em vista as potencialidades que a região oferece.

Investimento ainda não estimado para a extensão de 130 km.

Acesso ao Porto de Itaqui

A ANTT estabeleceu, em caráter definitivo, a tarifa e as condições para o direito de passagem pela Estrada de Ferro Carajás – EFC, pertencente à Companhia Vale do Rio Doce – CVRD nos ramais ferroviários de acesso ao Porto de Itaqui (MA), integrantes da malha da Companhia Ferroviária do Nordeste – CFN.

A Resolução nº. 1.733/2006 fixou o valor do direito de passagem da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD nos ramais ferroviários de acesso ao Porto de Itaqui, na Malha da CFN, em R\$ 1,67 por tonelada útil de carga transportada.

Licitação do projeto para construção de ramal ligando Tocantins a Mato Grosso

A Agência aprovou por meio da Deliberação nº. 3.645/2006 a instauração do processo de licitação do projeto para a construção de três ramais da ferrovia Norte Sul, que beneficiará as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. O projeto Brasil Central contempla o ramal setentrional da ferrovia Norte-Sul ligando Miracema (TO) a Lucas do Rio Verde (MT), além do ramal

Meio-Norte ligando Estreito (MA)/Balsas (MA) a Eliseu Martins (PI), e ainda o eixo Extremo Norte ligando Açailândia (MA) a Belém (PA). O projeto vai favorecer, principalmente, a região do norte do Mato Grosso, maior produtora de grãos do país e a que mais sofre com a questão do transporte e da logística, já que toda produção enfrenta mais de dois mil quilômetros até chegar ao Porto de Paranaguá (PR), encarecendo o transporte e diminuindo a lucratividade do produtor, além do desperdício.

1.6.8. Convênios

O seguinte Convênio de Cooperação Técnica Financeira foi assinado no ano de 2006:

- **Convênio nº. 007/2006, assinado com a Rede Ferroviária Federal S.A.**
– RFFSA, em liquidação em 20/09/2006.

É importante salientar que, de acordo com o Acórdão nº 541/2003, do Tribunal de Contas da União, a garantia dos bens arrendados passa por uma ação conjunta entre a ANTT e a Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, com a aplicação de sanções cabíveis, estando ainda sob a responsabilidade da RFFSA, a verificação das condições de uso, conservação e manutenção dos seus bens operacionais arrendados, conforme disposto no Inciso II da Cláusula Quarta do Contrato de Arrendamento.

Este Convênio tem como finalidade, desenvolver quatro metas principais:

Meta A - Inspeções de campo conjuntas.

Foram realizadas quatro semanas de inspeções conjuntas na CFN e FCA – Malha Paulista.

Meta B - Organização do acervo bibliográfico da RFFSA

Tendo em vista a expressiva quantidade de documentos técnicos relevantes, os arquivos da RFFSA no Rio de Janeiro não poderão passar por processo de extinção nem tão pouco serem geridos por outro órgão distinto

que não seja o que se proporá a tratar das questões técnicas ferroviárias no país. Foi proposta a criação de um “CENTRO DE ESTUDOS FERROVIÁRIOS” subordinado à SUCAR, na Unidade Regional do Rio de Janeiro - URRJ, o qual se incumbiria de gerenciar o acervo técnico da RFFSA, desenvolvendo parte das atuais atividades da Gerência de Regulação do Transporte de Cargas - GEREC no que se referir a parte dos estudos de regulamentações técnicas e da Gerência de Acompanhamento e Controle dos Ativos Ferroviários - GECAF no que se refere ao aspecto de controle patrimonial do CAFEN.

Meta C

Plano de intercâmbio de informações sobre ativos ferroviários, incorporações e desincorporações, transformações, remodelações, reconstruções, modernizações, transferências e aquisições.

Meta D - Compatibilização do cadastro de ativos

A ANTT forneceu seu cadastro para a RFFSA e esta iniciou atividades de conciliação dos dados com os seus diversos registros operacionais, patrimoniais e do edital de desestatização.

Dificuldades para a obtenção de Certidão Negativa de Débitos pela RFFSA impediram o repasse de recursos por parte da ANTT.

1.6.9. Realização de Audiências e Consultas Públicas

Audiência	Período	Assunto
<u>049/2006</u>	09 a 24 de novembro	Aprova o regulamento para definição de documentos necessários à análise dos pedidos de autorização para a transferência da concessão e/ou do controle societário em Concessionárias de serviço público de transporte ferroviário de carga e dá outras providências.
<u>047/2006</u>	02 a 18 de outubro	O Manual de Contabilidade a ser aplicado às Concessionárias Ferroviárias reguladas pela ANTT, com a finalidade de padronizar os procedimentos contábeis dos agentes regulados.
<u>038/2006</u>	22 de março a 20 de abril	Aprova o Regime de Infrações e Penalidades do Transporte Ferroviário de Produtos Perigosos no âmbito nacional.
<u>036/2006</u>	15 de fevereiro a 17 de março	Estabelece critérios e procedimentos para o acompanhamento do treinamento do pessoal operacional e administrativo, próprio ou de terceiros, das

		concessionárias de serviço público de transporte ferroviário de cargas e de passageiros.
<u>049/2006</u>	09 a 24 de novembro	Aprova o regulamento para definição de documentos necessários à análise dos pedidos de autorização para a transferência da concessão e/ou do controle societário em Concessionárias de serviço público de transporte ferroviário de carga e dá outras providências.
<u>047/2006</u>	02 a 18 de outubro	O Manual de Contabilidade a ser aplicado às Concessionárias Ferroviárias reguladas pela ANTT, com a finalidade de padronizar os procedimentos contábeis dos agentes regulados.
<u>038/2006</u>	22 de março a 20 de abril	Aprova o Regime de Infrações e Penalidades do Transporte Ferroviário de Produtos Perigosos no âmbito nacional.
<u>036/2006</u>	15 de fevereiro a 17 de março	Estabelece critérios e procedimentos para o acompanhamento do treinamento do pessoal operacional e administrativo, próprio ou de terceiros, das concessionárias de serviço público de transporte ferroviário de cargas e de passageiros.

1.6.10. Decisões e Acórdãos do Tribunal de Contas da União

Para atender à determinação do Tribunal de Contas da União - TCU, contida no item 9.2 do Acórdão nº. 541/2003, foi firmado em 20/09/2006, Convênio nº. 007/2006 entre a ANTT e a RFFSA, em liquidação.

É importante salientar que, de conformidade com o Acórdão nº. 311/2003, do Tribunal de Contas da União – TCU, subitem 9.1.1, onde determina que a ANTT efetue o acompanhamento semestral dos investimentos a serem realizados pela Companhia Ferroviária do Nordeste – CFN, temos a informar:

Por intermédio de documento s/nº, datado de 19/08/05, a Concessionária CFN esclareceu o seguinte: “Em maio de 2004, o Ministério da Integração Nacional, disponibilizou junto ao Banco do Nordeste Brasileiro – BNB, recursos para a TRANSNORDESTINA S.A. executar obras de recuperação da Linha Tronco Sul”.

Para a utilização desses recursos a empresa deveria efetuar a subscrição dos mesmos ao seu capital o que demandou a reestruturação societária da Companhia que se encontra em fase final de conclusão.

Foram efetuadas tomadas de preço junto às possíveis executantes das obras de superestrutura, infra-estrutura e obras-de-arte especiais, estando o

início das obras dependendo da regularização da reestruturação acionária da Companhia e consequente liberação de recursos.

Em 24/11/03, a Concessionária contraiu financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES – CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CREDITO nº. 03.02.192.3.1, no valor de R\$ 144.045.000,00, divididos em três subcréditos.

De acordo com o que já vinha sendo executado no 1º semestre de 2006 foram realizadas inspeções técnicas nos seguintes trechos:

O escopo do projeto consistiu na liberação de recurso de aproximadamente R\$ 81 milhões, até maio/06 inicialmente no trecho compreendido entre Fortaleza e São Luís, trecho com cerca de 1.150 km de extensão, e que concentrava as maiores prioridades de serviços bem como por ser o trecho de maior rentabilidade da Concessionária. Foram planejadas e já executadas, as realizações de serviços emergenciais em pontos críticos para a manutenção e para a operação da ferrovia e nas áreas e locais de suporte à manutenção, tais como:

- Recuperação das instalações prediais de apoio a Via Permanente;
- Ampliação e construção de pátios de cruzamento;
- Renovação do parque de máquinas de pequeno porte da Via Permanente;
- Recuperação da frota de autos de linha e serviço;
- Recuperação dos equipamentos de grande porte da ferrovia;
- Desguarnecimento, recuperação de drenagem e travamento nos trechos de Rosário – Itapecuru/MA e Pirapemas – Coroatá, na Residência de São Luís;
- Recuperação do trecho Cariré – Ipueiras/CE;
- Travamento emergencial de linha (troca de dormentes).

A necessidade de recuperação de locomotivas e vagões da frota da CFN ocorreu devido aos baixos índices de disponibilidade e confiabilidade existentes. Somente com investimentos na frota, viabilizados com os recursos do BNDES, seria possível melhorar a performance da frota, alterando os

índices operacionais a um patamar mais elevado, como a recuperação estrutural de 10 Locomotivas imobilizadas que estavam fora de operação há muito tempo, sendo necessária inclusive a aquisição de vários componentes para a montagem completa.

A CFN está modernizando e microprocessando as frotas de Locomotivas G12 (General Motors - GM) aumentando a capacidade de tração em 25%, melhorando a operação na alteração da cabine do tipo intermediária para frontal e reduzindo consideravelmente a defasagem tecnológica (componentes obsoletos e fora de linha de produção) da frota. Seguem melhorias adicionais:

- Melhor controle de tração, evitando patinação de rodas;
- Maior utilização do esforço de aderência roda/trilho;
- Melhor distribuição de esforço tração entre os motores de tração;
- Melhor desempenho do conjunto motor diesel/gerador principal.

Devido aos investimentos em infra-estrutura e superestrutura no trecho Fortaleza/CE à Teresina/PI, verificou-se uma melhoria geral na situação da malha, com 32% a redução no número de acidentes, redução bem significativa.

Os investimentos em material rodante no mesmo período ficaram em torno de R\$ 34 milhões que foram utilizados na recuperação, manutenção de vagões e locomotivas imobilizadas e acidentadas.

Também foram adquiridos equipamento de SOS, Sistema de rádio, Sistema de Autrotac e colocada sinalizações em Passagens de Níveis - PN'S sendo de aproximadamente de R\$ 700 mil o valor investido.

2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. Considerações Gerais

A Gestão Orçamentária da ANTT relativa ao exercício de 2006 é apresentado em forma de relatório demonstrativo do desempenho orçamentário da Autarquia, especificando os níveis atingidos pela execução na consecução dos objetivos das ações previstas no Programa de Trabalho, aprovado para o exercício de 2006, pela Lei nº. 11.206, de 16/05/2006 (LOA), no montante inicial de R\$ 142.890.591,00.

O desenvolvimento das ações pode ser observado na execução orçamentária efetivada por meio do Plano de Ação - 2006, atribuído a cada Centro de Gestão, onde foram determinadas as diretrizes e responsabilidades, em acordo com os limites autorizados pela LOA 2006. A execução do orçamento até a edição da LOA obedeceu o disposto no , art. 74 da Lei nº 11.178, de 20/09/2005, LDO 2006, permitindo a utilização de 1/12 dos valores propostos no projeto de lei orçamentária para o exercício bem como os limites para empenho estabelecidos inicialmente no Decreto nº. 5.698, de 08/02/2006.

Após a publicação da LOA-2006 foi editado o Decreto nº 5.780, de 19/05/2006, que dispôs sobre a programação orçamentária e financeira, e estabeleceu o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2006. Como decorrência desse decreto foram impostas restrições orçamentárias à movimentação e empenho da ordem de 66 % para as despesas de custeio e de 37% para as de capital , relativas às fontes do Anexo I (Tesouro) e de cerca de 15% para as despesas de custeio com fontes do Anexo II (Recursos Próprios).

No decorrer da execução orçamentária, os procedimentos de acompanhamento e avaliação tornaram-se medidas vitais para o realinhamento do orçamento e correção de eventuais distorções. Assim, buscou-se identificar continuamente, situações que suscitassem referidas correções e/ou ajustamentos. Como resultado das análises efetuadas, foram elaborados e encaminhados ao Ministério dos Transportes diversos pleitos para ajustamento e correção orçamentária, dos quais, alguns não foram atendidos. Assim considerando os aportes, cancelamentos operacionalizados, bem como os contingenciamentos impostos, o orçamento da ANTT atingiu ao final do exercício o montante de R\$ 137.412.980,00.

2.2. Proposta Orçamentária - Retrospectiva

Através do Ofício nº. 037/2005-SUPLA/ANTT foi encaminhada ao Ministério dos Transportes em 14/06/2005, a proposta orçamentária da ANTT para o exercício de 2006, contendo uma estimativa preliminar no montante de R\$ 248.939.000,00, cuja projeção utilizou como base de cálculo os relatórios de execução do exercício anterior, o Plano de Ação projetado para 2006, as expectativas dos Centros de Gestão e as necessidades de complementação do quadro de pessoal da Agência com o objetivo de concluir sua implementação, dotando-a de suficiência técnico-logística para o cumprimento de todas as suas atribuições, na busca permanente de níveis de excelência em eficácia e eficiência.

Após análises procedidas sobre a proposta orçamentária inicial citada acima, pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério dos Transportes, e pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão – MP, foram procedidos os ajustamentos julgados necessários, tendo constado no Projeto de Lei Orçamentária – PLOA encaminhado ao Congresso Nacional, o valor de R\$ 146.473.325,00 como teto estabelecido para o orçamento da ANTT em 2006.

2.3. Orçamento Aprovado – Lei nº. 11.306, de 16/05/2006

Após o exame e os ajustamentos decorrentes das emendas parlamentares o Congresso Nacional aprovou o PLOA/2006, que foi sancionado e publicado no DOU em 17/05/2006, na qual constou para a ANTT o montante aprovado de R\$ 142.890.561,00.

2.4. Alterações Orçamentárias Solicitadas

De acordo com as explanações efetuadas nas Considerações Gerais, as análises efetuadas durante o acompanhamento da execução orçamentária, suscitaram diversas necessidades de se promover ajustamentos no

orçamento aprovado de forma a permitir a adequação das previsões iniciais à realidade então conhecida. Sendo assim, foram propostos diversos créditos suplementares, no montante global de R\$ 5.568.200,00 destinados às demandas a seguir especificadas:

- Crédito Suplementar, tipo 600, solicitado em 06/06/2006, no valor global de R\$ 5.000.000,00, destinado a complementar dotações de despesas correntes nas ações de Administração da Unidade” e “Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura Rodoviária” em diversos trechos, objetivando agilizar o cumprimento de contratos já firmados, permitindo a intensificação da atuação da ANTT, a estruturação de novas unidades regionais e garantindo a manutenção de novos postos de fiscalização, dotando-lhes de apoio logístico em condições de operacionalização “on-line” com a Sede.
- Crédito Suplementar, tipo 100, controle 943, solicitado em 06/06/2006, no valor de R\$ 328.200,00, destinado a complementar a dotação de “Estudos para Gestão do Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Sustentável – PACE”, visando atender a elaboração do plano de outorgas para a terceira etapa do “Programa de Concessão de Rodovias Federais” e a aprovação pelo BIRD da utilização dos recursos do Contrato de Empréstimo nº. 7.253-BR, em conformidade com a orientação demandada pelo Ministério dos Transportes, para cumprimento das metas governamentais estabelecidas.
- Crédito Suplementar Dependente de Autorização Legislativa, tipo 120, controle 977, no valor de R\$ 50.000,00, solicitado na mesma data dos anteriores e destinado a reforçar a dotação de “Auxílio Alimentação”, tendo em vista que o saldo disponível existente neste benefício não é suficiente para atender as despesas até o final do exercício, em decorrência do ingresso de 252 servidores concursados.
- Também, na mesma data, acompanhou as solicitações acima referidas, o Crédito Suplementar Dependente de Autorização Legislativa, tipo 120, controle 973, no valor de R\$ 50.000,00, destinado a reforçar a dotação de “Pagamento de Aposentadoria e Pensões”, considerando

que a projeção da despesa até o final do exercício seria insuficiente, tendo em vista mais duas aposentadorias a partir do 2º semestre, evidenciando a necessidade de saldo orçamentário para atender tais despesas no exercício.

- Em 15/09/2006 foi encaminhado ao Ministério dos Transportes, por meio do Ofício nº. 082/SUPLA/ANTT, solicitação de reavaliação do pedido de Crédito Suplementar Dependente de Autorização Legislativa, tipo 120, controle 973, passando seu valor para R\$ 190.000,00, com vistas a atender a nova demanda de gastos, incorporando à folha de pagamento de aposentados e pensionistas a expectativa de crescimento até o final do exercício.

2.5. Créditos Aprovados

- Decreto de 26/07/2006 – Remanejamento de R\$ 328.200,00, efetuado entre a ação de “Fiscalização de Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros” e “Estudos para Gestão do Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Sustentável – PACE” destinado a atender a elaboração do plano de outorgas para a terceira etapa do Programa de Concessão de Rodovias Federais e aprovação pelo BIRD da utilização dos recursos do Contrato de Empréstimo nº. 7.253-BR, de acordo com a orientação governamental.
- Decreto de 16/10/2006 – Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade da União, em favor do Ministério dos Transportes (ANTT), crédito no valor de R\$ 8.721,00, destinado a atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais, relativas a pagamento de aposentadorias e pensões, pessoal ativo e contribuições ao regime de previdência dos servidores públicos federais.
- Decreto de 19/10/2006 – Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, o

cancelamento na ANTT, do valor de R\$ 135.407,00 na ação “Assistência Médica”, tendo em vista não haver ocorrido ainda a completa adesão do conjunto de servidores, principalmente dos novos ingressados, assim deparou-se com a expectativa de não utilização do total do saldo da dotação dentro do corrente exercício conforme as projeções efetuadas.

- ❑ Decreto de 23/10/2006 – Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério dos Transportes (ANTT), crédito suplementar no valor de R\$ 64.000,00, para reforço das dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, no que concerne a Pessoal e Encargos Sociais, visando atender a ação “Pagamento de Aposentadorias e Pensões”, cujo incremento de novas publicações, evidenciou a necessidade de reforçar a dotação existente, objetivando atender a folha de pagamento até o final do exercício.
- ❑ Decreto de 27/11/2006 – Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, o cancelamento na ANTT, do valor de R\$ 5.414.895,00, nas dotações de Pessoal e Encargos Sociais, tendo em vista a expectativa de não utilização do total do saldo da dotação dentro do corrente exercício conforme as projeções efetuadas. Este cancelamento decorreu da diminuição do quadro efetivo em virtude do elevado índice de rotatividade de servidores, incluindo aqueles que se desligaram do quadro por motivo de posse em outro cargo público inacumulável e de outros candidatos aprovados nomeados que não se apresentaram.

2.6. Análise do Desempenho Orçamentário

O quadro a seguir, apresenta de forma ilustrativa, o resumo do desempenho orçamentário da ANTT no exercício de 2006, evidenciando desde sua proposta orçamentária inicial, passando pelas diversas fases até a posição global de execução:

EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO 2006	
1. Proposta Inicial (Pré proposta)	248.939.000
2. Projeto de Lei enviado ao Congresso Nacional	146.473.325
3. Orçamento aprovado Lei 11.306,16/05/06	142.890.561
4. Aportes aprovados	400.921
5. Compensações Efetuadas	(5.878.502)
6. Fechamento Lei + Créditos 2006 (Orçamento Final)	137.412.980
7. Cota Disponível	106.293.504
8. Executado =Empenhado= Liquidado (17/01/2007)	104.412.766

Conforme o demonstrativo acima o Orçamento final da ANTT correspondente aos créditos autorizados ficou em R\$ 137.412.980,00, contudo foi disponibilizado por meio das cotas de limite orçamentário o montante de R\$ 106.293.504,00, tendo sido empenhado e liquidado R\$ 104.412.766,00, correspondendo a 75,98% do orçamento final e a 98,23% do limite disponível.

Execução Orçamentária 2006

(Valores excluindo-se despesas com Pessoal e Encargos)

R\$ 1,00

	CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL
Dotação Autorizada - Lei (a)	80.411.147	4.560.000	84.971.147
Contingenciado (b)	28.966.203	2.153.273	31.119.476
Cont./D.Aut. (c = b/a)	0,36	0,47	0,37
Disponível (d)	51.444.944	2.406.727	53.851.671
Disp./D.Aut. (e = d/a)	0,64	0,53	0,63
Executado (f)	49.578.095	2.406.727	51.984.821
Exec./Aut. (g = f/a)	0,62	0,53	0,61
Exec./Disp. (h = f/d)	0,96	1,00	0,97

Convém comentar ainda que, comparando-se no quadro os valores correspondentes a “Fechamento Lei + Créditos” e “Cota Disponível” há que se constatar um contingenciamento geral em valores de R\$ 31.119.746,00 correspondeu ao final do exercício a 22,65% do orçamento total autorizado, ou de 36,56% para custeio e 47,00% para capital, considerando-se somente o orçamento líquido para todas as demais despesas além de Pessoal e Encargos.

Com estas afirmações pode-se deduzir que a execução orçamentária da Agência durante o exercício de 2006, sofreu na mesma medida uma redução na capacidade de cumprimento do estabelecido em seu programa de trabalho, postergando para o exercício futuro o crescimento desejado na expansão da atuação.

Entretanto mesmo considerando as variáveis impostas pelo contingenciamento efetuado, a Agência conseguiu atingir um patamar de execução de 98,23% do montante disponibilizado para empenho, demonstrando um esforço concentrado na utilização dos recursos e condições disponíveis.

3. GESTÃO FINANCEIRA

3.1. Receita Própria

Durante o exercício de 2006 a ANTT arrecadou, a título de Receitas Correntes – receitas diretamente arrecadadas, o montante de R\$ 28.490.862,14, para uma previsão de R\$ 26.821.856,00, representando um excesso de arrecadação de R\$ 1.669.006,14, conforme demonstrado no Balanço Orçamentário. Compõem a categoria de receitas próprias: patrimoniais, de serviços e outras correntes.

3.1.1. Receita Patrimonial

Trata-se de receitas provenientes da concessão à iniciativa privada das malhas ferroviárias para a exploração dos serviços de transporte de carga e outras receitas relativas a atividades associadas ao transporte ferroviário. As parcelas têm vencimento trimestral e passaram a ser recolhidas diretamente à Agência a partir de junho de 2002, por força da Resolução nº. 034, de 06/06/2002. Classifica-se também na fonte 0129 a receita de outorga dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

Em 2006, a estimativa aprovada na LOA para recursos oriundos da fonte 0129 foi de R\$ 22.685.795,00 para uma arrecadação de R\$ 19.493.635,00.

Para as receitas provenientes da aplicação de multas pelo descumprimento da legislação que rege os transportes rodoviários interestaduais e internacionais de passageiros e de cargas, ferroviário de cargas e sobre a obrigatoriedade do vale-pedágio - fonte 0174, a previsão foi de R\$ 5.066.675,00 para uma arrecadação de R\$ 7.176.931,00, representando um excesso de arrecadação de R\$ 2.110.256,00.

As fontes 0129 e 0174, por se tratar de recursos do Tesouro Nacional, tiveram a sua contabilização na Secretaria do Tesouro Nacional – Unidade Gestora 170.0.500, sob o título de Receita Realizada.

3.1.2. Receita de Serviços

Trata-se de receitas resultantes de pagamentos mensais de taxas de fiscalização realizadas pelas empresas que exploram as rodovias federais sob concessão, bem como as receitas provenientes de emolumentos e taxas de cadastramento de empresas de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e cargas, iniciadas em abril de 2002.

A previsão das “Receitas de Serviços” constante da LOA - 2006 foi de R\$ 26.619.632,00 e os valores arrecadados atingiram o montante de R\$ 28.000,535,45, classificados como fonte 0250, de acordo com o demonstrado no Balanço Orçamentário.

3.1.3. Outras Receitas Correntes

Trata-se de Multas, Juros de Mora e Infrações – provenientes do descumprimento de contratos administrativos.

A previsão de “Outras Receitas Correntes” constante da LOA de 2006 foi de R\$ 202.224,00 para uma arrecadação de R\$ 490.326,69, classificados como fonte 0250, de acordo com o demonstrado no Balanço Orçamentário.

O quadro a seguir, demonstra de forma detalhada as receitas arrecadadas durante o exercício de 2006:

(R\$1,00)

RECEITAS PRÓPRIAS/TESOURO – 2006 DEMONSTRAÇÃO DAS RECEITAS ARRECADADAS		
ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR ARRECADADO
Serviços Administrativos	0250	976.434,78
Serviços de Inspeção e Fiscalização	0250	27.024.100,67
Multas e Juros Previstos em Contratos	0250	466.504,96
Outras Multas	0250	8.244,94
Indenização p/Danos Causados P.Público	0250	13.682,00
Receita de Ônus Sucumbência	0250	1.894,79
TOTAL FONTE 0250		28.490.862,14
Receita de Outorga dos Serviços de Transporte Ferroviário de Carga	0129	19.486.905,00
Receita de Outorga dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros	0129	6.729,00
TOTAL FONTE 0129		19.493.634,00
Multas Oper.Transp.Rod.Int.Passag./Carga	0174	2.632.481,00
Multas Fiscaliz.Vale-Pedágio	0174	2.954.802,00
Multas Fiscaliz.Excesso de Peso	0174	1.589.649,00
TOTAL FONTE 0174		7.176.932,00
TOTAL GERAL		55.161.428,14

3.2. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário da ANTT apresentou uma previsão de receitas no montante de R\$ 125.927.248,36, incluindo a movimentação financeira do exercício, e uma despesa fixada no valor total geral de R\$ 125.927.248,36.

A execução da despesa atingiu o montante de R\$ 92.927.034,85, sendo R\$ 90.520.308,28 a título de Despesas Correntes e R\$ 2.406.726,57, com Despesas de Capital, de acordo com o demonstrado no Balanço Orçamentário da Agência.

3.3. Situação dos Recursos Disponíveis

Durante o exercício de 2006 foi transferido a esta Agência, sob o título de “Repasso Recebido”, o montante de R\$ 78.106.486,74, distribuído nas fontes 0100, 0111, 0129, 0148, 0156, 0174, 0195, 1111 e 5111, de acordo com a seguinte demonstração, destinados ao atendimento de despesas com pessoal, custeio e investimentos:

DEMONSTRAÇÃO DOS REPASSES RECEBIDOS	
EXERCICIO DE 2006	
FONTE DE RECURSOS	VALOR (R\$)
0100 – Recursos Ordinários	58.898.027,77
0111 – Contribuição Deriv. Petróleo, Comb. Com. – CIDE	4.022.295,65
0129 – Recursos de Concessões e Permissões	10.557.316,00
0148 – BIRD – Recursos Externos	1.343.104,00
0156 – Contrib. P/ Plano Seguridade Social	94.765,00
0174039282 - Multas Op. Transporte Rodoviário	1.343.974,00
0174039301 – Multas Tarifa de Pedágio	871.680,00
0195 – PPIAF/ANTT	539.828,32
1111 – BIRD – Contrapartida Nacional	304.496,00
5111 – Doação Bird	131.000,00
TOTAL GERAL	78.106.486,74

Além dos mencionados recursos ingressou na Agência, sob o título de Receitas Diretamente Arrecadadas - fonte 0250, o montante de R\$ 28.490.862,14, de acordo com o que consta do Balanço Orçamentário e da demonstração da receita arrecadada.

Os recursos financeiros recebidos no decorrer do exercício de 2006 atenderam de forma satisfatória ao cumprimento da execução dos projetos/atividades previstos no orçamento aprovado para a Unidade.

3.4. Recursos Financeiros Realizáveis

De acordo com o Balanço Patrimonial do exercício encerrado, o grupo do Ativo Financeiro está representado basicamente pelos recursos correspondentes aos Limites de Saque com Vinculação de Pagamento, no valor de R\$ 64,248 milhões, para um total do grupo de R\$ 64,877 milhões. Nesta conta está representado o saldo não utilizado do exercício de 2006 e anteriores, relativos à receita diretamente arrecadada na fonte de recursos 0250, sendo que o saldo desta fonte, em 31/12/2005 era de R\$ 39,1 milhões e em 31 de dezembro de 2006, de R\$ 57,5 milhões.

3.5. Recursos Exigíveis

O grupo Obrigações em Circulação, do Passivo Financeiro, totalizando R\$ 13,656 milhões, está representado basicamente pelas contas de Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados pelos valores de R\$ 715,5 mil e R\$ 11,803 milhões, respectivamente, os quais deverão ser pagos no decorrer do exercício de 2007.

3.6. Financiamento Externo

Os recursos de financiamento externo alocados no orçamento da ANTT em 2006 foram originários do Contrato de Empréstimo nº. 7253-BR - Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e

Sustentável – PACE e do BIRD/Public-Private Infrastructure Advisory Facility - PPIAF, Doação do Fundo PPIAF, firmados entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e a União.

Para execução do Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Eqüitativo e Sustentável – PACE, foi criada, no exercício de 2005, a Unidade Gestora - 393044 - Gestão 39250.

Para execução dos recursos provenientes do BIRD/Public-Private Infrastructure Advisory Facility – PPIAF, Doação do Fundo PPIAF, Contrato 8002500, foi criada, também em 2005, a Unidade Gestora 393043 – Gestão 39250.

Os recursos orçamentários e financeiros executados pelas mencionadas Unidades estão demonstrados no quadro a seguir:

FINANCIAMENTO EXTERNO

(R\$1,00)

ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	FONTE	DOTAÇÃO AUTORIZADA	INGRESSOS	DESPESA LIQUIDADA/PAGA	RESTOS A PAGAR
			A	B	C	D
Assistência Técnica p/ Gestão do PR – Projeto PACE 7253-BR UG 393044	2B98	0148	2.593.777,00	1.343.104,00	858.252,75	919.178,96
		1111	469.496,00	304.496,00	164.301,89	174.418,43
SUBTOTAL UG			3.063.273,00	1.647.600,00	1.022.554,64	1.093.597,39
Implantação de Sistema de Informação – Projeto PPIAF Contrato Doação nº. 8002500 UG 393043	7732	0195	672.000,00	0,00 *	539.828,32	132.171,68
		5111	158.000,00	131.000,00	121.199,24	36.800,76
SUBTOTAL UG			830.000,00	131.000,00	661.027,56	168.972,44
TOTAL GERAL			3.893.273,00	1.778.600,00	1.683.582,20	1.262.569,83

Os recursos da fonte 0195, referentes ao Contrato de Doação – PPIAF, não ingressaram no país, sendo registrada somente a contabilização das despesas e receitas de acordo com orientação da Secretaria do Tesouro

Nacional. As faturas foram pagas pelo próprio Banco Mundial diretamente no exterior.

Os recursos externos, fontes 0148 e 1111, recebidos no exercício de 2006, na Unidade Gestora 393044 - Gestão 39250, atingiram o montante de R\$ 1.647.600,00, para uma liquidação e pagamento de R\$ 1.022.554,64 e uma inscrição em Restos a Pagar no valor de R\$ 1.093.597,39, conforme demonstrado no quadro acima.

Com relação ao projeto executado pela Unidade Gestora 393043 - Gestão 39250, durante o exercício de 2006, na fonte 0195, houve apenas liquidação de despesas uma vez que os pagamentos foram realizados diretamente no exterior.

Com relação à fonte 5111, os recursos recebidos no exercício de 2006, atingiram o montante de R\$ 131.000,00, para uma liquidação e pagamento de R\$ 121.199,24.

Com relação ao Projeto BIRD-7253/BR, o órgão responsável pelo pagamento das parcelas de juros, comissão de compromisso e amortização do empréstimo é a Secretaria de Política Econômica – SPE, do Ministério da Fazenda.

3.7. Cartão de Pagamento do Governo Federal

A fim de dar cumprimento ao que estabelece o Decreto nº. 5.355, de 25/01/2005, que dispõe sobre a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, foram realizados os seguintes gastos com o referido cartão:

QUADRO – SAQUES COM CARTÃO

FATURAS EMITIDAS/PAGAS		SAQUES EFETUADOS	
2.005	2.006	2.005	2.006
R\$ 16.219,12	R\$ 42.720,78	R\$ 14.639,00	R\$ 56.421,00

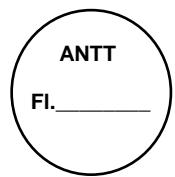
A Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, para fins de dar cumprimento às suas atribuições regimentais, mantém Unidades Regionais nas Capitais do Rio Grande Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Ceará e Maranhão.

Além das Unidades Regionais, foram criados até o final do exercício de 2006, sessenta Postos de Fiscalização/Atendimento nas Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte do Brasil, localizados em sua grande maioria, em cidades do interior dos Estados, com reduzida infraestrutura comercial.

Face à localização dos referidos Postos e, a fim de dotá-los de condições capazes de atender às suas demandas, os gastos necessários para manutenção estão sendo realizados por meio de suprimento de fundos – Cartão de Pagamento do Governo Federal, para aquelas despesas não atendidas por meio do processamento normal da despesa, isto é: empenho, liquidação e pagamento.

Os gastos realizados por meio de suprimento de fundos, com a utilização de saque, tanto na Sede da Agência quanto nas suas Unidades Regionais e Postos de Fiscalização/Atendimento foram para atender despesas de pequeno valor tais como: pagamento de vale-pedágio, cópias xerográficas juntos aos Tribunais de Justiça, consertos de viaturas realizados durante viagens de fiscalização, serviços de pequeno vulto, material de limpeza e higiene, pequenos reparos para manutenção e conservação dos Postos de Fiscalização/Atendimento, material de expediente, para os casos em que não havia estoque no Almoxarifado, e, o estabelecimento comercial não trabalhava com o Cartão de Pagamento ou a despesa não se enquadrava para utilização de Cartão face o seu valor.

Para o exercício de 2007, estaremos orientando os detentores de suprimento de fundos para procurar realizar seus gastos nos estabelecimentos comerciais que trabalham com o Cartão de Pagamento do Governo Federal, evitando assim a realização de saques, cumprindo dessa forma, a finalidade do Cartão de Pagamento.

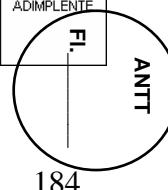


3.8. Convênios Liberados em 2006

Quanto aos saldos das contas de convênios, não foi registrada a existência de valores a liberar, de saldos a aprovar e nem de saldos a comprovar para qualquer dos convênios com vigência expirada.

As informações referentes aos convênios firmados pela ANTT encontram-se discriminadas na tabela a seguir:

TIPO*	Nº SIAFI	Nº ORIGINAL	BENEFICIÁRIO	CNPJ	Nº PROCESSO	OBJETO DO CONVÉNIO	TOTAL PACTUADO	LIBERADO EM 2006	DATA ASSINATURA	PRAZO DE VIGÊNCIA	DATA PUBL. D.O.U.	SITUAÇÃO
1	514655	022/ANTT/2004	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SC	83.899.526/0001-82	50500.208182/2004-20	Conceber um banco de informações técnicas de transp. Terrestres, objetivando a caracterização do setor no Brasil.	1.945.804,05	291.870,61	20/12/2004	21/12/2004 a 20/06/2006	22/12/2004	ADIMPLENTE
1	523839	006/ANTT/2005	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	00.038.174/0001-43	50500.052433/2005-09	Desenvolvimento de atividades de monitoramento para fiscalização do transp. Rod. Intern. e Interest. de Passageiros, no âmbito da SUPAS.	1.800.133,76	450.033,44	9/6/2005	15/06/2005 a 14/06/2006	15/6/2005	ADIMPLENTE
1	525196	007/ANTT/2005	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	00.038.174/0001-43	50500.059528/2005-45	Desenvolvimento de metodologia de avaliação da qualidade da informação da base de dados do RNTRC, no âmbito da SULOG	333.912,88	83.478,22	4/8/2005	05/08/2005 a 04/04/2006	5/8/2005	ADIMPLENTE
1	524419	009/ANTT/2005	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	00.038.174/0001-43	50500.056928/2005-07	Realização de atividades de ordenamento organizacional e procedimentos de apoio à fiscalização do transp. Rodoviário Internacional e interestadual de passageiros	2.625.300,60	875.100,20	20/7/2005	25/07/2005 a 24/07/2006	25/7/2005	ADIMPLENTE
1	525947	010/ANTT/2005	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	28.523.215/0001-06	50500.207955/2004-05	Cooperação técnico-científica para avaliação dos impactos sócio-económicos da Ponte Rio-Niterói.	299.100,00	187.270,00	24/8/2005	24/08/2005 a 23/05/2006	14/9/2005	ADIMPLENTE
1	525697	011/ANTT/2005	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SC	83.899.526/0001-82	50500.047296/2005-82	Desenvolvimento do sistema de acompanhamento e fiscalização do transporte ferroviário.	1.593.789,00	956.274,00	1/9/2005	01/09/2005 a 31/08/2007	5/9/2005	ADIMPLENTE
1	526914	013/ANTT/2005	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RS	92.969.856/0001-98	50500.071215/2005-65	Implantação do Plano de Ação de Fiscalização nos serviços de transp. de passageiros. Monitoramento no terminal rodoviário de Porto Alegre/RS	224.000,00	159.000,00	4/10/2005	11/10/2005 a 10/10/2006	11/10/2005	ADIMPLENTE
1	537464	014/ANTT/2005	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	00.038.174/0001-43	50500.043665/2005-68	Ident. de entraves burocráticos e exigências legais e tributárias, bem como recomendações de ações de racionalização para o desenv. da multimodalidade no país.	353.018,15	88.254,54	9/11/2005	11/11/2005 a 11/07/2006	11/11/2005	ADIMPLENTE
1	530079	016/ANTT/2005	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	28.523.215/0001-06	50500.076651/2005-21	Desenvolvimento de estudos e pesquisas de natureza técnica na área ferroviária.	517.800,00	344.400,00	9/11/2005	16/11/2005 a 14/03/2007	16/11/2005	ADIMPLENTE
1	530094	017/ANTT/2005	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	28.523.215/0001-06	50500.034409/2005-58	Desenvolvimento de metodologia para o estabelecimento dos valores a serem cobrados pela utilização das faixas de domínio.	200.000,00	160.000,00	18/11/2005	23/11/2005 a 18/08/2006	22/11/2005	ADIMPLENTE



TIPO*	Nº SIAFI	Nº ORIGINAL	BENEFICIÁRIO	CNPJ	Nº PROCESSO	OBJETO DO CONVÊNIO	TOTAL PACTUADO	LIBERADO EM 2006	DATA ASSINATURA	PRAZO DE VIGÊNCIA	DATA PUBL. D.O.U.	SITUAÇÃO
1	533262	018/ANTT/2005	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ES	32.479.123/0001-43	50500.040688/2005-74	Monitoramento permanente dos serviços de transporte de passageiros no terminal rodoviário de Vitória/ES.	288.354,00	216.265,50	14/12/2005	16/12/2005 a 15/12/2006	16/12/2005	ADIMPLENTE
1	534561	019/ANTT/2005	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SC	83.899.526/0001-82	50500.071909/2005-01	Implantação do plano de ação de fiscalização do transporte de passageiros, visando o monitoramento do terminal rodoviário de Florianópolis/SC.	232.200,00	174.150,00	21/12/2005	22/12/2005 a 22/12/2006	22/12/2005	ADIMPLENTE
1	539519	020/ANTT/2005	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SC	83.899.526/0001-82	50500.075033/2005-63	Estudos e análises de cenários logísticos em corredores de transportes; análise dos modelos de financiamento e estudos inerentes ao cálculo de coeficientes no transporte semi-urbano de passageiros.	2.312.736,00	1.272.004,00	23/12/2005	23/12/2005 a 22/06/2008	29/12/2005	ADIMPLENTE
1	542639	021/ANTT/2005	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	00.038.174/0001-43	50500.070076/2005-52	Aprimoramento dos processos de gestão e fiscalização dos contratos de concessões rodoviárias federais.	2.199.725,00	1.843.104,16	23/12/2005	24/12/2005 a 23/03/2007	3/1/2006	ADIMPLENTE
1	554889	022/ANTT/2005	INSPETORIA SÃO JOÃO BOSCO	33.583.592/0048-34	50500.076146/2005-86	Disponibilização de menores aprendizes de auxiliar de serviços administrativos. Programa de aprendizagem.	890.772,90	376.375,45	28/12/2005	28/12/2005 a 28/12/2007	9/1/2006	ADIMPLENTE
1	557823	001/ANTT/2006	CEFET - MG	17.220.203/0001-96	50500.071630/2005-19	Implantação do plano de ação de fiscalização do transporte de passageiros. Monitoramento do terminal rodoviário de Belo Horizonte/MG.	249.548,00	187.161,00	13/4/2006	25/04/2006 a 24/04/2007	25/4/2006	ADIMPLENTE
1	559169	002/ANTT/2006	UNIVERSIDADE FED. DO RIO DE JANEIRO	33.663.683/0001-16	50500.032810/2006-66	Apóio à fiscalização dos contratos de concessão de rodovias federais na região sudeste.	2.266.875,24	341.297,94	6/6/2006	06/06/2006 a 05/07/2007	8/6/2006	ADIMPLENTE
1	562602	003/ANTT/2006	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	00.038.174/0001-43	50500.038914/2006-84	Apóio e extensão ao monitoramento do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, no âmbito da SUPAS	2.030.251,39	1.522.668,55	28/6/2006	30/06/2006 a 29/06/2007	30/6/2006	ADIMPLENTE
1	564100	005/ANTT/2006	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	00.038.174/0001-43	50500.044114/2006-01	Desenvolvimento de instrumentos de gestão operacional e institucional do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.	2.995.747,30	1.497.873,66	21/7/2006	25/07/2006 a 24/07/2007	25/7/2006	ADIMPLENTE
1	571212	008/ANTT/2006	UNIV. FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	92.969.856/0001-98	50500.036847/2006-63	Implantação do plano de ação de fiscalização do transporte de passageiros. Monitoramento do terminal rodoviário de Porto Alegre/RS.	224.000,00	65.000,00	16/10/2006	18/10/2006 a 17/10/2007	18/10/2006	ADIMPLENTE



TIPO*	Nº SIAFI	Nº ORIGINAL	BENEFICIÁRIO	CNPJ	Nº PROCESSO	OBJETO DO CONVÉNIO	TOTAL PACTUADO	LIBERADO EM 2006	DATA ASSINATURA	PRAZO DE VIGÊNCIA	DATA PUBL. D.O.U.	SITUAÇÃO
1	572721	009/ANTT/2006	UNIVERSIDADE FED. DE OURO PRETO	23.070.659/0001-10	50500.007201/2006-79	Implantação do plano de ação de fiscalização do transporte de passageiros. Monitoramento do terminal rodoviário de Ouro Preto/MG.	220.442,00	55.110,50	31/10/2006	08/11/2006 a 07/11/2007	8/11/2006	ADIMPLENTE
1	574935	011/ANTT/2006	UNIVERSIDADE FED. DE PERNAMBUCO	24.134.488/0001-08	50500.033713/2006-91	Implantação do plano de ação de fiscalização do transporte de passageiros. Monitoramento do terminal rodoviário de Recife/PE.	227.041,05	65.760,27	30/11/2006	05/12/2006 a 04/12/2007	5/12/2006	ADIMPLENTE
1	577195	012/ANTT/2006	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ES	32.479.123/0001-43	50500.056063/2006-51	Monitoramento permanente dos serviços de transporte de passageiros no terminal rodoviário de vitória/ES.	293.267,00	73.316,75	4/12/2006	18/12/2006 a 17/12/2007	18/12/2006	ADIMPLENTE

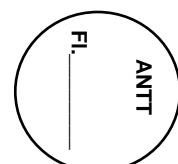
* Tipo: 1 - Convênio

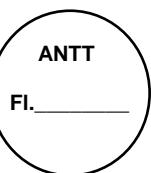
Obs.1: Todos os convênios acima não possuem contrapartida;

Obs.2: Não houve Tomada de Contas Especial no exercício de 2006;

Obs.3: As prestações de contas estão dentro do prazo previsto para apresentação;

Obs.4: Os objetivos e metas estão sendo cumpridos de acordo com a área responsável pelo acompanhamento da execução dos referidos convênios.





4. EXECUÇÃO DE PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS PELO BIRD

4.1. Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Eqüitativo e Sustentável - PACE

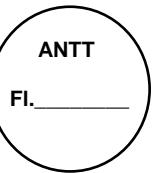
Os recursos externos alocados no orçamento da ANTT em 2006 foram originários do Contrato de Empréstimo nº. 7253 – BR, Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Eqüitativo e Sustentável – PACE, assinado em 04/10/2005, entre o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD e a União.

No âmbito da ANTT, o PACE prevê ações para o fortalecimento da capacidade institucional da Agência e à melhoria do arcabouço regulatório nos setores de transporte rodoviário e ferroviário e de passageiros interestadual e internacional.

O PACE foi aprovado pelo Senado Federal em 15/09/2005 e o Contrato de Empréstimo nº. 7253 – BR, assinado em 04/10/2005 entre o BIRD e o Governo Federal, cabendo à ANTT o valor de US\$ 1,07 milhão.

Durante a missão de Supervisão de Execução do Projeto PACE, em 28/04/2006, o Banco Mundial se posicionou favorável ao acordado entre o Ministério dos Transportes e o Ministério da Fazenda, sobre o aporte de recursos adicionais no valor de US\$ 1,5 milhão de dólares solicitados pela ANTT, para fazer face às despesas de contratação dos serviços de consultoria para a Elaboração do Plano de Outorga da 3ª Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais.

Assim sendo, encontra-se em fase de assinatura, o Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº. 01/2006, contendo o ingresso de recursos equivalentes ao crédito suplementar, passando de US\$ 1,07 milhão de dólares para US\$ 2,57 milhões de dólares, mediante o repasse pelo Ministério dos Transportes dos valores constantes no Orçamento Geral da União, conforme estabelecido no cronograma de desembolso, previamente definido.

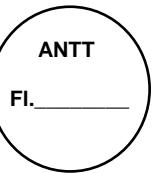


Os contratos de consultoria que vinham sendo financiados com recursos do Contrato de Empréstimo nº. 4.188 – BR, no âmbito do Projeto de Restauração e Descentralização de Rodovias Federais, foram executados em 2006 com recursos do Contrato de Empréstimo nº. 7.253, do Projeto PACE, conforme relacionados a seguir:

- Desenvolvimento de Sistema de Gestão dos Serviços de Fiscalização – SGFIS, realizado com a empresa Tecnology Management Ltda., no valor de R\$ 419.925,00 e US\$ 98.141,00, objeto do Contrato nº. 035/2004, de 13/12/2004;
- Aprimoramento do Modelo de Aferição do Equilíbrio Econômico – Financeiro das Concessões e Valoração de Outorgas, realizado com o consórcio Balman/CBSG/Transplan, no valor de R\$ 799.600,00, objeto do contrato nº. 042/2004, de 17/12/2004;
- Aprimoramento do Processo de Fiscalização do Transporte de Produtos Perigosos, no valor de R\$ 91.010,00, firmado com a empresa STD Turiani Comércio de Equipamentos de Proteção Ltda. EPP, objeto do contrato nº. 037/2005, de 31/08/2005;
- Produção de Material Impresso, de Cunho Institucional, para Ambientação e Treinamento dos Novos Servidores da ANTT, no valor de R\$ 191.700,00, realizado com a empresa Primeira Página Comunicação e Editora Ltda., objeto do Contrato nº. 073/2006, de 29/12/2005;
- Estudo de Demanda do Transporte Ferroviário de Cargas no Brasil, no valor de R\$ 957.600,83, firmado com a empresa Ernst & Young, objeto do Contrato nº. 072/2005, de 30/12/2005.

No ano de 2006, foram contratados 02 (dois) serviços de consultoria, com financiamento de recursos do PACE, a saber:

- Produção de Vídeo, de Cunho Institucional, para Ambientação e Treinamento dos Novos Servidores da ANTT, no valor de R\$ 235.489,88, firmado com a empresa DPC Filmes Ltda., objeto do Contrato nº. 17/2006, de 09/10/2006;



- Organização de Arquivo e Gestão Documental, no valor de R\$ 1.239.806,74, firmado com a empresa POLIEDRO – Informática, Consultoria e Serviços Ltda., objeto do Contrato nº. 20/2006, de 20/11/2006.

Dos contratos em andamento, foram encerrados em 2006, os seguintes:

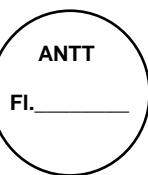
- Desenvolvimento de Sistema de Gestão dos Serviços de Fiscalização – SGFIS;
- Aprimoramento do Modelo de Aferição do Equilíbrio – Econômico das Concessões e Valoração de Outorgas;
- Estudo de Demanda do Transporte Ferroviário de Cargas no Brasil.

No decorrer de 2006, foram iniciados os processos de licitação, para contratação, os seguintes serviços de consultoria:

- Estudo para Elaboração do Plano de Outorgas da 3º Etapa de Concessão de Rodovias Federais;
- Produção Gráfica e Impressão do Relatório “Atuação da ANTT”;
- Desenvolvimento de Módulos para Implementação do Plano Padrão de Contabilidade no Sistema de Informação e Regulamentação Econômica e Financeira – SIREF;
- Mapeamento de Competências da ANTT.

4.2. Public-Private Infrastructure Advisory Facility - PPIAF

O contrato nº. 8002500, de 17/11/2005, firmado com o consórcio Macroconsulting S.A. e a Price Waterhouse & CO Asesores de Empresas ARL, no valor total de U\$\$ 340,02 mil dólares, financiado com recursos provenientes de doação do PPIAF – BIRD, objetivando o “Desenvolvimento de um Plano de Contas Padronizado e Desenho Conceitual do Sistema de Informação para a ANTT”, envolvendo as empresas de concessões e permissões de transportes terrestres afetos à Agência, foi concluído em dezembro de 2006.



4.3. Demonstrativo do Fluxo Previsto e do Fluxo Realizado

Do ponto de vista orçamentário, os programas e projetos financiados com recursos externos do Banco Mundial – BIRD apresentaram a seguinte distribuição:

QUADRO – FINANCIAMENTO EXTERNO

Discriminação (Código do projeto, descrição, finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)	Contrapartida Nacional	Valor das transferências de recursos**			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa **	
				Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
7732 - Implantação de Sistema de Informações Econômico Financeiras de Outorgas - PPIAF	R\$ 830.000	R\$ 672.000 (*)	R\$ 158.000					
Custeio								
Fonte 195		(*)			R\$ 672.000			
Fonte 5111			R\$ 158.000		R\$ 158.000			
2B98 - Assistência Técnica para Gestão do Programa de Apoio a Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável - PACE	R\$ 3.063.273	R\$ 2.593.777	R\$ 469.496					
Custeio								
Fonte 148		R\$ 1.777.432			R\$ 1.777.432			
Fonte 1111			R\$ 338.720		R\$ 338.720			

* Doação - PPIAF

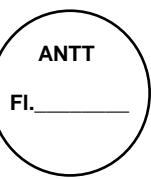
** Não se aplica

Em 2006, foram alocados recursos no item orçamentário, 7732 - Implantação de Sistema de Informação Econômico - Financeiro de Outorgas - PPIAF, no valor de R\$ 830.000,00, sendo liquidado o valor de R\$ 672.000,00, na fonte 195 - BIRD e R\$ 158.000,00, na fonte 5111 - Contrapartida Nacional.

Com relação ao item orçamentário, 2B98 – Assistência Técnica para Gestão do Programa de Apoio a Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável – PACE, foram previstos recursos no valor de R\$ 3.063.273,00, sendo liquidado o valor de R\$ 1.777.432,00 na fonte 148 – BIRD e o valor de R\$ 338.720,00 na fonte 1111 - Contrapartida Nacional.

4.4. Programa de Redução de Custos Logísticos - SWAp

Em 06/12/2004, foi aprovada pela Comissão de Financiamentos Externos - COFEX, a operação de crédito externa destinada ao Programa de Redução de Custos Logísticos, na modalidade de enfoque setorial amplo – Sector Wide



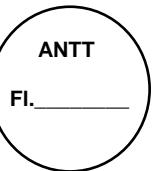
Approach – SWAp, nas ações do componente “Assistência Técnica”, no valor de US\$ 501,25 milhões.

A diretoria do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD aprovou o contrato de empréstimo SWAp, em 06/06/2006, tendo por objetivo a implementação do projeto transporte rodoviário – PREMEF, incluído na primeira fase do programa de reabilitação e manutenção da malha rodoviária federal, parte integrante do programa de redução de custos logísticos para os anos de 2006 a 2009.

O Programa de Redução de Custos Logísticos contempla o Ministério dos Transportes - MT, o Departamento Nacional de Infra-estrutura - DNIT e a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, cabendo à Agência a parcela equivalente a US\$ 5 milhões.

Os recursos previstos para a ANTT destinam-se ao atendimento das atividades de Elaboração de Planos de Outorgas de Rodovias e Transporte Internacional e Interestadual de Passageiros, no valor de US\$ 3 milhões e o Fortalecimento Institucional, no valor de US\$ 2 milhões, conforme detalhamento descrito a seguir:

- Equipamento – consolidação da estrutura de informação da Agência, incluindo provisão de servidores, computadores e sistemas de redes;
- Serviços de Consultoria – aprimoramento dos marcos regulatórios e elaboração de um plano de formação para o pessoal concursado da ANTT;
- Estruturação e consolidação de sistemas operacionais, incluindo gerenciamento do transporte rodoviário internacional, gerenciamento de tráfego das concessões rodoviárias, gestão de pessoal e gerenciamento da fiscalização de rodovias e implantação de processos e estrutura administrativa nas unidades regionais;
- Estudos – consolidação do sistema de informação e estabelecimento de indicadores de desempenho dos empreendimentos regulados pela ANTT;
- Treinamento – formação do pessoal concursado da Agência;



- Plano de Outorgas – 3^a etapa das concessões rodoviárias e concessão administrativa patrocinada.

Encontra-se em fase de elaboração, o Convênio com a União, por intermédio do Ministério dos Transportes e a ANTT, visando o repasse de verbas necessárias à implementação do Programa de Redução de Custos Logísticos – SWAp.

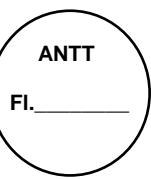
4.5. Resultados Alcançados

A assinatura do contrato de Empréstimo nº. 7253 - BR para o Projeto de Assistência Técnica para o Crescimento Eqüitativo e Equilibrado (PACE), em 4/10/2005, possibilitou a continuidade do apoio técnico e financeiro do Banco Mundial no fortalecimento institucional da ANTT, no aprimoramento dos novos planos de outorga no setor de transporte terrestre e das normas de regulação e fiscalização dos serviços concedidos.

Com o apoio financeiro do PACE, foram atendidas prioridades nas diversas áreas de atuação da ANTT, sendo uma delas a contratação de estudos na área de transporte ferroviário de cargas no Brasil, para a realização de pesquisa da demanda reprimida (atual) e da potencial (futura), buscando o desenvolvimento de um sistema de informações, baseado em indicadores de crescimento.

Na área de transportes de produtos perigosos está sendo organizada a montagem de um programa de treinamento, em nível nacional, visando o aprimoramento do processo de fiscalização dos agentes envolvidos neste tipo de operação.

No tocante ao setor de exploração da infra-estrutura rodoviária e ferroviária e de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, foi feita a regulamentação relativa à cláusula do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrados pela ANTT, que contempla um programa de treinamento para os profissionais envolvidos nas atividades apoiadas pelos sistemas a serem desenvolvidos com vistas ao aprimoramento do modelo de aferição das concessões e valoração de outorgas.



Em 2006, foi concluída a elaboração de um sistema gerencial para monitoramento dos serviços de fiscalização das rodovias concedidas – SIGFIS, especificamente, dos trabalhos de intervenção e de operação das vias, com sistemática de controle, utilizando base de dados.

Objetivando divulgar a ANTT ao público usuário do transporte terrestre, à sociedade em geral sobre o papel da Agência como órgão regulador e fiscalizador e ainda, informar aos novos servidores quanto à missão, estrutura, áreas de atuação e principais metas, foram contratados serviços de consultoria para a produção de vídeo institucional e de material impresso, com a publicação de mil exemplares do código de ética, legislação básica, resoluções regulatórias e do relatório anual de atividades.

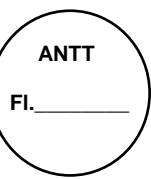
Para a organização de arquivo e gestão de documentos da Agência e Unidades Regionais, foi contratada uma empresa especializada para a realização dos serviços técnicos e administrativos, com o repasse de conhecimento do processo para servidores concursados da ANTT.

Com os recursos de doação do PPIAF, foi desenvolvido um plano de contas e desenho conceitual do sistema de informações para a ANTT, englobando as concessionárias rodoviárias e ferroviárias, bem como as empresas permissionárias de transporte interestadual e internacional de passageiros.

Para o atendimento das atividades de elaboração de planos de outorgas de rodovias e transporte internacional e interestadual de passageiros, está em fase de elaboração o Convênio com a União, por intermédio da ANTT, objetivando a operacionalização dos recursos necessários à implementação do Programa de Redução de Custos Logísticos – SWAp, contemplando a parcela relativa à Agência no valor de US\$ 5 milhões.

5. GESTÃO DE ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS

No exercício de 2006, dando continuidade à implantação da nova estrutura organizacional das Unidades Regionais desta Agência, aprovada mediante Deliberação nº. 285/05, de 19/10/2005, foi emitida a Deliberação nº. 137/06, de 25/05/2006, com o objetivo de melhor definir alguns aspectos dessa nova



estrutura, adequando-a às necessidades observadas durante os 6 (seis) primeiros meses de sua implantação. Posteriormente, com a emissão da Portaria nº. 155, de 07/06/2006, procedeu-se à padronização da nomenclatura dos Núcleos e Postos de Fiscalização existentes, os quais passaram a denominar-se Postos de Fiscalização / Atendimento, distribuídos nas diversas unidades regionais, sendo 20 (vinte) na Unidade Regional do Rio Grande do Sul – URRS; 16 (dezesseis) na Unidade Regional de São Paulo – URSP; 13 (treze) na Unidade Regional do Rio de Janeiro – URRJ; 28 (vinte e oito) na Unidade Regional de Minas Gerais – URMG; 16 (dezesseis) na Unidade Regional do Ceará – URCE; 11 (onze) na Unidade Regional do Maranhão – URMA e 12 (doze) sediados em áreas não atendidas por unidades regionais, e subordinados, tecnicamente, à Superintendência de Serviços de Transportes de Passageiros – SUPAS, e administrativamente, à Superintendência de Administração e Recursos Humanos - SUADM.

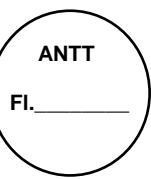
Foram aprovadas pela Diretoria da Agência as Normas Administrativas de Gestão de Contratos – NA/001-2006/SUADM; de Uniformes de Serviço – NA/002-2006/SUADM e de Material de Consumo – NA/003-2006/SUADM.

Com a aprovação da Norma Administrativa de Gestão de Contratos, iniciou-se estudos para a efetivação de mudanças necessárias à sua implantação, tais como: centralização da gestão de contratos na Gerência de Suprimentos e substituição do gestor pelo fiscal de contrato.

A Norma Administrativa de Uniformes de Serviço possibilitou a padronização das vestimentas dos servidores que atuam nos serviços de fiscalização, com distribuição pela ANTT, sem custo para os servidores, não se constituindo benefício ou remuneração, sendo o seu uso obrigatório nas atividades de fiscalização. Os modelos regulamentados na referida norma foram discutidos com as áreas usuárias, as quais contribuíram para a escolha do uniforme mais adequado ao exercício das atividades de fiscalização.

6. GESTÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E PATRIMÔNIO

No exercício de 2006, com o crescimento do quantitativo de servidores do Quadro desta Agência e em decorrência da implantação da nova estrutura



regional, deu-se ênfase à implementação de diversas ações na área de Administração Geral, tanto na sede, quanto nas Unidades Regionais para garantir o desenvolvimento das atividades desta ANTT e proporcionar a melhoria das condições de trabalho dos servidores.

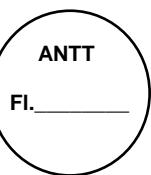
No que concerne à adequação das instalações das Unidades Regionais propriamente ditas e dos Postos de Fiscalização/Atendimento, investiu-se na locação de imóveis compatíveis com as necessidades, formalização de contratos de comodatos para utilização de salas em terminais rodoviários e aquisição de bens móveis para dotar os escritórios da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento de suas atividades, com destaque para as ações detalhadas a seguir, as quais deram suporte para que as ações finalísticas desta Agência atingissem as suas metas.

6.1. Processos de Aquisição e Contratação de Serviços

Para atender demandas das diversas unidades organizacionais foram autuados pela área de Administração Geral, 59 processos administrativos visando a aquisição de materiais/equipamentos e contratação de serviços, mediante realização de procedimentos licitatórios, os quais envolveram a elaboração de 27 Termos de Referência. Destaca-se, dentre outros processos, a aquisição de equipamentos e cadeiras para estruturação dos Postos de Fiscalização/Atendimento, de veículos, de materiais, uniformes e coletes à prova de bala para os serviços de fiscalização; e contratação de serviços de manutenção predial, de brigada de incêndio, análise da qualidade do ar do Ed. Sede e projeto de identidade visual da ANTT.

6.2. Processos de Pagamento de Despesas

Foram emitidos 1048 processos de pagamento, com o preenchimento dos formulários PROCOB – Processo de Aprovação e de Pagamento dos Documentos de Cobrança, os quais foram autuados e encaminhados para certificação dos respectivos gestores/fiscais e posteriormente enviados à área financeira.



6.3. Instalações (Estruturação Física e Manutenção)

Com base em estudo de layout desenvolvido para os diversos pavimentos do Edifício-Sede da ANTT, foram adaptados os subsolos, com a melhoria / criação de infra-estrutura para os serviços de apoio administrativo, sendo instaladas estações de trabalho nas áreas de Transporte, Almoxarifado, Arquivo Central e Reprografia, dotando-se ainda, de bancadas de apoio, as oficinas de manutenção e a Reprografia, e de roupeiros, os vestiários destinados aos prestadores de serviços. Instalou-se portão eletrônico no acesso à garagem e realizou-se pintura das faixas e instalação de placas para identificação das vagas de estacionamento nos três subsolos.

Foi instalado, em parceria com a Locadora do Edifício-Sede, “Painel de Despacho” nas cabines dos três elevadores do prédio, contribuindo para a racionalização de sua utilização e melhoria do desempenho.

Contratou-se no exercício de 2006 empresas para a prestação de serviços de manutenção predial; de brigada de incêndio e para análise da qualidade do ar, sendo firmados, ainda, novos contratos para a prestação de serviços de copeiragem, limpeza e conservação.

Foram realizados inúmeros serviços de conservação das instalações, dentre outros: lavagem da fachada externa do prédio e das caixas d’água; recargas dos extintores de incêndio; revisão geral dos trincos das portas internas dos banheiros; bem como outros sob a responsabilidade da Locadora, visando à manutenção geral das instalações, compatível com as necessidades desta Agência.

Nas instalações ocupadas pela Agência no Setor de Indústrias Gráficas, foram realizados serviços de manutenção, juntamente com a Locadora, para possibilitar a transferência para aquele local, de equipes responsáveis pelo cadastramento e tratamento de documentos, destacando-se, dentre outros, serviços para a eliminação de vazamento da coluna de distribuição de água e revisão das instalações elétricas, de uma maneira geral.

No Terminal Rodoviário do Plano Piloto foram executados serviços de reparo no teto e na porta de acesso da sala ocupada pela Agência, objetivando oferecer maior segurança às instalações.

Mobiliário e equipamentos, tais como, cadeiras e poltronas giratórias, impressoras multifuncionais, aparelhos de ar condicionado, bebedouros, cafeteiras, geladeiras, fragmentadoras de papel, foram adquiridos e destinados à estruturação dos postos de fiscalização / atendimento dos terminais rodoviários de diversos municípios e para a sede de algumas unidades regionais,

6.4. Patrimônio

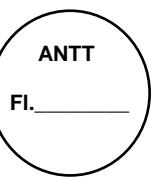
No tocante à gestão patrimonial, foi desenvolvido o trabalho de cadastramento, tombamento e emissão de Termos de Responsabilidade de 1.133 bens adquiridos, para a Sede, Unidades Regionais e Postos de Fiscalização/Atendimento, totalizando, na data de 31/12/2006, 12.244 itens patrimoniados, fechados com o SIAFI, com o valor global de R\$14.231.589,68.

Incorporou-se ao Patrimônio da Agência, doze veículos modelo Pálio, adquiridos para atendimento aos serviços de fiscalização, já realizados o cadastramento, tombamento e emissão dos Termos de Responsabilidade, e recebidos sete veículos modelo Blazer, também adquiridos com a mesma finalidade, que estão aguardando regularização de pendência, para incorporação ao patrimônio da Agência.

Onze bens adquiridos por intermédio de convênio firmado com a Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP foram objeto de incorporação ao acervo patrimonial da Agência, com o cadastramento, tombamento e emissão de Termos de Responsabilidade.

No exercício de 2006, esta ANTT recebeu em decorrência de doação da Secretaria da Receita Federal / DRF, de Foz do Iguaçu (PR), diversos bens, dos quais um ônibus Scânia, um veículo, quatro notebook's e dois Palm Top's, já foram incorporados ao acervo patrimonial da Agência.

Além dos bens citados, também foram recebidos do referido Órgão mais dois ônibus Scânia e vinte e três veículos de vários modelos, ainda em fase de regularização junto às Secretarias do Estado de Fazenda e DETRAN dos estados de origem dos veículos, para efetivação da transferência e incorporação ao acervo patrimonial da Agência.



Após a realização de procedimento licitatório foi firmado novo contrato de seguro multirisco para os bens patrimoniais e de materiais de consumo da ANTT, Sede e Unidades Regionais, como também foi firmado novo contrato de seguro de todos os veículos de propriedade da Agência.

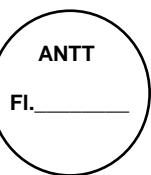
6.5. Transporte

Após os procedimentos licitatórios foram celebrados novos contratos de locação de veículos para suporte à fiscalização e atendimento a outras demandas eventuais de transporte, em todo o território nacional, e de fornecimento de combustível e óleo lubrificante para abastecimento dos veículos próprios e locados pela ANTT, para vigorarem a partir de janeiro de 2006. Renovou-se o contrato de execução dos serviços de manutenção/reparos dos veículos locados na Sede.

Foram atendidas 5.926 requisições de veículos, das quais 337 demandaram locações para atendimentos da fiscalização, totalizando 333.684 quilômetros rodados com a frota própria.

6.6. Aquisição de Passagens

No exercício de 2006, a Agência adquiriu 7.696 bilhetes de passagens, totalizando R\$ 2.288.511,23 (dois milhões, duzentos e oitenta e oito mil, quinhentos e onze reais e vinte e três centavos), sendo R\$ 2.005.691,14 (dois milhões, cinco mil, seiscentos e noventa e um reais e quatorze centavos) referentes às passagens aéreas nacionais, R\$ 116.083,15 (cento e dezesseis mil, oitenta e três reais e quinze centavos) às internacionais, e R\$ 166.736,94 (cento e sessenta e seis mil, setecentos e trinta e seis reais e noventa e quatro centavos) pertinentes às passagens terrestres, para deslocamento de servidores em fiscalização / comandos em rodovias, principalmente, pertinentes à área de transportes de passageiros.



6.7. Telefonia

Acompanhando os avanços tecnológicos na área de telecomunicações, mediante participação em conferências, feiras e apresentações de empresas, esta Superintendência foi responsável pela ampliação da central telefônica, com a instalação de 230 ramais totalizando, em 2006, 900 ramais ativos.

Procedeu-se a contratação de sistema de telefonia fixa em nível nacional, contemplando todos os postos de fiscalização/atendimento, com a instalação de 223 linhas diretas, bem como as unidades regionais com troncos digitais, implantação do DDR (Discagem Direta a Ramal), melhorando a qualidade da comunicação interna e externa.

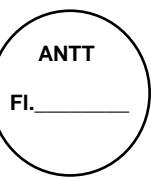
Na área de telefonia celular, foram substituídos todos os aparelhos disponibilizados para a Agência, em regime de comodato, por modelos com tecnologia mais avançada.

Foi, ainda, contratado serviço de manutenção preventiva e corretiva das centrais telefônicas da Sede e da Unidade Regional de São Paulo.

6.8. Almoxarifado

A partir de 02/01/2006, a responsabilidade pela gestão do Almoxarifado foi transferida para a Gerência de Administração Geral e, nesse exercício, com a aprovação da Norma de Material de Consumo, foram observados todos os procedimentos contidos na Legislação em vigor, envolvendo a previsão, aquisição, recebimento, requisição, distribuição, inventário e o controle do material de consumo no âmbito da ANTT.

Dentre as ações implementadas, destacam-se a divulgação do catálogo de materiais em estoque na Intranet, revisão do calendário de atendimento de requisições, reorganização dos materiais em estoque, com a armazenagem distribuída em arquivos deslizantes, estantes e pallet's, de acordo com as suas características e quantidades, implantação do endereçamento dos materiais fisicamente e no Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS, por ilhas, estantes e prateleiras, para possibilitar a sua imediata localização.



Deu-se ênfase, ainda, à melhoria dos controles de estoque, com a implantação de fichas individuais, planilhas para o acompanhamento do ponto de ressuprimento, orientando o pedido de compra no sentido de se evitar o desabastecimento do Almoxarifado.

7. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

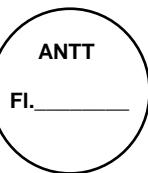
7.1. Provimento e Vacância

Desde a sua instalação em fevereiro de 2002, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT vinha operando com quadros de servidores requisitado, temporário, terceirizado e redistribuído, oriundo do extinto DNER, na forma da Lei nº. 10.233/2001 e da Lei nº. 9.986/2000, e, somente a partir de 2005, com a realização de concurso público autorizado no exercício de 2004, e provimento de 98 vagas adicionais aprovadas em 2005, foram preenchidos até 31 de dezembro de 2006, 480 cargos efetivos.

O Concurso Público realizado pela ANTT foi precedido de estudo da distribuição dos cargos autorizados, segundo as áreas de concentração de conhecimentos e necessidades dos diversos setores da Agência.

Das nomeações feitas em 2006, por ordem de classificação e dentro do número de vagas previstas no edital, observou-se um elevado índice de rotatividade de servidores, demonstrado pelas 235 desistências ou exonerações a pedido, motivadas pela remuneração dos cargos efetivos das Agências, incompatível com a remuneração praticada em algumas categorias do mercado privado e até em outros órgãos e entidades do próprio setor público.

Dos candidatos nomeados, 480 estão em efetivo exercício na ANTT. Este número corresponde a 28% do quadro efetivo autorizado pela Lei nº. 10871/2004 e a 76% das vagas autorizadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Mesmo com a prorrogação do prazo de validade do concurso público por mais um ano, inexistem candidatos no cadastro de reserva, para os cargos de Analista Administrativo e Especialista em Regulação para a Sede, determinando a necessidade de realização de um novo concurso público para provimento das vagas remanescentes, conforme demonstrado no Quadro abaixo:



Quadro 1 - Concurso Público

Cargos	Quadro Efetivo Lei 10871/2004	Demandas de vagas para concurso de 2005	Vagas autorizadas p/ concurso de 2005	Vagas autorizadas em dez/2005	Total de vagas autorizadas	Vagas providas até dez/2006	Vagas a serem preenchidas em 2007	Vagas remanescentes (*)	Candidatos cadastro de reserva
EREG	590	210	125	20	145	99	27	19	Restarão 2 candidatos na Região Sul.
AADM	105	83	30	7	37	27	0	10	Não há candidatos aguardando vagas.
TREG	860	374	274	63	337	254	29	54	**
TADM	150	146	105	8	113	100	12	1	13
TOTAL	1705	813	534	98	632	480	68	84	-

EREG – Especialista em Regulação de Estudos de Mercado dos Serviços de Transportes Terrestres

AADM - Analista Administrativo - Área de Concentração: Administração Geral

TREG - Técnico em Regulação

TADM - Técnico Administrativo

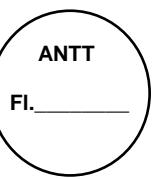
* Após as nomeações previstas de novembro a 31 de dezembro/2006

** Ver Quadro 2 – Vagas x cadastro de reserva TREG

Considerando as nomeações ocorridas no período de novembro a 31 de dezembro de 2006, o cargo de Técnico em Regulação terá as seguintes vagas, distribuídas por região:

Quadro 2 – Vagas x Cadastro de Reserva TREG

Região	Vagas**	Candidatos
Adm. Central	23	0
Nordeste	2	1
Centro Leste	6	21
Sul	15	64
Sudoeste	7	21
Centro Norte	1	3
TOTAL	54	110



7.1.1. Curso de Formação

Para os candidatos aprovados no Concurso Público, que ficaram em cadastro de reserva, foi publicado, no DOU de 30/11/2006, o Edital nº. 01 de 28/11/2006 da Coordenadoria Acadêmica de Programas Corporativos (IBMEC/RJ), entidade responsável pelo Curso de Formação de Especialistas em Serviços de Transportes Terrestres, estabelecendo as normas e os procedimentos para matrícula de 29 candidatos aprovados para o cargo.

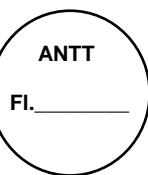
O Curso de Formação tem carga horária de 360 horas, tendo iniciado a parte não presencial em 18/12/2006. A parte presencial terá início em 15/01/2007, sendo previsto o término para a primeira quinzena de março de 2007, com as nomeações dos candidatos aprovados no curso, agendadas para data posterior, possivelmente ainda no mês de março.

7.1.2. Projeto de Novo Concurso Público

Visando o provimento de vagas já autorizadas e ainda não providas por falta de candidatos aprovados, bem como de novas vagas cuja necessidade foi identificada a partir de estudos realizados e que são imprescindíveis para a otimização dos trabalhos da Agência, foi encaminhado ao Ministério dos Transportes, para submeter à apreciação e autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, projeto de realização de novo concurso público para 2007, com demanda prevista de 355 novas vagas.

Neste projeto estão previstas vagas para unidades regionais não contempladas no primeiro concurso público, como é o caso da Unidade Regional do Rio de Janeiro-URRJ e Unidade Regional do Maranhão-URMA, que vêm atuando com grande déficit de servidores, notadamente na execução das atividades de fiscalização.

7.1.3. Admissões, Desligamentos e Aposentadorias



O quadro abaixo demonstra que houve maior número de desligamentos de cargos comissionados sem vínculo no exercício de 2006. Porém comparativamente a 2005, houve acréscimo de 11 comissionados sem vínculo.

Também verificamos a ocorrência de uma aposentadoria de servidor do quadro específico.

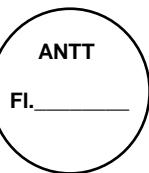
Quadro 3 – Quantitativo de Admissões, Desligamentos e Aposentadorias

SITUAÇÃO	EXISTENTES EM 31/12/2005	INGRESSOS EM 2006	DESLIGAMENTOS EM 2006	APOSENT. EM 2006 (INATIVO)	EXISTENTE EM 31/12/2006
CARGOS EFETIVOS	311	233	64	0	480
ANALISTA ADMINISTRATIVO	16	19	8	0	27
ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO	29	77	7	0	99
TÉCNICO ADMINISTRATIVO	79	43	22	0	100
TÉCNICO EM REGULAÇÃO	187	94	27	0	254
CARGO COMISSIONADO S/ VÍNCULO	171	33	22	0	182
REQUISITADOS C/ C. COMISSIONADO	141	8	25	0	124
REQUISITADOS S/ C. COMISSIONADO	8	0	4	0	4
CONTRATO TEMPORÁRIOS	58	0	11	0	47
QUADRO ESPECÍFICO	179	0	4	1	174
QUADRO ESPECÍFICO C/ C. COMISSIONADO	23	5	0	0	28
PROCURADORES FEDERAIS	11	12	7	0	16
TOTAL	902	291	137	1	1055

7.2. Força de Trabalho

7.2.1. Cargos Comissionados

Em 31/12/2006, o quantitativo de cargos comissionados da ANTT era de 338 cargos, ficando mantidos os valores de retribuição do exercício de 2005, sem aumento da despesa correspondente, conforme quadro a seguir:



Quadro 4 – Quantitativo por Cargos Comissionados

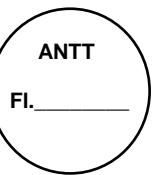
CARGO	PREVISTO	PROVIDO	VAGO	VALOR
CD I	1	1	0	8.362,80
CD II	4	2	2	7.944,66
CGE I	9	9	0	7.526,52
CGE II	28	28	0	6.690,24
CGE III	16	16	0	6.272,10
CGE IV	40	40	0	4.181,40
CA I	3	3	0	6.690,24
CA II	9	9	0	6.272,10
CA III	22	22	0	1.881,63
CAS I	33	33	0	1.568,03
CAS II	42	42	0	1.358,96
CCT I	29	29	0	546,30
CCT II	22	22	0	616,97
CCT III	20	20	0	699,86
CCT IV	37	37	0	1.161,90
CCT V	23	23	0	1.589,98
TOTAL	338	336	2	

7.2.2. Servidor Temporário

Com o objetivo de assegurar a continuidade na prestação dos serviços da Agência, visto que o ingresso dos novos servidores nomeados para o Cargo de Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres somente terá início após o Curso de Formação, que está em andamento, foi autorizada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Portaria nº. 401 de 28/12/2006, publicada no DOU de 29/12/2006, a renovação dos 47 Contratos Temporários atualmente em vigor, até 31/03/2007.

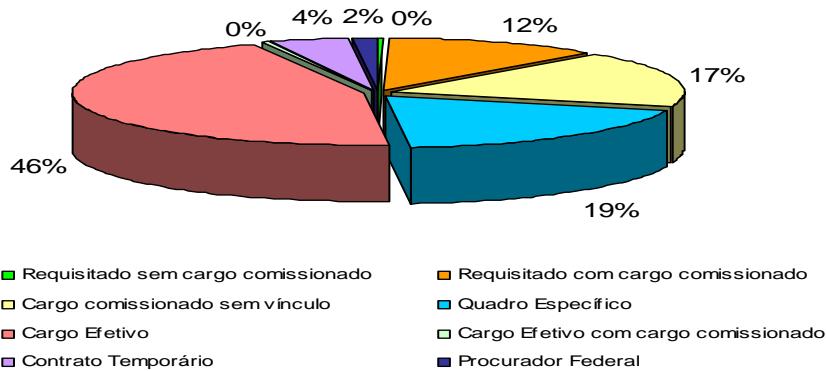
7.2.3. Servidores por Vínculo

A ANTT contava, em dezembro de 2006, com 1055 servidores, dos quais, 46% são do quadro efetivo, 17% são cargos comissionados sem vínculo, 19% redistribuídos, que compõem o quadro específico, 12% requisitados, 4% contratados temporários e 2% de Procuradores Federais.

**Quadro 5 – Servidores da ANTT**

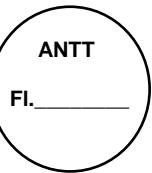
COD.	SITUAÇÃO	QTD.
R	Requisitado sem cargo comissionado	4
RC	Requisitado com cargo comissionado	124
C	Cargo comissionado sem vínculo	182
QE	Quadro Específico	202
CE	Cargo Efetivo	478
CE	Cargo Efetivo com cargo comissionado	2
CT	Contrato Temporário	47
PF	Procurador Federal	16
TOTAL		1055

Abaixo, segue a demonstração gráfica da distribuição dos servidores da ANTT.

Gráfico 1 – Servidores da ANTT

Entre os 127 requisitados, 20 são regidos pela Lei nº. 8.112/1990 e 107 pela CLT, e desses, a maior incidência é de pessoal oriundo da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOT e da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima - RFFSA, respectivamente 52 e 30 empregados.

Em dezembro de 2006, a ANTT tinha um total de 19 servidores cedidos a outros órgãos. Destes, 3 são servidores de cargos efetivos e 16 são servidores redistribuídos.



Quadro 6 – Distribuição dos Servidores Cedidos

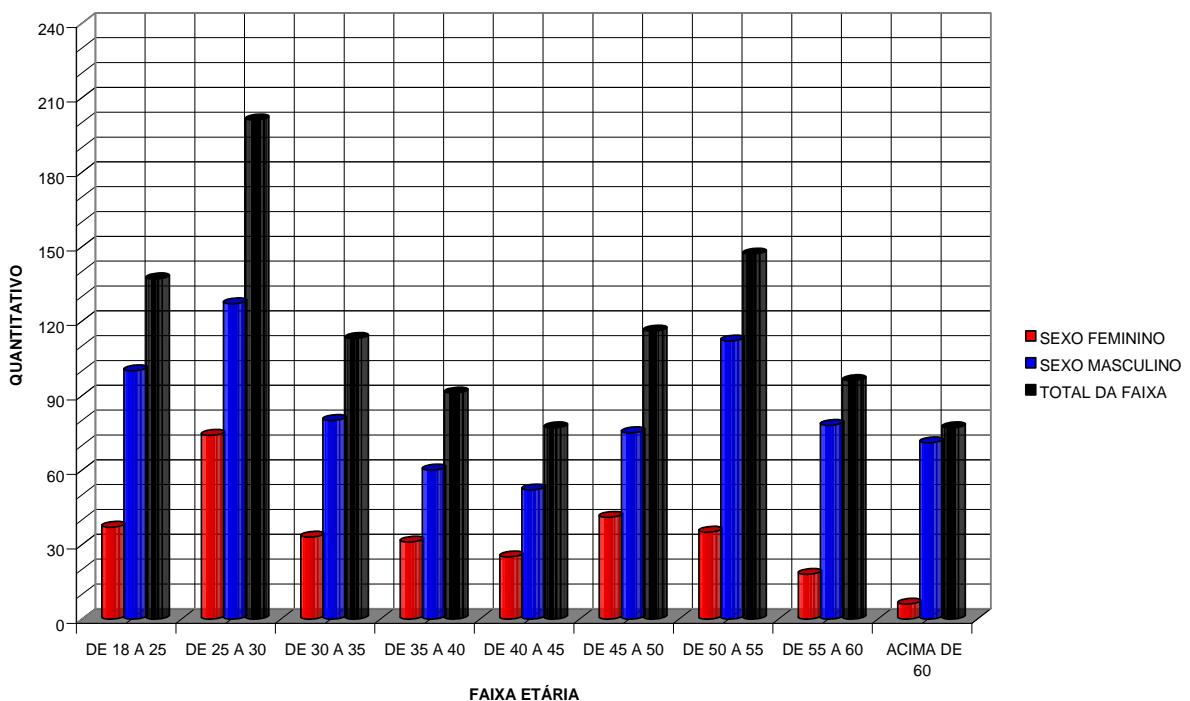
ÓRGÃO	QUANTITATIVO
TRE-RJ	10
TRE-DF	1
TRE-PE	1
MPT-RJ	1
MT	1
MS	1
CASA CIVIL	1
AGU/PRU-SP	3
TOTAL	19

Em relação ao exercício de 2005, houve um acréscimo no quantitativo de servidores da ANTT, motivado pelo provimento dos cargos efetivos mediante concurso público, passando o Quadro de Servidores de 902 colaboradores em 31/12/2005, para 1055 em 31/12/2006, com um crescimento de 17%.

7.2.4. Servidores por Faixa Etária e Sexo

Quadro 7– Servidores por Faixa Etária e Sexo

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
DE 18 A 25	37	100	137
DE 25 A 30	74	127	201
DE 30 A 35	33	80	113
DE 35 A 40	31	60	91
DE 40 A 45	25	52	77
DE 45 A 50	41	75	116
DE 50 A 55	35	112	147
DE 55 A 60	18	78	96
ACIMA DE 60	6	71	77
TOTAL GERAL	300	755	1055

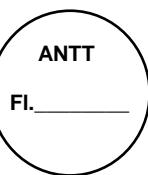
Gráfico 2 – Distribuição dos Servidores por Faixa Etária e Sexo

7.3. Gastos com Remuneração

No exercício de 2006, a despesa de pessoal, inclusive aquelas decorrentes de reembolso a órgãos e entidades de origem dos servidores e empregados requisitados, importou em R\$ 46.998.523,92. A despesa com o pessoal cedido, da ordem de R\$ 5.333.364,45, foi calculada considerando os valores estimados referentes ao mês de dezembro de 2006.

7.3.1. Pessoal por Faixa de Remuneração

No quadro a seguir estão demonstradas as remunerações médias dos servidores da ANTT, por situação funcional e nível. Quanto aos servidores e empregados requisitados, a média foi obtida pela soma da remuneração (constituída das parcelas de caráter permanente) percebida no Órgão de origem e da retribuição pelo exercício de cargo comissionado na ANTT, não se considerando o nível de escolaridade.

**Quadro 8 – Remunerações Médias**

SITUAÇÃO	REMUNERAÇÃO (R\$)		
	SUPERIOR	INTERMEDIÁRIO	AUXILIAR
CARGO EFETIVO	4.027,46	1.969,64	
REQUISITADOS	5.085,28	1.131,73	-
CARGO EM COMISSÃO SEM VÍNCULO	5.114,17	1.125,21	-
PESSOAL TEMPORÁRIO	5.073,70	-	-
QUADRO ESPECÍFICO	5.205,15	3.141,75	1.816,71

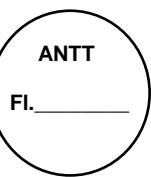
7.4. Acompanhamento Funcional

7.4.1. Absenteísmo

No exercício de 2006, 212 servidores ausentaram-se do trabalho por motivos não previstos, tais como: licenças médicas, faltas injustificadas, licença maternidade/paternidade, nojo, gala, etc., perfazendo o total de 17.452 dias de afastamento.

Considerando o crescimento do quantitativo de servidores efetivos da ordem de 153 servidores, de 2005 para 2006, e observando as ausências acima registradas, concluímos que o absenteísmo vem aumentando, consideravelmente, nesta Agência, necessitando da adoção de medidas efetivas no controle dos atestados e licenças apresentadas pelos servidores.

Diante do quadro crescente de problemas relacionados à medicina e saúde do trabalho dos Servidores Públicos Civis Federais, os quais afetam sobremaneira o índice de absenteísmo nos órgãos públicos federais, tanto da administração direta, autárquica ou fundacional, foi realizado em Brasília o “Seminário Serviços de Saúde dos Servidores Públicos Federais”, de 23 a 27 de outubro de 2006, com a participação dos profissionais afetos a esta área, objetivando a apresentação de Manual para os Serviços de Saúde dos Servidores Públicos Federais, elaborado com base no Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor Civil da Administração Pública Federal – SISOSP, contendo mudanças uniformes nas políticas de seguridade social para todos os servidores, ocasião em que a ANTT



se fez presente, sendo representada por profissionais da Gerência de Gestão de Recursos Humanos – GERHU.

A Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão publicou a Portaria nº. 1.675, de 06/10/2006, em 10/10/2006, que estabelece orientação para os procedimentos operacionais a serem implantados na concessão de benefícios de que trata a Lei nº. 8.112/1990, Lei nº. 8.527/1997 e no Decreto nº. 5.961, de 13/11/2006, publicado no DOU de 14/11/2006, que instituiu o SISOSP, com a finalidade de uniformizar os procedimentos administrativo-sanitários na área de Gestão de Recursos Humanos e promover a saúde ocupacional do servidor.

Para atender às mudanças processadas mediante a implantação do SISOSP, a ANTT através da Gerência de Gestão de Recursos Humanos elaborou minuta de norma administrativa, objetivando padronizar os procedimentos para entrega de atestados médicos e acompanhamento de servidores em licenças médicas, observando as exigências legais quanto à homologação de atestados e lançamentos necessários no SIAPE em tempo hábil, contribuindo para o provimento do banco de dados funcionais com informações e dados relevantes na área de saúde e medicina do trabalho, subsidiando a tomada de decisões e controles mais efetivos.

A referida minuta foi elaborada atendendo às especificações definidas no Manual, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e deve ser encaminhada no exercício de 2007 à apreciação e aprovação da Diretoria desta Agência.

7.4.2. Avaliação de Desempenho do Pessoal do Quadro Específico

Observando os critérios e procedimentos estabelecidos nos termos do Decreto nº. 84.669, de 29/04/1980, foi concedida progressão funcional horizontal e vertical a 16 servidores integrantes do Quadro Específico, com vigência a partir de 01/09/2006. A concessão da progressão horizontal foi precedida de avaliação de desempenho, contemplando 6 servidores cujo resultado foi considerado superior à média.

7.4.3. Avaliação de Estágio Probatório

O Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº. 8.112/1990), estabelece que o servidor nomeado para ocupar cargo da Administração Pública Federal em decorrência de aprovação em concurso público, deverá ser submetido a estágio probatório com duração de 36 meses.

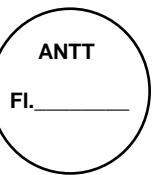
Com base nessa Lei, a Agência, em paralelo com a elaboração do 1º concurso público, publicou a Resolução nº. 1.235, definindo as regras internas de avaliação de desempenho do estágio probatório.

Na Resolução nº. 1.235, de 14/12/2005 estão estabelecidos os períodos das avaliações do estágio probatório, os responsáveis pela avaliação, os fatores de avaliação e as regras para a criação de comissão com a finalidade de julgamento de recursos dos servidores que não concordarem com as avaliações recebidas.

A avaliação é feita mediante a atribuição de notas para cada um dos fatores, que podem variar numa escala de 0 a 100 pontos, de modo que, ao final dos 36 meses, o servidor será confirmado no cargo se o resultado da média das três avaliações for igual ou superior a 50 pontos.

A referida Comissão, conforme disposto na Resolução nº. 1.235, é presidida pelo Superintendente de Administração e Recursos Humanos e composta por três representantes da Agência, ocupantes do cargo de Superintendente, indicados pela Diretoria, e pelo Gerente de Gestão de Recursos Humanos. Além desses membros, foram escolhidos os representantes dos servidores titulares e suplentes, mediante eleição direta realizada via internet, num processo resultante de uma ação conjunta entre a Gerência de Gestão de Recursos Humanos, Assessoria de Comunicação Social, com apoio da Gerência de Informática.

No exercício de 2006, a partir do mês de abril, foram realizadas as primeiras avaliações, seguidas de avaliações nos meses de maio, junho, julho e dezembro, representando um período em que tivemos uma quantidade maciça de avaliações, decorrentes do cumprimento dos prazos em que os primeiros servidores nomeados completaram o primeiro período avaliativo, bem como pelas novas nomeações ocorridas no mês de junho, que determinaram novas avaliações em dezembro de 2006.



Do total de 415 servidores avaliados para efeito de estágio probatório, 32 que não concordaram com as avaliações, interpuseram recursos e 159 obtiveram a nota máxima em todos os quesitos, demonstrando que o quadro efetivo está correspondendo às expectativas da ANTT.

Segue quadro demonstrativo do número de servidores avaliados a cada mês.

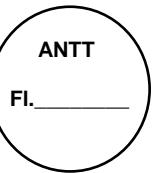
Quadro 9 – Quantitativo de Servidores Avaliados

MÊS	Servidores Avaliados
abril/2006	76
maio/2006	113
junho/2006	95
julho/2006	72
outubro	1
novembro	1
dezembro/2006	57
TOTAL	415

Atualmente, a comissão está avaliando os recursos, conforme as regras definidas em seu Regulamento Interno, para proceder com os respectivos julgamentos.

7.4.4. Avaliação de Desempenho que resultará na Concessão de Gratificações

A Lei nº. 10.871, de 20/05/2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das Agências Reguladoras, previu em seu art. 16, §§ 2º e 5º, a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Regulação – GDAR, devida aos Especialistas e Técnicos em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres. Posteriormente, em 26/04/2006, foi publicada a Lei de nº. 11.292, que alterou o percentual da GDAR e criou a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico- Administrativa em Regulação - GDATR, devida aos Analistas e Técnicos Administrativos.



Com a edição do Decreto nº. 5.827, de 29 de junho de 2006, que regulamentou as Gratificações e determinou que em instrução específica da Diretoria Colegiada cada Agência Reguladora estabelecesse normas, procedimentos, critérios, mecanismos de avaliação individual e institucional e controles necessários à implementação da GDAR e da GDATR, bem como as metas para a avaliação de desempenho institucional, sua quantificação e revisão a cada período avaliativo, foi regulamentado no âmbito desta Agência, mediante Portaria nº. 300/ANTT, o processo de avaliação para concessão das gratificações de desempenho.

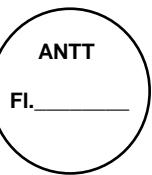
Foram definidos no âmbito da ANTT, cinco fatores de avaliação, cada um deles dividido em 4 subfatores, com atribuição de notas para cada fator, numa escala de 0 a 5 pontos, com possibilidade de obtenção da nota máxima equivalente a 20 pontos em cada fator, podendo totalizar até cem pontos na sua avaliação final.

As mencionadas Gratificações compreendem percentuais sobre o resultado do Desempenho Institucional, que visa aferir o desempenho no alcance das metas institucionais, somado aos percentuais incidentes sobre a avaliação do Desempenho Individual, que visa aferir o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo, com foco na contribuição individual para o alcance das metas institucionais. Esses percentuais diferem para cada Gratificação e os seus efeitos financeiros referem-se ao somatório do resultado das avaliações institucional e individual.

Com a criação das Gratificações – GDAR e GDATR, a Comissão, já citada anteriormente, teve as suas atribuições estendidas e passou a ser denominada de CEPAD – Comissão de Estágio Probatório e Avaliações de Desempenho, ficando com a incumbência de também julgar, em última instância, os recursos interpostos por discordâncias com as notas atribuídas para efeito de pagamento das Gratificações.

7.4.5. Informatização dos Procedimentos para Avaliação de Desempenho

Com o intuito de agilizar e facilitar o processo das avaliações de desempenho para efeito de estágio probatório e pagamento das gratificações, no



exercício de 2006 foram concentrados esforços de servidores da SUADM, Gerência de Gestão de Recursos Humanos e da Gerência de Informática no sentido do desenvolvimento de um sistema informatizado concebido para permitir controle dos períodos de avaliação e das datas de encaminhamento para os respectivos avaliadores, acesso dos avaliadores aos formulários pelo microcomputador podendo preenchê-los, bem como aos avaliados, permitindo impetrar recurso, e outras funcionalidades, dentre as quais, manutenção do histórico das avaliações, cálculo das médias, monitoramento das avaliações e resultado final.

Com a união da GERHU e da GEINF visando a informatização de atividades de Recursos Humanos que envolvem todos os servidores efetivos do quadro e seus respectivos Gerentes ou Superintendentes e dada a dinâmica resultante de fatores internos e externos à Agência, com reflexos diretos nas ações de recursos humanos, ficou clara a necessidade de alocar uma equipe específica, com atribuição exclusiva de desenvolver, aperfeiçoar e modificar os sistemas informatizados desta área. Dessa forma, os trabalhos se desenrolariam com maior brevidade e assertividade, contribuindo para resultados positivos tanto na área de Recursos Humanos quanto na área de Informática.

7.5. Capacitação

A execução do programa de treinamento, no total de 171 eventos, atendeu a todas as unidades administrativas da Agência. Foram treinados 605 servidores, em diversas áreas de conhecimento, acumulando um total de 24.506 horas de treinamento e perfazendo uma média per capita de 40,50 horas de treinamento.

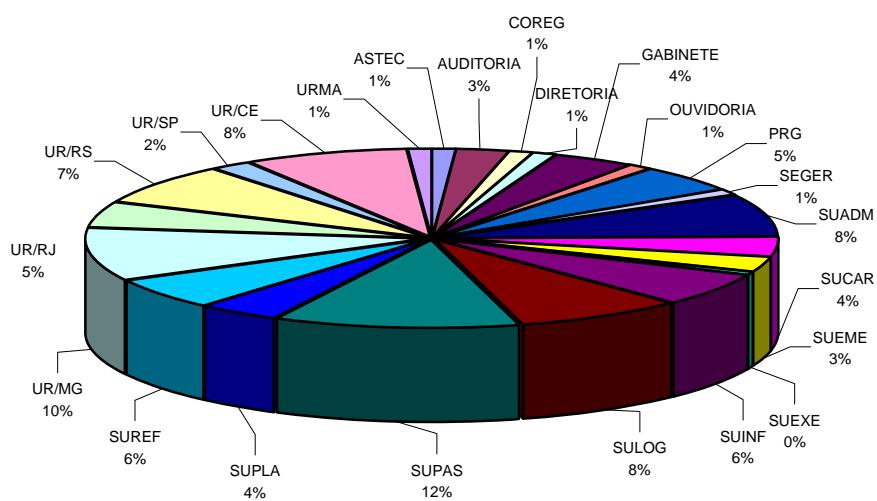
Quadro 10 – Treinandos em 2006

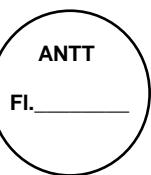
	UNIDADE	QTD. DE SERVIDORES (A)	SERVIDORES TREINADOS (B)	% POR AREA (B/A)	%TREINADO POR ÁREA DO TOTAL TREINADO ANTT (B/TOTAL B)
1	ASTEC	9	6	66,67	1,00
2	AUDITORIA	22	16	72,73	2,64
3	COREG	7	6	85,71	1,00

4	DIRETORIA	14	8	57,14	1,32
5	GABINETE	47	22	46,81	3,64
6	OUVIDORIA	9	8	88,89	1,32
7	PRG	31	29	93,55	4,79
8	SEGER	7	8	114,29	1,32
9	SUADM	67	46	68,66	7,60
10	SUCAR	38	22	57,89	3,64
11	SUEME	21	18	85,71	2,97
12	SUEXE	3	2	66,67	0,33
13	SUINF	41	38	92,68	6,28
14	SULOG	54	49	90,74	8,10
15	SUPAS	121	70	57,85	11,57
16	SUPLA	35	23	65,71	3,80
17	SUREF	53	36	67,92	5,95
18	URMG	79	59	74,68	9,75
19	URRJ	95	28	29,47	4,62
20	URRS	107	45	42,06	7,44
21	URSP	99	13	13,13	2,15
22	URCE	57	47	82,46	7,77
23	URMA	20	6	30,00	1,00
TOTAL		1036*	605		100,00

* Do total de servidores da Agência, não foram considerados 19 cedidos a outros órgãos.

GRÁFICO 3 - PESSOAL TREINADO POR UNIDADE DA ANTT





7.5.1. Execução Orçamentária da Ação de Capacitação

Do total de recursos orçamentários destinados à ação de capacitação para o exercício de 2006, no montante de R\$ 950.700,00, houve um contingenciamento de R\$ 313.183,00, sendo executados apenas R\$ 563.348,00. Destes recursos R\$ 353.426,00 foram gastos com eventos de capacitação e R\$ 209.922,00 com passagens e diárias para cobertura de treinamentos fora da cidade de lotação do servidor, conforme demonstrado abaixo:

Quadro 11 – Demonstrativo dos Investimentos

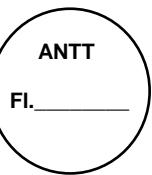
AÇÃO	VALOR DA DESPESA EXECUTADA (em R\$)	% DESPESA EXECUTADA
TREINAMENTOS	353.426,00	62,74
PASSAGENS	114.520,00	20,33
DIÁRIAS	95.402,00	16,93
TOTAL	563.348,00	100 %

O Investimento médio per capita em treinamento (despesa total/número de servidores treinados) foi da ordem de R\$ 931,15.

7.5.2. Política de Capacitação

A ANTT vem direcionando suas decisões no sentido de trabalhar de acordo com o estabelecido pelo Decreto nº. 5.707 de 23/02/2006, que instituiu a Política e as Diretrizes para o desenvolvimento de pessoal da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional. Para tanto, está sendo proposta uma contratação de consultoria com o aval do Banco Mundial, para proceder ao mapeamento das competências desta Agência, contribuindo para atingir seus macro objetivos, alinhados às competências individuais existentes.

Esse trabalho será o marco para o estabelecimento da Política de Capacitação da Agência, formulada com base no mapeamento das competências, que subsidiará o desenvolvimento da Programação Anual de Capacitação de cada área, fomentando a existência de um processo mais claro e voltado para o desenvolvimento institucional.



7.6. Benefícios

7.6.1. Plano de Assistência à Saúde

Deu-se continuidade ao Contrato nº. 008/2005, firmado com a AMIL – Assistência Médica Internacional Ltda, vencedora do certame licitatório realizado no exercício de 2005, cuja despesa passou a ser custeada mediante a participação dos servidores que aderiram ao plano, e pela ANTT, com recursos do seu orçamento. A estimativa era de que, no exercício de 2006, a ANTT despendesse recursos da ordem de R\$ 982.800,00, referente ao custeio no valor de R\$ 35,00 per capita para beneficiários (servidores e dependentes) que optaram pelo plano. Para se chegar a esse valor, foi estimado o número de 2.340 beneficiários, entre titulares e dependentes.

No entanto, a despesa estimada não foi realizada, visto que ao final de dezembro o Plano de Saúde assistia apenas a 414 vidas, sendo 240 servidores e 174 dependentes, ou seja, 18% do número inicialmente previsto de adesões. Vários servidores justificaram a não adesão ao Plano devido ao orçamento familiar não suportar a despesa total representada pela sua participação e de seus dependentes neste benefício.

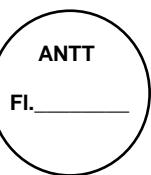
Ao final do exercício de 2006, a participação da ANTT no custeio do Plano de Saúde foi da ordem de R\$ 233.043,03.

7.6.2 Auxílio Alimentação

Ao final do exercício de 2006, 919 servidores faziam jus ao Auxílio Alimentação, totalizando uma despesa de R\$ 1.565.425,60 no exercício de 2006.

7.6.3. Auxílio Pré-Escolar

Em dezembro de 2006, 97 servidores atendiam aos requisitos para o pagamento do Auxílio Pré-escolar, cuja despesa no exercício totalizou R\$ 108.526,19.



7.6.4. Ajuda de Custo

Baseado no Decreto nº. 4.004/2001, 9 servidores fizeram jus à Ajuda de Custo para atender despesas de viagem, mudança e instalação, em decorrência de mudança de domicílio para exercer cargo comissionado na ANTT e retorno ao domicílio de origem, em caso de exoneração de cargo comissionado. O valor total da despesa com este benefício no exercício de 2006 alcançou R\$ 53.361,71.

7.6.5. Auxílio Transporte

A despesa total no exercício, com Auxílio Transporte, foi da ordem de R\$ 835.586,03, beneficiando 487 servidores.

7.6.6. Auxílio Moradia

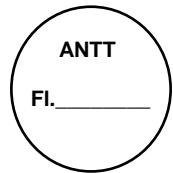
A ANTT cesteou as despesas com aluguel de moradia, em até R\$ 1.800,00 mensais, de 58 servidores, fundamentada no Decreto nº. 4.040 de 03/12/2001. A despesa com Auxílio Moradia no exercício de 2006 importou em R\$ 1.173.300,00, uma média mensal de R\$ 97.775,00.

7.7. Programa Sócio-Educativo

7.7.1. Estágio

A ANTT possui um programa de estágio regido pela Norma Administrativa NA/001-04/SUADM que estabelece os critérios e procedimentos para solicitação, seleção, contratação e acompanhamento de estagiários na ANTT.

O estágio está legalmente fundamentado na Lei nº. 6.494, de 7 de setembro de 1977 e suas alterações posteriores, sendo regulamentado pelos Decretos nº. 87.497/82 e nº. 2080/96 e Portaria nº. 08, de janeiro de 2001. Essa legislação dispõe sobre os estágios de alunos regularmente matriculados e que estejam freqüentando, efetivamente, cursos de educação superior, de ensino médio, de educação profissional de nível médio, de jovens e adultos, vinculados à estrutura do ensino público e particular.



- Convênio de Estágio

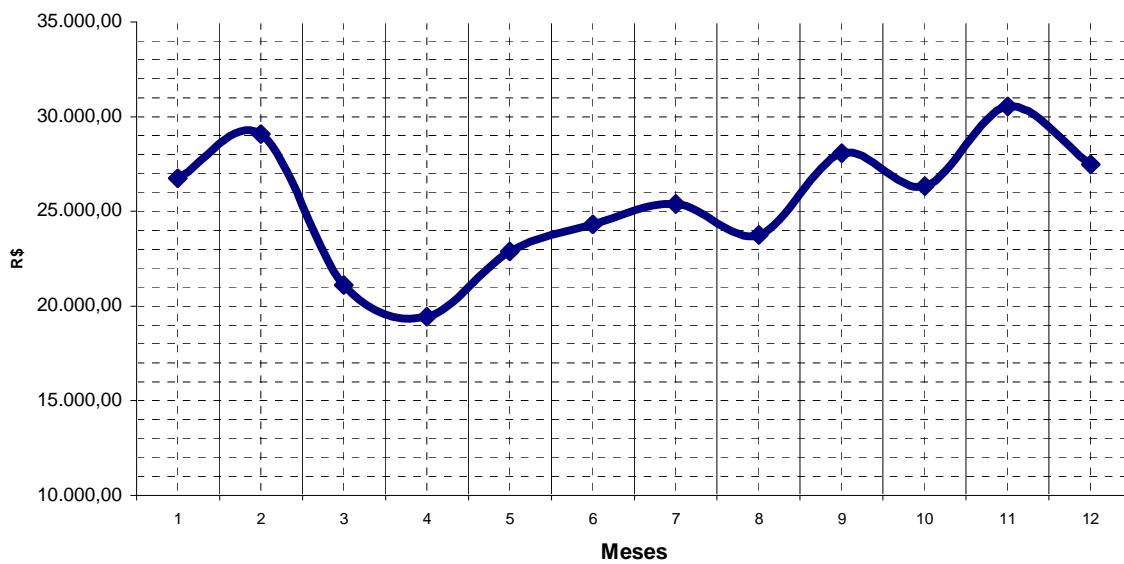
A ANTT está conveniada ao Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, associação filantrópica de direito privado, agente de integração sem fins econômicos, benfeitor de assistência social, certificada pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CENAS.

O Convênio para a operacionalização de Programas de Estágio de estudantes de Instituições de Ensino Superior, Ensino Profissionalizante em nível de 2º Grau ou de educação especial, ensino médio normal e supletivo, teve a participação no ano de 2006, de 90 estagiários, sendo 26 de nível médio e 64 de nível superior.

- Dados Financeiros do Programa de Estágio

Em 2006, foi gasto com este convênio R\$ 305.015,53, ou seja, R\$ 25.418,00 mensais. O valor da bolsa para as vagas de nível superior é de R\$ 260,00 e a de nível médio é de R\$ 145,00. Porém, para cada estudante, é pago ao CIEE um valor de 10% sobre o total da bolsa como Taxa de Serviço. Logo, o custo unitário para a ANTT com estagiário de nível superior é de R\$ 286,00 mensais e o de nível médio é de R\$ 159,50 mensais.

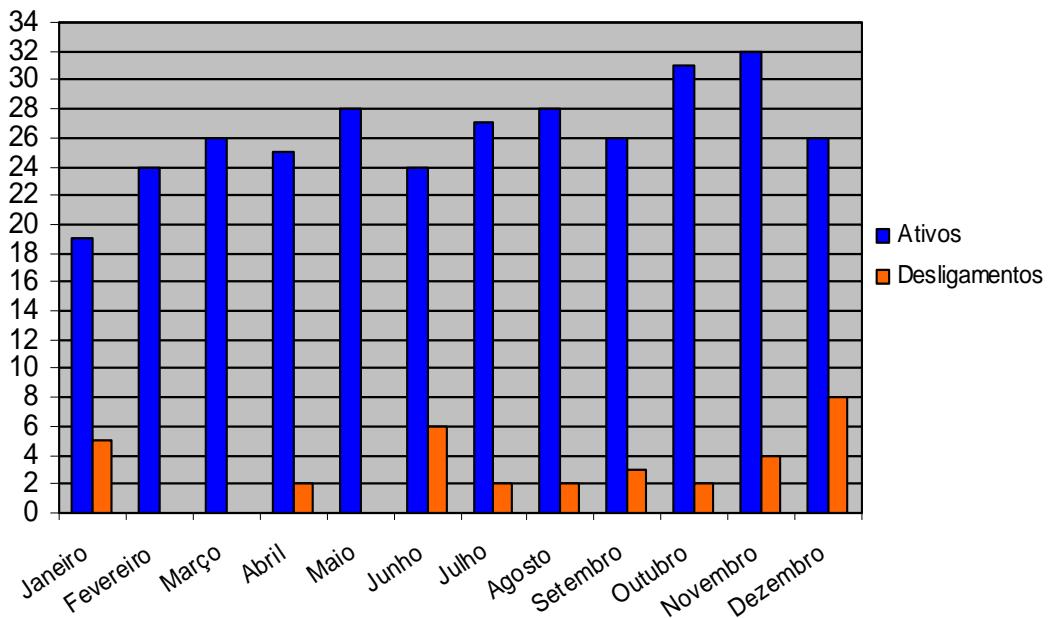
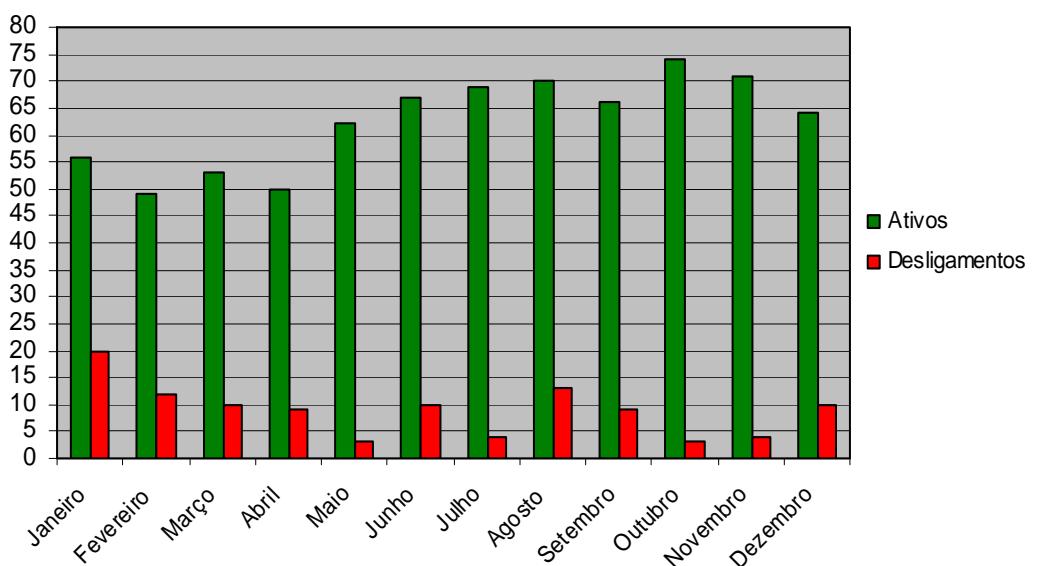
O gráfico abaixo demonstra os valores gastos por mês nas faturas do CIEE:

GRÁFICO 4 – Valores Mensais Pagos ao CIEE
Gastos Mensais

- Dados Gerais do Programa de Estágio

O estágio tem caráter de complementação educacional e aprendizagem profissional, sendo planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, constituindo um instrumento de integração Escola-Empresa, capaz de proporcionar a aplicação de conhecimentos teóricos, o aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano, não acarretando qualquer vínculo de caráter empregatício.

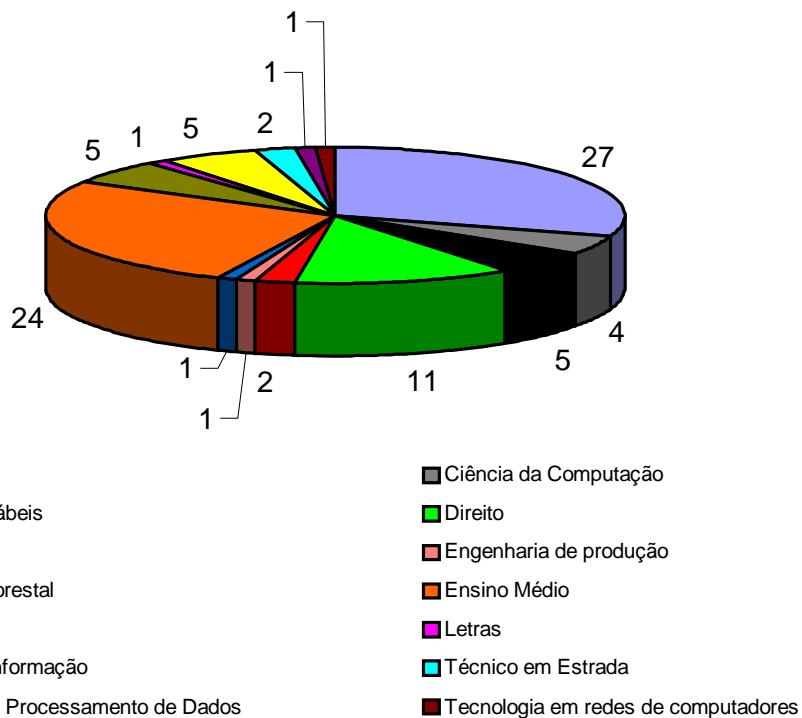
O quantitativo de vagas é fixado, anualmente, pela Diretoria, em função do Programa de Trabalho da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, observado o limite de 20% (vinte por cento) do total da lotação aprovada para as categorias de nível superior e a 10% (dez por cento) para as de nível intermediário, reservando-se desse quantitativo, 5% (cinco por cento) das vagas para estudantes portadores de deficiência, compatível com o estágio a ser realizado, de acordo com a Norma Administrativa NA/001-04/SUADM.

Os gráficos a seguir demonstram o fluxo de entrada e saída de estagiários no decorrer dos meses do exercício de 2006.

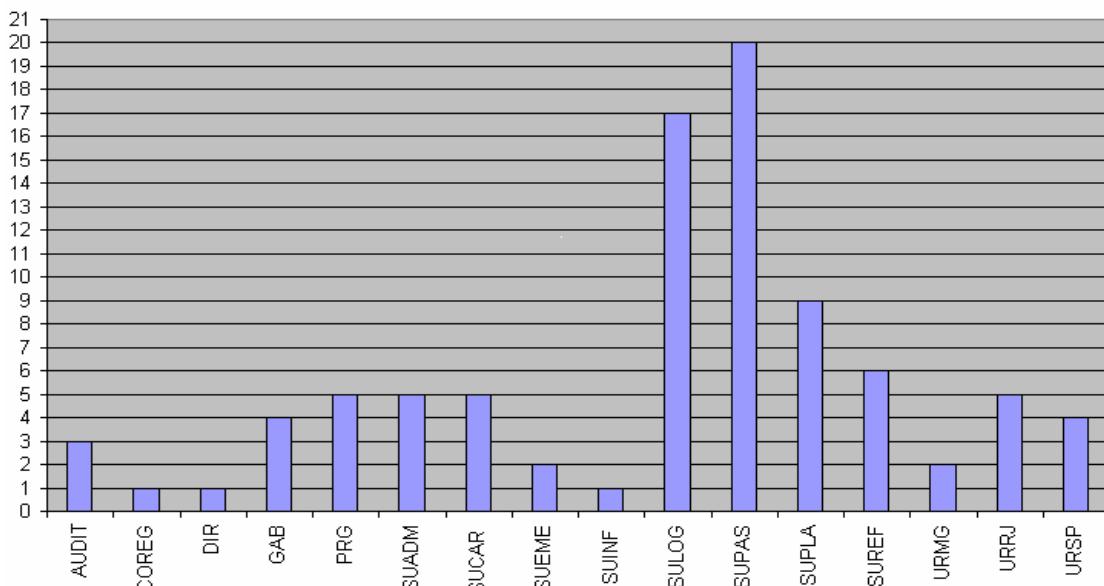
GRÁFICO 5 – Fluxo de Entrada e Saída de Estagiários de Nível Médio**GRÁFICO 6 – Fluxo de Entrada e Saída de Estagiários de Nível Superior**

Em virtude do baixo valor da bolsa auxílio, que não é reajustada há alguns anos, grande número de desligamentos são observados durante todo o ano. O valor da bolsa também contribui para a dificuldade no preenchimento das vagas existentes, causando certa demora na reposição dos estagiários desligados. Como não é oferecido aos estagiários outro benefício, além da aprendizagem, os desligamentos são constantes.

GRÁFICO 7 – Quantitativo de Estagiários por Curso



A seguir, demonstramos a distribuição dos estagiários por área:

GRÁFICO 8 – Quantitativo de Estagiários por Lotação

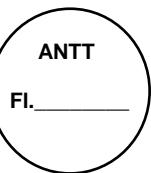
7.7.2. CESAM

Deu-se continuidade ao Contrato para prestação de serviços de menores estudantes, por intermédio do Centro Salesiano do Menor – CESAM. Tivemos a alocação de 41 menores lotados na Sede da ANTT em Brasília e 1 na Unidade Regional de Minas Gerais, gerando uma despesa total de R\$ 427.119,24 no exercício de 2006.

O contrato com os menores aprendizes é firmado por período determinado, não superior a 2 anos, com carteira de trabalho assinada e todos os direitos trabalhistas garantidos. Também é garantido ao menor um programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico. Em contrapartida, o aprendiz se compromete a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias à sua formação.

Os aprendizes são selecionados pelo CESAM, obedecendo aos seguintes critérios:

- Pertencer à família cuja renda per capita seja igual ou menor a 0,5 (meio) salário mínimo;
- Estar na faixa etária de 14 (quatorze) e 15 (quinze) anos completos;
- Freqüentar Curso de Aprendizagem fornecido pela CESAM;

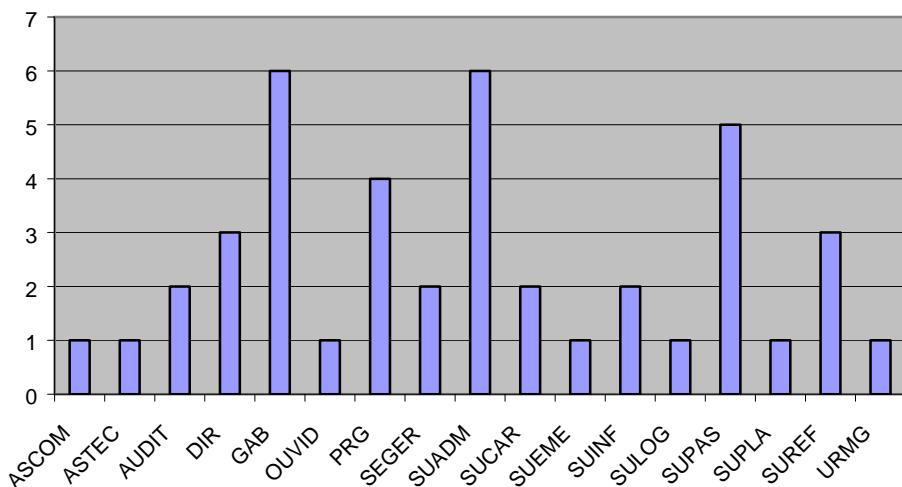


- Estar devidamente matriculado em instituição de ensino;
- Os adolescentes locados no Curso de Aprendizagem na ANTT, para todos os efeitos legais, não podem ser substituídos por outro.

No gráfico abaixo, demonstramos a distribuição dos menores aprendizes nas áreas da ANTT:

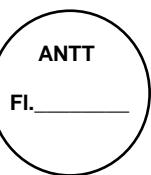
GRÁFICO 9 – Distribuição de Menores Aprendizes por Lotação

QUANTITATIVO POR LOTAÇÃO - CESAM



7.8. Serviços Terceirizados

De janeiro a dezembro de 2006, dando continuidade ao Contrato Administrativo nº. 042/2005, firmado em 31/10/2005, em decorrência do Pregão Eletrônico nº. 027/2005, a PH Serviços e Administração Ltda., empresa vencedora do certame, realizou a prestação de serviços auxiliares e complementares de apoio às áreas da ANTT localizadas em sua sede em Brasília, pertinentes à recepção, transporte, manejo de ascensores, reprografia, arquivo e serviços acessórios e complementares de apoio, atendimento a usuários, serviços de secretariado, operador de som e imagem e técnico de gestão da informação, para atendimento às necessidades desta Agência. De janeiro a agosto de 2006, a



prestação desses serviços, correspondente a 115 Postos de Trabalho, totalizou uma despesa de R\$ 2.056.695,38.

A partir do mês de setembro de 2006, com a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 042/2005, em conformidade com o art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, foi reduzido o quantitativo de Postos de Serviço contratados, de 115 para 107. Tal medida, correspondeu à redução aproximada de 7,76% do valor inicialmente pactuado no Contrato, sendo de R\$ 499.178,71 a despesa efetivamente realizada nos meses de setembro a outubro de 2006.

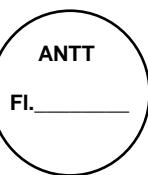
Em 31/10/2006 foi celebrado entre a ANTT e a Empresa PH Serviços e Administração Ltda, o Segundo Termo Aditivo ao contrato supramencionado, contemplando a prorrogação do seu prazo de vigência por mais 12 (doze) meses e a repactuação do valor contratado, a partir de 31/10/2006, alcançando o gasto com a prestação dos serviços nos meses de novembro e dezembro, o valor de R\$ 468.447,66

De janeiro a dezembro de 2006 a despesa com a prestação desses serviços terceirizados foi da ordem de R\$ 3.024.321,75, correndo à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, sob a classificação orçamentária: PTRES 6561 – Elemento de Despesa nº. 339037 – Fonte de Recurso 0100.

7.9. Gestão de Suprimento de Bens e Serviços

7.9.1 Aquisições e Contratações

O crescimento da estrutura regional desta Agência, com a implantação de Unidades Regionais adicionais, e criação de Postos de Fiscalização/Atendimento em áreas anteriormente não contempladas com escritórios da ANTT, determinou um incremento na demanda de aquisições de bens e serviços, gerando a necessidade de realização de 304 processos de aquisição/contratação da ordem de R\$ 34.689.114,05 (trinta e quatro milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, cento e quatorze reais e cinco centavos), concernentes a 1 Convite, 3 Concorrências (em curso 2006/2007), 57 Pregões, 9 Adesões a Registros de Preços, 130 Dispensas de Licitação, 15 Inexigibilidades, 82 Termos Aditivos e 7 Apostilamentos, conforme discriminado a seguir e detalhado em planilhas anexas:



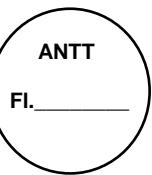
QUADRO 12 – Aquisições e Contratações

MODALIDADE	QUANTIDADE PROCESSOS	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO R\$
Pregão	57	9.456.383,34
Convite	1	76.930,00
Concorrência	3	Em andamento
Registro De Preços (Adesão)	9	1.160.789,75
Dispensa de Licitação (Art. 24, Inc. II)	126	295.634,30
Dispensa de Licitação (Art. 24, Inc. V, VIII, X, XIII e XVI)	4	407.827,28
Inexigibilidade	15	976.166,38
Termos Aditivos aos Contratos	80	21.116.264,71
Apostilamentos aos Contratos	7	147.151,25
Termos Aditivos aos Convênios	2	1.051.967,04
T O T A L	304	34.689.114,05

Foram celebrados no exercício de 2006, 91 contratos, totalizando R\$ 12.534.648,00 (doze milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, seiscentos e quarenta e oito reais) e elaboradas 234 Notas Técnicas versando sobre o exame de editais, análise de questões relativas à execução de contratos, bem como análise de projetos de leis que tratavam de alterações da Lei nº. 8.666/93..

A Gerência de Gestão de Suprimentos – GESUP também colaborou com as Superintendências na elaboração de Projetos Básicos e justificativas necessárias à instrução dos processos licitatórios, bem como os de dispensa e inexigibilidade, além de preparar todas as minutas de Relatórios e Deliberações da Diretoria sobre licitações, dispensas e inexigibilidade, contratos e aditamentos, inclusive, justificativas em resposta a recursos decorrentes de licitações, em todas as modalidades.

A Gerência de Suprimentos – GESUP, órgão responsável pela coordenação do desenvolvimento dos contratos de bens e serviços, executou procedimentos administrativos necessários à gestão dos contratos da ANTT, tais como: elaboração de 125 Portarias de nomeação de gestores de contratos e 20 Portarias de nomeação de comissões de recebimento; montagem de 121 pastas de documentos relativos aos contratos para serem encaminhadas aos gestores/fiscais de contratos.



8. PROCESSOS DE CONTROLE

8.1. Atuação da Auditoria Interna da ANTT

8.1.1. Ações junto ao TCU e à SFC.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres, mediante as Deliberações nº. 072/2002, de 11/07/2002, e 093/2002, de 31/07/2002, disciplinou o tratamento a ser dado, no âmbito da ANTT, às diligências, determinações e demais matérias emanadas da Secretaria Federal de Controle Interno e do Tribunal de Contas da União

Em seu bojo, conferiu competência a AUDIT para efetuar a interface com as demais áreas da ANTT, e o acompanhamento da tramitação dos documentos, até o final atendimento da obrigação.

Desta forma, a AUDIT atua junto às áreas visando o cumprimento de todas as demandas da SFC e do TCU, inclusive no que tange às Instruções Normativas TCU nº. 27/98 e 46/2004, que tratam dos procedimentos relativos às autorizações, permissões e concessões.

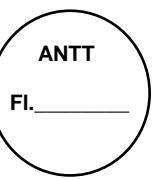
Os demonstrativos das Diligências e Acórdãos do TCU, do exercício de 2006, estão descritos no item 14 da parte A deste processo.

8.1.2. Ações de Auditoria Interna

Objetivos:

Os trabalhos de auditoria junto às Superintendências, Unidades Regionais e Postos de Fiscalização e Atendimento da ANTT abrangeram, em especial, os seguintes objetivos:

- verificação da execução orçamentária e financeira e execução dos programas de auditorias nas áreas de atividade meio (administrativa, recursos humanos, orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e suprimento) e atividade fim (transporte de passageiros, regulação econômica e financeira, estudos e acompanhamento de mercado,



transporte de carga ferroviária, transporte multimodal e exploração da infra-estrutura), além do exame das aplicações de recursos desta ANTT, incluindo recursos externos.

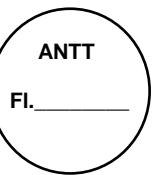
- verificação dos planos estratégicos, fluxos de operação, manuais de procedimentos, estratégia de organização das áreas, monitoramento e avaliação de processos, sistemas informatizados, segurança das informações, cadastros e arquivos;
- verificação do atendimento ao usuário e ao cidadão, critérios de seletividade para exames e fiscalizações, rotinas internas e entre as áreas, índices e referências aplicáveis aos vários segmentos, aplicações de sanções, situação das informações, bem como o tratamento dado pela Agência a estes sistemas e documentações;

Atuação da Auditoria Interna:

As atividades da Auditoria Interna, além da assessoria às demais áreas da Agência, objetiva, através do exame e da avaliação da aderência às normas, da eficiência e eficácia dos sistemas de controle internos, e ainda, do desempenho das diversas áreas comparativamente aos planos, metas, objetivos e políticas traçadas, identificar eventuais desvios e recomendar as providências necessárias a sua correção, mantendo a alta direção da entidade informada sobre os resultados de seus trabalhos.

Em conformidade com o Regimento Interno da ANTT, competem à Auditoria Interna as seguintes atividades:

- fiscalizar as gestões orçamentária, financeira, administrativa, contábil, de pessoal e patrimonial e demais sistemas Administrativos e Operacionais da Autarquia, de acordo com o Plano Anual de Atividades de Auditoria aprovado pela Diretoria;
- elaborar relatório das auditorias realizadas, propondo medidas preventivas e corretivas dos desvios detectados, se for o caso, encaminhando-o à Diretoria; e
- responder pela sistematização das informações requeridas pelos órgãos de controle do Governo Federal.



Áreas Auditadas:

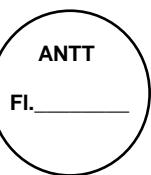
- Unidade Regional de São Paulo – URSP;
- Unidade Regional do Rio Grande do Sul – URRS;
- Unidade Regional de Minas Gerais – URMG;
- Unidade Regional do Rio de Janeiro – URRJ;
- Superintendência de Exploração da Infra-Estrutura – SUINF;
- Superintendência de Planejamento e Gestão Financeira – SUPLA;
- Superintendência de Logística e Transporte Multimodal – SULOG.
- Superintendência de Administração e Recursos Humanos – SUADM;
- Superintendência de Serviço de Transporte de Passageiros – SUPAS;
- Superintendência de Logística e Serviços de Transporte de Cargas – SUCAR;
- Superintendência de Regulação Econômica e Fiscalização Financeira – SUREF;
- Superintendência de Estudos e Acompanhamento de Mercado – SUEME;
- Postos de Fiscalização e Atendimento dos Serviços de Transporte de Passageiros nos Terminais Rodoviários de Santa Catarina e Mato grosso do Sul.

Metodologia Empregada para Realização da Auditoria

A AUDIT realiza os trabalhos de auditoria, englobando as seguintes etapas:

- Planejamento dos trabalhos (Pré-auditória);
- Execução dos exames;
- Comunicação de resultados;
- Monitoramento e Avaliação dos Resultados.

Na primeira fase, são utilizadas as informações relativas aos resultados das auditorias anteriormente realizadas, bem como das ações desenvolvidas pela Unidade auditada e ainda na análise dos atos de gestão praticados no período de



referência. Definida a equipe de trabalho e os processos para exame, as informações necessárias são requeridas através de Solicitações de Auditoria – SA's.

Na execução dos trabalhos, é feito o exame processual e documental, sendo emitidas Solicitações de Auditoria – SA's, para a elucidação de eventuais dúvidas e documentos complementares.

É realizada uma reunião de abertura com o responsável pela unidade auditada na qual são expostos os objetivos dos trabalhos e, ao final destes, uma reunião de encerramento, na qual são expostos os resultados alcançados.

Após a conclusão dos trabalhos e colhidas as justificativas dos auditados, é elaborado o Relatório de Auditoria, sendo uma via encaminhada para a Diretoria que, após ciência, encaminha-o para a Unidade auditada para adoção das providências cabíveis. Também é enviada uma via para a Secretaria Federal de Controle Interno.

As ações da Unidade auditada que visam atender as recomendações constantes do Relatório de Auditoria são objeto de acompanhamento e monitoramento pela AUDIT até o saneamento das impropriedades, mantendo-se um controle de todo o processo.

Cronograma de Execução dos Trabalhos – PAAAI / 2006

Nº	Mês	Período	Atividade/Unidade	Equipe AUDIT	Dias Úteis	H/h
01	Janeiro Fevereiro Março	16/01 a 7/03/2006	Postos de Santa Catarina (Florianópolis, Balneário Camboriú, Joinville e Lages)	3	15	360
02	Janeiro Fevereiro Março	16/01 a 7/03/2006	Unidade Regional - URRS	3	20	480
03	Fevereiro Março	13/02 a 15/03/2006	Serviços de Transporte de Cargas - SUCAR	3	20	480
04	Março Abril	17/03 a 13/04/2006	Logística e Transporte Multimodal - SULOG	3	20	480
05	Abril Maio	3/04 a 5/05/2006	Unidade Regional - URMG	3	20	480
06	Junho Julho	5/06 a 3/07/2006	Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS	3	20	480
07	Maio Junho Julho	8/05 a 3/07/2006	Exploração da Infra-Estrutura - SUINF	4	40	1.280

08	Julho	3 a 28/07/2006	Unidade Regional – URCE e Postos de Fiscalização/Atendimento de Fortaleza, Sobral e Juazeiro do Norte	3	20	480
09	Julho Agosto	24/07 a 18/08/2006	Unidade Regional - URRJ	3	20	480
10	Julho Agosto	24/07 a 18/08/2006	Estudos e Acompanhamento de Mercado - SUEME	3	20	480
11	Agosto Setembro	21/08 a 18/09/2006	Unidade Regional - URSP	3	20	480
12	Agosto Setembro	21/08 a 25/09/2006	Regulamentação Econômica e Fiscalização Financeira - SUREF	4	25	800
13	Setembro Outubro	25/09 a 23/10/2006	Unidade Regional – URMA e Posto de Fiscalização/Atendimento de São Luís	3	20	480
14	Outubro	2 a 30/10/2006	Centro de Documentação - CEDOC	2	20	320
15	Outubro	2 a 30/10/2006	Administração e Recursos Humanos - SUADM	6	20	960
16	Novembro Dezembro	6/11 a 11/12/2006	Planejamento e Gestão Financeira – SUPLA/ ASTEC	6	25	1.200
17	Dezembro	12 a 27/12/2006	Postos de Fiscalização/Atendimento de Campo Grande/MS e Dourados/MS	2	11	176
Total de Homens/Hora de Auditoria Realizado						9.896

Em 2006 foram programados 9.480 Homens/horas de auditoria, sendo executados 9.896 Homens/Hora, um acréscimo de 416 Homens/hora possibilitados pelo ingresso de novo servidor no último trimestre de 2006.

Os trabalhos de Auditoria se iniciaram em 16/01/2006, após a elaboração e aprovação pela Diretoria do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAAAI/2004, conforme Deliberação nº. 343/ANTT, de 30/11/2005. O PAAAI foi encaminhado preliminarmente à Secretaria Federal de Controle Interno – S.F.C., para conhecimento e aprovação.

Conforme o quadro demonstrativos anterior, 100 % dos trabalhos programados foram realizados, tendo sido auditadas todas as Superintendências e Unidades Regionais instaladas, além de 2 (dois) trabalhos realizados em Postos de Fiscalização e Atendimento dos serviços de transporte interestadual de passageiros, situados em terminais rodoviários dos Estados de Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

Atividades Planejadas X Atividades Desenvolvidas:

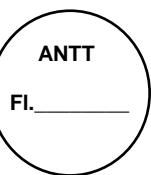
Durante o exercício de 2006, a AUDIT alterou a ordem de algumas atividades, visando melhor adequação dos trabalhos. Posto isto, consideramos que 100% das atividades planejadas foram desenvolvidas em 2006, e os trabalhos abrangeram todas as Superintendências e Unidades Regionais em atividade, além dos trabalhos programados e executados em 2 Postos de Fiscalização e Atendimento dos serviços de transporte interestadual de passageiros.

O Quadro a seguir compara as atividades previstas com as atividades desenvolvidas:

Atividades Planejadas			Atividades Desenvolvidas		
Período	Atividade	Nº da Atividade	Período	Atividade	Nº da Atividade
Jan/Fev	Núcleo de Fisc. I	01	Jan/Fev/Mar	Postos de Santa Catarina	01
Fev	Unidade Regional I	02		URRS	02
Mar/Abr	SULOG	03	Fev/Mar	SUCAR	03
	SUPAS	04	Mar/Abr	SULOG	04
Abr/Mai	SUCAR	05	Abr/Mai	URMG	05
	Unidade Regional II	06	Jun/Jul	SUPAS	06
Mai/Jun	SUINF	07	Mai/Jun/Jul	SUINF	07
Jun/Jul	Unidade Regional III	08	Jul	URCE e Postos do Ceará	08
	SUPAS	09	Jul/Ago	URRJ	09
Julho	Unidade Regional IV	10		SUEME	10
	SUEME	11	Ago/Set	URSP	11
Agosto	SUREF	12		SUREF	12
Ago/Set	Unidade Regional V	13	Set/Out	URMA e Posto de São Luís	13
Set/Out	SUADM/ CEDOC	14	Out	CEDOC	14
				SUADM	15
Out/Nov	Unidade Regional VI	15	Nov/Dez	SUPLA/ASTEC	16
Nov/Dez	SUPLA /ASTEC	16	Dez	Postos de Campo Grande e Dourados	17

9. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Não houve processo de Tomada de Contas Especial.



10. AÇÕES DE COMUNICAÇÃO

As atividades estiveram focadas em três segmentos: Imprensa, Relações Públicas e Atividades Institucionais. A atuação desses três setores se traduz em ações voltadas para a construção e manutenção da imagem da ANTT.

As ações de comunicação da Agência Nacional de Transportes Terrestres são planejadas com base em levantamento de necessidades nas áreas técnicas e executadas em conformidade com a demanda surgida durante o ano.

10.1. Ações de Comunicação em 2006

10.1.1 Imprensa

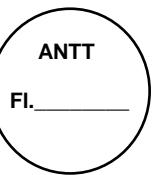
Durante o ano a Assessoria de Imprensa prestou 3.325 atendimentos a jornalistas e recebeu 774 solicitações de entrevistas. Essas ações culminaram na veiculação de 1.163 notícias sobre a ANTT, 73 das quais provocadas. O foco principal foi a prestação de serviço ao usuário e ao setor regulado, principalmente no que diz respeito à divulgação dos reajustes tarifários; divulgação e esclarecimentos sobre regulamentação, notificações e multas, decisões judiciais, resultados de inspeções e das operações de fiscalização, além da constante interação com as assessorias de imprensa do setor, do governo e com a mídia em geral.

Foram gerados 273 clippings; produzidas e divulgadas 61 notícias na página da ANTT na Internet; e veiculadas 528 Resoluções emitidas pela Agência.

10.1.2. Relações Públicas

Foram organizados e coordenados eventos tanto da ANTT quanto de outras instituições, que ocorreram em parceria com órgãos do Governo e da iniciativa privada.

EVENTO	QUANTIDADE
Reuniões Internacionais (Mercosul e Bilaterais)	11
Audiências Públicas	33
Consultas Públicas	04
Congressos/Feiras/Exposições	08
Eventos Internos (Auditório)	78

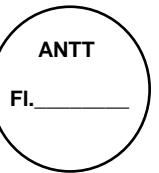


- Realizados no Brasil – 07 Reuniões no total, sendo: uma do Subgrupo de Trabalho nº. 5 – Transportes do Mercosul e seis Bilaterais, entre o Brasil e os Países membros do Mercosul – Argentina, Paraguai, Uruguai, Venezuela e Chile;
- Realizados em outros países: 04 Reuniões no total, sendo uma do Mercosul e três Reuniões Bilaterais, realizadas na Argentina, no Paraguai e no Peru;
- Além desses, organizou e coordenou: o Seminário Internacional da Associação Latino Americana de Ferrovias – ALAF, em parceria com o Ministério dos Transportes, a ANTF e a Companhia Vale do Rio Doce; coordenou a solenidade da entrega da Medalha Mauá, em conjunto com o Cerimonial do Ministério dos Transportes; organizou palestras, seminários e inaugurações de trechos ferroviários, como a solenidade da Assinatura da Resolução da ANTT, que outorga a FCA, a prestação não regular do serviço de transporte ferroviário – Trem Turístico e Cultural – Ouro Preto/ Mariana, além de reuniões internas e recepção de delegações estrangeiras e autoridades em geral.

10.1.3. Atividades Institucionais

Neste segmento encontram-se as ações de Publicidade que, conforme o Decreto nº. 4.799, de 4/8/2003, classificam-se em:

- Publicidade Institucional - tem por objetivo divulgar informações sobre atos, obras e programas dos integrantes do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal – SICOM, suas metas e resultados.
- Publicidade Legal - aquela que se realiza em obediência à prescrição de leis, decretos, portarias, instruções, estatutos, regimentos ou regulamento internos dos integrantes do SICOM. É realizada por meio de contrato com a Radiobrás.
- Publicidade de Utilidade Pública - tem por objetivo informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.



Essas ações são previstas e executadas em conformidade com o Plano Anual de Comunicação - PAC e informadas à Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República - Secom, de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa nº. 1, de 27/04/1993.

PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

- Ações Promocionais Próprias - Não houve;
- Ações Dirigidas ao Pùblico Interno – Não houve;
- Ações de Patrocínio – Não houve.

PUBLICIDADE LEGAL

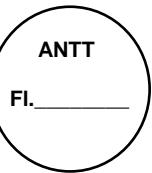
Foram publicadas 54 matérias legais sendo:

- 29 referentes a Audiências Pùblicas/Consultas Pùblicas;
- 19 referentes a licitações;
- 03 Avisos de Rádio;
- 03 Outros (Manifestação de Interesse/Comunicado).

PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÙBLICA

Foram previstas no PAC as ações:

- Vale-Pedágio Nacional** – campanha de divulgação aos donos de carga e/ou embarcadores sobre a obrigatoriedade de arcar com os custos do pedágio.
- Fiscalização do Excesso de Peso nas Rodovias Federais Concedidas** – divulgar em conjunto com as concessionárias as ações de fiscalização do excesso de peso.
- Habilitação do Operador de Transporte Multimodal – OTM** – campanha de divulgação para informar sobre as facilidades e oportunidades que esta nova função proporciona ao operador do transporte multimodal.
- Transporte Rodoviário de Carga** – campanha de divulgação voltada ao transportador para o cumprimento das leis e regras estabelecidas para o transporte de carga.



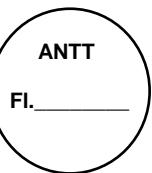
- Registro Nacional dos Transportadores Rodoviários de Carga – RNTRC** – informar aos transportadores autônomos sobre as alterações ocorridas na Resolução nº. 437/2004 que entram em vigor em fevereiro de 2007.
- Transporte Clandestino** – campanha educativa de combate ao transporte clandestino, visando informar à população sobre os riscos da utilização desse tipo de transporte.
- Novas Permissões** – informar à população quanto às novas linhas interestaduais.
- Transporte Ferroviário** – campanha para divulgar o Plano Nacional de Revitalização e o Plano de Segurança no Transporte Ferroviário.
- Concessões Rodoviárias** – campanha para divulgação das novas concessões rodoviárias e a implantação de tarifa de pedágio nesses trechos.

Como a realização dessas ações só pode se dar por meio de agência de propaganda (decreto 4.799/2003, art. 9º) e a ANTT não possui contrato, a execução, em 2006, ficou prejudicada. Ressalte-se a tentativa de viabilização das mesmas por meio da agência de propaganda que atende ao Ministério dos Transportes, ao qual a ANTT é vinculada e que, segundo orientações da SECOM e com base na Súmula CONED nº. 4/2004, a viabilização pode se dar por descentralização de recursos.

As campanhas “Combate ao Transporte Clandestino” e “RNTRC – alterações na Resolução 437/2004” chegaram a ser elaboradas, porém não houve tempo hábil para formalização do convênio com o Ministério, conforme determinação da Procuradoria Geral (NOTA/ANTT/PRG/VVD/1155-2.2.1.3/2006).

Ainda no segmento Atividades Institucionais, a ASCOM em 2006 executou:

- Briefing do Manual de Identidade Visual;
- Edição Legislação Básica;
- Edição Resoluções Regulatórias;
- Produção de folderes, folhetos, cartazes, cartões, banners.



11. OUVIDORIA

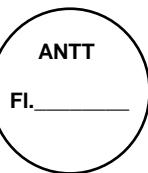
11.1. Quantidade manifestações recebidas

No ano de 2006, a Ouvidoria recebeu 159.672 manifestações, uma quantidade aproximadamente 74% superior ao volume de 2005. Além do natural aumento da demanda de um ano para outro, devido à divulgação dos canais de comunicação com a ANTT, pode-se atribuir este crescimento a outros dois fatores: redução na ocorrência de problemas técnico-operacionais no banco de dados em que são realizados os registros, o que contribuiu para a celeridade nos cadastramentos, e a chegada de novos funcionários, com consequente aumento na quantidade de chamadas atendidas e redução no congestionamento e tempo de espera pelo cidadão-usuário.

11.2. Meios de comunicação utilizados

A Ouvidoria da ANTT disponibiliza aos cidadãos-usuários diversas opções para o contato com a Agência: telefone, mensagem eletrônica pela internet, atendimento pessoal, carta e fax. Independentemente do meio utilizado, todas as manifestações são registradas no banco de dados da Ouvidoria e recebem o tratamento adequado, que será comentado no item 4.

Na próxima página, a figura 1 mostra que em 2006 o principal canal de entrada foi a Central de Atendimento que, pelo telefone 0800610300, acolheu 86,5% da demanda. O segundo canal mais utilizado foi a internet, pela qual chegaram 13% das mensagens dirigidas à Ouvidoria. A representatividade destes canais é explicada, principalmente, pelos seguintes fatores: gratuidade e acessibilidade do contato telefônico; praticidade das mensagens eletrônicas e ampla divulgação do telefone e do e-mail da Ouvidoria, devido às determinações da Resolução nº. 079 de 09/09/2002 e da Resolução nº. 652 de 21/07/2004, relativas à fixação de cartaz, em local visível, nos guichês de venda e no interior de ônibus e de trens de passageiros, respectivamente.

**FIGURA 1**

MEIO DE COMUNICAÇÃO UTILIZADO		QTDE EM 2006
INTERNET	FALE CONOSCO	9.189
	E-MAIL OUVIDORIA	11.089
	E-MAIL MT*	446
	SUBTOTAL	20.724
CENTRAL DE ATENDIMENTO 0800		138.044
PESSOALMENTE		209
TELEFONE		347
CARTA		310
FAX		18
URRJ **		17
URSP **		3
SUBTOTAL		138.948
TOTAL		159.672

* Manifestações recebidas pelo Ministério dos Transportes e encaminhadas à Ouvidoria

** Manifestações recebidas pelas unidades regionais e encaminhadas à Ouvidoria

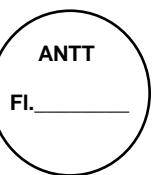
11.3. Tipos de manifestação

Aproximadamente 91% da demanda recebida representam pedidos de informação de toda a sociedade. As empresas reguladas, órgãos/instituições governamentais e cidadãos-usuários procuraram a Ouvidoria para dirimir dúvidas relativas à legislação e normas ou para obter informações. A figura 2 demonstra os tipos de manifestações recebidas, de acordo com a classificação atribuída a cada uma delas:

FIGURA 2

TIPOS DE MANIFESTAÇÃO	QTDE EM 2006
PEDIDO DE INFORMAÇÃO	145.619
RECLAMAÇÃO	11.844
SUGESTÃO	1.424
ELOGIO	785
TOTAL	159.672

É importante salientar que todas as interações dos cidadãos-usuários com a Ouvidoria também são classificadas por assunto, ou seja, de acordo com as áreas de atuação da ANTT. Sob este aspecto, na página seguinte a figura 3 mostra que o transporte rodoviário de passageiros em 2006 correspondeu à maior parcela dentre todos os modais, 75,5% do montante de manifestações dirigidas à Ouvidoria. O transporte rodoviário de cargas, por sua vez, representou 16,4% do



total, em parte devido ao Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTRC.

FIGURA 3

ASSUNTO	QTDE EM 2006
TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS	120.598
TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS	26.109
VALE-PEDÁGIO	2.488
RODOVIAS	1.627
TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS	1.452
TRANSPORTE FERROVIÁRIO	613
TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS	583
TRANSPORTE MULTIMODAL	181
OUTROS *	6.021
TOTAL	159.672

* O item OUTROS inclui, por exemplo, manifestações relativas a audiências públicas e assuntos administrativos.

11.4. Tratamento das manifestações recebidas

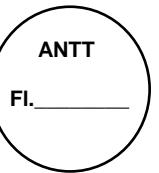
Todas as interações com a Ouvidoria são registradas em banco de dados, desenvolvido para esta finalidade, e recebem um número de protocolo. Este procedimento garante a padronização e formalização de todos os atendimentos; possibilita que outros setores da Agência sejam cientificados e consultados, de forma sistemática, sobre os casos recebidos e proporciona maior confiabilidade dos resultados que subsidiam a elaboração de relatórios gerenciais.

Com a atribuição de atuar como elo entre a ANTT e o cidadão usuário, a Ouvidoria deve garantir que todas as manifestações por ela recebidas tenham resposta satisfatória e célere, ainda que o assunto não seja de competência da ANTT. Para isso, mantém interação com todos os setores da Agência e busca a constante atualização de seus colaboradores.

FIGURA 4



De acordo com a natureza da manifestação, podem ser adotados dois tipos de providências:



11.4.1. Respostas sem consultas a outras áreas da ANTT

Em 2006, a Ouvidoria atendeu 153.938 manifestações cujas respostas não dependeram de instrução ou parecer das Superintendências para cada caso específico. Isso não significa, no entanto, que não houve participação de outros setores. Em alguns casos, as respostas informadas ao cidadão-usuário pela Ouvidoria foram elaboradas por outras áreas da Agência e utilizadas como modelos pelos atendentes para solução de casos idênticos.

A maior parte destes registros foi classificada como pedido de informação e os cidadãos-usuários obtiveram respostas imediatas (quando o contato foi realizado pela central de atendimento) ou com bastante brevidade (nos contatos feitos por outros canais), sempre com base na legislação em vigor. No caso de solicitações ou dúvidas sobre assuntos que fogem à competência da ANTT (por exemplo, passe livre para deficientes ou transporte intermunicipal), a Ouvidoria orientou o interessado a buscar as informações junto aos órgãos responsáveis, informando o canal correto para comunicação.

11.4.2. Respostas com consultas a outras áreas da ANTT

A consulta é um procedimento adotado pela Ouvidoria quando a manifestação não pode ser respondida prontamente por necessitar de uma análise mais criteriosa ou de providências do setor competente, como uma fiscalização. A figura 5 demonstra que 5.734 registros foram submetidos à apreciação de outras áreas da ANTT, sendo que mais de 90% do total foram encaminhadas para quatro delas: Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros (SUPAS), Superintendência de Serviços de Transporte de Cargas (SUCAR), Superintendência de Logística e Transporte Multimodal (SULOG) e Superintendência de Infra-estrutura (SUINF).

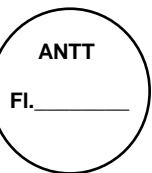
FIGURA 5

SETOR CONSULTADO	QTDE EM 2006
SULOG	2.605
SUPAS	1.674
SUINF	695
SUCAR	286
SUADM	152
Outras	74
SUREF	65
DGR	48
ASCOM	47
SUEME	25
URRJ	20
PRG	19
CEANTT	7
URSP	6
COREG	4
URRS	4
URMA	3
TOTAL	5.734

No tocante às reclamações recebidas, cabe destacar que em 2006 foram abertos 86 processos administrativos pela Ouvidoria, dos quais 84 foram encaminhados à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros (SUPAS) e 2 à Superintendência de Infra-estrutura (SUINF), para apuração operacional. Além disso, houve casos em que as próprias áreas técnicas da Agência promoveram a abertura de processos administrativos, a partir de informações repassadas pela Ouvidoria. Nas duas situações, o cidadão-usuário foi cientificado sobre as providências adotadas pela ANTT e, quando comprovadas as irregularidades denunciadas, foram aplicadas as sanções administrativas referentes à prestação do serviço.

11.5. Acontecimentos relevantes em 2006

Neste tópico serão comentados os principais eventos relacionados à ANTT que impactaram diretamente o trabalho desenvolvido pela Ouvidoria, ou seja, ocasionaram aumento na demanda do cidadão-usuário junto a ANTT de forma contínua ou pontual.



11.5.1. Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTRC

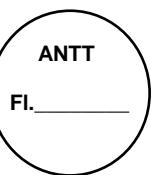
Desde a instituição da obrigatoriedade do registro pela Resolução nº. 437/2004, anualmente a Ouvidoria recebe significativo volume manifestações relacionadas ao tema.

11.5.2. Reajuste tarifário

A partir de 09/07/2006 entrou em vigor o reajuste de 4,65% para as passagens de ônibus interestaduais e internacionais e, a título de revisão da planilha tarifária, objeto da Audiência Pública nº. 041/2006, mais 4,43%. Da mesma forma, a partir de 23 de julho passou a vigorar o reajuste de 6,15% para as tarifas de ônibus do transporte semi-urbano. Devido ao caráter sazonal do setor, julho é tipicamente um dos meses em que ocorre maior número de viagens e, com o reajuste nos valores das passagens, a Ouvidoria recebeu significativa quantidade de pedidos de informação e reclamações sobre o aumento das tarifas.

11.5.3. Estatuto do Idoso

No âmbito do transporte rodoviário de passageiros, a Ouvidoria recebeu diversas manifestações relacionadas à gratuidade no transporte rodoviário interestadual de passageiros idosos, principalmente a partir do mês de outubro de 2006. Isto ocorreu devido à edição da Resolução 1692/06, pela qual a ANTT definiu os procedimentos a serem adotados na aplicação do Estatuto do Idoso, no âmbito dos serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros, considerando o previsto no Decreto nº. 5.934, de 18 de outubro do mesmo ano. Os recursos interpostos pelas empresas reguladas e pela ANTT, as decisões judiciais proferidas e a exposição do tema na mídia provocaram um reflexo imediato na quantidade de atendimentos realizados pela Ouvidoria até o final do ano.



11.5.4. Concessões rodoviárias

Em março de 2006, foram realizadas audiências públicas com o objetivo de colher contribuições para a segunda etapa do programa de concessão de rodovias, que contemplou sete trechos rodoviários federais nas regiões sul e sudeste. Em setembro do mesmo ano, houve Consulta Pública relativa à transferência da exploração rodoviária à iniciativa privada, mediante concessão patrocinada, de trechos de rodovias federais no Estado da Bahia. A significativa participação da sociedade é evidenciada pelo volume de contribuições recebidas e registradas pela Ouvidoria.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Neste tópico serão apresentadas informações sobre atividades da agência que contribuíram para o aprimoramento das atividades institucionais.

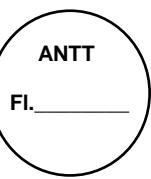
12.1. Estudos

- **Estudos destinados à elaboração do Anuário Estatístico de Transportes Terrestres – AETT/2005.**

O Anuário Estatístico dos Transportes Terrestres – AETT/2005 contém informações sobre transpores terrestres relativas ao período compreendido entre os anos de 2000 a 2004. Objetiva, além do cumprimento da atribuição regimental, resgatar a série histórica que foi interrompida com a saída de circulação, em 2001, do antigo Anuário Estatístico do GEIPOT (que continha informações até 2000).

Dessa forma, foram inicialmente analisadas as informações de transporte existentes nos documentos produzidos pela ANTT e elaborado um roteiro de entrevistas objetivando identificar e caracterizar os sistemas informacionais disponíveis na Agência.

Em junho de 2006 foi finalizada a fase de avaliação e aprimoramento do conteúdo contemplando reuniões com técnicos das unidades organizacionais para o esclarecimento de dúvidas e obtenção de sugestões/considerações.



Foram concluídos, também, os procedimentos administrativos internos destinados ao pagamento das taxas administrativas visando à obtenção do código ISSN, junto ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, tendo em vista o controle e a divulgação de publicações seriadas editadas no Brasil.

A seguir, com o objetivo de divulgar as informações para os diversos setores afins, procedeu-se à distribuição dos exemplares impressos e das unidades de CD ROM aos seguintes destinatários: Executivo Federal; órgãos do Executivo Federal ligados ao setor; Executivo Estadual; órgãos do Executivo Estadual ligados ao setor; Legislativo Federal; Legislativo Estadual; Agências Reguladoras de Transporte, Bibliotecas Federais; Universidades Federais; Universidades Estaduais; entidades ligadas ao setor e empresas fornecedoras de informações.

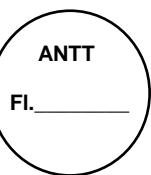
Além disso, o Anuário Estatístico dos Transportes Terrestres – AETT/2005 foi disponibilizado também no website da ANTT e será atualizado, periodicamente, a partir de sua base de dados.

Interação com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE vem desenvolvendo uma série de atividades com o objetivo de adequar a sua matriz de informações às necessidades dos produtores e dos usuários destas informações.

A ANTT participou ativamente deste processo por ocasião da realização do II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, evento este em alusão aos 70 anos de fundação do IBGE. O evento, ocorrido em agosto de 2006, proporcionou a oportunidade para que o IBGE e os demais produtores de informações na esfera pública, dentre eles a Agência, pudessem discutir o panorama da produção de informação no país.

A SUEME coordenou a participação da ANTT tanto no âmbito interno (por intermédio do envio de formulários para as unidades organizacionais solicitando sugestões de atividades e apresentação de informações de interesse das mesmas), quanto externamente, coordenando quatro atividades no evento: as



mesas redondas “Informações para o planejamento de transportes”, “Indicadores do setor de transportes terrestres” e “Base georreferenciada para o setor de transportes” e a palestra “Produção de informação de transportes terrestres na ANTT”.

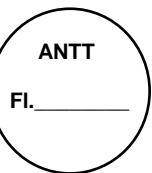
Essa ação resultou na interação com profissionais de instituições de ensino, de concessionárias de serviço público, de outros órgãos da administração pública, dentre outros. Além disso, possibilitou a divulgação de informações produzidas pela Agência, conferindo maior visibilidade à área dos transportes terrestres e ao trabalho que vem realizando neste setor.

□ Acompanhamento e Gestão Ambiental

As conclusões apontadas nos estudos desenvolvidos entre 2003 e 2005 destinados a “Concepção, Implantação e Monitoramento do Sistema de Gestão Ambiental e Incentivo à Implantação da Auditoria Ambiental nos Empreendimentos Rodoviários e Ferroviários concedidos sob a tutela da ANTT, observadas as atribuições e competências institucionais do IBAMA” subsidiaram a aprovação pela Diretoria da ANTT da Deliberação nº. 375/2006, de 17/10/2006, que estabeleceu as linhas de ação para o acompanhamento e para a gestão ambiental. Uma dessas linhas de ação consiste na implantação do Sistema de Acompanhamento e Gestão Ambiental no âmbito da Agência.

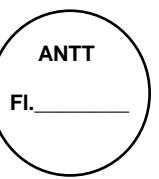
O Sistema proporcionará, em atenção ao princípio de compatibilização dos transportes com a preservação do meio ambiente, as ferramentas necessárias à tomada de decisão, possibilitando o acompanhamento e o monitoramento da execução dos contratos quanto aos aspectos ambientais.

Para coordenar as atividades necessárias à implantação do Sistema de Acompanhamento e Gestão Ambiental foi constituído, por intermédio da Portaria Nº. 311, de 25/10/2006, no âmbito da Superintendência de Estudos e Acompanhamento de Mercado – SUEME, o Núcleo de Meio Ambiente – NMA, que contará com o apoio de representantes a serem indicados pelas unidades organizacionais.



12.2. Convênios e Acordos de Cooperação Técnica

- ❑ Formalização de Acordo de Cooperação Técnica com a SEAE/MF, com a SDE/MJ, com o CADE/MJ. Formalização de Convênio NUCA e Convênio UNB.
- ❑ Estabelecimento de rede de convênios com universidades. Este acordo visa Estabelecer rede de convênios com universidades, com vistas a auxiliar a ANTT no desempenho de suas atribuições.
- ❑ Acordo de Cooperação Técnica entre CADE/MJ E ANTT.
- ❑ Renovação dos Acordos de Cooperação Técnica com a SDE/MJ.
- ❑ Renovação dos Acordos de Cooperação Técnica com a SEAE/MF.
- ❑ Acordo de Cooperação Técnica entre ANTT e BOVESPA. Acordo de Cooperação Técnica. Licitação para Concessão de Exploração de lotes Rodoviários. EDITAL nº. 001/2006.
- ❑ Acordo de Cooperação Técnica entre a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC e ANTT.
- ❑ Acordo de Cooperação Técnica entre a comissão de valores mobiliários – CVM e ANTT.
- ❑ Acordo de Cooperação Técnica entre SDE e a ANTT.
- ❑ Acordo de Cooperação Técnica entre a BOVESPA e a ANTT para acesso ao banco de dados e informações para o Sistema de Regulação Econômica e Fiscalização financeira – SIREF.
- ❑ Regulamentação dos Acordos de Cooperação Técnica. Assunto: Regulamentação dos Acordos de Cooperação Técnica firmados entre esta ANTT e o CADE, a SEAE e a SDE.



12.3. Processos Administrativos Simplificados – PAS

Apuração de possível infração ao art. 2º, alínea "A" da Resolução nº. 233, de 25/06/2003, alterada pela Resolução nº. 579, de 16/06/2004.

Situação	Quantidade de Processos
Em análise	03
Concluído	09
TOTAL	12

Concluído	Houve aplicação de penalidade	4
	Não houve aplicação de penalidade	5

12.4. Termo de Ajuste de Conduta – TAC

Análise para apuração de infrações e aplicação de penalidades decorrentes de condutas que infrinjam a legislação de transportes terrestres.

Situação	Quantidade de Processos
Em análise	1
Arquivado	0
TOTAL	1

Brasília, DF,

JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RESENDE